

Instituto Sedes Sapientiae

Conselho de Direção do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae – gestão 2012/2014

Anna Mehoudar (Administração e Tesouraria), Célia Klouri (Representante da Comissão de Admissão), Cristiane Curi Abud (Eventos), Eva Wongtschowski (Relações Internas), Gisela Haddad (Publicações), Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes (Relações Externas), Noemi Moritz Kon (Grupos de Formação Contínua), Paulo Jeronymo Pessoa de Carvalho (Transmissão, Pesquisa e Intervenções Externas), Rita de Cássia Cardeal (Clínica)

Percurso

REVISTA DE PSICANÁLISE - ANO XXVII - DEZEMBRO DE 2014

Conselho Editorial

Eliana Borges Pereira Leite, Eva Wongtschowski, Leda Maria Codeço Barone, Lilian Quintão, Luciana Cartocci, Mania Deweik, Maria de Lourdes Caleiro Costa, Maria do Carmo Meyer Dittmar, Sergio Zlotnic

Grupo de Entrevistas

Ana Patitucci, Bela M. Sister, Cristina Parada Franch Leite, Danielle Breyton, Deborah Jean de Cardoso, Silvio Hotimsky

Grupo de Debates

Cristiane Curi Abud, Gisela Haddad, Vera Blondina Zimmermann, Thiago Majolo

Grupo de Debates Clínicos

Beatriz Mendes Coroa, Paula Peron, Sérgio Telles (coordenador)

Conselho Editorial de Resenhas

Camila Salles Gonçalves (coordenadora), Elisa Ulhôa Cintra, Janaina Namba, Renata Udler Cromberg, Sergio Telles, Susan Markuszower

Tesouraria

Elcio Gonçalves

Conselho Científico, Consultores *ad hoc*

Abrão Slavutzky (Porto Alegre), Ana Cecília Carvalho (Universidade Federal de Minas Gerais), Ana Helena de Staal (Paris), Arthur Nestrovsky (São Paulo), Benny Lafer (Universidade de São Paulo), Daniel Orliovsky (Universidade de Buenos Aires), David Levisky (Sociedade de Psicanálise de São Paulo), Dominique Fingermann (Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano), Elias M. da Rocha Barros (Sociedade de Psicanálise de São Paulo), Gilda Sobral Pinto (Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro), Heitor O'Dwyer de Macedo (Quatrième Groupe), Inês Marques (Société Psychanalytique de Paris), João A. Frayze-Pereira (Universidade de São Paulo), Joel Birman (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), Luís Celes (Universidade de Brasília), Luis Cláudio Figueiredo (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Luiz Eduardo Prado de Oliveira (Quatrième Groupe), Marcelo Marques (Association Psychanalytique de France), Marcia Neder Bacha (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul), Maria Helena Fernandes (Instituto Sedes Sapientiae), Maria Rita Kehl (Associação Psicanalítica de Porto Alegre), Marlise Bassani (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Néelson Coelho Jr. (Universidade de São Paulo), Purificación Barcia Gomes (Instituto Sedes Sapientiae), Rosine Perelberg (British Psychoanalytic Society), Urania Tourinho Peres (Colégio de Psicanálise da Bahia)

Linha editorial

Percurso é publicada pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. É uma revista científica dedicada ao avanço dos conhecimentos psicanalíticos em suas vertentes clínica, teórica, metodológica e epistemológica. Visando a estimular o debate entre as várias correntes da Psicanálise, aceitamos trabalhos de todas as orientações, tanto de membros do Departamento quanto de colegas de outras instituições brasileiras e estrangeiras. Pautamo-nos por um ideal exigente de qualidade científica, literária e estética, pela abertura às inovações consistentes, pelo respeito à complexidade da vida psíquica e dos fenômenos socioculturais, pela recusa do dogmatismo, da intolerância e dos reducionismos, pelo diálogo com as áreas conexas. Acreditamos que o pensamento crítico contribui para libertar o espírito das amarras que o prendem à ignorância e ao sofrimento. Como disse Freud, "a voz da razão é suave, mas termina por se fazer ouvir".

Revisão

Carmen Teresa Simões da Costa • Tel.: (11) 3832-2055 • carmen.tsc@gmail.com

Projeto e produção gráfica

Sergio Kon • A Máquina de Ideias • Tel.: (11) 3062-6086 • amaquina@aqlnet.com.br

Assinaturas

Angela Maria Vitorio • Tel./Fax: (11) 3081-4851 • percurso@uol.com.br

Capa

Nayra C.P. Ganhito. *Fachada*. Manipulação digital sobre foto, 2009 • Tel.: (11) 9 9688-0752 • nayracpg@ig.com.br

Coordenação editorial / Recepção de originais para publicação

Renato Mezan • Rua Amália de Noronha, 198 • 05410-010 São Paulo • Tel./Fax: (11) 3081-4851

Grafia atualizada segundo o Novo Acordo Ortográfico.

Site na Internet: <http://revistapercurso.uol.com.br> • e-mail: percurso@uol.com.br

Percurso é indexada em *Psychoanalytic Abstracts*, Washington, D.C., USA.



Instituto Sedes Sapientiae
R. Ministro de Godoy, 1484
05015-900 São Paulo SP
Tel.: (11) 3866-2730
Secretária do Departamento:
Claudia Dametta
deptodepsicanalise@sedes.org.br



Gráfica e Editora Santuário
Rua Pe. Claro Monteiro, 342
12570-000 Aparecida SP
Tel.: (12) 3104-2000
Fax: (12) 3104-2036
0800-16-00-04

O estranho em nós:
clínica, sociedade, cultura

Percursos 53

REVISTA DE PSICANÁLISE : ANO XXVII : DEZEMBRO DE 2014

Sumário

Table of contents

7 Editorial
Letter from the editors

TEXTOS PAPERS

9 A trança
The braid
Pierre Fédida

15 Os artistas, os lugares e as obras possíveis, ou onde a subjetividade ainda encontra lugar de existir: ainda algumas considerações
Artists, places and the possible artworks, or where subjectivity still finds place to exist: some considerations
Alessandra Monachesi Ribeiro

27 Uma paciente com genitais anormais? Os efeitos transferenciais da histeria em uma dupla analítica
A patient with abnormal genitals? The transference effects of hysteria in an analytical duo
Teo Weingrill Araujo

39 O manejo clínico na psicose: estratégias para o fortalecimento da identidade
Clinical management in psychosis: strategies to strengthen identity
Daniel Lirio

49 Inquietante atopia: hipóteses metapsicológicas a partir das narrativas do exílio
Disquieting atopy: metapsychological hypotheses from the narratives of exile
Tiago Novaes Lima

59 As histórias recobridoras: quando o vivido não se transforma em experiência
Covering stories: when what is lived does not turn into experience
 Tatiana Inglez-Mazzarella

69 Coexistência e retranscrição: metáforas do desenvolvimento em Freud
Coexistence and retranscription: metaphors of development in Freud
 Renata Bazzo

79 Freud e sua sombra
Freud and his shadow
 Alfred Michaelis

89 Giovanni Segantini por Karl Abraham: o complexo materno na etiologia da depressão
Giovanni Segantini by Karl Abraham: the mother complex in the etiology of depression
 Manola Vidal

101 Sonho e enigma: a descoberta freudiana sob o paradigma indiciário
Dream and enigma: Freud's discovery under the evidentiary paradigm
 Ana Gebrim

ENTREVISTA

INTERVIEW

113 Psicanálise e neurociências: um diálogo necessário
Psychoanalysis and neuroscience: a necessary dialogue
 Benilton Bezerra Jr.

DEBATE

DEBATE

133 Mentira
Lying
 Oswaldo Henrique Duek Marques + Paulo Eduardo Arantes
 + Sergio Telles

DEBATE CLÍNICO

CLINICAL DEBATE

143

O Caso Antônio

Antônio's case

David Leo Levisky + Christian Ingo Lenz Dunker

+ Flávio Carvalho Ferraz

LEITURAS

BOOK REVIEWS

163

A Saga de Sabina Spielrein e o resgate de sua obra

[*Sabina Spielrein – uma pioneira da psicanálise*]

Sabina Spielrein's saga and the rescue of her work

Camila Salles Gonçalves

168

Em busca da sublimação [*Crítica à Normalização da Psicanálise*]

In search of sublimation

Danielle Melanie Breyton

171

“Cuidado, obras” [*Cuidado, saúde e cultura. Trabalhos psíquicos e criatividade na situação analisante*]

“Caution, works”

Ines Loureiro

179

Entre autorias angustiadas e influências

(des)autorizantes [*Autorização e Angústia de Influência em Winnicott*]

Between anguished authorship and (dis)authorizing influences

Rafael Alves Lima

183

Rumo ao impensado [*Ensaio, fragmento – 205 apontamentos de um ano*]

Towards the unthought

Renato Tardivo

185

Destinos da pulsão de morte e as trezentas vozes de Maria Callas [*Casta Diva – Callas e a pulsão de morte*]

Vicissitudes of the death Instinct and the three hundred voices of Maria Callas

Elisa Maria de Ulhôa Cintra

- 189 Teoria do Eu, mundo interno e campo social segundo
Piera Aulagnier [*Desejo e identificação*]
*Theory of the self, inner world and social field
according to Piera Aulagnier*
Marilsa Taffarel
- 191 A realidade e a criação nos pacientes ditos difíceis
[*Mandrágoras, clínica psicanalítica: Freud
e Winnicott*]
Reality and creation in difficult patients
Bárbara de Souza Conte
- 195 O humor e seus múltiplos avessos [*Humor é coisa
séria*]
Humor and its multiple reverses
Edson Luiz André de Sousa
- 199 Colaboradores deste número
Contributors to this issue
- 201 Normas para envio de artigos e resenhas
Rules for contributors
- 203 Onde encontrar *Percurso*
Where to find Percurso
- 207 Para assinar *Percurso*
How to subscribe to Percurso

Editorial

Depois do sucesso alcançado pelo número 52, dedicado a ouvir psicanalistas sobre o período da Ditadura Civil Militar em nosso país, este número é, também, fruto da história de Percurso. Se aquele foi um número que revelou a pertinência de tornar coletivas as lembranças do período, iluminando fatos até então desconhecidos para a construção de um registro compartilhado, este acolhe contribuições diversas da teoria e da clínica psicanalítica.

Como tributo à fidelidade de abertura e continuidade, permanência e transformação, alguns textos que compõem o presente número, tomam agora um vértice diferente, o da singularidade da clínica, privilegiando o acolhimento do paciente e sua história, o que implica em romper a solidão para dar suporte à economia psíquica de cada sujeito na cena da narração, que supõe interlocutor ouvinte e participante.

Dentre as vertentes abertas pelos diferentes artigos, chama atenção a presença de uma investigação sobre os processos de subjetivação, colocando em destaque os lugares de borda e fronteira, e sua potência de novos sentidos. A questão do feminino comparece de forma explícita tanto na clínica das neuroses como das psicoses, e também se desvela no campo das artes.

Para alguns autores a compreensão da obra de arte e do método psicanalítico aproximam-se, pois ambas as investigações partem de aparentes irrelevâncias e da análise de detalhes para formularem suas hipóteses.

A busca de compreender os processos de produção da subjetividade é também referida no debate com o entrevistado, que defende que a psicanálise deve incluir-se no diálogo com o campo das

neurociências, uma vez que a complexa relação entre o funcionamento biológico e a experiência humana na cultura segue desafiando a todos.

Cristalizações, inibição, rigidez, fixação perversa, naturalização redutora, aparecem na clínica, nas artes e nas ciências, convocando o

analista, e reiteram a inserção na cultura como intrínseca ao fazer analítico.

Esperamos que o leitor faça seu próprio recorte a partir das questões que os textos suscitam, muitas delas instigantes.

Boa leitura!

A trança

Pierre Fédida

Tradução Vera Dayan e Renato Mezan

Versão original (“La tresse”) publicada em: P. Fédida, *Clés pour le féminin*, Collection Débats de Psychanalyse des monographies de la *Revue Française de Psychanalyse*, Paris, PUF, 1999.

Resumo A interpretação de um sonho angustiante abre caminho para que uma paciente compreenda o sentido de uma imagem-chave na sua análise, e, a partir daí, encontre palavras para falar (sua) feminilidade e da relação sexual.

Palavras-chave angústia; feminilidade; interpretação; sonho.

Pierre Fédida Psicanalista francês, falecido em 2002, Fédida pertenceu à Association Psychanalytique de France e foi professor da Universidade de Paris VII, onde criou, com Jean Laplanche, a *Unité de Recherches en Psychanalyse*. Escreveu vários livros, entre os quais *L’objet* (Paris), e esteve diversas vezes no Brasil para dar seminários e conferências. A ele e à sua obra, *Percurso* dedicou seu número 31/32 (2004).

Foi uma imagem de trança que se impôs a esta jovem mulher – Francine – numa sessão de análise. Esta sessão propiciava uma espécie de trégua, quase de tranquilidade, em meio a um longo período extremamente atormentado, durante o qual a angústia não cedia. A análise, iniciada há cinco anos, durante muito tempo tinha deixado em segundo plano a evocação da mãe – como se, de fato, qualquer representação de cenas passadas nas quais devesse figurar uma presença materna – fosse mantida afastada. Nas fotos de infância que ela gostava de olhar, podia se ver e se descrever carregada pelo pai, enquanto a mãe estava *isolada*, e por assim dizer ausente do quadro. E as poucas intervenções que eu tinha feito me confirmavam, a cada vez, que ela não podia falar sobre o tema.

A sessão na qual apareceu a imagem da trança tem a particularidade de ser uma sessão muito silenciosa, na qual Francine se diz aliviada por conseguir acabar com o “emaranhado” inextricável da sua relação com um homem casado. Ao longo dos meses anteriores, ela se esgotava por não poder nem prosseguir nem romper, não conseguindo mais saber do que se tratava nesta relação. Se a palavra não conseguia decidir nada, o sexual tinha perdido toda a magia e abandonava os corpos como se fossem destroços. O homem “desfeito” pela violência das crises que se manifestavam nela ao menor detalhe revelador da “covardia” – era assim que ela designava o vínculo do homem com sua mãe – “uma covardia da alma e do corpo” – que tomava, na maior parte das vezes, a via das garantias e das promessas. Mas seria tão simples trançar!

Pois a imagem da trança – por assim dizer formada a partir do e pelo silêncio – parecia resultar de livres associações acerca do



*este é o objeto da angústia
da jovem naquele momento:
o informe materno, como se fosse
uma aranha, equivalente ao pesadelo
que penetra todas as sensações
do corpo, sem jamais
permitir um descanso*

trabalho da análise, e da percepção interna que os pensamentos comportam na transferência dos movimentos que se trocam e se respondem. Assim a angústia depressiva tinha cedido.

Quando Francine diz simplesmente que se sente interpelada por um quadro que não identifica, que deve ter visto em algum lugar, mas do qual não se lembra, ela só pode expressar o seguinte: uma menina de doze anos está em pé, na frente de um espelho; sua mãe, atrás dela, a penteia, e lhe faz uma trança. É fato que a criança usava com frequência o cabelo trançado. Ela se lembra perfeitamente deste momento em que a mãe a penteava. Pode até sentir a sensação das mãos dela nos seus cabelos: é uma sensação muito erótica. Mas por que, na análise, ela precisou afastar durante tanto tempo a lembrança dessa mãe vista no espelho, tão esplendidamente bela e feminina?

A feminilidade da mãe seria, para uma mulher, o que a separa e a priva dessa mesma mãe, da qual ela precisa? E o segundo plano não provém de uma estranha dor da beleza feita somente para o olhar do homem – sem dúvida o pai – enquanto a angústia não pode se desprender do informe corpo materno? Pois este é o *objeto* da angústia da jovem naquele momento: o informe materno, como se fosse uma aranha, equivalente ao pesadelo que penetra todas as sensações do corpo, sem jamais permitir um descanso.

Precisamente, se a *imagem da trança* põe fim ao emaranhado e aparece – por meio da cena de

uma menina com sua mãe atrás, diante do espelho – como uma nova aliança capaz de libertá-la do tormento da relação amorosa, é que esta imagem tranquila da troca (transferencial) acontece neste lugar onde o vínculo do homem com sua mãe exercia uma violenta atração. Mais tarde, Francine terá palavras próprias para expressar este engodo da exaustiva paixão amorosa por um “homem casado”. Ela vai dizer que a busca, pelo homem, de uma doçura, a faz ficar presa nas malhas de um amor desmedido de uma mãe por seu filho. E o homem não penetra o corpo de uma mulher com seu sexo para “tomá-la”: na realidade, ele vem se aninhar nela como se buscasse refúgio no corpo da sua mãe. Uma mãe não larga o filho: o sexo dele continua a lhe pertencer, e inconscientemente o homem sabe disso.

As crises que submergem Francine são desencadeadas pelo desespero de um estupro realizado. Tal desespero não aparece somente no sentimento de que o homem não faz amor com ela como deveria fazer com a *sua* “mulher”; é amplificado por esta certeza tão violenta de que ele lhe “rouba” sua sexualidade. Então o desespero deveria levá-la à vingança. Agir de maneira que o homem nunca mais tenha sossego, que seja aniquilado pelo seu crime. Francine percebe o que há nela de excessivo, mas me pede, em sessões muito angustiantes, que avalie o ultraje para a mulher quando um homem a desperta para a própria sexualidade, depois toma esta sexualidade para si, sem dar a ela nada em troca. Quando um homem toma uma mulher nas mãos, e com seu sexo, sem saber que poderia lhe dar o dom da liberdade. Mas seria preciso que o homem se separasse, naquele momento, de sua própria mãe – sem dúvida, que a matasse simbolicamente. Se não for assim, a mulher é que será oferecida em sacrifício à mãe, e talvez às mães.

Eu nunca tinha escutado, numa análise, expressar-se com tão extremo pudor a força determinada que está em jogo numa relação sexual. Francine pressente que foi sua necessidade de uma presença materna que a conduziu a se ver às voltas com um “caso tão emaranhado”,

onde o que se revelava aos poucos era a homossexualidade do homem na sua dependência sexual à mãe dele. Curiosamente, a angústia lhe dava a impressão de se agarrar ao seu próprio corpo, enquanto ela teria desejado conservar a ilusão de uma sensação maternal própria ao homem. Mas então, por que ter – a ponto de se enganar – tanta fome de mãe, ela, a quem não tinha faltado atenção por parte da sua?

As figuras da Antiguidade mostram com frequência, como se sabe, uma mulher segurando uma roca e um espelho, ou uma roca que poderia ser um espelho. Seria isso a feminilidade? Sem dúvida sim, nos símbolos, mas o que vale da mesma forma, se não mais, são os gestos que carregam uma troca em movimento. Após a sessão na qual tinha ficado na contemplação interna deste “quadro” da trança, Francine procurou lentamente nomear a dor sentida ante a beleza da sua mãe. Por que a perfeita beleza feminina de um corpo e de um rosto de olhar maravilhosamente azul podia lhe causar tanta dor? Por que os doces gestos que a mãe lhe dirigia pareciam destinados a um *outro*? Por que conservar em si, como uma *imagem*, esta expressão da feminilidade, sem poder se identificar, exceto pagando o preço de uma verdadeira destruição da sua mãe?

Francine sonhou com frequência que a via morta, deitada na cama e usando um dos seus maravilhosos vestidos. Este pensamento tinha para ela a função de um “exercício” antes de adormecer. Há muito tempo – confessa – ela convoca esta imagem enquanto brinca com seus pelos pubianos. A esperança do sono e do sonho é acolher a mãe morta, mas capaz de se animar “do interior”. Talvez este seja o segredo da identificação, que teria este poder de animar o inanimado para que os gestos, o rosto e seu olhar, o corpo inteiro, a modelem como uma mulher *dentro do sonho*. A feminilidade seria isto : uma forma de mulher modelada pelo sonho da noite, graças à presença exclusiva da mãe-mulher. Não haveria outro caminho a não ser o de um incesto onírico mãe-filha, estas semelhantes idênticas nas quais se busca a semelhança.

»»

*Francine procurou lentamente
nomear a dor sentida ante a beleza
da sua mãe. Por que a perfeita
beleza feminina de um corpo
e de um rosto de olhar
maravilhosamente azul
podia lhe causar tanta dor?*

Francine acredita que uma mulher só pode fazer amor com um homem se for suficientemente mulher para impedir o engodo materno que ele carrega consigo ao seduzir as mulheres. Uma vez expresso, este pensamento lhe parece banal. No entanto, foi certamente por não saber disto que acabou descobrindo o terrível estrondo que a ameaçou até o mais profundo do seu ser. Os homens ignoram o crime que podem cometer ao fazer amor com uma mulher e dizer “você é minha mulher”. A expressão é realmente terrível. A culpabilidade dos homens em relação à sexualidade não consiste em uma traição edípica, mas bem poderia ser a máscara falsamente trágica que adotam para que a mulher os perdoe pelo abandono a que a submetem.

Com frequência, Francine dizia – sem acreditar nisso – que sofria de uma angústia de abandono. Ou, pelo menos, acreditava que podemos ser simplesmente abandonados por alguém, como teríamos sido abandonados por nossa mãe. Era não tomar ao pé da letra a palavra “abandono”, significando que o corpo de uma mulher pode se desfazer, ou se aniquilar, se for despossuído da “pequena identidade” que o sustenta. Esta “pequena identidade” está contida na muito vaga e muito forte intuição que o gozo só se dá a um único homem. Aqui ainda, dito assim, o pensamento já é comum. No entanto, se só pudermos falar de gozo restringindo o termo para aquele que a filha reserva ao seu pai, já seria como um



*um sonho muito assustador
tinha ajudado a formar
uma interpretação: Francine estava
para dar à luz, mas o parto
se apresentava difícil. No sonho,
ela não sabe mais com certeza
se se trata de dar à luz
ou de abortar*

sonho: pensamento que daria testemunho do absoluto em relação ao qual deve se avaliar todo homem que pretende “tomar” uma mulher.

Esta breve sequência de análise nos coloca muito exatamente no cerne de uma questão presente na contra-transferência. E dir-se-ia aqui que a contra-transferência é trabalhada por uma angústia que despedaça todas as representações imaginárias (paternas e maternas) sustentadas pelo cuidado, pela solicitude, pelo apoio, etc. Em alguns tratamentos analíticos, dir-se-ia facilmente que a angústia expressa pelo paciente leva o analista a se desfazer de qualquer atitude psicoterápica, até se tornar uma simples superfície de silêncio inteiramente afinada com a linguagem, sem a menor expressão de sentimentos. Nos momentos mais difíceis, o que me importava era apenas fazer com que Francine escutasse a ressonância das suas próprias palavras. Mas devo acrescentar que o que me aparecia com maior nitidez era o irrepresentável e o não-nomeável do que acontecia sobre o corpo de angústia.

No entanto, um sonho muito assustador tinha ajudado a formar uma interpretação: Francine estava para dar à luz, mas o parto se apresentava difícil. No sonho, ela não sabe mais com certeza se se trata de dar à luz ou de abortar. O obstetra – cujo rosto ela não vê – parece estar tomado pelo pânico. Ela grita que não está grávida: o médico ameaça estrangulá-la e aproxima as mãos de seu pescoço. De repente, aparece

uma parteira cuja cabeça ela percebe entre suas pernas abertas, bem à altura do sexo. O obstetra desaparece, e a hemorragia cessa.

Nas associações que surgem depois do sonho, ela relata uma masturbação que se impôs imperiosamente na véspera, no momento em que procurava dormir e sentia excitação na angústia. Isso resultou num mal-estar, e no seguinte pensamento: ela odiava sua mãe por “tê-la feito aberta, com este sexo de mulher”. E acrescenta: “será que a angústia não seria toda a hemorragia que sai do meu sexo?”. Intervenho para comentar que o personagem do obstetra poderia ser o psicanalista, impotente para acabar com a angústia hemorrágica. Ela recusa essa interpretação, ao mesmo tempo em que reconhece que, quando está muito angustiada, espera de mim que consiga fazê-la “dar o seu grito”. Digo-lhe então que as mãos que ameaçam estrangulá-la para fazê-la parar de gritar poderiam ser as mãos que liberam o grito. Ela concorda, pensando na cena de parto de um filme na qual o obstetra tinha mãos de estrangulador, e ia extrair a criança do corpo da mãe. Aqui, digo eu, trata-se de libertar da angústia – de “fazer a angústia regurgitar”. Enquanto no sonho a angústia hemorrágica diminui, surge entre as pernas afastadas essa cabeça de parteira e seu rosto reconhecível. Falo: “Então era sua mãe que você dava à luz, com seu sexo”.

Francine reencontra então este pensamento, que lhe veio um pouco antes do sonho: ela andava no vilarejo, ao lado de sua mãe. Um senhor idoso, amigo do seu avô, disse ao cruzar com elas: “parecem duas irmãs: mesma altura, mesmo penteado, mesmo porte de cabeça”. Dirigindo-se a Francine, acrescentou: “Sabe, vi sua mãe nascer, eu era o médico da família. Ela era tão pequena e tão magra que poderia caber na palma de uma mão!” Francine pensou então que bastava uma pequena abertura para fazer “passar uma menina”. Eu digo: “Já que são tão parecidas, você poderia ter estado grávida da sua mãe.”

Esta interpretação lhe convém. Por si mesma, compreende que uma menina pode ser fecundada pela mãe, e que pode carregar a mãe

em seu ventre. No sonho, diz que não está grávida – de um homem – e que não tem nada para dar à luz, nem para abortar. Não é isto a imaculada concepção – que uma virgem esteja grávida da sua mãe? O movimento na análise pelo qual a angústia começa a ceder é desencadeado por este sonho de certo modo mítico, no qual a homossexualidade mãe-filha adquire a sua fecundidade. Na análise, este sonho confere *uma figura* ao irrepresentável, e abre para a linguagem ali onde nada ainda pode ser nomeado (o emaranhado informe). E o que o sonho induz assim – o analista estando presente em pessoa e na sessão – é a formatação do gesto da trança, gesto que, no entanto, permanecera escondido e secreto.

Aquém da temática e da problemática que pode se deduzir dela, convém prestar atenção a este *trançado* que o pensamento efetua diretamente no corpo, com seu trabalho de desenredamento – entre – dois ou, como gosto de dizer, “*aqui em dois*”. Nada pode ser imaginado a não ser assim: como na obra do artista Rouan, é a superfície de escuta da linguagem que engendra a trança. E esta trança, antes de aparecer na imagem do quadro, com seu espelho, é a partenogênese de uma mulher dando-se a maternidade de sua própria mãe, para torná-la materna, dando-a à luz entre as pernas abertas, exatamente no nível do sexo.

No seminário sobre “A partenogênese”, François Perrier comenta as posições assumidas por Michèle Montrelay no seu livro *A sombra e o nome* (1977), e comenta: “O parto partenogênético é fantasia (*phantasme*) de uma mulher que quer dar a luz à *filha* que ela não foi, para se dar a luz a si própria enquanto filha que não será insatisfeita como foi a sua mãe.” Isto seria um tempo edípico da fantasia, correspondente à reelaboração de uma fantasia partenogênética mais primitiva, que se expressaria – sempre segundo Perrier – da seguinte maneira: “Esta filha que se torna a mãe se encontra numa posição impossível, já que *ela está na situação presumida de representar o nascimento de sua própria mãe.*”

A problemática do tema mítico da partenogênese remete aqui à angústia do emaranhado

»»

*aquém da temática
e da problemática que pode
se deduzir dela, convém prestar atenção
a este trançado que o pensamento
efetua diretamente no corpo,
com seu trabalho de desenredamento –
entre-dois ou, como gosto
de dizer, “aqui em dois”*

mãe-filha: este emaranhado é o vínculo oral-genital – primitivamente sexualizado demais – entre a filha e a mãe. A *trophé* grega poderia designar este vínculo que, na análise, não é representável, a não ser pela função que toma aqui o *idêntico*, num incesto prototípico (no sentido que lhe dá Françoise Héritier), evocando a impossível alteridade mãe-filha. Na análise de Francine, fica claro que é a posição perversa do homem – não assumindo seu próprio corpo na sua sexualidade com uma mulher – que torna agudas as pulsões pré-genitais (orais-anais), assim como as fantasias de despedaçamento por uma mãe fálica. O que nos aproximaria de um comentário de Piera Aulagnier sobre “A feminilidade e seus avatares”: “A feminilidade, nos dizem, impede a interpretação na medida em que ignora o recalque.” O que está certo, se estamos de acordo para pensar que a interpretação consiste num ato discursivo. Mas que é menos certo, se admitirmos que a interpretação se *trança* silenciosamente na linguagem no decorrer da análise, e que atribui assim à escuta uma decisiva função de ressonância. Montrelay remete a Lol V. Stein: “O que falta, o que seria preciso? Teria sido necessário uma *palavra-buraco*, uma *palavra-ausência*... não teria sido possível dizê-la: teria sido possível fazê-la ressoar.”

A distinção entre *recalque* e *censura* merece ser destacada – no sentido em que o fizeram Piera Aulagnier e François Perrier. Afirmar que *a feminilidade ignora o recalque*, porque é

constituída de pulsões arcaicas que se expressam no emaranhado e nas suas crises violentas, desloca a função estruturante da interpretação na análise até o ponto de fazê-la desempenhar o papel de *outro* da linguagem. De um ponto de vista técnico, nunca é demais lembrar o quanto fracassam miseravelmente atitudes de empatia psicoterápica que respondem a uma ideologia maternante. Estaríamos tentados a afirmar que o insucesso de numerosas análises de mulheres devido à violência do feminino – o que nos faz lembrar que é precisamente este feminino que está em estreita afinidade com o *psicanalítico*, e

que o desafia na contra-transferência do analista. Não existiria tal desafio no cerne da análise, se esta não fosse *exigida* como único trançado possível do vínculo.

Mas deveríamos também aprender que o que chamamos o “feminino” – idealizado na expressão de certas qualidades corporais – é sem dúvida, somente a máscara convencional que assumem as pulsões mais primitivas com as quais lida a análise. E, para nós, a questão permanece sendo a do informe materno que assombra o feminino. É aí que, sem dúvida, devemos deixar formar-se a imagem do mito.

The braid

Abstract The interpretation of a nightmare opens for a woman the way to understand the sense of a key image in her analysis. From this point on, she can find words to speak of (her) femininity and of the sexual relation.

Keywords anguish; femininity; interpretation; dream.

Texto recebido: 08/2014

Aprovado: 09/2014

Os artistas, os lugares e as obras possíveis

ou onde a subjetividade ainda encontra lugar de existir: ainda algumas considerações¹

Alessandra Monachesi Ribeiro

Resumo Parto da hipótese que a ausência de obra, conceito usado para situar o lugar destinado à loucura após ter sido transformada em doença mental, expandiu-se para todos os campos da existência na contemporaneidade, movimento análogo ao que ocorre no campo das artes visuais ao longo desse mesmo período em que uma obra de arte pode ser excluída para o campo da não arte, para me perguntar sobre a obra – e, por consequência, a subjetividade – possível em tempos de sua ausência. Apresento, então, em dois artigos subsequentes, e a partir das indicações oferecidas pelos trabalhos das artistas Nazareth Pacheco, Cindy Sherman e Marina Abramovic, o corpo e o feminino como alguns desses lugares de borda nos quais ainda podemos encontrar uma possibilidade de fazer obra, ou seja, de subjetivação.

Palavras-chave processos de subjetivação; corpo; feminino; arte e psicanálise; perversão; sublimação.

Alessandra Monachesi Ribeiro é psicanalista; pós-doutoranda em artes plásticas pela ECA-USP e pelo Centre de Recherches sur les Arts et le Langage da EHESS em Paris com bolsa da FAPESP; doutora em teoria psicanalítica pelo Programa de pós-graduação em Teoria Psicanalítica da UFRJ, com estágio doutoral no CRPM da Université de Paris VII; membro do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos de São Paulo e do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

1 Artigo baseado em tese de doutorado em teoria psicanalítica pela UFRJ, para a qual a autora contou com uma bolsa da CAPES. A primeira parte deste artigo foi publicada na revista *Percurso* 47, com o mesmo título.

2 A.M. Ribeiro, “Os artistas, os lugares e as obras possíveis, ou onde a subjetividade ainda encontra lugar de existir”.

O corpo e o feminino são dois temas de borda para a psicanálise, duas tentativas de abordá-la tanto quanto de dar voz a essa borda de onde o sujeito nasce. Ao percorrer esses dois conceitos, a psicanálise me pareceu tentar aproximar-se daquilo que sempre e desde Freud nos escapa, o que está fora do campo da linguagem, fora da representação, esse pedaço do real que desafiou Freud como pulsão vinda do corpo e como mistério do desejo feminino, ambos levando-o ao mesmo lugar, quer o chamemos de gozo feminino, real ou pulsão de morte.

A esses lugares de borda cheguei após ir buscar as possibilidades para a subjetivação no campo das artes, das artes contemporâneas e daquilo que alguns artistas nos informam acerca das condições de subjetivação em nossa época. Ou seja, os lugares de borda não consistiram nos pontos de partida de minha pesquisa, mas sim nos pontos de chegada aos quais fui conduzida pelo estudo aprofundado dos percursos artísticos de algumas artistas contemporâneas vivas e em atividade. Ou seja, ao partir da hipótese da ausência de obra e ao buscar os lugares em que ela ainda é possível em um campo quase clichê como o da arte contemporânea, chego aos lugares onde tais obras discutem o corpo e o feminino, o que me permitiu colocá-las em relação com o corpo e o feminino tais quais apresentados pela psicanálise como lugares de subjetivação.

Em artigo anterior² busquei apresentar, a partir do trabalho de duas outras artistas contemporâneas, o que poderia ser considerado como uma indicação dos lugares possíveis para a subjetivação em nossos tempos, ou seja, o corpo e o feminino. Apresentei o corpo feminino como tendo sido tomado e representado na arte sempre como corpo asséptico, em ligação estrita com a economia do olhar que, a



*o fetichismo suprime os sinais
da castração tanto quanto a arte
e o olhar suprimem os sinais
da materialidade do corpo
e do corpo feminino*

fim de contemplá-lo, fez e quis ali ver outra coisa que não a constatação da castração e da falta. O corpo asséptico da mulher sendo, assim, a negação dessa falta e do feminino propriamente dito, um corpo subtraído de toda sua materialidade como corpo. O que propunha a artista Nazareth Pacheco, uma das artistas mencionada em artigo precedente, era uma reintrodução do corpo carnal na obra para fazer frente a esse corpo asséptico da mulher apresentado pela arte, por meio da captura e do aprisionamento que ela faz do olhar entre os brilhos e cortes de seus objetos, alusões a um corpo despedaçado, sangrando e que, mesmo em ausência, se presentifica através dos materiais ou de seu sangue propriamente dito.

Apresentei, ainda, o corpo feminino, sempre ligado a essa economia do olhar, enquanto corpo/desvelamento, o feminino guardando a verdade última da castração em seu próprio desnudamento. O que propunha Cindy Sherman, a outra artista acerca da qual desenvolvi uma reflexão em artigo anterior, era colocar em questão a lógica fálica de uma verdade última proposta na assunção da mulher como desvelamento, através do apagamento do sujeito em suas obras, o trajeto em direção ao vazio e à ausência de figura humana tanto quanto à ausência de origem apresentada em suas obras de máscaras, manequins ou cópias de pinturas pertencentes à história da arte mas às quais, entretanto, faltam os originais.

Cada uma à sua maneira, as artistas reenviavam o olhar na direção do espectador, voyeurismo deste que, nesse momento, era olhado ao olhar. Fim do conforto e da proteção de sua posição. As obras o olham. Fim, também, da passividade do feminino que se dá ao olhar do outro.

Cheguei a levantar, a título de hipótese, que os trabalhos dessas artistas que nos levam às bordas do feminino e do corpo como lugares possíveis para a subjetivação o fazem a partir do objeto-fetice que, posto em movimento pelas estratégias presentes em suas obras, coloca em questão o feminino e o corpo como lugares possíveis para que haja um movimento. A possibilidade subjetiva residiria, com isso, nos lugares de borda, próxima da localização fetichista que transita pelas fronteiras visando à ultrapassagem de um limite.

O fetichismo suprime os sinais da castração tanto quanto a arte e o olhar suprimem os sinais da materialidade do corpo e do corpo feminino. Quando não há essa confrontação com o lugar fetichista a partir dele mesmo, como o fazem as duas artistas a fim de colocá-lo em movimento e em questão, ou quando tal confrontação atinge o limite do traumático – como veremos na obra de Marina Abramovic –, o que pode ocorrer é um recuo a uma dimensão imaginária que distancia as bordas do corpo e do feminino, suprimindo sua materialidade e negando sua ligação. É a essa terceira possibilidade que gostaria de fazer referência neste texto.

O corpo como feminino:
Marina Abramovic³

Marina Abramovic *trabalha para desconstruir o vínculo entre corpo e feminino*. Ela descobre a performance através do som, com sua instalação *Airport* em 1972. Mesmo sendo considerada uma das pioneiras, não se trata, segundo diz, e no que diz respeito a seu trabalho, de uma discussão sobre o corpo feminino, mas do corpo como meio de experimentar um limite e ultrapassá-lo, o corpo desligado de sua equivalência ao feminino e à mulher – presente frequentemente na obra de muitos artistas – apresentado como corpo nu, para o qual a sexuação não faz qualquer diferença no sentido de estabelecer aquilo que a artista vai colocar como limite. Ou seja, o limite trazido

pela desconstrução do próprio corpo, por sua morte ou por sua imobilização em um quadro puramente imaginário.

Isso quer dizer que, ao contrário de suas contemporâneas, Marina não se interessa pela performance como meio privilegiado de pôr em questão a mulher, o feminino e os lugares sociais a elas atribuídos durante séculos. O feminino não é questão e a artista toma seu corpo como sujeito e objeto de uma outra que, mesmo sendo próxima, não é totalmente assimilável às questões que ligam corpo e feminino colocadas pelas outras artistas, que quiseram pôr em causa o papel das mulheres em sua época. Será graças a essa não vinculação que a artista chegará ao limite do corpo em toda sua radicalidade, pois, uma vez distanciado de seu aspecto sexuado, não restará nada além de uma pura materialidade próxima de uma mortalidade desse corpo real sobre as quais ele poderá nos informar.

É por causa dessa diferença que seu trabalho me interessa, pois ele propõe uma terceira via através da qual posso me aproximar dos lugares possíveis para a subjetivação em nossos tempos ou, talvez, dos lugares em que essa possibilidade subjetiva encontra seu limite e deve recuar. Lá onde Nazareth Pacheco sugeria recolocar o corpo carnal a fim de fazer face ao corpo asséptico sem corporeidade propriamente dita como um caminho possível, e onde Cindy Sherman sugeria o esvaziamento da verdade e da origem para fazer face ao feminino como desvelamento e confirmação dessa lógica fálica como um segundo caminho, penso que Marina Abramovic teria sugerido como terceiro caminho o desligamento entre corpo e feminino levando quer ao limite desse corpo mortal, quer à sua

3 A reflexão acerca do trabalho da artista Marina Abramovic se apoia, essencialmente, em tese de doutorado já mencionada (A.M. Ribeiro, *Da perversão à sublimação: algumas estratégias das artes visuais para a criação de lugares de subjetivação e presença de obra nas bordas do corpo e do feminino*), da qual alguns excertos foram apresentados, ainda que não com a presente formulação, no II Colóquio Internacional: Práticas e Usos do Corpo na Modernidade, organizado pela Faculdade de Psicologia da USP, sob o título “O corpo e o feminino na arte contemporânea”, no ano de 2010.

4 M. Abramovic, *Marina Abramovic – Performing Body*, p. 18.

na obra de Marina Abramovic,
o flerte com o limite começa
com o limite do corpo
diante da dor e da morte

ultrapassagem pelo recurso a um deslocamento imaginário.

Em 1974, com *Rhythm 5*, no qual ela queima uma estrela comunista ficando deitada em seu interior até perder a consciência e ser salva pelo público, Marina Abramovic se deu conta de que seu trabalho explorava os limites do corpo, seu uso da performance testava limites físicos e psíquicos.

Ora, o corpo do artista, em que a falta está sempre presente e estabelecida na cultura ocidental, torna-se o lugar em que se vai jogar a possibilidade de existência de uma obra, inclusive a do artista como seu produtor. Lugar de falta torna-se lugar de existência. Além do mais, no corpo, a partir desse momento, joga-se a disputa entre os mecanismos de poder e as técnicas de resistência.

Na obra de Marina Abramovic, o flerte com o limite começa com o limite do corpo diante da dor e da morte e se desloca ao limite contornado pela semelhança entre suas performances e os ritos primitivos. Isso quer dizer que não se trata de uma mudança de tema em seu trabalho, mas de uma mudança de enquadre, como se a artista buscasse uma maneira menos perigosa, na medida em que inscrita nos padrões culturais, em vez das experiências solitárias do começo de sua carreira. A artista afirma seu objetivo de “[...] levar o corpo a um estado borderline que nos permitisse realizar um salto mental a fim de entrar nas dimensões diferentes da existência e de eliminar o medo da dor, da morte ou dos limites do corpo”⁴.

A ultrapassagem do limite pelo recurso a um deslocamento imaginário é um retorno à posição perversa, aí incluída sua imobilização, a respeito da qual me deterei a seguir. Não por





a transcendência, se seguirmos as indicações dadas pelo percurso e pela obra da artista, tem algo a ver com um desvio do corpo à imaginação

acaso muitas das obras de Marina Abramovic em que ela convida o espectador a fazer parte demandam uma imobilização do corpo e uma ultrapassagem imaginária dessa imobilidade, que ela liga a uma possibilidade de transcendência. Então a transcendência, se seguirmos as indicações dadas pelo percurso e pela obra da artista, tem algo a ver com um desvio do corpo à imaginação naquilo que diz respeito à possibilidade de movimento do sujeito, quer dizer, à possibilidade sublimatória. Mas retornemos ao percurso da artista para pensarmos melhor sobre esse tema.

Seu processo de produção de obra começa com os perigos das primeiras performances em que ela está só, como as que já mencionei, assim como aquelas feitas com Ulay, em que a confrontação com a dor e a extenuação da força física são importantes na medida em que elas lhe dão a experiência da “presença total de seu próprio corpo”.

Rhythm 10 de 1973 – em que a artista brinca com uma faca entre seus dedos e, a cada vez que se corta, muda de faca, gravando o som de seu jogo até que termine de utilizar 20 facas e que deva, então, escutar a gravação e tentar fazer o jogo como na primeira vez, com os mesmos cortes, pausas e ritmos... *Thomas Lips* de 1975 – na qual ela come um quilo de mel, bebe um litro de vinho, quebra a taça com a qual bebeu o vinho, corta uma estrela de 5 pontas em sua barriga com uma lâmina de barbear, se chicoteia até que não sinta mais dor, deita-se sobre uma cruz feita de blocos de gelo e coloca sobre seu ventre um aquecedor, de modo que a estrela sangre enquanto todo o seu corpo congela... *Rest energy* de 1980 – na qual ela e Ulay seguram um arco e uma flecha apontados para seu coração, o peso

dos dois corpos em equilíbrio precário mantendo a tensão do arco e os batimentos dos corações sendo registrados... *Imponderabilia* de 1977 – na qual estão os dois nus na entrada da galeria, deixando aos visitantes a tarefa de escolher de frente para quem eles entrarão... *Cleaning the mirror I* de 1997 – na qual ela limpa um esqueleto humano... *Balkan Baroque* de 1997 – uma instalação apresentada na Bienal de Veneza em que ela mostra vídeos de seus pais, um vídeo em que ela canta músicas de sua infância enquanto faz uma performance na qual ela limpa uma pilha de ossos de vaca... Todas essas obras são apenas um extrato de seu percurso em que ela nos confronta de maneira radical com o limite do corpo até o limite último da morte. A intensidade, a atmosfera densa e perturbadora nos oferecem uma indicação de tal limite, da consistência dele. De que se trata, então?

A pulsão como intensidade vinda do corpo e demandando trabalho ao psiquismo⁵, a pulsão de morte como única pulsão que fica fora da possibilidade de ser absorvida por esse psiquismo, transformada em desejo e, consequentemente, representada⁶, o inominável, o fora da linguagem ou, se levamos em conta o vínculo entre corpo e feminino desfeito pela artista, o gozo e o gozo feminino como suplementar e fora do campo simbólico⁷.

O desligamento do corpo de seu feminino, será que isso nos mostra onde o feminino e o gozo outro se distanciam da diferenciação, da existência de um corpo feminino à existência de um corpo em que o feminino não joga nenhum papel? Se a diferença sobre a qual o feminino define pode ser ignorada em relação ao corpo na obra de Marina Abramovic, será que podemos conceber que ela põe em jogo um corpo sem feminino, sem diferença, um corpo pura materialidade? Será que isso nos informa dessa outra possibilidade do feminino, disso que está fora da diferença e para o qual ela não tem nenhuma importância? O gozo outro, dito suplementar, terá ele alguma relação com esse corpo real do qual a artista nos traz notícias?



*de todo modo, as três artistas
partem do campo do aprisionamento
no olhar, no lugar de objeto-fetichê,
no clichê do feminino*

Ainda em 1974, com *Rhythm 0*, na qual ela deixa vários objetos à disposição das pessoas, liberadas para utilizá-los sobre seu corpo – desde um chicote até um revólver carregado, passando por maquiagens, uma pluma, uma rosa e assim por diante –, trata-se do momento a partir do qual ela nunca mais deixará tanto controle nas mãos de seu público. E, a meu ver, tratar-se-á em seus trabalhos, cada vez mais, de tentar tomar o controle sobre as experiências do espectador, propondo a ele interagir e experimentar suas obras. Uma busca de transcendência, certamente, uma busca de viver e fazer viver experiências verdadeiras, é inegável. Mas, também, uma busca de controle sobre o corpo e sobre as experiências dos outros, por meio da imobilização do corpo e da pressão para que o outro experimente o que quer que seja, o que nos leva novamente ao campo da perversão, da maneira que eu o havia descrito antes em relação às obras de Nazareth Pacheco e de Cindy Sherman.

O controle dos corpos – do seu e dos de seus espectadores – remete à ideia do poder disciplinar que incide sobre os corpos dos indivíduos, tornando-os dóceis, tal qual Foucault⁸ nos apresenta. Pode-se depreender daí o campo sobre o qual a artista parece buscar incidir: trata-se de jogar com esse controle e com essa submissão dos corpos. O que está posto como estratégia de poder e saber sobre os corpos é o lugar de onde ela parte – ou no qual ela aprisiona seu público –, a partir do qual tentará criar uma possibilidade de movimentação.

No caso de Marina Abramovic, esse enclausuramento do corpo domesticado em suas estratégias de controle, por meio das propostas de performance, será aliado à sua proposição de que o movimento possível se dê pelas vias da fantasia e da imaginação, ao contrário do que fazem Nazareth Pacheco e Cindy Sherman, para as

quais esse aprisionamento nos lugares cristalizados do objeto-fetichê – quer seja o corpo ou o feminino – serve apenas como ponto de partida para uma possibilidade de movimentação que não retorna ao lugar do fetichê, mas se lança a um outro. As duas parecem sustentar a convulsão no âmbito do corpo em sua materialidade mais estrita, a fim de incitá-lo a uma resistência, tema ao qual retornarei posteriormente ao pensar suas estratégias como um movimento de uma fixidez perversa a uma condição de fluidez sublimatória, movimento esse que também Abramovic inicia em toda sua radicalidade para, posteriormente, fazer retornar ao lugar fixo, salvo pelo imaginário.

De todo modo, as três artistas partem do campo do aprisionamento no olhar, no lugar de objeto-fetichê, no clichê do feminino, na aspeção do corpo tomado pelo campo da arte ou, em outras palavras, do campo da perversão. E é por meio dele que constituirão suas produções artísticas como projetos de desconstrução.

A perversão – como fetichismo – é um deslocamento e uma fixação do olhar que evita todo o deslocamento ulterior e, assim, a percepção da castração da mãe, objeto último que faz agir a castração como um limite para o sujeito. Freud⁹ coloca em relevo no seu texto: tão fundamental quanto a ameaça de castração que sofre a criança para que ela possa renunciar a seus objetos primários de amor e se investir noutro lugar é sua constatação da castração da mãe, para que ela possa não ser deixada em uma posição histérica na qual sua falta poderia ser compensada pela não falta do outro que, assim, a ajudaria a ultrapassar a sua. Eis a perversão ligada à falta e às

5 S. Freud, “Os instintos e suas vicissitudes”.

6 S. Freud, “Além do princípio de prazer”.

7 J. Lacan, *O seminário, livro 20 – Mais, ainda*.

8 M. Foucault, *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*.

9 S. Freud, “Fetichismo”.



*o feminino aproxima-se
da perversão naquilo
que diz respeito ao interdito
e ao Outro.*

manobras feitas pelo sujeito a fim de evitá-la e, ainda mais, por meio das estratégias que dizem respeito ao olhar.

Deslocamento e fixação, como eu havia dito acerca do olhar depositado sobre a mulher, ou seja, o olhar durante boa parte da história da arte, do qual Nazareth Pacheco nos informava por meio de suas obras, que o deslocavam e o aprisionavam através do mesmo movimento utilizado para deslocar e aprisionar a mulher num lugar de mulher vista passivamente como corpo asséptico de suas materialidades capazes de distingui-lo, ou até do olhar do saber psicanalítico que desloca e aprisiona também facilmente a mulher no lugar do desconhecido. A mulher e a feminilidade têm relação com a perversão na medida em que sua referência nos leva sempre a um lugar fora da linguagem e fora do simbólico, fixando-a aí. O que pode ser visto, mas não tocado, a perversão e o sagrado terão algum tipo de ligação íntima?

Não vou me aproximar do sagrado senão a partir do conceito de sublimação, tendo em conta que o que pode fazer o sagrado tem algo a ver com a renúncia a uma satisfação pulsional direta. Ao mesmo tempo, levo em consideração que certos psicanalistas contemporâneos aproximarão o feminino e a sublimação da perversão, especialmente Assoun¹⁰ e Mijolla-Mellor¹¹, o que coloca diretamente em relação vários aspectos daquilo acerca do que escrevo neste momento: o feminino levando à perversão e ao sagrado e esses enviando à sublimação e à obra de arte, o que retorna à perversão e às questões do deslocamento do investimento libidinal.

O feminino aproxima-se da perversão naquilo que diz respeito ao interdito e ao Outro.

A mulher, ao ter que construir-se em relação ao sexo que é apenas um, a partir do qual a criança se define segundo tê-lo ou não tê-lo, o que fará com que Freud¹² assinala que ser mulher é sobretudo uma construção à qual é necessário dedicar-se por meio do deslocamento de uma escolha de objeto da mãe ao pai, assim como de uma experiência de satisfação ativa, fálica e clitoriana em direção a outra especificamente feminina, passiva e vaginal. Nesse movimento, se há qualquer coisa que se atinge em relação à castração e à referência fálica ao lado da qual a mulher advém, na medida em que substitui seu desejo da mãe por um desejo do pai e, em seguida, por um desejo de um filho, resta também algo de não atingido.

Quando Marina Abramovic volta sua atenção ao público e à maneira pela qual ele reage e vive o contato com sua obra, tenta ter mais controle sobre eles criando performances em que deverão participar, de maneira frequentemente bastante calculada. Ao mesmo tempo, trata-se também de apostar que o público não deve ser passivo diante da obra de arte, mas tomar parte. Ela afirma a importância da experiência como o único meio de mudança, dizendo que uma pessoa não pode viver através das experiências de uma outra¹³. Busca de transcendência e de controle, talvez a obra de arte como sublimação nos leve à perversão tanto quanto aos domínios do sagrado.

Em relação aos seus *Transitory objects* (1989), por exemplo, a artista nos informa que seu objetivo era deslocar a atenção do olhar em direção ao ser ligado ao objeto. Então, um objeto que depende do público para existir e o espectador a quem é solicitado substituir sua posição confortável de *voyeur* por aquela mais difícil de ser aquele que vive a experiência. Não se trata de objetos simbólicos, mas de objetos que guardam sua função de esvaziar, preencher ou criar uma mudança mental no público, daí sua utilização de pedras brutas, de cristais, aos quais a artista atribui o poder de movimentar a energia dos seres humanos. Um recurso à idéia de energia, assim como uma referência quase religiosa a uma transcendência possível por meio

das experiências corporais. Um deslocamento do corpo na direção de sua sublimação em energia, transcendência, iluminação? Uma nova negação do corpo a partir dele mesmo?

No que diz respeito à sublimação, não vou me aprofundar agora, visto que se trata de uma vasta discussão. Em todo caso, tomando a obra de arte como um de seus produtos, o que me parece interessante é que novamente a questão do deslocamento é o que está sendo posto em causa. Deslocamento da obra de arte, deslocamento que a sublimação propõe à pulsão em direção a um outro alvo e um outro objeto por meio de uma modificação da pulsão propriamente dita, bem diferente dos mecanismos de defesa.

A sublimação tem em conta o interdito e o ultrapassa¹⁴ e é graças a isso que podemos aproximá-la da perversão, na medida em que se trata, nas duas, de tentar contornar tal interdito.

Assim, temos a sublimação (que implica a obra de arte) tanto quanto o feminino (assunto de certas obras) ligados à perversão, seja como processo através do qual a arte toma forma (sublimação), seja como assunto mesmo de tal obra (a discussão sobre o feminino), seja ainda como relação entre a obra, o sujeito e o espectador (o olhar do público e a busca do controle pela artista).

O olhar retorna igualmente como ponto de vinculação entre o feminino, a perversão e a sublimação e, se eu já havia apresentado a economia do olhar em relação ao feminino e à perversão, faz-se necessário adicionar que ele implica também a sublimação em seu jogo.

As pulsões particularmente envolvidas pelo processo sublimatório são as pulsões parciais independentes das zonas erógenas, tais como a

»
*as pulsões particularmente
envolvidas pelo processo
sublimatório são as pulsões
parciais, independentes
das zonas erógenas*

pulsão de ver, nos lembra Mijolla-Mellor¹⁵. Ela é analisada por Freud como alvo preliminar do ato sexual, fixação perversa e derivação sublimada na contemplação artística e na pulsão de saber, fixação e derivação reencontrando-se novamente.

A negação do corpo pelo próprio corpo aparece nas obras mais recentes de Marina Abramovic, nas quais o público é convidado a fazer parte do trabalho, porém sem poder realmente participar por causa da impossibilidade que a artista constrói, aprisionando o corpo e solicitando um deslocamento apenas mental, ou imaginário, como podemos constatar em *Double edge* (1995), em que quatro escadas são oferecidas ao público para que ele as utilize, contudo a primeira é feita de madeira muito fina, a segunda é feita com facas, a terceira é de ferro quente e a quarta é de gelo, o que impossibilita os movimentos de serem realizados; ou em *Escape* (1998), em que ela aprisiona o público em uma sala de uma antiga prisão em Melbourne, amarrando-os e cobrindo suas orelhas, obrigando-os a fugirem... apenas por sua imaginação!

Ainda mais recentemente, em retrospectiva realizada no MOMA em Nova York, a artista apresenta uma *performance* intitulada *The artist is present* (2010), na qual passou três meses sentada em uma cadeira, durante os horários de abertura do museu, no átrio deste, completamente imóvel e em silêncio, tendo à sua frente uma cadeira onde qualquer espectador poderia sentar-se. Quando isso ocorria, a pessoa e ela se olhavam durante um período até que o indivíduo se retirasse e desse lugar ao seguinte, com quem a situação se repetia. O olhar da artista oco, vazio, inexpressivo não possibilitava um encontro, nem uma

10 P.-L. Assoun, *Freud et la femme*; idem, *Masculin et féminin*.

11 S. Mijolla-Mellor, *La cruauté au féminin*; idem, *La sublimation*; idem, *Le choix de la sublimation*.

12 S. Freud, "Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos"; idem, "A sexualidade feminina"; idem, "Novas conferências introdutórias à psicanálise – Conferência xxxiii: Feminilidade".

13 M. Abramovic e G. Celant, *Public body – installations and objects. 1965-2001*.

14 S. Mijolla-Mellor, *La sublimation*.

15 S. Mijolla-Mellor, *La sublimation*.



*negar o corpo para não negar
o deslocamento diante
de seu limite é o percurso
que a artista parece sugerir.*

descoberta do outro, mas uma ausência. A artista não estava presente, e convidava seu interlocutor a também retirar-se. Ao público sobrava a possibilidade de participar de seu modo calculado de um simulacro de encontro com uma presença que não estava lá, a não ser talvez no campo da fantasia e da imaginação de cada um acerca daquilo que encontrou em seu olhar morto.

São exemplos que retornam a obra de Marina Abramovic para o corpo, para seu limite e, além do mais, para a perversão do desejo de controle sobre esse corpo, seu limite e o recurso à imaginação a fim de substituir o que o corpo não pode fazer. Frente ao limite do corpo, a artista escolhe um deslocamento imaginário que supõe ignorá-lo, sua obra levando esse fora na direção de alguns lugares distanciados de sua busca de carnalidade inicial. O desligamento provocado pela artista entre o feminino e o corpo é o que a faz chegar a essa solução imaginária?

O desligamento entre o corpo e a referência à sexuação através do feminino que o inclui e exclui simultaneamente deixa lugar, contraditoriamente, a um corpo menos real e mais imaginário. O corpo asséptico no qual Nazareth Pacheco recoloca, em suas obras, todos os aspectos mais carnis que haviam sido suprimidos a fim de que se tornasse objeto de arte e do olhar parece ser o mesmo corpo que Marina Abramovic põe em jogo através de sua materialidade nua¹⁶. Mas contrariamente a Pacheco que o faz por meio de sua ausência e através da alusão às suas dores, Abramovic o faz por uma presença extrema, radical, invasiva de todas as fronteiras precedentes anteriormente estabelecidas entre o público e a obra e, ainda mais, entre o artista e sua obra,

no sentido de que o corpo do artista nunca esteve tão presente nas suas obras do que quando ele foi diretamente implicado pelas performances. Um excesso de presença da artista, uma saturação de materialidade por meio de seu corpo que se torna obra. Desse modo, Abramovic começa por recolocar o corpo e sua materialidade carnal e sanguínea como contraponto do corpo asséptico distanciado de si mesmo da produção artística anterior. É sua crítica a essa arte e à maneira como o corpo e o feminino ali estão postos.

E, no entanto, contrariamente a Nazareth Pacheco, que sustenta sua posição de recolocar o corpo em suas produções artísticas, o que parece fazer Marina Abramovic é se distanciar progressivamente, começando pela negação da ligação entre o corpo e o corpo feminino, na medida em que afirma não colocá-lo em questão – seu corpo como corpo feminino – em suas obras. O corpo tão radicalmente posto em jogo está fora da referência à sexuação e à diferença e se torna, mais e mais, um corpo imaginário que se desloca na medida em que o corpo material fica imobilizado pelas propostas feitas por seus trabalhos. Como uma crítica a uma assepsia do corpo no domínio artístico pode levar novamente a sua negação através de sua imobilização? Negar o corpo para não negar o deslocamento diante de seu limite é o percurso que a artista parece sugerir. Retorno ao lugar do objeto-fetiche. A origem é o corpo (Nazareth Pacheco); a origem não há (Cindy Sherman); o corpo não há (Marina Abramovic).

As estratégias de borda:
da perversão à sublimação...

Seria possível a obra de arte ser um objeto que apele a uma posição fetichista do espectador? E, em caso afirmativo, não seria ela uma maneira de colocar essa posição em movimento por meio de si mesma, perturbando o olhar mediante o convite a um apaziguamento que não se alcança nunca? A obra de arte teria essa função de colocar em movimento, que faz a diferença entre a

perversão e a sublimação tão próximas naquilo que diz respeito à ultrapassagem dos limites? Não seria ela o registro propriamente dito do caminho que leva de uma à outra?

Através da leitura que Mijolla-Mellor¹⁷ faz da sublimação próxima à perversão como ultrapassagem e deslocamento, depreendi minha leitura da estratégia que as artistas efetuam para recolocar algo no campo das artes visuais, de um lugar cristalizado a uma possibilidade de movimentação. Parece-me que as possibilidades de subjetivação que se dão nos lugares de borda – trazidos aqui pelo corpo e pelo feminino – podem existir como tais na medida em que se constituam nessa busca de recolocar em movimento algo que ficou cristalizado. A subjetivação seria, assim, esse movimento que o percurso dessas artistas vêm nos indicar como a ultrapassagem e o contorno de um limite, do campo de um enclausuramento perverso em direção a uma mobilidade sublimatória e que se faz no campo das bordas. Faz-se necessário, neste ponto, finalmente deter-me um pouco mais sobre o conceito de sublimação, a fim de explicitar sua possibilidade de movimento e de ultrapassagem que traz para a subjetividade contemporânea uma brecha por onde acontecer.

Sublimar pode ser entendido, então, como uma recolocação em movimento. Ela é tão pautada pelo prazer que proporciona quanto pelas satisfações diretas ou perversas. Não se trata de uma possibilidade etérea e abstrata, distante do campo pulsional, mas, sim, de uma estratégia de deslocamento e ultrapassagem que busca igualmente a satisfação.

As fixações da libido são, então, entaves a esse movimento, quer sejam da ordem das inibições, dos sintomas ou da fixação perversa, o que quer dizer que a sublimação não é jamais um dado estabelecido de uma vez por todas, ponto em que ela se diferencia da perversão que, nesse sentido, e por sua característica de fixidez,

»
*na sublimação, o ideal
não está projetado sobre
um objeto externo, como ocorre
com a idealização*

aproxima-se mais do campo da idealização ao qual o processo sublimatório se opõe, como veremos adiante.

Na sublimação, o ideal não está projetado sobre um objeto externo, como ocorre com a idealização (perversa, talvez?). Por outro lado, tanto a perversão quanto a sublimação operam um movimento de contorno do interdito e conseguem, de algum modo, não apenas manter o escoamento do fluxo libidinal como reforçá-lo desde que lhe haja um obstáculo. Mas isso a que se contorna, no caso da perversão, é por ela recusado, enquanto, para a sublimação, é deslocado, como objeto e alvo, para um outro lugar. E onde Mijolla-Mellor vê ambos os processos aprisionados em uma fixidez de seus objetos e alvos, penso que se marca uma diferença entre o movimento que a perversão faz de ultrapassar e refixar-se noutro ponto, já que tem que evitar a castração, e o movimento estabelecido pela sublimação, que pode deslizar indefinidamente.

A sublimação cria novos objetos para a pulsão, inscrevendo-a na experiência da cultura. E ela traz, como possibilidade interessante, justamente a ultrapassagem e o deslocamento, na busca da criação de um movimento que não se restrinja a uma fixidez imposta pela organização psíquica, o que faz com que sua mobilidade sirva como condição de criação de campos para que a subjetivação tenha lugar.

Assim, quando chegamos ao que discutem as artistas que escolhi para me ajudarem a buscar o lugar para a subjetividade em nossos tempos, é ao tema das bordas que chegamos. A subjetividade não tem lugar além das bordas de si mesma, ou seja, no corpo e no feminino como duas das

16 A.M. Ribeiro, "Os artistas, os lugares...".

17 S. Mijolla-Mellor, *La sublimation*; idem, *Le choix de la sublimation*.



*profanar é uma forma de resistir
à vida nua. É tocar o sagrado
para liberá-lo e para liberar-se dele*
[G. Agamben]

possibilidades dessa borda em que o psiquismo se constrói.

As bordas são espaços de fronteira, sem que esse último termo caracterize o encontro de dois espaços fixos ou, para dizer de outro modo, as bordas são fronteiras retiradas de sua fixação como limites inultrapassáveis entre dois espaços, dois sujeitos, o sujeito e o mundo. E o que pode transformar uma fronteira em borda passível de movimento e de criação subjetiva? Trata-se, na minha opinião, da transgressão trazida por certas condições dessa subjetividade propriamente dita: sua origem pulsional, seu vínculo com o corpo, sua experiência do feminino. São condições transgressivas que dão lugar a uma subjetividade possível. Ora, a subjetivação tem algo a ver com a transgressão.

A ideia de transgressão está associada à perversão no discurso psicanalítico, sobretudo por conta da ultrapassagem das normas aí incluída. Mas se nos recordamos da aproximação entre perversão e sublimação acerca da qual escrevi anteriormente, é possível aproximar os dois conceitos da transgressão, buscando suas diferenças e as implicações de suas aproximações e diferenciações para nossa discussão sobre a subjetividade possível nos lugares de borda.

Mesmo se pudermos considerar a perversão e a sublimação próximas como movimentos transgressivos, a diferença entre os dois nos auxilia a compreender as diferentes maneiras como a transgressão pode ter lugar. Em suma, a meu ver, a diferença entre perversão e sublimação reside na manutenção ou na recusa do movimento, uma vez atingida a ultrapassagem do limite, não nessa ultrapassagem propriamente dita. Poderíamos,

então, supor que a transgressão tem mais a ver com a sublimação do que com a perversão em virtude de seu aspecto de manutenção de um movimento, de criação de novas formas, de deslocamento diante do limite?

Agamben¹⁸ nos permite essa aproximação, na medida em que estabelece uma diferença entre profanar e consagrar. Consagrar é retirar as coisas da esfera do direito humano, enquanto profanar significa restituí-las ao livre uso dos homens. Profanar é uma forma de resistir à vida nua. É tocar o sagrado para liberá-lo e para liberar-se dele. O sagrado é aquilo que subtrai as coisas e os seres do uso comum e os transfere a uma esfera separada.

No campo psicanalítico, parece-me que os movimentos estabelecidos pela perversão e pela sublimação, esses movimentos transgressivos, aproximam-se também da ideia de profanação apresentada por Agamben, cada um à sua maneira, seja a perversão através da sacralização da coisa e da cessação do movimento, seja a sublimação através da tentativa de recolocá-lo em jogo. Nesse sentido, profanar estaria próximo do que busca o movimento sublimatório, contra uma fixidez/sacralização estabelecidas pela perversão, bem como por outras cristalizações do psiquismo.

Agamben¹⁹ nos auxilia, também, a distinguir perversão e sublimação no que tange à relação ao sagrado, na medida em que ele difere profanação de secularização, dizendo que a segunda é uma espécie de remoção que mantém as forças intactas, deslocando-as de um lugar a outro – o que podemos encontrar na perversão como tentativa de profanar que, entretanto, reenvia a um tipo de imobilização ulterior, a um deslocamento que não cessa de aprisionar o outro em uma posição fixa como objeto – enquanto a profanação neutraliza o que ela profana, desativa os dispositivos de poder ali colocados e o retorna ao uso comum – o que podemos supor na sublimação, que não aprisiona o sujeito em um lugar fixo, com um objeto também fixo, mas tenta manter uma fluidez do investimento.

Retornando nossa atenção ao campo das artes, podemos pensar que a obra de arte que profana para restituir está implicada política e eticamente, na medida em que restituir não é fazer pertencer a quem quer que seja, mas uma outra coisa. A restituição que uma obra de arte pode fazer é uma profanação, um toque que desencanta, ao invés de tornar algo sagrado, separado, petrificado. Ou seja, uma obra de arte não é um objeto sagrado, mas ao contrário, a profanação dessa esfera do sagrado e a colocação em movimento desses objetos, sua liberação à circulação que os outros possam fazer com eles. É certo que muitas obras de arte servem mais à sacralização ou à secularização do que a liberar o objeto. As obras de certos artistas separam e impedem o uso, mas é certo, também, que há outros artistas que se ocupam mais de fazer um trabalho em que o objetivo é profanar e restituir, por vezes tomando os lugares e as estratégias de separação e colocando-os em tensão até que explodam. Recolocar em movimento.

A arte contemporânea e algumas de suas artistas, das quais tratei nesse artigo e no precedente,

»
*os lugares de ausência de obra
podem ser utilizados como estratégia
de sua recolocação em jogo, de sua
recolocação em movimento*

mostram-nos que os lugares de exceção de subjetividade, os lugares de ausência de obra podem ser utilizados como estratégia de sua recolocação em jogo, de sua recolocação em movimento. É como pensar em recolocar o *homo sacer*²⁰ em jogo, em circulação, dessacralizando-o. Recolocar o corpo e o feminino em jogo é dessacralizá-los, retirá-los do lugar de exceção ou, ainda mais, tomá-los em seu *habitat* de exceção a fim de recolocar esse lugar em questão, a fim de fazê-lo circular, de convertê-lo de fronteira em borda, de profaná-lo. Profanação obtida através de seus próprios instrumentos, dos instrumentos do sagrado, ou seja, do corpo e do feminino.

18 G. Agamben, *Profanações*.

19 G. Agamben, *op. cit.*

20 G. Agamben, *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*.

Referências bibliográficas

- Abramovic M. (1998). *Marina Abramovic – Performing Body*. Milão: Charta.
- ____; Celant G. (2001). *Public body – installations and objects. 1965-2001*. Milão: Charta.
- Agamben G. (2002). *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- ____. (2007 [2005]). *Profanações*. São Paulo: Boitempo.
- Assoun P.-L. (2003 [1983]). *Freud et la femme*. Paris: Payot.
- ____. (2007 [1989]). *Masculin et féminin*. Paris: Anthropos.
- Foucault M. (1987 [1975]). *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes.
- Freud S. (1996 [1915]). Os instintos e suas vicissitudes. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. XIV, p. 117-146.
- ____. (1996 [1920]). Além do princípio de prazer. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. XVIII, p. 13-78.
- ____. (1996 [1925]). Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. XIX, p. 273-288.
- ____. (1996 [1927]). Fetichismo. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. XXI, p. 151-162.
- ____. (1996 [1931]). A sexualidade feminina. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. XXI, p. 231-254.
- ____. (1996 [1933]). Novas conferências introdutórias à psicanálise – Conferência XXXIII: Feminilidade. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. XXI, p. 113-134.
- Lacan J. (1985 [1972-1973]). *O seminário, livro 20 – Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Mijolla-Mellor S. (2004). *La cruauté au féminin*. Paris: PUF.
- ____. (2005). *La sublimation*. Paris: PUF.
- ____. (2009). *Le choix de la sublimation*. Paris: PUF.
- Ribeiro A.M. (2011). Os artistas, os lugares e as obras possíveis, ou onde a subjetividade ainda encontra lugar de existir. *Percursos*, n. 47, São Paulo.
- ____. (2010). *Da perversão à sublimação: algumas estratégias das artes visuais para a criação de lugares de subjetivação e presença de obra nas bordas do corpo e do feminino*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, IP. Rio de Janeiro: UFRJ.

Artists, places and the possible artworks, or where subjectivity still finds place to exist: some considerations

Abstract Starting from the idea that the absence of work, a concept used to place madness after it's been understood as mental illness, has expanded itself through all paths of existence in contemporary times, in a movement similar to what happens within the art field during the same time, where an artwork can be excluded to the field of non art, I ask myself about the works – and, consequently, subjectivity – that are possible in times of their absence. Therefore, I present, within two subsequent articles, from the indications of the artists Nazareth Pacheco, Cindy Sherman and Marina Abramovic, the body and the feminine as some of these frontier places where we can still find a way to make work, hence, subjectivity.

Keywords subjectivity's processes; body; feminine; art and psychoanalysis; perversion; sublimation.

Texto recebido: 09/2014

Aprovado: 10/2014

Uma paciente com genitais anormais?

os efeitos transferenciais da histeria em uma dupla analítica

Teo Weingrill Araujo

Resumo No presente artigo, propomo-nos a revisitar um caso apresentado pelo psicanalista Ronald Fairbairn em 1931 de modo a interrogar a posição do analista diante da histeria. Mais especificamente, a partir do caso, buscamos chamar a atenção para os efeitos da histeria, em transferência, na dupla analítica. Nesse percurso, lançamos mão, dentre outras, das concepções teóricas desenvolvidas pelo próprio Fairbairn nas décadas de 1940 e 1950.

Palavras-chave Ronald Fairbairn; histeria; relações de objeto; técnica analítica; caso clínico.

Trabalho financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; derivado da tese de doutorado defendida pelo autor no IPUSP em 2014.

Teo Weingrill Araujo é psicanalista; mestre e doutor pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Introdução

Em 1931, Ronald Fairbairn era um médico recém-formado e um dos poucos a praticar psicanálise em Edimburgo, na Escócia. Nesse ano, Fairbairn viajou a Londres, que começava a se constituir como o mais importante centro psicanalítico da época, para apresentar o caso de uma paciente atendida por ele.

Essa apresentação, uma das poucas que fez ao longo da vida para os psicanalistas que atuavam em Londres, foi muito importante porque abriu as portas para que ele fosse aceito como membro associado da British Psychoanalytic Society, mesmo sem ter conseguido, por conta da distância, cumprir o programa de formação usual. Nessa ocasião, ele relatou o caso que denominou como sendo o de uma paciente “com uma anormalidade genital” e recebeu os comentários de Ernest Jones, James Strachey e Melanie Klein.

Quase vinte anos depois, o autor resolveu incluir essa apresentação do caso no único livro que publicaria em vida. Para isso, fez alguns acréscimos pontuais no trabalho original e acrescentou alguns detalhes sobre a suposta anormalidade genital da paciente, com base em informações de que não dispunha em 1931.

No presente artigo, propomo-nos a revisitar esse caso de modo a interrogar a posição do analista diante da histeria. Mais especificamente, com base no caso, buscamos chamar a atenção para os efeitos da histeria, em transferência, na dupla analítica. Nesse percurso, lançamos mão, dentre outras, das concepções teóricas desenvolvidas pelo próprio Fairbairn nas décadas de 1940 e 1950.



*a paciente, embora sempre
tenha sido presumido tratar-se
de uma mulher, tinha uma imperfeição
genital congênita que levantava
dúvidas quanto ao sexo
a que ela de fato pertencia*

Apontamentos sobre o caso clínico

Fairbairn¹ dá início à apresentação do caso destacando uma característica que, nos termos dele, talvez o torne único na prática psicanalítica. A paciente, embora sempre tenha sido presumido tratar-se de uma mulher, tinha uma imperfeição genital congênita que levantava dúvidas quanto ao sexo a que ela de fato pertencia. Antes mesmo de apresentar o que a levou a procurar análise, Fairbairn se detém longamente na descrição dos laudos e pareceres dados pelos diferentes médicos, com diferentes posições acerca da suposta anormalidade genital dela.

O primeiro laudo foi escrito pelo médico que encaminhou a paciente para a análise com Fairbairn. A partir dele, somos informados de que ela foi uma criança perfeitamente normal até chegar à idade da puberdade. Então, ela havia crescido até ficar demasiadamente alta, não menstruara, mas continuava perfeitamente bem. No exame físico, constatou-se a ausência completa de todos os órgãos genitais.

No início do tratamento, Fairbairn partiu do pressuposto de que o parecer do primeiro médico estava correto, mas, à medida que o tratamento prosseguia, ele começou a ter dúvidas. O autor não diz o que o levou a começar ter dúvidas, nem se isso foi discutido com a paciente.

Fairbairn apresenta, então, o parecer de um segundo médico ginecologista, que submete a paciente a um novo exame e chega a conclusões diferentes. Com base nesse parecer, ficamos sabendo que, apesar de o desenvolvimento geral

dela ser fortemente masculino e o peitoral ser muito largo, ela apresenta todas as características secundárias de uma mulher (seios, modo como os pelos pubianos estão dispostos, lábios vaginais, clitóris etc.). O parecer também detecta a presença de um hímen intacto e descreve as suas características. Por último, informa que a realização do exame retal foi especialmente difícil, mas que, a partir dele, não foi possível detectar a presença nem do colo nem do corpo uterino. Diante disso, a opinião do médico é que a paciente apresenta gônadas masculinas e é essencialmente do sexo masculino, embora apresente genitais externos que são característicos do sexo feminino.

Quando seguimos na descrição, percebemos que novas dúvidas foram lançadas sobre esse segundo parecer. Nesse contexto, é apresentado o laudo de um geneticista que afirma que o resultado do exame de urina da paciente comprova a existência de gônadas femininas.

Depois de apresentar esse terceiro laudo, Fairbairn toma a palavra e propõe que deve ser dado maior peso ao veredito do geneticista porque baseado em evidências mais objetivas. Com base nisso, o autor é levado a crer que a paciente é uma mulher, com todos os órgãos externos e glândulas próprias do sexo feminino, mas que não apresenta um útero, a não ser que ele esteja presente de forma muito embrionária.

Depois da apresentação de todos os pareceres, surpreendemo-nos com a seguinte afirmação do autor:

Nessas circunstâncias, a presunção original de que a paciente era realmente do sexo feminino precisaria permanecer intacta; e nunca pareceu sensato compartilhar com ela qualquer informação que pudesse abalar a convicção dela a esse respeito².

Essa afirmação nos faz perceber que todas as dúvidas a respeito do sexo da paciente eram do próprio Fairbairn. Muito provavelmente, ele foi o responsável por encaminhá-la ao segundo ginecologista e possivelmente ao geneticista também, por conta de uma dúvida dele próprio, que não

era compartilhada com sua paciente, para que a certeza dela de que ela era mulher não fosse abalada. Os médicos que a examinam e o analista compartilham um segredo.

Estamos nos ocupando de fazer uma retomada tão minuciosa do início do texto porque ele permite conhecer um movimento silencioso do analista que, diante de dúvidas a respeito da paciente, começa a tomar certas atitudes e a ir atrás de saber mais. Mais do que isso, ele se propõe a saber algo sobre o corpo da paciente sem que ela saiba muito bem do que se trata. Essa busca não diz respeito a um detalhe qualquer. O analista precisa saber se está lidando ou não com uma mulher. Ele não conseguiu se contentar com os laudos dos dois primeiros médicos, que punham em questão a feminilidade da paciente, e só pôde sossegar quando o laudo do geneticista lhe assegurou de que se tratava mesmo de uma mulher.

Assim, nessa sucessão de laudos do início do texto, acompanhamos o processo em que a paciente pôde se constituir como mulher para o seu analista. Essa dimensão do processo vivido pela dupla analítica não é mencionada deliberadamente por Fairbairn, que vai por outros caminhos nas análises e discussões que propõe a partir do caso. Entretanto, a nossa hipótese é que essa dimensão, em que a paciente se torna mulher para o seu analista e perante ele, produz um silêncio muito ruidoso.

Na descrição do caso, a dicotomia entre a faceta totalmente assexuada da paciente e a faceta sedutora e perigosa dela sempre estará presente de modo muito importante. Apesar de descrever, com muita acurácia, o modo de funcionar da paciente nos diferentes momentos da análise, ele não tece nenhuma consideração sobre como esse modo de funcionar se manifesta na relação transferencial com o analista. Muito menos ainda há

»
*ficamos sabendo que,
até a puberdade, a paciente era
uma criança feliz e irresponsável
“para quem os jogos e as brincadeiras
propiciavam os interesses mais
envolventes da vida”*

qualquer consideração explícita sobre a maneira como o analista recebe tudo isso.

Ao nos debruçarmos detidamente sobre esse apêndice inicial do texto, que ocupa as três páginas iniciais, buscamos dar relevo para a presença de um analista muito curioso, às voltas com uma dúvida que o mobiliza. Nas páginas a seguir, teremos condição de compreender melhor o contexto em que todas essas dúvidas foram aparecendo.

Ao iniciar propriamente a descrição do processo analítico, Fairbairn destaca que, ao chegar à análise, a paciente já estava na meia-idade, tinha a profissão de professora, mas estava afastada havia mais de um ano por causa de um colapso nervoso. Além disso, acrescenta Fairbairn, em razão das circunstâncias, ela afortunadamente “nunca tinha aproveitado nenhuma oportunidade de se casar”³.

No decorrer da descrição, ficamos sabendo que, até a puberdade, a paciente era uma criança feliz e irresponsável “para quem os jogos e as brincadeiras propiciavam os interesses mais envolventes da vida”⁴. Entretanto, a criança feliz e irresponsável se tornou uma adolescente focada exclusivamente na extenuante preparação para a carreira de professora. Parece que as transformações impostas pela puberdade deram origem a uma violenta recusa inconsciente do corpo.

Já no final do seu período de preparação para se tornar professora, ao receber a notícia de que não menstruaria, o entusiasmo dela pelo trabalho aumentou ainda mais. “Ela recebeu bem a notícia de que podia escapar das perturbações

1 R. Fairbairn, “Features in the analysis of a patient with a physical genital abnormality”, in *Psychoanalytic studies of the personality*.

2 R. Fairbairn, *op. cit.*, p.199.

3 R. Fairbairn, *op. cit.*, p. 200.

4 R. Fairbairn, *op. cit.*, p. 200.



*a paciente era a primeira
e favorita neta desse avô que tinha
morrido havia alguns anos,
mas permanecia vivo dentro dela
com todos os atributos de uma deidade
benevolente, um deus-pai*

da condição feminina; e ela mandou embora da consciência todo o assunto relacionado ao sexo e ao casamento com um suspiro aliviado. Ela sentiu-se livre para se dedicar integralmente a sua carreira⁵.”

Entretanto, sob a égide de um superego tirânico, a paciente começou a se desapontar. Ser professora mostrou-se um fardo muito pesado. Ela se pautava por um padrão de perfeição que era impossível colocar em prática e não podia tolerar qualquer manifestação de indisciplina por parte dos alunos. Para manter a atenção deles sob controle, ela se desdobrava até a exaustão. Fora da escola, gastava todo o seu tempo em preparações que não tinham fim.

Isso tudo começou a gerar um antagonismo com os alunos e a torná-la mais e mais ineficiente, o que, por sua vez, só aumentava a exigência consigo mesma. A paciente vivia períodos verdadeiramente infernais: ataques de fúria custosamente controlados contra os alunos indisciplinados, estados de confusão mental e perda de memória na sala de aula, sonhos traumáticos relacionados ao trabalho, insônia. Quando tudo isso atingia um pico insuportável, ela se via em desespero e pedia afastamento do trabalho. Depois de afastada, a ansiedade e a depressão sumiam como que por uma mágica e a paciente vivia um breve período de elação. Entretanto, logo depois, ela começava a se recriminar por ser inútil e por se tornar uma parasita dos pais e mergulhava em episódios melancólicos.

Ao descrever as sucessivas crises da paciente, Fairbairn nos apresenta com grande vivacidade

o horror em que ela vivia. Autorrecriações melancólicas, ansiedades, insônias, pesadelos, esforços extenuantes, confrontos com os alunos, desespero. Apesar de tudo isso, ela permanecia suficientemente integrada para continuar enfrentando esses conflitos, sucumbia brevemente a períodos de elação ou a episódios melancólicos, mas logo reassumia o controle da situação e se punha novamente no meio do turbilhão.

Depois de descrever as situações de crise, Fairbairn se debruça sobre a problemática edípica da paciente. O panorama era formado, de um lado, por um pai que se mostrou uma figura relativamente insignificante e, de outro, pela figura dominante da mãe, uma pessoa enérgica e eficiente, para quem o bem-estar da família era a coisa mais importante. Na opinião de Fairbairn, era o tipo de mãe que favorecia muito a formação de um superego tirânico nos filhos. Nesse panorama, o papel de figura paterna coube ao avô materno, o que só intensificou a relação de rivalidade com a mãe.

A paciente era a primeira e favorita neta desse avô que tinha morrido havia alguns anos, mas permanecia vivo dentro dela com todos os atributos de uma deidade benevolente, um deus-pai. O avô enchia a neta de presentes, o que contrastava com a postura parcimoniosa dos pais. Ao visitá-lo na fazenda em que ele morava ou, nos termos utilizados pelo autor, ao abrir os portões do paraíso infantil, a menina se deliciava com a sua paixão favorita: brincar.

Fairbairn propõe que o primeiro acontecimento digno de nota na análise foi a emergência de incontáveis lembranças da infância relacionadas principalmente à figura do avô e à fazenda em que ele morava.

As lembranças desse período tinham ficado apartadas da consciência durante toda sua carreira de professora; mas, uma vez que as primeiras resistências foram superadas, elas escorreram pela consciência como se barragens tivessem sido abertas. Ela reviveu novamente na memória os dias infundáveis de brincadeira. Na primeira fase da análise [...] o superego dela estava

muito ausente. Eram as memórias felizes e as fantasias da infância que predominavam. Ela estava unida novamente com o avô na fantasia e brincava alegremente com ele nos campos paradisíacos⁶.

Na descrição feita por Fairbairn, há um contraste muito grande entre a figura da paciente como professora e a figura dela como uma menina. Enquanto a primeira é determinada, totalmente focada no trabalho e nas exigências impostas pelas obrigações, a segunda é uma figura feminina, agraciada pelo avô com presentes, absorta no universo das brincadeiras. Enquanto a primeira se mostra aliviada por não ter que arcar com os fardos associados à condição feminina, a segunda parece totalmente envolvida no jogo erótico com uma figura masculina. Também há um contraste no modo como cada uma delas lida com a figura de autoridade. A professora está sempre sendo desqualificada por um superego tirânico e só encontra alguns períodos de sossego quando se rende a ele. A menina, por outro lado, é aquela que burla a autoridade das figuras femininas com o objetivo de continuar a brincar e se divertir.

Desse modo, em uma mesma pessoa, convivem, de um lado, uma faceta libidinizada, tentada pelas delícias do Jardim do Éden e, de outro, uma faceta totalmente assexuada que, por meio de um pacto com o superego tirânico, tenta inutilmente se refugiar nas obrigações e sufocar qualquer resquício de prazer sensual.

Nesse início de análise, temos essa situação em que as barragens que mantinham a menina esquecida se rompem e ela se apresenta para o analista com toda a sua força e toda a sua volúpia.

Experiências emocionais reprimidas de natureza libidinal romperam os obstáculos impostos pelo tempo; e ela redescobriu aquilo que passou a descrever como o seu si mesmo infantil, o qual permaneceu por muitos anos reprimido no inconsciente. Essa descoberta de

»
*a presença do analista convida
a menina a reaparecer das cinzas
e a reencenar, para ele,
toda a (re)descoberta do seu corpo
feminino e dos prazeres sensuais
a ele associados*

experiências sexuais reprimidas foi acompanhada pela emergência de sensações sexuais, as quais, em um primeiro momento, pareceram a ela inteiramente novas, mas que reviveram as memórias de sensações experimentadas nos balanços e gangorras dos seus primeiros dias. A descrição que ela fazia dessas sensações indicava claramente que elas estavam conformadas ao tipo clitoriano. Elas mostraram-se associadas na sua mente com sonhos sobre borboletas; e as sensações a lembravam do bater das asas da borboleta⁷.

Um leitor desavisado e apressado passaria por esse trecho e acreditaria que, nesse primeiro momento da análise, as memórias reprimidas puderam ser lembradas, como se paciente e analista se tornassem espectadores de cenas da infância que de repente passam a ser projetadas em um telão imaginário. Certamente, não é disso que se trata.

A presença do analista convida a menina a reaparecer das cinzas e a reencenar, para ele, toda a (re)descoberta do seu corpo feminino e dos prazeres sensuais a ele associados. Com o analista, as borboletas enclausuradas voltam a bater as asas.

No relato do caso, Fairbairn mantém a composição. Não menciona o caráter obviamente transferencial do que estava se passando ali. Mas a paciente insiste e começa a se comunicar de forma ainda mais explícita.

Nesse mesmo período também a paciente começou a relatar experiências com homens, às quais ela muito apropriadamente designava de “aventuras”. Ela tinha

5 R. Fairbairn, *op. cit.*, p. 200.

6 R. Fairbairn, *op. cit.*, p. 205.

7 R. Fairbairn, *op. cit.*, p. 205.



quando tentou ser uma professora severa, a paciente não podia dispor de nenhuma capacidade de seduzir, de amar, de se identificar com os alunos. Tudo estava sufocado

que viajar de trem quando vinha para a análise, e, via de regra, essas aventuras aconteciam nas viagens de ida e volta. Ela começou a acreditar que, quando o seu único companheiro de viagem era um homem, ela quase que invariavelmente atraía a atenção dele; e incidentes em que ela era abraçada e beijada por homens quaisquer nos vagões ferroviários não se tornaram infrequentes⁸.

Fairbairn lança mão de argumentos estritamente científicos para explicar isso que estava acontecendo. Segundo ele, a análise tinha contribuído para libertar a libido reprimida da paciente. Nenhum comentário é feito ao fato de que esses episódios ocorriam no percurso para a análise. Em relação a isso, seria importante marcar que os abraços e beijos eram dados por ela em homens quaisquer, mas os momentos em que isso ocorria não eram assim tão acidentais.

Ao contar as suas “aventuras”, a paciente dizia acreditar que dispunha de um poder especial. Nas estações, todos os homens que subiam no trem, ao passar pela porta do compartimento em que ela estava, paravam, davam meia-volta e resolviam ficar por lá mesmo. Para Fairbairn, isso até poderia ter alguma veracidade, já que na época “a paciente exalava libido”. Entretanto, afirma o autor, “quando nós a encontramos tirando a conclusão de que a libertação de seu si mesmo infantil a dotou da capacidade de afetar outras pessoas e até mesmo animais, torna-se evidente que ela deixou para trás a base dos fatos sólidos em direção ao mundo de fantasia da onipotência infantil”⁹. A paciente dizia acreditar que, ao conseguir acessar, na análise, o seu si mesmo infantil, passou a dispor de poderes

especiais, capazes de serem empregados em benefício da humanidade como um todo.

A nosso ver, a crença da paciente de que ela dispõe de um poder especial é uma questão central para a compreensão do caso e do próprio fenômeno da histeria. Duas características desse poder especial chamam a nossa atenção: o primeiro é o seu caráter obviamente sexual. O que faz da histérica uma criatura especial é o seu poder inesgotável de atrair, de seduzir. O outro é que, justamente por ter esse caráter muito excitante e diretamente sexual, esse poder está sempre sujeito a ser silenciado pelas forças repressivas.

Seria possível afirmar, a partir de Fairbairn¹⁰, que o poder a que se refere a paciente é uma versão exacerbada do impulso e da necessidade primordial de estabelecer ligações com os outros, de amar e ser amado. Entretanto, esse impulso encontra-se distorcido, de um lado, o que faz com que ele assuma essa coloração místico-erótica, e, de outro, encontra-se reprimido e indisponível para ser empregado nas relações cotidianas.

Quando tentou ser uma professora severa, a paciente não podia dispor de nenhuma capacidade de seduzir, de amar, de se identificar com os alunos. Tudo estava sufocado. As crianças ocupavam, para ela, o lugar daquilo que precisa, a qualquer custo, ser mantido sob controle.

Entretanto, ainda que estivessem indisponíveis, essas capacidades estavam muito bem preservadas em algum lugar do self da paciente. A prova disso é a rapidez com que ela estabeleceu uma relação transferencial tão intensa com o seu analista. Muito rápido, a máscara rígida da professora assexuada e severa caiu e, em seu lugar, surgiu a bela menina sedutora, ao mesmo tempo apaixonada pela figura mítica de seu avô/analista e apaixonante para os homens que se deparavam com ela.

O convite feito por ela para que o analista se enredasse nas tramas eróticas da transferência precisaria ser visto como manifestação de uma necessidade fundamental que não pôde ser vivida, de uma feminilidade que existe, pulsa, mas não pôde se expressar à luz do dia e, com isso,

amadurecer. Nesse sentido, o analista precisaria, de alguma forma, deixar-se envolver nessa trama erótica. Há um aspecto pulsante da paciente que clama por reconhecimento, que reivindica o direito de existir, de sair do confinamento.

Por outro lado, é preciso também, nos termos de Figueiredo¹¹, manter-se em reserva. O convite comporta a comunicação de uma necessidade fundamental, mas aceitá-lo totalmente significa se tornar personagem de uma relação estática. Mais para a frente, voltaremos a essa questão. Por ora, é importante ressaltar que a paciente histérica resiste a abrir mão do seu objeto excitante¹².

Desse modo, o analista precisa se sustentar no dilema de não aceitar o convite nem recusá-lo. Alguns fracassos no tratamento de pacientes histéricas são notórios. Conhecemos bem os fracassos que se deveram à recusa abrupta e enérgica do médico diante do convite que lhes faziam as pacientes. Bem menos conhecidos são os fracassos dos analistas que aceitaram abertamente o convite, mas certamente eles também existiram.

Talvez Fairbairn tenha conseguido se sustentar nesse dilema, mas, na descrição do caso, prefere não falar sobre isso. O autor encara essa história de que a paciente se tomava como alguém dotado de poderes especiais como manifestação de um delírio de grandeza com caráter

»»

*a ausência do pai projetou
a sua sombra sobre o si mesmo
feminino da paciente, que se viu
à mercê de uma mãe tirânica e invejosa
e se viu obrigada a se recolher
na torre mais alta do castelo*

messiânico. Aliás, Fairbairn toma todo esse período inicial do tratamento como um grande e ruidoso episódio maníaco.

Um aspecto digno de nota é que Fairbairn dá muito pouca importância ao pai da paciente. Limita-se a dizer que era uma figura ausente e insignificante, eclipsada pela personalidade dominante da mãe. De certa forma, esse lugar vago foi ocupado pela figura do avô. Entretanto, quando entramos em contato com o caso, ficamos com a sensação de que a paciente não passou impune pelas falhas paternas. A ausência do pai projetou a sua sombra sobre o si mesmo feminino da paciente, que se viu à mercê de uma mãe tirânica e invejosa e se viu obrigada a se recolher na torre mais alta do castelo.

O jogo que a paciente convida o analista a fazer é a tentativa de restaurar um jogo que não pôde ser vivido com o pai. Poderíamos supor que as boas experiências com o avô dão corpo e concretude simbólica para o objeto que ela carrega dentro de si, mas o seu caráter excitante e perigoso é herança das frustrações impostas pelas omissões do pai¹³.

Depois desse período inicial da análise, afirma o autor, seguiu-se um período de relativo equilíbrio. Fairbairn se esforça para virar essa página tão turbulenta. Afirma que essa primeira fase foi marcada por questões genitais e edípicas (rivalidade com a mãe, amor pelo avô, despertar das sensações genitais). Mas era chegada a hora de deixar isso para trás e partir para a análise das questões anais e, depois disso, das questões orais. Nesse primeiro estágio, “a análise não penetrou

8 R. Fairbairn, *op. cit.*, p. 207.

9 R. Fairbairn, *op. cit.*, p. 207.

10 R. Fairbairn, “The repression and the return of bad objects (with special reference to the war neuroses)”, in *Psychoanalytic studies of the personality*.

11 L.C. Figueiredo, “Presença, implicação e reserva”, in L.C. Figueiredo e N. Coelho Junior, *Ética e técnica em psicanálise*.

12 Nenhum objeto externo pode ser tão grandioso e adorável como o objeto interno excitante que a paciente histérica carrega dentro de si. Ao mesmo tempo, ao se identificar com ele, a própria paciente se torna irresistível, sedutora, dotada de poderes mágicos. Então, no convite ao analista há, ao mesmo tempo, a tentativa de colocá-lo no lugar do objeto excitante e de submetê-lo aos poderes mágicos da sedução.

13 Bollas aponta o quanto é necessário conceber que esse jogo erótico com o pai é precedido pela relação que a mãe estabelece com os órgãos genitais do bebê. Quando, durante os cuidados corporais, a mãe desvia o olhar dos genitais, endurece o seu contato e não é capaz de exaltá-los sonoramente, temos aí uma experiência de privação importante, que resulta em uma impossibilidade ainda mais arraigada de se entregar ao jogo do erotismo genital. C. Bollas, *Hysteria*.



*seria mais apropriado dizer
que ela está manifestando o desejo
de ter o pênis com ela e não nela.
Não só o pênis, ela quer ter consigo
o pai/avô/analista*

de modo apreciável em nenhuma outra dimensão abaixo do nível genital¹⁴.

Entretanto, por maiores que sejam os esforços para adentrar em outro nível, os ruídos intensos da questão edípica continuam a se manifestar, só que agora de modo mais primitivo. “A atitude dela em relação ao pênis também começou a assumir um colorido oral bem definido, como se tornou evidente nos sonhos em que objetos de conotação fálica apareciam sob a forma de comida¹⁵.”

A descrição do caso prossegue e, nesse momento, deparamo-nos com a descrição de um sonho que:

retratava o irmão dela entrando em um quarto despido, com um ferimento no pênis e um olhar de horror nos olhos. Esse olhar de horror a assombrou quando ela acordou, e a deixou com um sentimento agudo de infelicidade. Sobre essa infelicidade, as associações dela revelaram um senso definido de responsabilidade pelo ferimento; e em uma ocasião posterior o sonho foi retomado com a súbita intuição de que a ferida no pênis do seu irmão parecia ter sido causada por uma mordida¹⁶.

Em sua obra mais tardia, Fairbairn¹⁷ proporrá que, ao se ver diante de um objeto que falha ou que falta, a criança começa a lançar mão de todos os recursos para tentar estabelecer ligações. Em vez de buscar uma relação de amor com os pais, a criança privada passa a buscar o prazer, em vez de buscar se ligar aos pais inteiros, ela estabelece relação com as partes deles (o seio e o pênis). Se estendermos essa compreensão para o caso da paciente, vemo-la empregando todas

as técnicas existentes para tentar dar conta do buraco deixado pelo caráter ausente do pai: desde jogos intensos de sedução até o impulso sádico-oral de devorar o pênis.

Essa situação também nos remete à descrição da sexualidade da histérica que Fairbairn¹⁸ faria alguns anos mais tarde. Para o autor, as experiências de frustração excessiva e de excitação excessiva a que foi submetido o paciente histérico contribuem, de um lado, para a persistência da oralidade na relação com o objeto, ao mesmo tempo que contribuem para o despertar precoce da sexualidade genital. Isso leva o autor a propor que a genitalidade do histérico é extremamente oral, ao mesmo tempo que a sua oralidade é extremamente genital.

Algumas páginas antes, Fairbairn afirmara que a análise das questões genitais tinha sido superada. Mesmo assim, as aventuras no trem continuavam, mas a atitude dela com os homens se tornava mais e mais indiferente. “Dava a ela uma sensação de poder, brincar com os sentimentos dos homens e então deixá-los de lado com um ar de indiferença¹⁹.” Fairbairn interpreta essa atitude como manifestação da inveja dela do pênis. Entretanto, a nosso ver, seria mais apropriado dizer que ela está manifestando o desejo de ter o pênis com ela e não nela. Não só o pênis, ela quer ter consigo o pai/avô/analista. O problema é que, toda vez que a paciente se aproxima dos homens, o padrão histérico se impõe. A dupla erótica sempre repete o script: há uma figura frágil e desprezada por outra poderosa e sedutora. O objeto grandioso, ao se deixar tocar pela paciente, perde o valor, e ela, ao conseguir tocá-lo, sente-se triunfante e o despreza.

Acima, dissemos que o analista precisa recusar o convite para a trama erótica feito pela paciente ao mesmo tempo que precisa aceitá-lo. Aqui, podemos vislumbrar o que acontece quando ele não consegue recusá-lo. Ou bem ele se torna insuportavelmente excitante e a relação se encaminha para as raias da loucura, ou bem ele perde totalmente o brilho e se torna um ser desprezível.



*quando, no início da análise,
a paciente tornou-se a menina
sedutora e libidinosa, a relação entre
o objeto excitante e inacessível
e a parte do ego desejosa e incapaz
roubou totalmente a cena*

Caminhamos algumas páginas e eis que nos deparamos, de novo, com a paciente se referindo ao seu poder especial de afetar os homens. Só que agora a coisa aparece de modo um pouco mais direto: o seu poder de afetar atinge principalmente os homens casados, que se prestam ao lugar de figuras paternas. A ebulição da excitação passa a invadir totalmente a cena e situações banais, como se sentar ao lado de um homem na igreja, adquirem uma conotação sexual perturbadora.

A diferença entre essa situação e as “aventuras” que a paciente se permitira viver com os homens no início da análise é que se antes, durante os jogos de sedução com os homens, o superego (ou o objeto rejeitador) estivera totalmente ausente, nesse momento ele apareceu para complicar ainda mais a situação. Ao sentir que estava “afetando” os homens com o seu poder especial, a paciente passou a ser acometida por intensos sentimentos de culpa e de vergonha, aos quais ela dava o nome de “adoecimentos”. Com isso, ela passou a se sentir envergonhada, desconfortável e adoecida diante das situações mais banais, como quando um homem entrava no vagão em que ela estava sentada. Assim, se o excesso de excitação pode se travestir da sensação de ser a portadora de um poder especial e irresistível, também, sob a influência do superego, pode assumir o caráter de algo perigoso e sujo.

Com o passar do tempo, os “adoecimentos” foram se espalhando para todas as esferas da vida até que ela passou a ter medo de andar de trem e a adotar várias medidas de modo a diminuir a chance de cruzar com um homem pelo caminho.

É possível dizer que, nesse momento da análise, entrou em cena uma nova personagem, que não era nem a professora assexuada, que banira o

sexo da consciência, nem a menina libidinosa do início, que se permitia viver os jogos de sedução a céu aberto.

A nova personagem, uma moça pudica, recatada, podia conter em si o conflito entre a excitação e a tirania, mas, por isso mesmo, sofria: “ela dirigia para cada homem um olhar de lascívia dirigido ao pênis dele, com toda a lascívia do sadismo oral. Assim todo o olhar que ela dirigia a um homem era um olhar culpado, e seus olhos fraquejavam quando eram encontrados pelos dele²⁰”.

Aqui, vamos nos permitir fazer algumas especulações. Como dissemos, a paciente, na época em que era uma professora severa e assexuada, estava sob a égide de um objeto interno tirânico e rejeitador, diante do qual ela inevitavelmente fracassava. Em seguida, quando, no início da análise, tornou-se a menina sedutora e libidinosa, a relação entre o objeto excitante e inacessível e a parte do ego desejosa e incapaz roubou totalmente a cena.

Por outro lado, no momento da análise em que surge a paciente como uma moça libidinosa, mas muito envergonhada, podemos supor que algo se passou. Se tanto a professora quanto a menina são a expressão crua de partes cindidas dos objetos e do si mesmo, na moça envergonhada começa a se instaurar algum espaço de contenção, que sustenta a convivência simultânea da excitação e da rejeição.

Nesse momento, ousaríamos afirmar, a paciente começa a manifestar o seu primeiro sintoma propriamente dito. Se antes quase tudo era atuação, agora começa a se delimitar um espaço

14 Fairbairn, “Features...”, p. 207.

15 Fairbairn, “Features...”, p. 207.

16 Fairbairn, “Features...”, p. 208.

17 R. Fairbairn, “Endopsychic structure considered in terms of object-relations”, in *Psychoanalytic studies of the personality*.

18 R. Fairbairn, “The nature of hysterical states”, in *From instinct to self: selected papers of W.R.D. Fairbairn*.

19 Fairbairn, “Features...”, p. 209.

20 Fairbairn, “Features...”, p. 212.



*podemos supor que essa produção
abundante de sonhos, dos quais
participava uma trupe exótica
de personagens, cumpria
a função de deixar o analista
deslumbrado*

interno em que o conflito se desenrola. A vergonha diz o quanto essa delimitação é precária e está sob constante ameaça. Afinal, o que ela teme é afetar os homens, é dar a ver a intensidade dos desejos que carrega dentro de si. Assim, a barreira que contém e delimita também carece de opacidade.

É curioso como a vergonha dispara um processo que se retroalimenta. No trem, o constrangimento dela diante dos homens faz com que eles se afastem, o que, por sua vez, só faz aumentar a sensação de que ela dispõe de poderes malévolos e repugnantes. Também intensifica a sensação de que as barreiras de contenção são demasiadamente transparentes, o que aumenta ainda mais a vergonha e assim sucessivamente.

Nessa fase em que a moça envergonhada se sentia desconfortável em quase todos os lugares, um dos seus únicos refúgios possíveis era o consultório do analista. Podemos afirmar que o espaço analítico, pontual, silencioso e acolhedor, podia cumprir a função que o espaço psíquico ainda não era capaz de cumprir: conter, delimitar, proteger.

Fairbairn apresenta então dois sonhos que a paciente relatou nessa época. Até então, o único sonho que relatara era aquele com o pênis ferido do irmão. É significativo que, bem nesse momento em que, segundo a nossa hipótese, um espaço interno começa a se delimitar, tenham surgido na análise sonhos que Fairbairn considerou suficientemente importantes a ponto de tê-los relatado.

Em ambos os sonhos, a personagem principal é uma figura que está sendo condenada por

ter cometido um crime, mas há um sentimento muito forte por parte dela de que essa condenação é injusta. A nosso ver, os sonhos são o testemunho do surgimento de uma nova capacidade. Se antes só existia, de um lado, um eu submetido ao objeto excitante e, de outro, um eu submetido a um objeto rejeitador, agora vemos o surgimento de um eu capaz de tomar distância em relação a tudo isso. Esse eu se sente injustiçado²¹.

A descrição do caso vai se encaminhando para o final, mas, antes de concluir, Fairbairn nos revela uma última surpresa. Parece que, nesse momento, começa a se revelar na análise o fantástico conteúdo da Caixa de Pandora. Os sonhos abundam e, com eles, começa a aparecer uma trupe fantástica de personagens. Tais personagens, que a paciente criou para o seu analista, passam a ser utilizados por ela para se referir aos diversos aspectos de sua personalidade. Surge um menino travesso, que “possuía um pênis, um talismã mágico concebido, segundo a visão dela, para abrir todos os portões da risada e para tornar a vida uma festança sem fim²²”. Surge um personagem crítico, “que era caracteristicamente uma figura dotada de autoridade materna; e não era incomum que a própria mãe dela assumisse esse papel sem nenhum disfarce²³”. Outros personagens vão sendo mencionados na sequência. Surge a pequena garotinha que ela gostaria de ter sido na infância, cheia de vivacidade infantil, mas sem malícia. Surge a figura do mártir, a que nos referimos acima, injustamente condenado pelos crimes e pecados que não cometeu.

Podemos supor que essa produção abundante de sonhos, dos quais participava uma trupe exótica de personagens, cumpria a função de deixar o analista deslumbrado. A paciente histerica, em vez de estar simplesmente brincando em análise (sonhando, criando, associando), está também brincando de brincar. E se entrega a isso com paixão.

De tão impressionado com os personagens criados pela paciente, Fairbairn passa a utilizá-los para se lançar em voos teóricos muitíssimo arriscados. E o texto termina com o autor

contestando, com base nos personagens criados pela paciente, nada menos do que a segunda tópica, que fora proposta pouco tempo antes pelo pai da psicanálise.

Considerações finais

Tudo indica que a paciente descrita por Fairbairn é histérica. Isso significa que, ainda que seja intensamente perturbada pelos aspectos excitantes/excitados e rejeitadores/rejeitados do seu self, ela é capaz de sonhá-los.

Nos textos mais tardios, Fairbairn²⁴ propõe a necessidade de a psicanálise voltar a se debruçar sobre o fenômeno da histeria, por ele ser muito elucidativo para a discussão sobre o funcionamento psíquico e sobre o modo como operam os aspectos cindidos do si mesmo. No caso dessa paciente, isso fica muito claro. A produção abundante de sonhos, de associações, de enlaces transferenciais é um prato cheio. A paciente histérica dá a conhecer o seu mundo interno por meio de uma rica produção simbólica.

Ao longo da discussão do caso, pudemos acompanhar o processo de transformação da paciente para o seu analista. Na sucessão de pareceres médicos apresentados no início do texto, fica a impressão de que, por trás dos encaminhamentos para os diferentes especialistas, havia um analista intrigado, curioso a respeito do sexo ao qual ela pertencia. Se, no início, era impossível

»
*a produção abundante de sonhos,
de associações, de enlaces
transferenciais é um prato cheio.
A paciente histérica dá a conhecer
o seu mundo interno por meio
de uma rica produção simbólica*

para ele dizer se tratava-se de uma mulher, ao longo do relato, pudemos acompanhar o processo em que a paciente se torna mulher para o seu analista. Desse modo, com o presente artigo, buscamos dar relevo, tomando Fairbairn como exemplo, aos efeitos que a histeria produz, em transferência, na dupla analítica.

No que diz respeito a discussão técnica, defendemos a hipótese de que o papel do analista vai muito além de interpretar os aspectos inconscientes que emergem na relação de transferência e inclui o oferecimento de sustentação ambiental. Isso significa dizer que, no atendimento dessa paciente, ao mesmo tempo que lança mão da interpretação, o analista precisa fazer o papel de reconhecer os aspectos dela que careciam de reconhecimento em uma relação intersubjetiva, precisa criar um setting analítico que cumpra as funções de delimitar, conter e proteger, precisa se oferecer para o jogo com ela e, ao mesmo tempo, manter-se em reserva.

21 Não estamos dizendo que sentir-se injustiçado é uma boa solução para a situação, já que essa dicotomia algoz/injustiçado pode dar origem a um novo padrão totalizante de relação consigo e com os outros.

22 Fairbairn, "Features...", p. 216.

23 Fairbairn, "Features...", p. 217.

24 Fairbairn, "The nature...".

Referências bibliográficas

- Bollas C. (2000). *Hysteria*. São Paulo: Escuta.
- Fairbairn R. (1952 [1931]). Features in the analysis of a patient with a physical genital abnormality. In: *Psychoanalytic studies of the personality*. London: Tavistock.
- _____. (1952 [1943]). The repression and the return of bad objects (with special reference to the war neuroses). In: *Psychoanalytic studies of the personality*. London: Tavistock.
- _____. (1952 [1944]). Endopsychic structure considered in terms of object-relations. In: *Psychoanalytic studies of the personality*. London: Tavistock.
- _____. (1994 [1954]). The nature of hysterical states. In: *From instinct to self: selected papers of W.R.D. Fairbairn*. London: Jason Aronson, v. 1.
- Figueiredo L.C. (2000). Presença, implicação e reserva. In: Figueiredo L.C.; Coelho Junior N. *Ética e técnica em psicanálise*. São Paulo: Escuta.

A patient with abnormal genitals? The transference effects of hysteria in an analytical duo

Abstract In this article, we propose to revisit a case brought by the psychoanalyst Ronald Fairbairn in 1931 in order to examine the position of the analyst when he deals with hysteria. More specifically, from the case, we seek to draw attention to the effects of hysteria, on transference, in the analytic dyad. Along this way, we used, among others, the theoretical concepts developed by Fairbairn in the 1940s and 1950s.

Keywords Ronald Fairbairn; hysteria; object relations; analytic technique; clinical case.

Texto recebido: 09/2014

Aprovado: 11/2014

O manejo clínico na psicose

estratégias para o fortalecimento da identidade

Daniel Lirio

Resumo A clínica da psicose requer um manejo específico para que o analista não se torne um objeto persecutório nem precipite o analisando em uma crise. Desta forma, o psicanalista deve saber qual é o seu lugar transferencial e quais as demandas a ele impostas. Por meio da discussão de um relato clínico, esses aspectos serão trabalhados em articulação com três elementos fundamentais na clínica da psicose: a temporalidade, a identidade e a alteridade.

Palavras-chave psicose; manejo; identidade; alteridade; paranoia; transferência.

Daniel Lirio é psicanalista, psicólogo e mestre em Psicologia Social pela USP; membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae; autor de diversos artigos sobre psicanálise e cultura e do livro *Suspensão corporal, novas facetas da alteridade na cultura contemporânea*.

Daniel, eu sou esquizofrênico, vou ter que vir no CAPS até o fim da vida, passar com psiquiatra e tomar remédio até o fim da vida!

Essa era a fala mais recorrente de Fábio, que insistia em um determinismo atemporal para afirmar quem era e o que faria de sua vida. Após uma infância aparentemente normal, aos 12 anos Fábio tem a primeira crise: fica muito assustado com a ideia de que estão “puxando sua mente”, o que deixaria sua cabeça vazia. Depois deste episódio, ele teve grandes problemas de socialização e aprendizado. Fábio falava sobre si de forma concreta e estereotipada, restrito às denotações de “esquizofrênico” e “bicha” e buscava compulsivamente uma palavra que definisse a sua aparência.

Filho de um pai japonês com uma mãe negra, ele tinha dificuldade de classificar seu fenótipo dentro de uma categoria: não era como os brasileiros nem como os japoneses ou africanos. Ele se dizia parecido com turco, mexicano, colombiano, mas não se satisfazia com essas nomeações. Em outras palavras, não conseguia integrar uma noção de si com a sua filiação. Da perspectiva do registro Imaginário, a noção de si era feita com base em signos superficiais como a cor da pele, a cor e o formato dos olhos, cabelos, estatura, pelos trejeitos afeminados e pela condição de esquizofrênico. Ele dividia as pessoas entre as bonitas, com aparência europeia, e as feias, com traços africanos ou orientais. Ele, portanto, achava-se feio. Em um registro Simbólico, esses significantes permitiam que ele falasse de si em um discurso para outras pessoas. Em suma, construiu um arremedo de identidade que lhe conferia estabilidade no tempo, mas insuficiente para perceber suas transformações, relacionar-se afetivamente e integrar-se subjetivamente.



o conjunto imaginário de suas lembranças era endereçado a um outro com vistas a uma ordenação simbólica

Desde o início, Fábio espera que eu confirme suas convicções: ele é bicha, esquizofrênico e incapaz; Deus existe e o observa; sexo é pecado, um pecado que jamais será repetido. Contudo, diante de uma pergunta de um psicótico, a pior coisa a fazer é responder como alguém que possui um saber superior ao seu. Se o fizesse, tamponaria suas questões e surgiria como Outro persecutório, terrível, que tudo sabe sobre ele, tudo pode e tudo exige. É esse o erro em que incorrem muitos psiquiatras. Por exemplo, no caso Schreber¹, tal como descrito por Freud, seu psiquiatra Flechsig é reconhecido e venerado como o grande responsável pela superação de sua primeira crise. Não é de estranhar, portanto, que na segunda crise o próprio Flechsig ressurgisse no delírio como seu grande inimigo e terrível perseguidor. Fábio, aliás, referia-se a alguém que o tratara mal com a expressão: “*ele me deu uma resposta!*”. Ao fechar a questão, “dar uma resposta” é recebido como uma violência.

Se não seria indicado responder às perguntas desde um lugar de saber, por um lado, também não seria proveitoso corroborar simplesmente com suas convicções, por outro, pois elas impediam seu pensamento e o deixavam engessado e isolado do mundo. Era fundamental, portanto, ajudar o analisando a, devagar, ampliar seus questionamentos, fazer novas questões e, por si mesmo, aprofundar um saber sobre a própria existência. Esse processo precisa ser especialmente lento, pois, ao se colocar em questão, o psicótico perde o apoio de concepções que funcionam como “bengalas imaginárias”, isto é, ideias responsáveis pela coesão de sua frágil instância egoica, cujo colapso implicaria a emergência de uma nova crise.

Este é o campo do difícil manejo da psicose, em que, diante das certezas do analisando, não é possível simplesmente corroborá-las nem

refutá-las, nem tampouco oferecer uma opinião supostamente mais adequada². Há uma única brecha pelo fomento do protagonismo do analisando no desenvolvimento do seu discurso e na ampliação dos seus questionamentos. Na linguagem de Quinet³, trata-se de sair da posição de mestre para a de secretário.

FÁBIO *Daniel, você é uma pessoa bonita, você é loiro, tem olhos verdes, você nem precisa ser psicólogo, pode ser professor, garçom, enfermeiro, o que você quiser... só não pode ser médico nem policial.*

DANIEL *Ah, não?*

FÁBIO *Não, para isso tem que ser muuuito bonito!*

Caso sejam escutadas e ampliadas, as convicções do psicótico revelam seu conteúdo profundo, a saber, os questionamentos humanos universais: quem sou eu? De onde vim? O que é o outro? Como me relaciono com o outro? Nossas posições, aparência e opiniões poderiam divergir, mas isso não significava uma hierarquia entre nós, apenas indicava a nossa diferença. Em suma, ele conseguiria se apropriar de seus pensamentos ao construir uma narrativa que desse sentido aos seus sentimentos e à sua vida e, assim, ampliasse sua noção de si. Esse processo era possível porque era compartilhado comigo e, ao diferir de mim, pacificamente, ele podia pensar sua história como singular, e o próprio compartilhamento daria sentido e consistência a sua história. Dessa forma, o conjunto imaginário de suas lembranças era endereçado a um outro com vistas a uma ordenação simbólica, o que melhoraria o compasso entre imaginário e simbólico.

Mudança de tempo

[...] ao se reconhecer o drama da loucura, põe-se a razão em pauta, sua res agitur, porque é na relação do homem com o significante que se situa esse drama⁴

Fábio sentia-se profundamente angustiado quando chovia, trovejava ou quando o clima parecia instável. Quando o tempo estava “ruim”

ele ficava nervoso, cismado, sentia-se misturado. Quando o tempo esfriava, via um monte de sujeira, de gente feia. Há aqui uma questão quanto ao significante “tempo”: “o tempo está ruim”, “o tempo está feio”, “o tempo mudou” eram as falas recorrentes nessas situações. Ou seja, há uma questão quanto à irrepresentabilidade da transformação do tempo. Quando esta ocorria, só poderia vir com o terror chumbo das nuvens.

Assim como em Schreber havia um curto-circuito pela duplicidade do significante “beatitude” (*selig*), com Fábio era o significante “tempo” que o deixava desconcertado. Em ambos, a ausência do significante Nome-do-pai, responsável por organizar a cadeia simbólica, os deixavam à mercê da ambiguidade do significante. Dessa forma, para Fábio, a frase “o tempo mudou”, referida à percepção do clima, confundia-se com a mudança temporal irrepresentável de sua história. Analogamente, “o tempo está feio” confundia-se com “as pessoas estão feias” ou “o mundo está feio, sujo”.

Em suma, a ausência de uma função paterna é correlata à impossibilidade de fazer metáfora, isto é, a substituição de uma apreensão concreta do mundo por uma compreensão simbólica, abstrata ou poética, como se queira falar. Nesta, as palavras dizem sempre menos ou mais do que se propõem e, por isso, pedem a ajuda de outras para a costura do sentido. A incapacidade metafórica fazia com que seu uso da linguagem fosse literal, concreto. Esse ponto será retomado em breve, ao discutirmos a concretude de suas lembranças que deveriam passar literalmente para a minha cabeça, permitindo o seu esquecimento.

»»

*cada mínima rejeição causava
grande frustração e irritação em Fábio,
que se colocava como dependente
do cuidado dos pais*

Costura de um tecido narrativo

Fábio lembrava-se de diversos episódios marcantes em sua vida. Contudo, não havia uma organicidade entre eles, não havia articulação a uma história única. Eram como uma infinidade de barquinhos de papel boiando em uma grande piscina, movimentando-se a esmo e chocando-se aleatoriamente. Ao longo dos atendimentos, esses episódios começaram a ser inseridos em categorias ou raias, por onde os barquinhos poderiam navegar. Um tema bastante recorrente eram os desencontros com as pessoas: conhecia uma pessoa, queria se aproximar dela, mas não era correspondido ou sentia-se por ela abusado.

Os pais cuidavam dos aspectos objetivos de sua vida: vestimenta, alimentação e medicação, mas as trocas afetivas eram precárias, eles não aturavam seus insistentes questionamentos. Cada mínima rejeição causava grande frustração e irritação em Fábio, que se colocava como dependente do cuidado dos pais. A possibilidade de superar essa condição de tutela só era vislumbrada na hipótese de eles morrerem. De qualquer forma, ele pôde falar sobre seus encontros e desencontros e da busca por enlaçamento afetivo com outras pessoas.

Outro tema eram as escolas frequentadas. Entre públicas e particulares, a tônica era a mesma: incapacidade de acompanhar o conteúdo, dificuldade de aprendizagem, exclusão e humilhação pelos colegas e professores. Dessa forma, pode-se perceber a constituição de categorias de vivências: as escolas, os amigos, os familiares. Essas categorias eram atravessadas por temas comuns, como a solidão, a carência

- 1 S. Freud, “Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia [caso Schreber]”.
- 2 Obviamente, as clínicas da neurose e da perversão também apresentam seus próprios impasses e nuances. Esses, contudo, fogem do escopo deste texto.
- 3 A. Quinet, *Teoria e clínica da psicose*.
- 4 J. Lacan, “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose”, p. 581.



*casos como este nos permitem
reconhecer o alívio que é poder
tirar os conteúdos desprazerosos
da consciência*

afetiva e a submissão – era sempre um outro tido como invasor, ausente, ameaçador, indifere-
nte, gozador, surdo, aproveitador. Obviamente,
não havia nas sessões a intenção de organizar os
acontecimentos, mas era possível observar como
sua narrativa, aos poucos, constituía fios de vida
que alinhavavam outros fios de vida e sentimen-
tos e costuravam um tecido minimamente coeso
para a identidade de Fábio.

Com pouco mais de um ano de atendi-
mento, ele pergunta: “Daniel, o que é amigo?”. Não
havia sequer o artigo antes de “amigo”, mas um
estranhamento fundamental quanto à relação
que poderia estabelecer com uma outra pessoa.
O *outro* não é mais exclusivamente aquele que
o domina e submete, mas pode estabelecer uma
relação pautada por uma lógica inédita, ainda
que ele desconheça qual seja. Alguns meses
depois, outra pergunta: “Daniel, como faço um
amigo?”. Aqui ele já se coloca com uma vontade,
uma carência de uma modalidade inédita de
relação com o outro. Conforme discutido ante-
riormente, meu papel como analista não seria o
de responder simplesmente a essas perguntas,
mas de ajudá-lo a construir um saber singular
sobre elas: como *ele* poderia fazer um amigo? Ele
gostaria de ser amigo de quem?

Seguiram alguns meses e, na véspera das minhas
férias, ele pergunta quando eu voltaria e diz que
ainda “me encheria o saco” por muito tempo, mas
também pede para que eu não fique chateado,
porque já ajudara muito. Achei a fala bonita,
agradei e nos despedimos.

Impossibilidade de esquecer

Esse atendimento colocava o analista em uma
série de impasses. Ao final de cada sessão, Fábio
pedia para eu relatar o que ele havia me dito e
o que eu teria entendido. Eu fazia uma síntese
dos pontos principais e pensava que, com isso,
ajudava no processo de costurar uma identidade
como produto de uma história. Era verdade,
minhas sínteses ajudavam Fábio a alinhavar sua
história. Contudo, isso o deixava intranquilo, ele
parecia ficar ambivalente. Só compreendi o que
estava em jogo quando ele me falou:

FÁBIO *Olha, eu vou falar umas palavras e você memoriza:
chapéu, camisa, boné, caneta. O que eu falei?*

DANIEL *Por que você tá perguntando isso?*

FÁBIO *Olha, aqui tem o computador, tem a janela, tem
isso (a pia), se você vê e fecha os olhos (fecha os olhos com
as mãos) você continua lembrando, o computador, a janela,
isso... eu sou assim com as coisas ruins, eu vejo as coisas
ruins e fico lembrando na minha cabeça.*

Muito se fala, em psicanálise, sobre a impor-
tância de trazer os conteúdos ocultos para o
consciente. Casos como este, contudo, nos per-
mitem reconhecer o alívio que é poder tirar os
conteúdos desprazerosos da consciência. Fábio
sofria muito com essa incapacidade, pois todas
as vivências ruins acossavam-no a todo instante.
Aqui vale retomar a teorização freudiana do *fort-
da* para pensar a simbolização não apenas como
controle e presentificação do objeto ausente, mas
como forma de permitir a ausência do objeto.
Fábio havia levado um grande dicionário para
essa sessão e leu a definição da palavra “esque-
cer”: “...descartar, tornar sem importância, deixar
de lado...”. Aqui é interessante observar como ele
recorre ao Outro, ao tesouro dos significantes,
para vislumbrar a possibilidade de que as vivên-
cias do passado saíssem do plano principal para
se tornarem secundárias, menos importantes. Ele
continua: “Daniel, esquece o passado, fique no pre-
sente, eu tô fazendo tratamento aqui, não tô inter-
nado, tava esperando na sala de espera, passei pela

porta, agora to conversando com o Daniel, esquece o passado!”.

Nesse momento, compreendo a narrativa compulsiva das vivências desprazerosas como expectativa de que elas saíssem concretamente da sua cabeça e passassem para a minha, daí eu deveria esquecê-las para não mais importunarem. Se inicialmente eu estava apegado à “importância do passado” e problematizava sua vontade de esquecê-lo, finalmente compreendi o quanto o passado o obsedava; concordei com ele, mudei de atitude e confirmei a possibilidade de esquecer: “*você tem razão, me convenceu*”.

Aqui temos duas consequências da forclusão do Nome-do-pai. Em um nível eminentemente simbólico, ela impede o sujeito de fornecer um significado ao significante e, assim, um ponto de basta à cadeia associativa. Com a forclusão, os significantes fluem incessantemente⁵, daí a insistência de Fábio para eu dar sentido e, por conseguinte, barrar o fluxo verborrágico: “*o que você entendeu do que eu falei?*”. Obviamente, sintetizar a sua fala, como eu fazia, não seria suficiente para cumprir esse papel. Se eu tentasse fornecer um sentido ao seu discurso, poderia até aliviá-lo momentaneamente, mas correria o risco de assumir o lugar de mestre perseguidor. Esta, aliás, constitui a outra grande implicação da forclusão do Nome-do-pai: uma distinção tênue entre *eu* e *Outro*, o qual aparece como perseguidor, gozador, invasor etc. Constituiu-se, portanto, uma segunda demanda ao analista que é a de barrar esse Outro sem se tornar, ele mesmo, um novo perseguidor. Nessa medida,

Fábio podia usar a análise para falar mal dos pais – sobretudo da mãe –, imaginar o dia em que morressem e, principalmente, constituir um espaço inacessível a eles. Compreendemos, assim, a recusa de Fábio à minha proposta de conversar com a sua mãe e o seu pedido insistente: “*não conta isso pra minha mãe*”.

Havia, portanto, uma trégua do Outro que tanto o ameaçava, uma possibilidade de respiro quando Fábio, ao narrar e amarrar sua história,

»
a ideia de ter mais autonomia
quando os pais morressem
lhe era agradável, mas também
o deixava “culpado”

constituía uma identidade singular, isto é, não baseada em pares de oposição, como bicha x macho, branco x negro, bonito x feio, jovem x velho; mas baseada em suas próprias peculiaridades: moreno, bonitinho, adulto etc. Com isso, a noção de si tornou-se mais consistente e constante, conferindo-lhe alguma autonomia, ainda que precária, na difícil tarefa de atribuir significados, estancar a cadeia significante e barrar a invasão do Outro. Essa autonomia manifestou-se, por exemplo, quando os pais brigavam entre si e ele chamou a polícia.

* * *

Fábio ficava preocupado com seu futuro, com a ideia de ficar desamparado quando os pais morressem. Filho único, ele imaginava catar latinha para vender, ficar internado, viver com uma aposentadoria do pai ou algum benefício por ser “doente mental”. A ideia de ter mais autonomia quando os pais morressem lhe era agradável, mas também o deixava “culpado”, sempre reafirmando não desejar a morte deles. Juntamente com o restante da equipe, propusemos encaminhá-lo para algum programa de cotas em empresas, mas ele recusou. Fábio conseguia imaginar o futuro, mas não conseguia se ver como responsável, capaz de construir um futuro melhor. Tinha muita resistência a ocupar um lugar além de “doente mental” destinado a fazer tratamento psiquiátrico eternamente.

5 A. Quinet, *op. cit.*, p. 14.



Fábio tinha dificuldade de se classificar como pertencente a uma determinada raça. Dizia parecer um “turco, mexicano, boliviano”

Identidade e alteridade

- Daniel, você já me conhece, né?
- Conheço uma parte de você
- Não, você já me conhece, que eu já venho aqui há muito tempo...

A construção de uma narrativa permitia o adensamento de sua identidade. A noção que fazia de si tornava-se, a cada dia, menos estereotipada, mais complexa e mais profunda. Essa noção se enriquecia à medida que falava sobre suas relações afetivas.

Conforme dito inicialmente, Fábio tinha dificuldade de se classificar como pertencente a uma determinada raça. Dizia parecer um “turco, mexicano, boliviano” por ter a pele morena, os olhos amendoados e ser feio. Nos atendimentos, pôde falar do preconceito sofrido por ser mestiço e ampliar a noção de “brasileiro” para pensar que os brasileiros podem ter as aparências mais diversas, inclusive a dele. Também passou a se considerar “bonitinho”. Além disso, mais para o fim dos atendimentos, passou a problematizar a relação entre aparência e essência, pela impossibilidade de saber quem era uma pessoa apenas pela sua aparência. Havia, por exemplo, “doentes mentais” loiros e dos olhos azuis e, portanto, bonitos. Ou seja, uma pessoa podia ser bonita, mas não ter a “cabeça boa”.

Dessa forma, a apreensão da própria imagem tornou-se menos determinada pelo juízo impositivo do Outro, pois conseguiu interpor uma reapropriação singular dos significantes disponíveis na cultura: passou a se descrever como “bonitinho” e “moreno jambo, que é a cor mais bonita que tem”. Embora ainda fizesse um juízo

de valor com base na aparência, havia a possibilidade de gradação. O pensamento de Fábio começou a ficar cada vez mais organizado: ele faz uma reclamação no SAU⁶ pela demora no atendimento de enfermagem e diz sofrer preconceito por não ter cara de brasileiro, daí os outros passarem na sua frente. Em determinada sessão, falávamos sobre pessoas que não são o que parecem, até Fábio dizer: “as aparências enganam”. Valorizei essa fala. Ele disse parecer mexicano, mas ser brasileiro, fato apreensível apenas a quem conversar com ele e perceber a ausência de sotaque. Agora as identidades podem extrapolar a imagem em direção a uma verdade profunda, expressa pela fala. Em suma, está em questão a disjunção entre o sujeito e sua imagem.

Fábio avança na problematização da própria imagem, a qual não expressava mais quem ele sentia ser. Sem instrumentos para aprofundar essa disjunção simbolicamente, ele a trata ainda de forma estereotipada: não quer mais a aparência de 18 anos, não quer fazer “coisas de rapazinho”, como transar, masturbar-se e idolatrar cantores e atores. Ao contrário, quer ter um celular como outros adultos, deixar a barba e o bigode crescerem para ser um “senhor”, quer aparentar 38 anos, sua idade verdadeira. Enfim, há uma tentativa de adequar sua imagem com a sua história, seu tempo e sua idade.

O seu sentimento de si aprofundava-se ao falar da história de sua relação com as pessoas. O ponto de enlace era o tipo de sentimento, frustração, raiva, mágoa, tristeza ou revolta, eliciado nas relações. Dessa forma, partes soltas de sua subjetividade começavam a se integrar. A denominação “bicha”, por exemplo, pôde ser distinguida da denominação “homossexual”. Para Fábio, “bicha” passou a significar a pessoa afeminada, que desmunheca, enquanto “homossexual” significaria o homem que gosta de homem. Dessa forma, abria-se um caminho para ele se indagar sobre sua preferência sexual. Contudo, ele não conseguia se aprofundar nesse assunto, pois estava perseguido pela ideia de a sexualidade ser um pecado passível de punição. Assim, manteve

a autodenominação de bicha, pelos trejeitos afeminados, mas afirmou gostar de mulher. Enfim, começa a haver uma disjunção entre sua aparência e sua subjetividade.

Conforme Quinet, a precariedade da dimensão simbólica restringe a relação com o semelhante ao registro Imaginário, isto é, à especularidade⁶. Por conseguinte, essa relação com um outro do mesmo sexo faz confundir identificação e erotização. Devido a essa confusão, a relação intensa e indiferenciada com o semelhante será apreendida pela cultura e pelo próprio sujeito no âmbito da homossexualidade. Assim, frequentemente, o psicótico poderá falar de suas relações afetivas por meio de um discurso comum à homossexualidade neurótica. Essa conjuntura se apoia na condição estrutural de vulnerabilidade diante do Outro, sentido como invasor terrível, e poderá ganhar consistência imaginária por meio da fantasia de ter sido abusado por um semelhante, como observamos no caso Schreber, no caso de Fábio e no caso de paranoicos em geral. Essa cena acrescenta ao discurso do psicótico as cores do erotismo, da agressividade e da retaliação, fazendo com que ele eventualmente atue seu delírio com atos desatinados e intempestivos.

Contudo, como também aponta Quinet, ao não passar pela castração, o psicótico está aquém da diferença sexual, isto é, não se coloca como homem nem como mulher. Nesse sentido, pensar em termos de homo ou heterossexualidade não tem o menor cabimento. Fábio era fascinado por atores de novela loiros e de olhos azuis, pois eles encarnavam um ideal estético. A beleza masculina era para ele um sinal de valor, consistência e realidade, repercutindo em uma interessante expressão para se referir a pessoas dos Estados Unidos ou a pessoas brancas e ricas: “é gente de verdade”.

Fábio dizia se masturbar com muita frequência, mas considerava o ato pecaminoso e ficava muito perseguido. Ele também ia ao

»»

*Fábio era fascinado
por atores de novela loiros
e de olhos azuis, pois eles
encarnavam um ideal estético*

banheiro constantemente para urinar, indicando haver algo no corpo impossível de controlar. Por fim, dizia ter tido relações sexuais com mulheres e com homens, as quais teriam ocorrido em banheiros públicos ou durante as internações. Esses relatos, contudo, eram confusos e telegráficos, lançando dúvida sobre sua veracidade. Uma forma possível de compreendê-los é supor que a ideia delirante de alguém capaz de esvaziar sua cabeça ao “puxar sua mente” teria ressurgido como pessoas que o tirariam do eixo, ou o deixariam excitado ou surpreso pela incapacidade de circunscrever a excitação corporal ao campo do desejo ou da sexualidade. De qualquer forma, por não conseguir simbolizar a diferença sexual, as excitações corporais eram irrepresentáveis, assustando-o e deixando sua mente “vazia”.

FÁBIO *Vamos supor que aqui é uma sala de psiquiatria, e aqui tem uma cama, eu tô deitado aqui com mais de trinta pacientes, será que eles conseguem mexer com a mente da gente?*

DANIEL *Fazendo o quê?*

FÁBIO *Falando alto, gritando, deitando em cima da gente...*

E, em outra ocasião, Fábio falava sobre sua vontade de esquecer as experiências sexuais e voltar a ser virgem como antes:

DANIEL *E por que você queria esquecer?*

FÁBIO *Porque eu me senti usado.*

DANIEL *Como assim?*

FÁBIO *Usou o meu corpo.*

DANIEL *Mas você gostou?*

FÁBIO *Gostei.*

DANIEL *Então, se você gostou, qual o problema?*

6 Sistema de Atendimento ao Usuário – serviço de uma instituição responsável por acolher as críticas, sugestões e opiniões dos usuários.

7 A. Quinet, *op. cit.*



por meio de uma constituição egoica mais constante, agora ele pode se comparar aos outros enquanto semelhante e manter sua singularidade

Fábio parece espantado por eu tratar o fato com naturalidade.

FÁBIO *Mas não é errado?*

DANIEL *Por que seria errado?*

FÁBIO *Não é errado não?*

DANIEL *O que teria de errado?*

Fábio fala que a religião não permite, diz que é errado.

DANIEL *Então o que a religião diz é diferente do que você sente...*

FÁBIO *Mas não conta pra minha mãe não, eu não contei pra ela, contei só para o meu pai.*

DANIEL *E o que ele falou?*

FÁBIO *Disse que usou o meu corpo...*

DANIEL *Mas você gostou...*

FÁBIO *Gostei... mas eu sinto muita culpa.*

A conotação dessa “culpa” sugere antes uma persecutoriedade, pois baseia-se em valores e punições exercidas por entidades exteriores. Ao longo da sessão, ele vai se empoderar do seu ato, seja ele fantasioso ou verídico: gostou do que fez. Ainda assim, quis deixar a porta da sala e a janela abertas, para mostrar que não estava escondendo nada de ninguém. Ele pergunta se eu acredito em Céu, pergunta se o rapaz poderia se lembrar do ato quando morresse e contar pra Deus.

Fábio começa a se identificar com livros cujos protagonistas se relacionam com homens e mulheres. Por meio dos relacionamentos – reais, delirantes, literários – sua identidade vai se tornar mais complexa. Se, por falta da função metafórica, ele não consegue se aprofundar em

nuances de sua subjetividade, pode ao menos justapor várias facetas superficiais para pensar sobre quem ele é.

FÁBIO *Hoje vamos falar sobre personalidade. Eu sei que eu sou bonitinho... alguns falam que eu sou bicha, outros falam que eu sou doente mental, quem sou eu?*

Fábio repete várias vezes essa pergunta, “quem sou eu?”, só consegue pensá-la pelas aparências:

FÁBIO *Eu pareço nordestino, caminho igual mulher, as pessoas da escola particular chamavam eu de bicha, eu enxergo coisa... o que você está vendo?*

Ele traz uma revista que diferencia deísta, teísta, ateu e panteísta. Ele identifica onde eu estou e onde a mãe dele está, depois identifica onde ele próprio está. Quando conversávamos sobre esquizofrenia, eu perguntei se todos os esquizofrênicos são iguais e se têm o mesmo destino. Ele diz que não, cada um é de um tipo, são diferentes. Enfim, por meio de uma constituição egoica mais constante, ele pode se comparar aos outros enquanto semelhante e manter sua singularidade.

FÁBIO *O meu defeito é que as pessoas não vêm falar comigo e eu não vou falar com elas.*

Fábio fala de si como isolado, não consegue se relacionar com as pessoas e isso o deixa triste, queria ter amigos e receber mais atenção das pessoas em geral. Pergunta-me como fazer amigos. Para ele, algumas pessoas têm um “ímã” que atrai as outras, mas ele não tem esse ímã, pergunta se eu tenho. Fábio diz ainda precisar passar comigo por muitos anos. Em suma, a noção de identidade se aprofunda atrelada a uma indagação sobre a alteridade.

* * *

Em um dos últimos atendimentos, Fábio conta ter ficado muito irritado com a mãe e batido nela.

Ela não aguenta mais a convivência e ameaça interná-lo ou expulsá-lo de casa. Enfim, posso agendar uma sessão com os dois. Nesta, marco firmemente que ele não pode jamais bater nos pais e sugiro fazer mais atividades fora de casa como um jeito de desafogar essa relação com a mãe. Por outro lado, ela é rude com ele: manda calar a boca, xinga de “trouxa”, “burro” e, diante dos seus delírios, acusa-o de mentiroso. Eu marco que ela também não pode agir assim, que seus maus-tratos só o deixam mais nervoso e que ele tem uma forma própria de compreender os acontecimentos, a qual não deve ser menosprezada. Ele diz que se eu tivesse uma mãe assim eu também bateria nela. Respondo que não, que nunca se bate na mãe. Pela primeira vez, foi necessário assumir uma posição claramente oposta à dele, para garantir um valor cultural absoluto e, principalmente, apontar para uma interdição materna.

Fim do Processo

Certo dia, Fábio falta à sessão, mas me liga para dizer de sua mudança com a família para o interior. Ele fala que eu o ajudei muito e que virá mais algumas vezes para se despedir de mim. Após três anos de análise, o processo será encerrado. A essa altura, Fábio considera melhor a realidade, está mais integrado e consegue se colocar de uma forma mais complexa, articulando diversas facetas de si, ainda que estereotipadamente.

Na última sessão:

FÁBIO *Eu fiquei aqui vários anos, mas o Michel (enfermeiro) nem sente que eu fiquei aqui vários anos... eu sou o mais velho aqui do CAPS.*

DANIEL *E você, o que sente?*

FÁBIO *Sinto que eu estou lendo um livro sobre Deus... você tem um anel, quando você se casar você vai pôr na mão direita, por enquanto você está só namorando... né?*

DANIEL *Eu sou casado.*

FÁBIO *Ê? Então por que não compra um anel de ouro?*

»
*nesta última conversa
ele finalmente
conseguiu me ouvir,
entendeu algo da
minha singularidade*

DANIEL *Esse é de ouro branco...*

FÁBIO *Esse é de prata... você é casado?*

DANIEL *Sou.*

FÁBIO *Tem filho?*

DANIEL *Minha mulher está grávida.*

FÁBIO *Hum... tem gente que fica no CAPS pra toda a vida?*

DANIEL *Não, fica alguns anos, depois vai pra outros lugares, centro de convivência, CEU, posto de saúde...*

FÁBIO *Então o CAPS é passageiro? Depois de um tempo não vai mais ter CAPS?*

DANIEL *É...*

FÁBIO *Então tá, é só isso... eu nunca mais vou te ver.*

DANIEL *Se você quiser me ver, você pode vir aqui.*

FÁBIO *Tá, tchau.*

DANIEL *Tchau.*

Cumprimento Fábio, ele vai embora. Nesta última conversa ele finalmente conseguiu me ouvir, entendeu algo da minha singularidade, entendeu que eu sou casado – ele sempre discordava quando eu o afirmava. Perguntou se eu tinha filho com uma curiosidade genuína e, mais importante de tudo, entendeu a transitoriedade do CAPS. Possivelmente não sejamos demasiado otimistas em supor, nessas colocações, algo que aponte para uma capacidade de se colocar como terceiro excluído. Excluído de uma relação que perdura entre analista e sua família, excluído de uma instituição que o acolheu e que continuará existindo quando ele tiver alta. Dessa forma, essa instituição e essas pessoas poderão se constituir como experiência passada. Em síntese, a capacidade de constituir uma identidade minimamente autônoma em relação ao Outro permite a entrada em um nível de socialização cujos atores possam entrar e sair de cena sem colocar em xeque a sua

constância subjetiva, possibilitando a apropriação de uma temporalidade. Por tudo isso, podemos inferir que, com os atendimentos, Fábio conseguiu melhorar seu contato com o tempo, a realidade, a alteridade e conseguiu constituir

uma identidade mais genuína, menos baseada na oposição com os outros e mais fundamentada em uma distinção pelas diferenças. Enfim, fico feliz em imaginar que, neste momento, ele talvez nem se lembre mais de mim.

Referências bibliográficas

- Freud S. (1976 [1911]). Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia [caso Schreber]. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Lacan J. (1998). De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Quinet A. (2003). *Teoria e clínica da psicose*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Clinical management in psychosis: strategies to strengthen identity

Abstract The clinic of the psychosis requires specific management so that the analyst does not become a persecutory object or precipitate the patient in a crisis. Thus, the analyst must know which is his transference spot and which demands are imposed. Through discussion of a clinical case, these aspects will be worked in conjunction with three key elements in the clinic of psychosis: temporality, identity and otherness

Keywords paranoia; psychosis; otherness; transference; management; identity.

Texto recebido: 06/2014

Aprovado: 10/2014

Inquietante atopia

hipóteses metapsicológicas a partir das narrativas do exílio

Tiago Novaes Lima

Resumo Este artigo formula hipóteses acerca dos processos e efeitos metapsicológicos da experiência da alteridade, a partir das obras literárias de Imre Kertész e Roberto Bolaño, escritores autoexilados da contemporaneidade. Para tanto, iremos valer da importante noção freudiana de *Unheimliche*, e de sua aproximação aos conceitos de narcisismo, dualismo pulsional na segunda tópica e constituição da linguagem.

Palavras-chave exílio; *Unheimliche* (inquietante estranheza); Imre Kertész; Roberto Bolaño; psicanálise; metapsicologia.

Tiago Novaes Lima é escritor, tradutor e psicanalista. É doutorando do Instituto de Psicologia da USP. Publicou *Subitamente: agora* (7Letras, 2004), *Estado vegetativo* (Callis, 2007) e *Documentário* (Funarte, 2012), tendo recebido bolsas de criação literária da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo e da Funarte. Finalista do Prêmio São Paulo de Literatura em 2008. Idealizador e produtor do ciclo Tertulia: Encontros da Literatura para o Sesc-SP e coordenador de oficinas de prosa no Sesc-SP, na Academia Internacional de Cinema e no projeto Tantas Letras!

O viajante se converte em exilado

Situação criadora de incertezas, projeção de imagens vagas de liberdade, metáfora da vida, da morte, do desejo, emblema da fugacidade e da beleza; e ao mesmo tempo do terror, do desenraizamento e do desamparo, a viagem acompanhou a imaginação humana e sua expansão civilizatória, impregnando suas narrativas e fundando a subjetividade ocidental. Há uma tradição literária que se inicia no mito, como a expulsão edênica na religião cristã, na epopeia, como a de Ulisses em *Odisseia*, atravessa o umbral de Cervantes em *Don Quixote*, Dante Alighieri em *Divina Comédia*, e culmina no ocaso das peripécias e das narrativas de descobrimento e aventura, o momento em que o marinheiro Shackleton atraca na Antártica durante a primeira década do século xx, anunciando a extinção dos territórios desconhecidos pelo homem civilizado no planeta. A viagem de peripécias e aventuras se converte então em experiência do exílio, condição do artista moderno por excelência. Dos seus arautos, Baudelaire assevera a atopia do homem novo e denuncia a necessidade de uma nova linguagem. Desdobrando o exílio em relação a si próprio com o aforismo *Je est un autre*, Rimbaud interrompe precocemente sua escrita quando começa a viajar. E assim, a viagem constitui nos modernos uma poética da indivisibilidade entre vida e obra, e a busca pelo avesso da vida culmina na dissolução da própria escrita. Ao longo do século xx, muitos empreendem este caminho: Kerouac, Conrad, Paul Theroux, Hemingway, Paul Bowles, Malcolm Lowry, Bruce Chatwin. E na aurora do século XXI, Imre Kertész,



*a questão da alteridade
no confronto com o estrangeiro retorna
à pauta em tempos de vertiginosa
aceleração planetária*

que sobrevive à adolescência em campos de concentração, irá desnacionalizar-se em sua escrita e em seu vagar. Nesse processo, a subjetividade se esvazia e a ideia de retorno perde qualquer substância. E Roberto Bolaño, com sua infância no Chile, adolescência no México e maturidade literária na Europa, reiterando a temática como um sol onde orbitou grande parte dos maiores escritores do Ocidente, e que em seus romances apresenta a aridez e o desencanto em um mundo embotado e perverso, espantoso em sua pobreza e na opacidade de sua teleologia sepultada.

A literatura é fruto de seu tempo, e a natureza de suas viagens corresponderá às condições do viajante, bem como do mundo que este encontra. A questão da alteridade no confronto com o estrangeiro retorna à pauta em tempos de vertiginosa aceleração planetária de fluxos de bens, serviços e capitais⁴. Com a difusão maciça da economia capitalista e um crescente debate acerca da gestão de questões transnacionais e internacionais, a figura daquele que se desloca fisicamente no espaço escandiu-se em muitas classificações para o Direito Internacional. Uma delas descreve o imigrante que, deslocando-se de um país a outro, busca melhores condições de vida e trabalho. Há também os asilados que solicitam individualmente o apoio de outro Estado por motivos de dissidência política, livre manifestação do pensamento ou crimes relacionados com a segurança do Estado e que não configuram delitos no direito penal comum. Ademais, encontra-se o refugiado, integrante de grandes grupos que atravessam fronteiras em razão de perseguições étnicas e culturais. Além destes, ainda, os turistas, os residentes temporários, os estudantes de intercâmbio, o corpo diplomático e consular. Cada um dos grupos integra

disposições normativas próprias com base no Direito das Gentes e dos princípios constitucionais de cada Estado⁵.

O viajante, contudo, não integra essas classificações, não consta nas estatísticas e não cumpre condutas de fácil padronização. Embora haja pontos de contato com as outras classificações, o viajante não deixa a sua terra, sua língua e sua cultura por uma necessidade – de trabalho e dinheiro, no caso do migrante; de sobrevivência, nos casos do refugiado e do asilado; de diversão e catarse, no caso do turista. O que caracteriza o viajante é um desassossego impreciso, e que contém expressões muito variadas na literatura. Tornar-se outro. Tornar-se homem. Tornar-se livre. Tornar a casa. Encontrar-se. Perder-se. Fugir de casa. Abraçar o desconhecido. Emendar as sem-razões do mundo. São justificativas vagas, idealizadas, que encontram no verbete anglo-saxônico *wanderlust* o seu correspondente poético. Em tradução livre, “avidez pela errância”. E um desejo de experimentar a alteridade, muito semelhante ao do psicanalista em sua prática clínica e social.

Enfrentando situações de escassez, solidão e desamparo, o viajante obedece a esse impulso incerto de depositar voluntariamente o próprio destino nas mãos do acaso. Pode-se dizer que sacia uma fome psíquica muitas vezes em detrimento das necessidades vitais. Faz dessa fome uma força. Encarnação da máxima dos navegadores antigos, *navigare necesse est, vivere non est necesse*, move-o o ímpeto fora da norma e demasiado humano, emblema do quixotesco e da loucura nele contida. O viajante endossa, em seu proceder, o desenraizamento social e subjetivo implicado na mudança de paisagem, de cultura e idioma. Afasta-se dos amigos e da família, e abraça a falta e a transitoriedade como estados permanentes.

Em contraste com o imigrante, o viajante não busca reconstituir a sua cultura na terra estrangeira. Diferentemente do turista, a estrada não é um hiato transitório ou uma nota de rodapé no dia a dia do viajante, mas o corpo de um cotidiano arritmico. Se o turista, engolfado em sua bolha familiar de hotéis e *city tours*, pretende

conhecer uma cidade em uma única semana, o viajante, por sua vez, não abdica da vontade de habitar um território desconhecido. Nas palavras do escritor e viajante Paul Bowles:

A diferença é em parte uma questão de tempo, explicava. Enquanto o turista geralmente se apressa em retornar a casa ao cabo de algumas semanas ou meses, o viajante, não pertencendo mais a um lugar que ao seguinte, desloca-se com vagar, ao longo dos anos, de uma parte do planeta para outra³.

A experiência do exílio

Esse viajante na literatura toma para si a herança dos que o precederam e a presentifica em um contexto distinto de aceleração de fluxos e controle de fronteiras, em que se observam processos altamente complexos de homogeneização imperialista e integração miscigenante, circunscrevendo distintos modos de encontro entre culturas. Nessa perspectiva de proteção de mercados e difusão de trocas, o aventureiro torna-se exilado. A experiência da alteridade migra da peripécia e do exótico para a radicalidade do ser estrangeiro (e do ser estrangeiro para si mesmo), assim como para a estranheza do encontro urbano entre povos de hábitos distintos. Neste e em outros aspectos, o exílio é um desafio à criatividade. É, a partir de dado momento, um movimento voluntário. Vivemos num mundo de expulsão, onde o exilado se torna o criador desse mundo, e não apenas sua vítima passiva (os judeus não são parte da história nazista, mas os nazistas são parte da história dos judeus)⁴.

O exilado foi arrancado (ou arrancou-se) de seu ambiente costumeiro. Costume e hábito são um véu sobre a realidade. Em nossa rotina, nos atentamos para as mudanças,

»
o hábito é um cobertor macio –
um anestésico agradável, reconfortante
e tranquilo que filtra informações,
eliminando ângulos e ruídos

mas não para o que permanece fixo, que é redundante. Mas no exílio tudo é incomum. O exílio é um oceano de informação caótica. A ausência de redundância no exílio não permite que as informações sejam absorvidas pelo exilado. Para poder viver, o exilado deve primeiro transformar a tempestade de informações em torno dele em mensagens significativa; ou seja, deve processar dados. Trata-se de uma questão de vida ou morte. Se ele não for capaz de processar dados, será inundado e consumido pelo tufão do exílio. Processar dados é sinônimo de criação. Para não perecer, o exilado deve ser criativo⁵.

O hábito é um cobertor macio – um anestésico agradável, reconfortante e tranquilo que filtra informações, eliminando ângulos e ruídos. A verdade grega, *a-letheia*, segundo Flusser, se dá com a retirada do cobertor, e é o momento em que tudo se torna inquietante, monstruoso e incomum. Exilar-se é como ser expulso do próprio corpo, quando até as coisas rotineiras causam estranhamento. Se no hábito apenas as mudanças são percebidas, no exílio tudo parece em constante mudança. Mesmo que sua meta seja apenas sobreviver, o exilado suscita a suspeita dos habitantes locais, porque se torna um revolucionário que irá dessacralizar lugares que o hábito sacralizou, e renovar lugares que o hábito envelheceu. Exilados são desenraizados que buscam desenraizar tudo à sua volta para criar raízes. Sua humanidade reside no desenraizamento, em sua “pessoa aérea” (em alemão, *luftmensch*). A dimensão criativa do exilado se dá como diálogo entre as informações novas que ele apreende e a síntese dessas informações. É também diálogo entre os seus costumes originais e aqueles que ele não compreende e que inundam seu presente. Como o escritor-viajante Nikolai Leskov por Walter Benjamin, o exilado acaba

1 E.F.P. Matias, *A humanidade e suas fronteiras. Do Estado soberano à sociedade global*.

2 P.H.G. Portela, *Direito Internacional Público e Privado*.

3 P. Bowles, *The Sheltering Sky*, p. 48.

4 V. Flusser, *The freedom of the migrant: objections to nationalism*.

5 Flusser, *op. cit.*, p. 81.



*o espanto inquietante se apresenta
na obra dos autores contemporâneos
que assumiram a atopia como condição
da modernidade*

reunindo pela experiência as duas famílias de narradores – a dos camponeses sedentários e a dos marinheiros mercantes – homens de *senso prático*, aqueles que se projetam tanto na *distância espacial* quanto na *distância temporal*⁶. Ainda que muitas vezes tenha perdido a liberdade de ir e vir, preserva-se a sua liberdade de permanecer estrangeiro, a liberdade de mudar aos outros e a si próprio. Ainda segundo Flusser, ele “é o Outro dos outros. [...] Sua chegada ao exílio permite que os outros descubram que podem criar sua identidade somente em relação a ele. Ocorre uma abertura do ‘eu’, e uma abertura à alteridade. Um estar junto”. O alhures é continente de silêncio e ambiguidade, de necessária reconstituição subjetiva, estimulada pela ruptura de expectativas e consequente desconstrução do eu. Ruptura por meio de uma língua estranha que se apresenta para o exilado e ecoa sua sonoridade musical, a princípio arbitrária, desconhecida, como diante de um infante que balbucia. Uma língua que vem anular a linguagem do estrangeiro e converge a atenção para o dizer, para a palavra em sua forja.

A expatriação e o exílio brotarão como resultado dessa constatação de que o eu não é tão sólido e continente quanto se esperava, cujos limites se tornam vagos na errância temporal e espacial. Eu sou porque estou presente; ademais, sou eu porque costumo estar aqui – nesta casa, nesta cidade – e a materialidade do espaço empresta corpo ao meu corpo. Se me distancio no tempo, as experiências vividas se tornam vagas, e o protagonista de meus atos pretéritos deixa, pouco a pouco, de ser tomado como eu. Desconheço o sujeito que fui, e cujos atos se tornam estranhos a mim. E ainda, quando viajo, a transitoriedade da paisagem, essa consciência de estar de passagem, de observar as coisas de fora, de ser dispensável,

a ausência de amigos e familiares, esse estado de solidão radical diluem a integridade subjetiva, tornam-na suscetível, identificam o sujeito com essa ausência, com o remoto de onde provém. De alguma maneira, o viajante é um fantasma: inquietante, inominável, ininteligível.

O viajante está desnudo nesse umbral entre dois mundos (entre muitos mundos), e o escritor autoexilado elabora sua criação artística como testemunho de um estado aéreo, inenarrável, de vulnerabilidade. Esse umbral representa um momento de cognoscibilidade, traduzido pela imagem de um despertar, conduzindo o saber a um “giro copernicano”, uma interrupção do curso linear do tempo e que é, paradoxalmente, a sensação máxima de estar presente, de ser e estar em um espaço. O véu gris do hábito vislumbrado do avesso. Esse assombro é conhecido como fundador do pensamento, o espanto-centelha da filosofia⁷.

Tal sentimento inquietante se apresenta na obra dos autores contemporâneos que assumiram a atopia como condição da modernidade, converteram-na em proposta poética e produziram testemunhos ficcionais, em que se pode reconhecer a imanência entre biografia e literatura. Teorizada inicialmente por Baudelaire, em especial entre os anos de 1859 e 1861, essa poética encontrará nítida expressão em seu *Salão de 1859* e em *O pintor da vida moderna*, onde o verdadeiro artista é retratado como um homem do mundo, um viajante que esboça croquis e fragmentos do que vê, e que nunca se entrega à ilusão do absoluto, ao embotamento e ao provincianismo de seus conterrâneos. A nudez para o espanto é por ele traduzida na figura do anonimato. “Estar fora de casa, e contudo sentir-se em casa onde quer que se encontre; ver o mundo, estar no centro do mundo e permanecer oculto ao mundo...”⁸ O artista é ninguém. Empreende uma suspensão temporária – súbita ou gradual – das vigas que sustentam a coerência subjetiva. Um anti-feto – a aparente consciência de um vazio, de um princípio abismal da palavra, de mergulho em um continente sem nome, que a ficção confessional de Imre Kertész e Roberto Bolaño, os dois



autores da virada do século que iremos analisar mais detidamente, dá testemunho:

O vazio infinito quando um sentimento nos abandona. Quando acabamos um volumoso romance em cujo mundo submergimos; quando termina uma relação amorosa; quando nos abandona o incentivo da inspiração... de repente se vê e experimenta o mundo sem objetivo, nem desejo, nem vontade, nem quaisquer manipulações próprias, mas simplesmente tal como é. Você repassa a sua insensibilidade e compreende que este vazio do mundo é, em certa medida, sua obra⁹.

A partir de um ponto externo, a retomada do momento fundador do encontro. A busca dos meios possíveis de entrada:

Quase não tinha amigos e o único que fazia era escrever e dar longos passeios que começavam às sete da tarde, depois de acordar, momento em que meu corpo experimentava algo semelhante ao jet-lag, uma sensação de estar e não estar, de distância a respeito do que me rodeava, de infinita fragilidade¹⁰.

Dos campos de saber que mais se debruçaram sobre essa experiência do inquietante, a psicanálise seguramente é a que mais desenvolveu uma exploração rigorosa da subjetividade, e a que mais investigou o processo, por meio da metapsicologia. Segundo Rella, “Este é o lugar do *Unheimliche* freudiano, que não é ‘perturbador’ como já foi traduzido o termo: é o ‘desorientador’, ou melhor ainda, a ‘expatriação’, a ‘dessituação’ das habituais regras de conduta intelectual e cognitiva”^{11,12}.

6 W. Benjamin, “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”, in *Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura e história da cultura*.

7 F. Rella, *Desde el exilio: la creación artística como testimonio*.

8 C. Baudelaire, *O pintor da vida moderna*, p. 57.

9 I. Kertész, *Yo, otro: crónica del cambio* p. 85.

10 R. Bolaño, *Llamadas telefónicas*, p. 7.

11 F. Rella, *op. cit.*, p.130.

12 O inquietante seria sempre algo em que nos achamos desarmados, por assim dizer. S. Freud, “O inquietante”, in: *Obras Completas [1917-1920]*, p. 332.

13 J. Kristeva, *Estrangeiros para nós mesmos*, p.190.

o estranho é um afeto que presentifica o retorno de formas primitivas de pensamento como o animismo e a onipotência

O inquietante estrangeiro

É no conceito formalizado no artigo de 1919, *Das Unheimliche*, que a temática do estrangeiro surge com toda a sua força na obra freudiana, e se coloca como estatuto por excelência do sujeito psicanalítico. A alteridade do Inconsciente reconstrói aí a sua cena.

Com a noção freudiana de inconsciente, a involução do estranho no psiquismo perde o seu aspecto patológico e integra no seio da unidade presumida dos homens uma alteridade ao mesmo tempo biológica e simbólica, que se torna parte integrante do mesmo. A partir de então, o estrangeiro não é nem uma raça nem uma nação. [...] Inquietante, o estranho está em nós: somos nós próprios estrangeiros – somos divididos¹³.

Contemporâneo de *Além do princípio do prazer*, o artigo nos introduz ao argumento etimológico da ambiguidade da expressão *unheimliche*, para afirmar que, tal como algumas palavras primitivas, pode-se depreender dois sentidos antitéticos do termo: o estranho e o familiar. Para além dos limites da compreensão e da continência possível pelo psiquismo, o fenômeno alude aos conceitos de pulsão de morte e compulsão à repetição. O *estranho* é um afeto que indica uma indiferenciação entre o outro e o eu, o mundo exterior e o sujeito, e presentifica o retorno de formas primitivas de pensamento como o animismo e a onipotência, aparecendo vinculado ao horror, ao mistério e à fantasmagoria. Tal forma de pensamento foi inicialmente uma defesa contra a mortalidade, um modo de denegar na doutrina da alma e de entidades divinas o termo inexorável da existência. Esse desdobramento do eu na figura anímica constituiu a base do que em seguida vem



como se daria a experiência
da alteridade na figura do escritor
exilado na virada do século xx
para o xxi?

a ser a figura paterna, conceitualizada na instância do *superego*, um “duplo” introjetado que, ao retornar, provoca a angústia que acompanha o primitivo complexo de castração do protagonista da obra de Hoffmann. O pai falecido e a visita do “homem da areia” atestam essa duplicação subjetiva que irá reeditar o corte narcísico primordial. Estrangeira, a aparição fantasmagórica exerceria a função de reeditar a figura paterna que, ao perturbar a fantasia de completude que acompanharia a composição unitária mãe-bebê, incutiria no psiquismo infantil uma ambivalência de afetos como o medo, o amor e o ódio.

Atravessando os estudos sobre Rank (1918) acerca do duplo, Freud retoma as ocasiões sinistras que nos acometem em práticas corriqueiras. Desse modo que, em seu relato sobre uma viagem que fez a uma pequena cidade italiana, Freud conta como, ao buscar o caminho de volta a praças e ruas conhecidas, via-se sempre retornando à mesma rua “suspeita”, zona de meretrício local. Abre-se então o caminho para o fenômeno da recorrência sinistra, “que confere a determinados aspectos da psique um caráter demoníaco”¹⁴ e que dá sinais de um *excesso de sentido* relacionado a um impulso repetitivo que denuncia os limites da linguagem e da simbolização. Uma tal “coisificação” de signos, segundo Kristeva¹⁵, sinaliza a fragilidade de nossa repressão e a experiência do *unheimliche* como indício de nossas psicoses latentes e da inconsistência da linguagem como barreira simbólica e estruturante do material reprimido.

No âmbito clínico, segundo Loffredo, a instauração do inquietante é condição de possibilidade da análise¹⁶. Nessa mesma linha, aproximando as situações do *estranho* e da transferência na clínica psicanalítica, Fédida argumenta que o lugar do analista na cena psicanalítica é o do *sítio do estrangeiro*,

de ausência e pertencimento, este mesmo que é identificado à função paterna¹⁷. O risco está em se deixar seduzir por esse lugar que a ele é sugerido pelo paciente, de conceder *respostas*, de procurar expressar-se por meio da função comunicativa da linguagem, e nomear as coisas independentemente delas mesmas, conduzindo assim a uma “des-instauração” da situação analítica. Como recurso para a permanência nessa posição, deve-se tomar a literatura – em sua potência metafórica e de transmissão – como modo de abdicarmos das intenções conscientes da palavra. A fala deverá conter essa ambiguidade radical, essa polissemia que o amor concede à linguagem, possibilitando que o paciente possa alijar-se de seu discurso direto, automático e pragmático, e abrir-se para o que nele há de estrangeiro. E a partir dessa distância, desse não lugar, apropriar-se do próprio.

Com base em tais referências, podemos nos perguntar: como se daria a experiência da alteridade na figura do escritor exilado na virada do século xx para o xxi? Em que medida a viagem opera como processo analítico e formação do escritor, por meio da alteridade constitutiva que lhe permite apropriar-se do próprio? E como as noções de corte instaurado pela figura paterna, do retorno do reprimido ante o inédito inassimilado, da ambiguidade da linguagem e da dissolução da identidade e do juízo de realidade podem dizer deste que, sozinho, vai ao encontro do mundo e o elabora em partes, aos poucos e de súbito, assumindo que a experiência excede os limites de simbolização de nosso aparato anímico, provocando isso que nos surge como *inquietante*, espantoso e sedutor?

Nas palavras de dois escritores autoexilados podemos encontrar alguns sinais.

Roberto Bolaño

Bolaño atirou-se ao mundo, segundo ele, porque não acreditava em exílio ou em fronteiras, ou acreditava que o exílio era uma opção literária (uma opção como a literária)¹⁸. Escrevia como que para seguir lendo e resgatando autores mais

ou menos esquecidos, mais ou menos injustiçados, e ler seus comentários de leitura é deixar-se projetar sobre um país desértico com muitas estradas sob a intempérie¹⁹. A figura triste dos poetas de classe média que aspiravam a uma “respeitabilidade”, instituição muito conhecida na América Latina, essa “mistura de pântano e Las Vegas”. Chileno, passou a juventude no México. Com vinte anos retorna ao Chile “para fazer a Revolução”, onde é encarcerado por alguns dias pelo regime ditatorial instaurado em 1973, e libertado apenas porque um dos soldados que o apreenderam havia sido seu amigo na escola. Em alguns relatos fala do episódio com terror; em outros, com fascínio. Parte do Chile, e é quando se inicia o seu exílio voluntário. De lá, volta ao México, e segue para a Espanha, onde consegue seu sustento em diversos trabalhos pequenos. Só retornará à terra natal, e por poucos dias, com o sucesso de *Detetives selvagens*, em 1998.

Bolaño considera mentirosa a canção do sofrimento dos exilados. Não crê possível a nostalgia da pobreza, da intolerância dos países de origem, e preserva uma imagem bastante amarga do Chile e de outros países latino-americanos. Para o autor, sua pátria é sua biblioteca perdida e refeita, e o exílio é uma forma de ser. A condição estrangeira se traduz na experiência de afirmarem que, por seu modo de falar, ele parece provir sempre de outro lugar. Os chilenos afirmam que ele fala como um espanhol; os mexicanos, como um chileno; os espanhóis, como um argentino. Um sotaque expatriado, que não o insere a nenhum grupo ou identidade nacional, que não condiz com uma terra, mas que é signo de sua errância.

O exílio é qualquer coisa que projete o autor para fora de uma posição de conforto identitário.

»
a condição estrangeira se traduz
na experiência de afirmarem que,
por seu modo de falar, ele parece
provir sempre de outro lugar

Um exílio pode ser o abandono da infância, ou da casa parental, ou o mudar-se de uma cidade pequena para uma cidade grande. E toda literatura a carrega:

Literatura e exílio são, creio, as duas faces da mesma moeda, nosso destino colocado nas mãos do acaso. “Sem sair de casa conheço o mundo”, diz Tao Te King, e até mesmo assim, sem que se saia da própria casa, o exílio e o desterro se fazem presentes desde o primeiro momento²⁰.

Em *Literatura e exílio*, Bolaño acrescenta matizes mais sombrios ao narrar o exílio e a morte trágica de seu maior amigo, o escritor Mario Santiago. À luz da errância de Santiago, afirma que o escritor caminha por uma *tierra de nadie* (“terra de ninguém”), “terra erma, terra morta, terra onde não há nada”. Se o poeta é cidadão deste continente desértico, desta terra de ninguém, considera justo que nenhuma nação reivindique sua pertença. Questionando as fronteiras e o caráter nefasto de nacionalismos, cita um poema de Nicanor Parra, quando este diz que os dois maiores poetas chilenos não eram chilenos, mas viajantes – Alonso de Ercilla e Rubén Darío – que passaram pelo Chile sem intenção de permanecer.

Ao contrário do político, ou do médico, para os quais no exílio permanecem, ao menos por um tempo, como peixes fora d’água, o escritor como que ganha asas fora de sua terra natal. No cárcere ou no hospital, o escritor é o único artista que pode seguir trabalhando: “Exilar-se não é desaparecer, mas apequenar-se, ir diminuindo lentamente ou de maneira vertiginosa até alcançar a altura verdadeira, a altura real do ser”²¹.

As designações seguem como aforismos que não se fixam. O exílio é experiência multiforme

14 S. Freud, *op. cit.*, p. 356.

15 J. Kristeva, *op. cit.*

16 A.M. Loffredo, “Sobre a escrita dos relatos clínicos freudianos”.

17 P. Fedida, *Nome, figura e memória: a linguagem na situação psicanalítica*.

18 R. Bolaño, *Entre paréntesis*, p. 56-58.

19 R. Bolaño, *Entre paréntesis*, p. 86-87.

20 R. Bolaño, *Entre paréntesis*, p. 43.

21 *Ibid.* 2004, p.49.



*a apátria torna-se a única
pátria a explorar. É a desolação
inevitável, o esvaziamento
de sentidos*

e produto da vontade. Projeta o autor em um mundo sem fronteiras, desolado, onde este conquista uma emancipação de identidades ou nacionalismos, “ganha asas” para o trabalho em condições as mais ignotas.

Imre Kertész

Com exceção de seu *Detektívtörténet* (“Um relato policial”), realizado para satisfazer uma exigência editorial, Kertész jamais escreveu um romance que não brotasse de uma necessidade existencial imediata e angustiante²². A experiência dos anos de adolescência nos campos de concentração de Auschwitz e Buchenwald lhe infundiram a marca do exílio que atravessaria toda a sua obra, sendo objeto direto de sua narrativa ficcional em *Eu, um outro*, *A língua exilada* e *Sem destino*. A circularidade de Auschwitz, essa fuga-perseguição vital e criativa, e a ditadura socialista que se instaurou na Hungria e impôs uma existência cerceada e autovigilante se inscreveram como estilo e incisão traumática de esvaziamento subjetivo. Kertész, como relatam muitos autores que inicialmente exilados assumiram a anti-identidade circunscrita pelo apátrida, faz orbitarem suas reflexões a partir dessa exterioridade do corte histórico e pessoal (“Sou filho incorrigível da ditadura, minha particularidade é o fato de estar marcado. Esta é minha experiência mais inexplicável, e ao mesmo tempo, a mais real que tive na terra, entre os homens”)²³. O trauma histórico faz deslocar o sujeito em relação ao eu. O eu enquanto entidade identitária, culturalmente erigida, psiquicamente necessária, torna-se um problema, um continente ignoto e inconciso. O problema que Rimbaud apresenta, *Eu é um outro*, é epígrafe da crônica da mudança pessoal que se

superpõe às viagens profissionais pela Europa após a abertura da Europa Oriental. Quem é esse eu com o qual não me identifico?

Vale a pena visitar os cenários onde se produziram os acontecimentos decisivos de nossas vidas, porque assim tomamos consciência de que não temos nada a ver com nós mesmos. É uma descoberta grave, que tentamos encobrir mediante as diversas formas e sublimações da fidelidade, pois senão a instabilidade de nossa pessoa deixaria entrever a loucura em sua nudez²⁴.

O eu não pode ser simplesmente abandonado, portanto, uma vez que se constitui como ponto de referência sem o qual restará apenas o abismo, o “nada subjetivo” (“Quando deixo o envoltório, desaparece também o conteúdo; tudo acaba”)²⁵. A apátria torna-se a única pátria a explorar. É a desolação inevitável, o esvaziamento de sentidos e ao mesmo tempo a tonalidade melancólica que recai sobre presente e memória. O que liga o viajante? Decerto que não a identidade húngara. Às vezes a língua (a que lhe permite entender os seus assassinos), às vezes o ato da escrita, de fazer-se na escrita. Às vezes a companheira e esposa, cuja morte abrupta por câncer é vivenciada como mais uma morte pessoal (“Minha história consiste em minhas mortes; se eu quisesse contar a minha história, deveria contar as minhas mortes”)²⁶. Persiste o imperativo vago de um renascimento, de uma transformação. “Mas em quem?”²⁷

Esse renascimento será feito, quem sabe, pela apropriação do sofrimento, pela tomada ativa daquilo que lhe foi inoculado inicialmente pelos algozes. A vontade assassina dos outros converte-se em pulsão criativa. Essa compulsão raivosa se transfunde em sublimação crítica, e em algo que se apresenta vagamente como um desejo.

Creio que sempre quis viver assim: em um agradável piso alugado (que não seja meu), entre móveis acolhedores (que não sejam meus), sem um lar, com independência, fazendo o que me toca (neste momento, traduzir Wittgenstein), sem preocupações substanciais

de tipo econômico, no estrangeiro, em um lugar onde me acompanham recordações de fatos que imagino, mas que talvez nunca existiram...²⁸

Algumas hipóteses metapsicológicas

Ao questionar as situações comuns que suscitam em nós o *Unheimliche*, e o que elas podem nos dizer acerca de nosso aparelho psíquico, Freud procurará demonstrar que tais fenômenos são reedições de uma modalidade inconsciente de pensamento, uma regressão ao infantil, suscitados pelo estímulo atual que dá forças aos impulsos recalcados pela instância mediadora, o *eu*, cuja função é também a de preservar uma suposta coesão identitária. Constituído no contato com o mundo externo por desdobramento das superfícies sensoriais, o eu opera por meio de uma lógica de não contradição, de fronteiras entre o inclusivo e o exclusivo, e de escansão espaçotemporal. O afeto consciente do inquietante é suscitado por duas situações de caráter econômico: um abrandamento da contenção egoica, como ocorre durante o sono, ou o fortalecimento do material reprimido por algo que suscite a recordação.

Aventamos aqui a *hipótese* de que o fascínio e o assombro suscitados pela viagem, assim como a busca do exílio pelo artista decorrem do fato de que a situação que ela engendra realiza este duplo movimento, de distensão do eu e de fortalecimento da dimensão estrangeira em si, suscitando uma reconfiguração da coesão do eu, esgarçando temporariamente suas fronteiras. Tal fenômeno – angustiante, abismal – poderia encontrar analogia na situação analítica e fornecer subsídios para o ato criativo do artista, justamente por propiciar:

22 l. Kertész, *Un relato policíaco*, p. 8.

23 l. Kertész, *Yo, otro: crónica del cambio*, p. 28.

24 l. Kertész, *Yo, otro...*, p. 69.

25 l. Kertész, *Yo, otro...*, p. 12.

26 l. Kertész, *Yo, otro...*, p. 61.

27 l. Kertész, *Yo, otro...*, p. 9.

28 l. Kertész, *Yo, otro...*, p. 15.

no tufão do exílio,
algumas das funções do eu
ficam debilitadas, como o juízo
de realidade e o recalque

- a. uma reestruturação da instância mediadora, suscitada pela relativização identitária na imersão em novos hábitos, suspendendo o eu de um espaço-tempo que o ancora e o configura, reconciliando-o com um familiar recalcado, inadmissível à coesão do eu pregresso;
- b. a remissão do sujeito, no confronto com um idioma incógnito, ao momento de aprendizado da língua materna que o transporta ao balbuciar fundante dos sentidos;
- c. uma nova perspectiva de finitude nesse movimento erótico de habitar a atopia, e uma postura ativa em relação à falta constitutiva instaurada pela função paterna, resultando em reconfiguração narcísica.

Podemos reconhecer dos comentários de Flusser a dinâmica da barreira de proteção contra estímulos descrita em “Além do princípio do prazer”. Se o exilado está diante de um afluente incontrolável de estímulos na experiência da viagem, afluente análogo à formação traumática, a experiência demandará um contrainvestimento equivalente que procura ligar a energia livre, o que pode justificar a disposição aérea (*luftmensch*) do exilado. Esse esforço de ligação diante do “tufão do exílio” mina as energias do viajante, e o torna parcialmente disfuncional. Algumas das funções do eu ficam debilitadas, como o juízo de realidade e o recalque. Ele poderá parecer introspectivo, por uma demanda interna de ligação. Disperso, o viajante está ocupado. Atravessada pelo transbordamento simbólico, a viagem poderia provocar uma mobilização equivalente a um trauma (e pode ser, justamente, vivida como tal). A distinção entre as duas situações – o trauma e a viagem – residiria no fato de que a barreira de proteção a estímulos não é necessariamente rompida no caso da viagem,



ainda que o afluxo excessivo de estímulos se assemelhe ao do fenômeno traumático. Tal afluxo poderá deslocar a energia anteriormente mobilizada de compulsões ordinárias. O sujeito é outro porque o presente o brinda com outras “feridas”. A viagem pode, nesse sentido, exercer com o tempo a mesma função do choque físico nas neuroses traumáticas atenuadas, na medida em que contribui para uma redistribuição da libido.

Ligada à perda do objeto de amor primordial, por sua vez, e alheia ao princípio de estabilidade homeostática, a viagem pode brotar do impulso conjugado de recriar o estado originário de descoberta e ignorância que o hábito adormeceu. É

a repetição da vivência de um desarvoramento, de um abandono, para que esta seja porventura ligada a representações mais aceitáveis e válidas, como a liberdade e a autonomia. Como no *fort-da*, descrito por Freud, a viagem se apresentará como uma possibilidade de apropriação, uma oportunidade criada voluntariamente ao fazer-se desaparecer, apropriação do próprio, continuação do processo sempre inconcluso de ruptura narcísica e projeção do impulso destrutivo ao lar originário, tanto daquele que o exilado deixa em sua terra quanto aquela porção introjetada da própria cultura que, identificada como repulsiva, é constitutiva e não pode ser extirpada.

Referências Bibliográficas

- Baudelaire C. (2010). *O pintor da vida moderna*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Benjamin W. (1987). A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica. In: *Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura e história da cultura* (Obras Escolhidas, v.1). São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1987). O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura e história da cultura* (Obras Escolhidas, v. 1). São Paulo: Brasiliense.
- Bolaño R. (2005). *Entre paréntesis*. Barcelona: Anagrama.
- _____. (2002). *Llamadas telefónicas*. Barcelona: Anagrama.
- Bowles P. (2004). *The Sheltering Sky*. London: Penguin Modern Classics.
- Fédida P. (1991). *Nome, figura e memória: a linguagem na situação psicanalítica*. São Paulo: Escuta.
- Flusser V. (2003). *The freedom of the migrant: objections to nationalism*. University of Illinois Press.
- Freud S. (2011). O inquietante. In: *Freud – Obras Completas [1917-1920]*. São Paulo: Cia. das Letras.
- _____. (2011). Além do princípio do prazer. In: *Freud – Obras Completas [1917-1920]*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Kertész I. *Um relato policíaco*. Barcelona: Acantilado, 2007.
- _____. (2010). *Yo, otro: crónica del cambio*. Barcelona: Acantilado.
- Kristeva J. (1994). *Estrangeiros para nós mesmos*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Loffredo A.M. (2002). Sobre a escrita dos relatos clínicos freudianos. *Jornal da Psicanálise*, v.39, n.70, p.175-189.
- Matias E.F.P. (2005). *A humanidade e suas fronteiras. Do Estado soberano à sociedade global*. São Paulo: Paz e Terra.
- Portela P.H.G. (2011). *Direito Internacional Público e Privado*. Salvador: JUSPO-DIVM.
- Rella F. (2010). *Desde el exilio: la creación artística como testimonio*. Buenos Aires: La Cebra.

Disquieting atopy: metapsychological hypotheses from the narratives of exile

Abstract This paper will formulate hypotheses about the metapsychological processes and effects of the experience of otherness from the literary works of Imre Kertész and Roberto Bolaño, contemporary self-exiled writers. For this purpose, we will avail ourselves of the important notion of Freudian *Unheimliche*, as far as it approaches concepts of narcissism, drive dualism of the second topic and language constitution.

Keywords exile; *Unheimliche* (uncanny); Imre Kertész; Roberto Bolaño; Psychoanalysis; metapsychology.

Texto recebido: 08/2014

Aprovado: 10/2014

As histórias recobridoras

quando o vivido não se transforma
em experiência

Tatiana Inglez-Mazzarella

Resumo Este artigo trata do estudo de alguns ditos que inviabilizam o esquecimento, tão necessário à perlaboração. Trata-se de histórias que se tornam repetitivas e obliterantes para o sujeito e que, por seu caráter de tamponamento, impossibilitam a criação de outras versões. Ao impedirem a passagem do vivido ao experienciado, essas narrativas dificultam a apropriação da herança.

Palavras-chave clínica psicanalítica; histórias recobridoras; recusa; luto; escuta testemunhal; experiência.

Tatiana Inglez-Mazzarella é psicanalista; membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae; professora do curso de Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea e integrante do GTEP (Grupo de Transmissão e Estudo de Psicanálise); doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP; autora do livro *Fazer-se herdeiro: a transmissão psíquica entre gerações* pela Editora Escuta.

*Toda dor pode ser suportada se sobre ela
puder ser contada uma história.*

[Hannah Arendt]

No presente artigo, fruto de minha tese de doutorado¹, gostaria de debruçar-me sobre o trabalho com o dito, mais especificamente, com certo tipo *de história*, que é presente, estável e repetida excessivamente, fazendo-nos desconfiar de sua função, pois se torna obliterante. Elas tamponam algo, inviabilizando a criação de outras versões, sendo estas últimas imprescindíveis para que o sujeito se aproprie de sua herança. A essas construções narrativas darei o nome de histórias recobridoras, para diferenciá-las das que proponho como histórias encobridoras, com base no conceito freudiano de lembrança encobridora.

As histórias recobridoras são construções repletas de palavras, que impedem as amnésias necessárias à vida. O bom esquecimento pressupõe que “é preciso esquecer para poder viver”²; trata-se, portanto, de um esquecido que nos constitui. Sendo assim, que movimento é este em que se passaria de um não dito a um não poder parar de dizer? Por que a insistência “compulsiva”?

Essa insistência mostra o não cumprimento de um trabalho de simbolização, pelo menos em uma dimensão que permitisse, de algum modo, transformar a intensidade dos afetos, se é que isto se faz possível diante de situações catastróficas.

Qual seria o estatuto dessas construções? Será que podemos considerá-las como algo simbólico? Como elas operam impedindo o “bom esquecimento” freudiano?

1 Tese de doutorado defendida em 2011, sob a orientação do Prof. Dr. Luis Claudio Mendonça de Figueiredo, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

2 M. Meiches, *A travessia do trágico em análise*, p. 94.



se a historicização é um processo fundamental de constituição do sujeito, por que algumas histórias se tornam obstáculos à singularização?

A epígrafe acima aponta na direção oposta da presente discussão, ou seja, para os efeitos elaborativos que têm as histórias, quando podem ligar a dor àquilo que foi vivido, transformando-a, assim, em uma experiência da qual o sujeito pode apropriar-se e diante da qual pode posicionar-se. A dor, por meio de tal processo, transforma-se em *pathos*; o *pathos*, por sua vez, em experiência. Para tanto, o testemunho é fundamental.

As histórias recobridoras e sua função de tamponamento

Comecei a perceber, por meio do atendimento de alguns analisandos, a existência de histórias ligadas à origem, assim como de histórias familiares, que funcionavam como destinos de pertencimento: eram histórias que, por causa de sua fixidez, dificultavam o trabalho de apropriação da herança e de construção e reconstrução de uma versão, ou de várias versões, de uma história própria. Quando havia essas histórias, as intervenções e interpretações do recalcado não eram suficientes. Passei, então, a refletir acerca da diferença entre elas e as histórias encobridoras nas quais há um velamento.

Surgiu-me, desse modo, a seguinte dúvida: se a historicização é um processo fundamental de constituição do sujeito, por que algumas histórias se tornam obstáculos à singularização?

Sabemos pela clínica e por produções culturais que o trabalho de elaboração inclui a feitura de versões, ou seja, pressupõe constantes construções, desconstruções e reconstruções daquilo que foi vivido. As histórias recobridoras,

são histórias que acabam por funcionar como tamponamento de questões traumáticas e que, portanto, falham em sua função de propiciar elaboração. Se suas construções foram uma tentativa de elaboração do trauma, a forma como circulam dificulta ou impede novas elaborações. É nesse sentido que as nomeio recobridoras, pois perdem a mobilidade de abertura inconsciente, que tem a formação de compromisso, e passam a ser elas próprias, muitas vezes, retraumatizadoras por si.

As histórias recobridoras, ao não deixarem espaço para novas interpretações e reelaborações, transformam-se na Verdade acerca daquele grupo familiar e de cada um de seus membros, pois providenciam uma forma de pertencimento e impedem o bom esquecimento freudiano.

Se, para esquecer, num primeiro momento, é preciso lembrar, o não poder esquecer se torna nas histórias recobridoras um imperativo. O evento traumático segue intensamente colorido e a temporalidade torna-se uma questão.

Gueller³, em sua tese de doutorado acerca da (a)temporalidade, lembra-nos que Freud concebe a memória pela via do esquecimento quando propõe que o inconsciente não pode ser pensado em termos de presença. A autora destaca que a análise e seus efeitos terapêuticos estão centrados na possibilidade de haver trâmite e esquecimento dos processos inconscientes. Contudo, para esquecer, é necessário primeiramente lembrar. Nesse sentido, propõe uma distinção entre o verdadeiro e o falso esquecimento.

O falso esquecimento refere-se à atualização do passado via retorno do recalcado; o verdadeiro, à obliteração terapêutica, que coloca o passado em seu devido lugar, deixando a lembrança despresentificada. O que promove a tramitação, segundo a autora, é a troca da descarga pela ligação, sendo tal conexão estabelecida com o pré-consciente, com as representações-palavra. A tramitação é considerada aqui como a responsável por promover a distinção entre o esquecimento patogênico e o terapêutico; consiste numa terapêutica capaz de despresentificar

a “lembrança”, tirando o presente de uma constante invasão pelo passado.

O trabalho na clínica com as histórias encobridoras passaria, então, pelo desfazimento de sua característica de “história fachada” ou “história véu”. Dessa forma, o esquecimento falso, que remete à lembrança na história encobridora, onde o recalque construiu uma fachada, mostraria seu núcleo genuíno. Assim, nas histórias encobridoras, estaríamos no campo, como nos propõe Gueller³, do sepultamento da sexualidade infantil em sua dimensão fundante do psiquismo.

A autora constrói, desse modo, uma argumentação que visa diferenciar o trabalho de análise realizado com adultos daquele efetuado com crianças. Em relação ao primeiro, o desvelamento é central, em face de um retorno do recalque que provoca angústia. Quanto ao segundo, como nas crianças o sepultamento da sexualidade infantil ainda não ocorreu, a angústia toma conta de tudo, conduzindo o analista para a direção do recalque.

Com base nessa diferenciação, proponho outra, ao considerar também o mecanismo de defesa. Se Gueller⁵ trabalha com a questão do recalque, discutindo inclusive sua importância ímpar para a estruturação psíquica do recalque originário, proponho pensar no acionamento da recusa como mecanismo de defesa em face da angústia advinda do traumático.

Tentarei, a partir de agora, articular história recobridora e recusa e, um pouco mais adiante, luto, em virtude da seguinte questão surgida da clínica: o que ocorre quando as histórias, supostamente construídas por meio da representação-palavra, falham em sua tarefa de promover o verdadeiro esquecimento?

Entendo que, para nos aproximarmos desse enigma, será preciso pensar em outra articulação

»»

vale então, ainda, a hipótese de existir uma “aparência simbólica”, pois se trata de uma base que não é a de velamento (véu) do recalque.

nos casos em que o “pôr em palavras” não funciona por si só como elemento de tramitação. Vale então, ainda, a hipótese de existir uma “aparência simbólica”, pois se trata de uma base que não é a de velamento (véu) do recalque.

Recalque e recusa

Para seguirmos na tarefa de diferenciação entre as histórias encobridora e recobridora, é imperioso retomar outra distinção, já há muito conhecida, aquela existente entre recalque (*Verdrängung*) e recusa (*Verleugnung*).

O recalque, como já discutido anteriormente, é um processo no qual se visa afastar e manter afastadas da consciência as ideias e representações ligadas às pulsões; aquelas, uma vez realizadas, tornar-se-iam fonte de desprazer em alguma instância psíquica. O recalque, constitutivo do núcleo do inconsciente, é ainda responsável pela própria origem deste, ao separá-lo do resto do psiquismo.

É por meio desse núcleo originário que o recalque⁶ propriamente dito (recalque *a posteriori*) ocorre. O recalque originário fixa a pulsão nos representantes, que são mantidos fora da consciência; assim, funciona como polo de atração para aquilo que se refere a esses representantes, para aquilo que será preciso manter recalque. Simultaneamente a essa atração, há uma repulsa, que coloca em operação o recalque *a posteriori*.

Freud define ainda um terceiro momento do recalque, a saber: o retorno do recalque. As histórias encobridoras funcionam assim como o sonho, o sintoma, o lapso e o ato falho, como

3 A.S. de Gueller, *Sobre a (a)temporalidade: os paradoxos do tempo no pensamento freudiano e sua incidência nos processos de constituição psíquica*.

4 A.S. de Gueller, *Vestígios do tempo – Paradoxos da atemporalidade no pensamento freudiano*.

5 Gueller, *Vestígios do tempo...*, op. cit.

6 Tomo neste texto os termos recalque e recalque como sinônimos.



*as histórias recobridoras
constroem-se como tentativa fracassada
de articulação por meio da recusa
e da conseqüente clivagem do eu*

formação de compromisso entre os elementos recalçados e a defesa.

Para melhor explicar as histórias recobridoras, teremos que recorrer a outro mecanismo de defesa. Passemos, então, à recusa. Esse termo foi utilizado por Freud, pela primeira vez, em 1923, para caracterizar um mecanismo de defesa por meio do qual é efetuado o reconhecimento da realidade de uma percepção negativa, e, ao mesmo tempo, ela é recusada. Reconhecimento e recusa do reconhecimento passam a conviver, ou melhor, a coexistir como duas realidades contraditórias não conflitivas, o que acarreta a clivagem do eu como forma de sustentação dessa coexistência⁷.

Como ressalta Penot⁸, na recusa há uma indecisão no sentido da representação, ou seja, uma suspensão do julgamento. Ao abolir o sentido, a recusa diferencia-se do recalçamento, já que o recalçado é aquilo que, justamente, ao manter uma ligação com um sentido inadmissível para a consciência, precisa ser apartado. A recusa, como nos propõe Figueiredo⁹, não permite que aquilo que foi percebido e armazenado leve a uma tomada de decisão, a um posicionamento do sujeito.

Penot¹⁰ e Figueiredo¹¹ lembram-nos de que a recusa é parte do processo de constituição, não tendo qualquer consequência patológica na primeira infância. A problemática surge a partir do momento em que a recusa torna-se uma posição duradoura que funciona como “[...] uma operação psíquica pela qual é mantido um não investimento específico em certas representações do mundo exterior, através da retirada de sua possível significação”¹². Diferentemente do recalque, não é a representação que se apaga, mas sim o valor simbólico dessa representação.

Como resultado da recusa ocorre a interrupção de um processo, o que acaba por eliminar a “eficiência transitiva de um de seus elos”¹³. Octave Manonni resume no seguinte enunciado: “eu sei, mas mesmo assim...”. O que não ocorre, o que está impedido é uma inferência advinda do que foi percebido. Nesse sentido, preserva-se uma posição subjetiva fixa, inalterável, que desmente o percebido, conforme ressalta Figueiredo¹⁴.

No que concerne ao efeito da recusa para o pensamento, Penot¹⁵ sublinha:

Como Freud destacou, por muitas vezes, o fenômeno da recusa-clivagem não consiste em apagar esta ou aquela representação desagradável do campo da consciência como faz o recalçamento¹⁶. Pelo contrário, é a significação particular, que nela está implicada, que permanecerá “invalidada” no jogo da mentalização. [...] Elas logo se manifestam, ao contrário, como pontos de interrupção, de não-passagem, da atividade de pensamento. Estas representações não admitidas são o lugar de uma *condensação* ambígua, que confronta o sujeito com uma vivência traumática, conotada geralmente pela estranheza [...].

É aqui que localizo as histórias recobridoras. Assim como as histórias encobridoras são narrativas que funcionam como formação de compromisso por meio do recalque, as histórias recobridoras constroem-se como tentativa fracassada de articulação por meio da recusa e da conseqüente clivagem do eu. A recusa é, então, o que testemunha o fracasso do recalçamento, pois, como nos lembra Penot¹⁷, não ocorre o enlace entre o registro da sensação ou da representação formal e o representante da linguagem. Há uma importante falha no que se refere à capacidade simbólica, afetando, conseqüentemente, a perla-boração do traumático.

Nas histórias recobridoras, a narrativa se constitui essencialmente por meio da abolição simbólica, pois tanto o sentido quanto o julgamento encontram-se suspensos. Considerando esse aspecto, vale lembrar que estamos diante de uma importante dificuldade em lidar com a ausência. Isso faz da história recobridora uma forma

capaz de reiterar a presença em estado bruto, ou seja, de ratificar a presença do traumático de um modo não passível de metáfora; trata-se de algo que efetivamente é difícil de ser pensado e que resiste a entrar na cadeia significante.

A história recobridora, embora seja feita de palavras, vive um estado de coisificação, justamente por estar apartada, por ter sido isolada, de modo violento, pela recusa, recusa esta que impede o caráter transitivo de uma percepção. Vem daí o caráter de fixidez das histórias recobridoras.

Em relação a esse aspecto, explicita Figueiredo:

Nos lugares vacantes, abertos por essas falhas autoproduzidas, criam-se os excessos imagéticos, as pseudopercepções, as lembranças recorrentes, os relatos imutáveis em que um certo saber se erige como um obstáculo quase intransponível aos processos de transformação¹⁸.

E eu acrescentaria: nesses lugares vacantes abertos pela recusa, criam-se as histórias recobridoras, nas quais o que está em jogo é a dificuldade de simbolização da ausência, num traumático que se perpetua pela própria forma de historicização, ou, mais precisamente, de pseudo-historicização.

Quando Freud menciona os fenômenos da inquietante estranheza¹⁹ apenas no retorno do recalado, ele exclui as figuras de retorno da recusa e da rejeição (forclusão). É conveniente

»
*a história recobridora aparece
como forma de evitar
o reconhecimento da perda*

sublinhar que tais fenômenos têm sido especialmente acompanhados por psicanalistas interessados no tema da transmissão psíquica entre gerações.

Quando a história recobridora é associada à dificuldade de simbolização da ausência, surge o assunto do luto. Em outras palavras, a história recobridora aparece como forma de evitar o reconhecimento da perda e, em consequência disso, busca evitar o trabalho de luto.

A história recobridora, ao deixar em suspenso o sentido e o julgamento, dificulta a ligação e não faz contato com a perda, perda esta sentida como o lançamento do sujeito em direção ao nada. Cria-se uma história recobridora ali onde deveria se instalar o trabalho de luto; tenta-se evitar a dor, entendida freudianamente como o fracasso do aparelho psíquico em fazer a passagem da energia livre às representações psíquicas.

Se a história recobridora surge para evitar o trabalho que é convocado pela necessidade de ligação psíquica de impressões, especialmente das traumatizantes, cabe ressaltar, ainda, a dimensão intersubjetiva acentuada por Penot²⁰. Este autor afirma que a recusa, em princípio, nunca é do sujeito. Para dar conta daquilo que fica interdito pelo outro (o pensar em consequências), cria-se uma história que, ao cobrir completamente (recobrir) o que poderia vir a ser inscrito como falta.

Impedir o reconhecimento da perda é inviabilizar o trabalho de luto, é instituir uma confusão entre falta, vazio e nada, é manter uma posição imutável. Não reconhecer a perda do objeto é, talvez, o modo mais eficaz de manter maciçamente a presença deste.

7 Lembremos que faz parte das funções do eu assegurar uma percepção relativamente estável e constante de si mesmo, diante do mundo exterior.

8 B. Penot, *Figuras da recusa: alguém do negativo*.

9 L.C. Figueiredo, "Verleugnung. A desautorização do processo perceptivo".

10 Penot, *op. cit.*

11 Figueiredo, *op. cit.*

12 Penot, *op. cit.*, p. 20.

13 Figueiredo, *op. cit.*, p. 59.

14 Figueiredo, *op. cit.*

15 Penot, *op. cit.*, p. 34.

16 Gostaria de ressaltar aqui, em contraposição à recusa, o caráter do recalque como operação no sentido de um trabalho de simbolização.

17 Penot, *op. cit.*

18 Figueiredo, *op. cit.*, p. 70.

19 S. Freud, "O estranho".

20 Penot, *A paixão do sujeito freudiano: entre a pulsionalidade e a significância*.



parte do trabalho testemunhal do analista consiste na identificação daquilo que insiste, do que não se pode dizer

A recusa, ou seja, a desautorização da percepção acerca do que foi vivido, mantém cindidos aspectos que precisariam enfrentar a contradição, o conflito e, até mesmo, o paradoxo, fundamentais na narrativa, imprescindíveis quando se trata da história.

Hassoun²¹ fala da melancolia como uma maneira específica de relação com o luto, com a perda e com a morte; no caso, as pulsões parciais e a pulsão de morte estão desintricadas. Penso em considerar a história recobridora como um tipo de narrativa em que palavras-coisas ocupam o espaço onde deveria se instalar a inscrição de uma perda. Evita-se o contato com a perda, como na cripta²²; desse modo, a história recobridora protege da melancolia.

Com o intuito de dar conta do traumático, as histórias recobridoras, caracterizadas por impedir o esquecimento, entendido aqui como o bom esquecimento freudiano da elaboração, oferecem uma garantia de saber e uma infalibilidade da verdade, o que impede o sujeito de realizar o constante e necessário trabalho de implicação com o vivido. Em outras palavras, diante do horror produzido pelo contato com o nada, a tentativa de aplacar uma angústia avassaladora se faz pela via da construção de uma história recobridora. Trata-se de uma história “tapa-buraco” para impedir o desmoronamento das bordas de um imenso buraco, que tende a tragar tudo o que o circunda. Porém, ao tentar impedir essa avalanche, a história preenche o buraco de maneira a tamponá-lo, inviabilizando a possibilidade de um trabalho de luto que instalaria a falta. O ato de recobrir, que significa cobrir completamente, implica cobrir também o contato com o sentir,

com as marcas, com os indícios, imprescindíveis à vida e à elaboração.

No encontro com a história recobridora, o analista está convocado à tarefa de pensar o impensável por meio de um cuidadoso e delicado trabalho de ligação ali onde a cisão, a clivagem, foi buscada como tentativa de solução. Como abrir espaço para a difícil tarefa de pensar o abolido, de criar condições para que dois sistemas de referência que convivem como irredutivelmente estranhos possam ser questionados?

A função do analista passa, então, pela capacidade de dar testemunho dessa perda, ao apontar o que se encontra como incompatível para o sujeito. Trata-se de um testemunho com a finalidade de permitir ao analisando a construção de um testemunho de si. Parte do trabalho testemunhal do analista consiste na identificação daquilo que insiste, do que não se pode dizer, do que aparece na atuação; isso significa que o trabalho não se restringe ao que está presente no sentido da narrativa. Entendo que há uma escuta que testemunha, ou seja, uma escuta que também se faz “pelas bordas”, ao retirar o foco de atenção de uma narrativa já constituída e considerar os indícios, os vestígios daquilo que não circula de maneira articulada, mas se faz presente como resto de natureza não simbolizável decorrente de uma experiência traumática.

Adianto que a metabolização do vivido estará diretamente ligada à possibilidade de dar testemunho. Passemos a ela.

A história recobridora e o impedimento do testemunho de si

A história recobridora começa a ser pensada em virtude de um confronto com a seguinte condição: o sujeito não pode realizar o testemunho de si. Considerando esse “estar diante do infável”, aponto para uma forma de “fragilidade extrema ao sentimento da própria existência”, que confere, pelo menos aparentemente, inteligibilidade, mas de uma maneira bastante particular. Trata-se da

história recobridora, que se caracteriza pelo fato de os elementos ali presentes constituírem uma história congelada em sua significação, uma história que, ao preencher o vazio, estabelece uma significação imóvel que não permite ao sujeito reposicionamentos, ressignificações, reelabora-ções, tão necessárias à continuidade da vida.

O sujeito permanece atrelado a um passado que não termina de ser vivido no presente. Assim, embora encontrar palavras para dizer do vivido seja extremamente importante, isso pode não dar conta, não ser suficiente para mudar a relação do sujeito com seu passado/presente quando tal atitude não é acompanhada da possibilidade de esse sujeito posicionar-se ou reposicionar-se, tomando para si a responsabilidade de atribuição de sentido à existência.

Entendo que nem a história individual nem a transmissão psíquica entre gerações, isoladamente, podem dar conta de uma construção subjetiva, pois uma história singular só pode ser construída por meio de outras, dentro de um espaço social e de uma temporalidade. Os pais transmitem um passado, mas transmitem também resquícios dos quais nem se dão conta. São as primeiras identificações com aqueles dos quais a criança depende de forma vital que permitem a humanização, contudo, ao mesmo tempo, são elas também que, atualizadas na transferência, se tornam fonte de repetição. Isto porque elas contêm um valor de pertencimento, do qual não se abre mão e que não pode ser dissociado do contexto sócio-histórico.

Ao tomarmos a atualização tanto em sua via de repetição quanto de aposta de surgimento do inédito, como analistas passamos a uma clínica que faz uso da oportunidade de encontro/

»»

*para haver o emergir do novo
por meio da repetição, é necessário,
em primeiro lugar, que se faça
contato com o catastrófico*

[D. Destombes]

reencontro das “relações problemáticas e das identificações múltiplas e heterogêneas que constituem a identidade subjetiva”²³. Por meio do trabalho na relação transferencial com tais pontos nodais, passamos a considerar também a angústia suscitada, quando se dá, no processo analítico, uma aproximação dos afetos envolvidos, o que implica mudanças tão profundas quanto arcaicas. Tal reflexão desemboca no questionamento acerca da apropriação da herança familiar e social em sentido mais amplo.

Em um interessante texto, intitulado *Vossos corpos incham a terra como o corpo dos monstros incha o mar*²⁴, Daniel Destombes²⁵ discute, incluindo na abordagem sua experiência pessoal, de que modo a memória transgeracional das guerras (no caso, da Primeira Guerra Mundial) pode ser elaborada por meio de um trabalho de pesquisa e de escrita. Destaca que um processo de simbolização não se faz sem o enfrentamento das resistências e dos conflitos interiores, ou seja, não se faz sem o contato com emoções bastante perturbadoras.

Destombes²⁶ sublinha que, para haver o emergir do novo por meio da repetição, é necessário, em primeiro lugar, que se faça contato com o catastrófico. De acordo com o autor, somente desse modo se estabelece uma tensão dialética entre as forças de destruição e de renascimento. Entendo que esse contato pode ser realizado pela via da escuta testemunhal, que, pelas bordas, isto é, situada entre o dito e o não dito, permite uma brecha para a entrada do que foi silenciado e/ou recusado, ou, como propõe Destombes, por uma escuta da palavra, de forma a ouvir dela um grito silencioso que não pode ser proferido.

21 J. Hassoun, *A crueldade melancólica*.

22 Para definição de cripta, vide N. Abraham e M. Torok, *A casca e o núcleo*.

23 A. Levallois, “Témoignage et histoire: une approche de la singularité contemporaine”, p. 170.

24 *Vos corps gonflent la terre comme le corps des monstres gonfle la mer*.

25 D. Destombes, “Vos corps gonflent la terre comme le corps des monstres gonfle la mer”.

26 Destombes, *op. cit.*



*estamos falando de um luto
não elaborado, de um tamponamento
que impede justamente
o processo de luto*

O autor sugere uma diferenciação entre o portar a guerra e o portar a marca, colocando o acento da elaboração no segundo fazer. Entendo que essa diferença assenta-se na capacidade de simbolização. Quando se representa a marca como guerra, a marca da guerra, cria-se outro vínculo entre a presença e a ausência, entre o lembrar e o esquecer. Contudo, se tal não ocorre, “paradoxalmente, aquilo que desaparece se torna onipresente”²⁷. Então uma marca indelével, porém inacessível à possibilidade de representação, permanece como algo que não se apaga e, ao mesmo tempo, não cessa de retornar; é isso que nos aponta Destombes, retomando o conceito de real na obra de Lacan.

Indaga Destombes: “Como barrar a mostra incessante?”. Para responder à questão, começa a fazer distinções. Diferencia a natureza dos esquecimentos: em um caso, a história é reconhecida e assumida; em outro, com efeitos subjetivos bastante distintos, a história é consequência de um processo de recusa. Recorrendo a Ricoeur, acrescenta que o primeiro é um esquecimento que põe em reserva uma memória apaziguada e deixa dormir as lembranças, ao passo que o segundo, fruto da recusa, tende ao apagamento dos traços necessários ao processo de elaboração.

Em termos da história recobridora, estamos falando de um luto não elaborado, de um tamponamento que impede justamente o processo de luto, assim como o faz a cripta. Tanto a cripta quanto a história recobridora colocam-se como formas de o sujeito não fazer contato com a perda, mas, paradoxalmente, de torná-la presente. Na história recobridora, contudo, podemos ter a impressão de que a narrativa é aparentemente capaz de simbolizar o que foi vivido.

No caso estudado por Destombes²⁸, o silêncio dos mortos da Primeira Guerra, silêncio que pesa sobre as famílias, obriga, ao mesmo tempo, a um falar e um não falar sobre o assunto. Assim, compreendo como parte do trabalho do analista a criação de condições para a construção de uma via de acesso para que o analisando dê um testemunho de si. Nesse sentido, não se pode escapar do encontro com a origem e a herança; é preciso encontrar na língua um lugar para aquilo que, não tendo achado lugar anteriormente, segue errante entre as gerações.

Se a genealogia do silêncio de morte de que trata o autor é a recusa, o trabalho de luto dos sobreviventes passa necessariamente pela articulação entre duas partes: uma que se identifica com os mortos e outra que tenta desprender-se deles. Esse desprendimento é efetuado pela ação das palavras, que pode extrair algo do real compacto do silêncio, instituindo, assim, uma lacuna. É essa lacuna que também inexiste na história recobridora, pois em seu lugar coloca-se outro compacto, o compacto de uma história que perpetua um silenciar do sujeito. Tanto por meio do compacto do real quanto por meio do compacto da história recobridora, ao tentar fazer contato com o recusado, estabelece-se “uma pane de inscrição e uma pane de arquivamento”.

Destombes²⁹ termina o texto escrevendo sobre os efeitos também nele decorrentes da tentativa de se aproximar da questão e de abordá-la, depois de uma série de atos falhos em ocasiões nas quais falou e tentou escrever sobre o tema.

A escuta testemunhal no trabalho com as histórias recobridoras

Procurarei agora acrescentar à discussão acerca das histórias recobridoras outro elemento, que me parece relevante para pensar o trabalho na clínica.

A análise é um processo de testemunho de si, que faz a passagem entre o que foi vivido e o que virá-a-ser experiência, ou seja, é um processo de apropriação. Nessa perspectiva, o analista tem



*é pela via do testemunho
do analista que o analisando
pode criar condições para a
construção de uma narrativa*

como uma de suas funções ser testemunha do testemunho que o analisando dá de si mesmo. Levallois³⁰ afirma que há também uma responsabilidade daquele que ouve o testemunho. Entendo essa responsabilidade como a do analista, que não pode furtar-se à escuta, inclusive daquilo que diz respeito ao real da identificação.

Mas por que enfatizar então aquilo que chamo de escuta testemunhal, já que a escuta é algo tão essencial e corriqueiro em qualquer processo analítico?

Essa escolha visa enfatizar um aspecto da escuta que pode estar presente majoritariamente nas análises, entretanto, muitas vezes torna-se essencial para a possibilidade de elaboração do traumático e de reposicionamento do sujeito. No atendimento de algumas pessoas, é primeiramente o testemunho do analista de algo que foi por elas vivido, mas que permanece em uma “zona de limbo”, que criará condições para que se construa, em análise, um testemunho de si.

Assim, qualificar essa escuta de testemunhal é dar destaque a um aspecto específico da escuta, articulando-o ao âmbito de elaboração do trauma. Na abordagem do traumático, torna-se imprescindível tanto o reconhecimento da realidade de algo vivido quanto a nomeação desse algo, para que seja possível alguma elaboração. Destaco, aqui, que é o testemunho dado primeiramente pela escuta e, depois, pela intervenção do analista que pode contribuir para a construção de um testemunho de si por parte do analisando.

Ao colocar-se na função de testemunha do testemunho, o analista utiliza como baliza para o trabalho analítico o estabelecimento de uma falta ali onde estava ou o nada ou o recobrimento do vazio, numa articulação entre as dimensões do pulsional e da significância. Essa articulação permite “deixar dormir as lembranças” e, assim,

apaziguar a memória, estabelecendo uma nova tensão entre memória e esquecimento.

A escuta testemunhal é, então, uma escuta que buscaria convocar um trabalho de elaboração, primeiramente, por meio da restituição de um sentido abolido pela suspensão do julgamento (recusa). Tal operação permite a simbolização do excesso traumático fraturante do aparelho psíquico. É, portanto, pela via do testemunho do analista, que reconhece com sua escuta algo vivido, mas não experienciado, que o analisando pode vir a criar condições para a construção de uma narrativa, ou para a mudança de posição do sujeito na narrativa, de maneira a articular os elementos que, embora estivessem presentes, ficavam restritos ao campo do traumático.

Alguns elementos são imprescindíveis para fazer frente aos efeitos do traumático em toda a sua violência: o reconhecimento e a produção de sentido do que foi vivido. Convém notar que isso passa pela linguagem, ainda que seja pela nomeação do impossível de dizer.

Para encerrar, gostaria de acentuar um aspecto já mencionado no texto, no sentido de ratificar o valor da escuta testemunhal. Recorro assim a Levallois³¹, que chama a atenção dos analistas para o fato de considerarem em seu trabalho a História e seus entrelaces com a história do sujeito. Para além de uma história familiar, que julgo importante levar em conta, convém fazer referência a uma história coletiva, responsável por questionar uma vivência de exceção, por colocar o sujeito como mais um entre outros, em sua condição humana, e, ao mesmo tempo, como responsável pela construção da sua história. Eis uma diferenciação extremamente necessária e terapêutica entre a exceção e a singularidade.

27 “Paradoxalement, ceux qui ont disparu deviennent omniprésents.”
Destombes, *op. cit.*, p. 33.

28 Destombes, *op. cit.*

29 Destombes, *op. cit.*

30 Levallois, *op. cit.*

31 Levallois, *op. cit.*

Referências bibliográficas

- Abraham N.; Torok M. (1995). *A casca e o núcleo*. São Paulo: Escuta.
- Destombes D. (2002). "Vos corps gonflent la terre comme le corps des monstres gonfle la mer". In: Chemla P. (directeur). *Actualité du Trauma*. Ramonville Saint-Agne: Éditions érès.
- Figueiredo L.C. (2008). Verleugnung. A desautorização do processo perceptivo. In: Figueiredo L.C. *Psicanálise: elementos para a clínica contemporânea*. São Paulo: Escuta.
- Freud S. (1996). O estranho. In: *Ed. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago.
- Gueller A.S. de. (2001). *Sobre a (a)temporalidade: os paradoxos do tempo no pensamento freudiano e sua incidência nos processos de constituição psíquica*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- _____. (2005). *Vestígios do tempo – Paradoxos da atemporalidade no pensamento freudiano*. São Paulo: Arte & Ciência.
- Hassoun J. (2002). *A crueldade melancólica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Levallois A. (2007). Témoignage et histoire: une approche de la singularité contemporaine. In: Levallois A. *Une psychanalyste dans l'histoire*. Paris: Campagne Première.
- Meiches M.P. (2000). *A travessia do trágico em análise*. São Paulo: Casa do Psicólogo/Fapesp.
- Penot B. (1992). *Figuras da recusa: aquém do negativo*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- _____. (2005). *A paixão do sujeito freudiano: entre a pulsionalidade e a significância*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

Covering stories: when what is lived does not turn into experience

Abstract This article is dedicated to the study of some sayings that can block the movement of forgetting, which in turn is a fundamental moment of what we call "working-through". These are stories that become repetitive and overbearing to their subject. Their rigidity impedes the transition of the experienced fact to memory and hampers its acquisition as such.

Keywords psychoanalytical clinic; overlaying stories; refusal; mourning; gathered testimony; experience.

Texto recebido: 10/2014

Aprovado: 11/2014

Coexistência e retranscrição

metáforas do desenvolvimento em Freud

Renata Bazzo

Resumo Este trabalho procurou realizar uma investigação teórica a respeito das figuras do desenvolvimento psíquico na obra de Freud. Para isso, foram rastreados e analisados trechos da obra freudiana que se referissem a esses aspectos do tempo e desenvolvimento, identificados na metáfora arqueológica e de retranscrição. Concluímos que os dois modelos coexistem e estão articulados na concepção sobre o aparelho psíquico em Freud.

Palavras-chave Sigmund Freud; temporalidade; desenvolvimento.

Renata Bazzo é mestre em Psicologia Social pela PUC-SP

E se apoderava do menino uma sensação já muitas vezes experimentada, a impressão estranha, entre sonhadora e angustiante, de algo que desfilava sem se mover, que se mudava e contudo permanecia, algo que era reiteração tanto como vertiginosa monotonia – impressão que ele conhecia de outras ocasiões, e cuja volta esperara e desejara. Era em parte pelo prazer de senti-la mais uma vez que pedia ao avô que lhe mostrasse a relíquia da família, na sua imutável progressão.
[Thomas Mann, *A montanha mágica*.]

Não deixa de surpreender o leitor que recorre à literatura de comentário de estudos freudianos o fato de poder encontrar simultaneamente as interpretações que apontam Freud como um autor desenvolvimentista, enquanto outros textos enfatizam o caráter atemporal do inconsciente. Como é possível conceber que um sistema possa ser composto por traços psíquicos acrônicos, mas que, ao mesmo tempo, se desenvolvem progressivamente? Poder-se-ia perguntar se esse paradoxo é apenas fruto de exegeses opostas ou se realmente existem concepções diversas e complexas do tempo em Freud.

Em seus estudos sobre a temporalidade em Freud, Gondar² e Gueller³ fizeram um levantamento das múltiplas concepções de tempo encontradas no texto freudiano, que seriam pelo menos cinco: a atemporalidade, o tempo da memória filogenética, o *a posteriori*, o tempo da pulsão, a regressão. Segundo Mezan⁴, essa multiplicidade de abordagens em Freud, somada à dispersão das reflexões sobre o tema – que aparece nos textos apenas em comentários adicionais ou secundários, não recebendo uma reunião das concepções em jogo em um só trabalho –, dificultaria a compreensão de suas nuances,

¹ T. Mann, *A montanha mágica*, p. 32.

² J. Gondar, *Os tempos de Freud*.

³ A.S. Gueller, *Vestígios do tempo: paradoxos da atemporalidade no pensamento freudiano*.



*o objetivo desse trabalho
foi rastrear e analisar ao menos
duas dessas metáforas do tempo
em Freud*

fazendo do tempo uma das mais confusas e embaraçadas questões do legado do pensamento freudiano para seus intérpretes.

Outra característica do esquema freudiano de referência ao tempo é a frequente utilização de metáforas para explicitar seus modelos teóricos. Existem as metáforas arqueológicas de Roma e de Pompeia, a metáfora do sistema de transcrições e dos *fueros*, as metáforas de herança. No entanto, nenhuma delas foi capaz de reunir em seu sentido todas as concepções do tempo, o que possivelmente se deu não pela insuficiência figurativa dessas metáforas, mas pela própria complexidade da matéria a ser representada. Em seu estudo sobre o uso da metáfora por Freud, Spence⁵ afirma que o emprego do recurso metafórico, “[...] ressalta a natureza poética da linguagem de Freud e sublinha sua luta para pôr em palavras o indizível e o impensável. Essas tentativas, como ele deixou claro em muitas passagens, eram com frequência tateantes, experimentais e exploratórias: primeiras aproximações a fenômenos e experiências que, mesmo agora, conseguem escapar entre nossos dedos. É em parte porque permanece difícil de apreender que a experiência tende a ser substituída pela metáfora”.

Seguindo a indicação da interpretação de Spence, a utilização frequente por Freud da metáfora como recurso para expressar suas concepções de tempo poderia indicar que essas teorias se encaixavam no conjunto das matérias de difícil aproximação e apreensão. Ora, se admitirmos essa premissa como válida, logo teremos que supor que as concepções de tempo em jogo na obra freudiana não podem ser reduzidas facilmente aos sentidos mais corriqueiros e usuais, por exemplo, o de um tempo linear, progressivo e irreversível, que caracterizam o desenvolvimentismo *tout court*.

O objetivo desse trabalho foi rastrear e analisar ao menos duas dessas metáforas do tempo em Freud, não com o intuito de entender suas explicações de como se daria a apreensão subjetiva do tempo, mas verificar se haveria em Freud qualquer descrição que pudesse corroborar a tese de que a exposição à ação de passagem do tempo cronológico implique modificações graduais e cumulativas nas organizações dos traços psíquicos ou se, ao contrário, a ação do tempo não seria determinante para o funcionamento do aparelho tal como concebido pelo autor.

Metáforas arqueológicas:
permanência e eternidade

É conhecida a metáfora de Roma criada por Freud para aludir à mente humana em *O mal-estar na civilização* (1930[1929]). Na descrição freudiana, as edificações que outrora foram destruídas para dar lugar a novas construções encontram-se conservadas no mesmo solo, no mesmo ponto e no mesmo tempo que as suas sucessoras, sem que para isso seja necessário desarranjar o que está em seu lugar. Para fazer sua metáfora da mente, Freud monta um cenário incomum, no qual todas as construções, das mais diversas eras, coexistem exatamente no mesmo ponto sem que nada se perca: “Permitam-nos agora, num voo da imaginação, supor que Roma não é uma habitação humana, mas uma entidade psíquica, com um passado semelhantemente longo e abundante – isto é, uma entidade onde nada do que outrora surgiu desapareceu e onde todas as fases anteriores de desenvolvimento continuam a existir, paralelamente à última. Isso significaria que, em Roma, os palácios dos césares e as *Septizonium* de Sétimo Severo ainda se estariam erguendo em sua antiga altura sobre o Palatino e que o castelo de Santo Ângelo ainda apresentaria em suas ameias as belas estátuas que o adornavam até a época do cerco pelos godos, e assim por diante. Mais do que isso: no local ocupado pelo Palazzo Cafarelli, mais uma vez se ergueria – sem que o

Palazzo tivesse de ser removido – o Templo de Júpiter Capitolino, não apenas em sua última forma, como os romanos do Império o viam, mas também na primitiva, quando apresentava formas etruscas e era ornamentado por antefixas de terracota. Ao mesmo tempo, onde hoje se ergue o Coliseu, poderíamos admirar a desaparecida Casa Dourada, de Nero. Na Praça do Panteão encontraríamos não apenas o atual, tal como legado por Adriano, mas, aí mesmo, o edifício original levantado por Agripa; na verdade, o mesmo trecho de terreno estaria sustentando a Igreja de Santa Maria sobre Minerva e o antigo templo sobre o qual ela foi construída”⁶.

Essa metáfora é apresentada logo no início do texto, pouco após Freud discriminar três tipos de desenvolvimento – do reino animal, do corpo e da mente –, apontando suas peculiaridades. Quanto ao corpo, Freud afirma sobre seu desenvolvimento que as primeiras formações de ossos e órgãos são incorporadas no seu vir a ser, de modo a não sobrar vestígios de suas formas iniciais no final do processo de transformação. Mas essa circunstância muda quando se trata do desenvolvimento da mente, uma vez que “no domínio da mente, por sua vez, o elemento primitivo se mostra tão comumente preservado, ao lado da versão transformada que dele surgiu”⁷. A metáfora de Roma é a tentativa de figurar essa forma de desenvolvimento tão incomum, tentando conjugar traços do passado e do presente nos mesmos espaços.

Ainda que nos pareça muito engenhoso utilizar a Cidade Eterna como figuração de um sistema em que os traços jamais são destruídos, Freud julga que sua tentativa foi somente um “jogo ocioso”, um insucesso que apenas revela “quão longe estamos de dominar as características da vida mental através de sua representação

»
»
*essas séries podem ser concebidas
relacionadas umas com as outras
de modo análogo a sucessivas
erupções de lava*

em termos pictóricos”⁸. Porém, há que se notar que se a metáfora utilizada Freud, por seu juízo, estivesse longe de ter alcançado o objetivo pretendido, isso não se deu por falta de tentativas. Em 1915, no texto *Pulsões e destino da pulsão*, Freud buscou através da figuração da erupção vulcânica e suas sucessivas ondas de lava ilustrar o que poderia ser o desenvolvimento da pulsão: “Poderíamos decompor o percurso de vida de cada pulsão em ondas agrupáveis dentro de diferentes intervalos de tempo (adotando unidades de tempo quaisquer). Consideremos que cada intervalo de tempo contenha séries de ondas homogêneas entre si. Assim, essas séries podem ser concebidas relacionadas umas com as outras de modo análogo a sucessivas erupções de lava. Podemos então imaginar que a primeira e mais original erupção pulsional tenha continuado a ocorrer sem alteração e sem sofrer nenhum tipo de evolução. A série de ondas seguinte experimental, desde o início, uma modificação, talvez a transformação em passividade, e, tendo incorporado essa nova característica, ela se somaria à onda anterior, e assim por diante”⁹.

Destacamos que não apenas Freud se vale de recursos pictóricos para expressar sua concepção da vida mental, como os busca, a nosso ver, para tentar dar conta principalmente de uma concepção específica e persistente: como descrever a coexistência no mesmo espaço dos elementos antigos e recentes e, além disso, como descrever a coexistência da forma primeira de representações e pulsões com sua forma posterior. Ou seja, a presença simultânea na vida psíquica da primeira inscrição de um elemento com a forma que assumiu em seu desenvolvimento ulterior. Se retomarmos a passagem em que Freud descreve o desenvolvimento do corpo e aplicarmos a lei

4 R. Mezan, *Freud, pensador da cultura*.

5 D. Spence, *A metáfora freudiana: para uma mudança paradigmática na psicanálise*, p. 32.

6 S. Freud, “O mal-estar na civilização”, p. 79.

7 S. Freud, *op. cit.*, p. 77.

8 S. Freud, *op. cit.*, p.79.

9 S. Freud, “Pulsões e destino da pulsão”, p. 155.



*Roma e Pompeia serão
as metáforas arqueológicas
privilegiadas por Freud para se referir
ao sistema inconsciente*

de não eliminação da versão primeira do mesmo elemento coexistindo com todas as suas outras formas assumidas ao longo de uma história, válida para a vida psíquica, poderíamos imaginar um corpo que ao mesmo tempo apresenta o embrião, a forma infantil e a forma adulta, a sequência inteira de transformações da medula óssea, a glândula do timo da infância lado a lado com os tecidos de ligação, todas as etapas de evolução coexistindo lado a lado.

Também em 1919, em *A interpretação dos sonhos*, Freud faz um acréscimo ao texto original para enfatizar que não apenas os traços advindos de percepção externa são indestrutíveis na vida mental, mas que também são todos os atos anímicos, construções, fantasias e os sonhos que, uma vez criados, continuariam existindo: “Os sonhos que ocorrem nos primeiros anos da infância e são retidos na memória por dezenas de anos, muitas vezes com vividez sensorial completa, são quase sempre de grande importância para nos permitir entender a história do desenvolvimento psíquico do sujeito e de sua neurose”¹⁰.

Em princípio, o único modo de haver destruição ou desgaste desses traços que foram inscritos na memória, e que se mantêm vigentes e atuais em todas as suas versões, seria através de sua vinculação à consciência, onde poderiam começar a perder seu domínio e intensidade. Esse recurso para desgastar as inscrições é apresentado em *Notas sobre um caso de neurose obsessiva* (1909), quando, ao ser questionado pelo paciente a respeito dos mecanismos do tratamento que levam a um efeito terapêutico, Freud lhe explica, utilizando o recurso da metáfora novamente, como esse efeito se daria: “Fiz então algumas pequenas observações sobre as diferenças psicológicas entre o consciente e o inconsciente, e

sobre o fato de que toda coisa consciente estava sujeita a um processo de desgaste, ao passo que aquilo que era inconsciente era relativamente imutável; e illustrei meus comentários indicando as antiguidades que se encontravam ao redor, em minha sala. Eram, com efeito, disse eu, apenas objetos achados num túmulo, e o enterramento deles tinha sido o meio de sua preservação: a destruição de Pompeia só estava começando agora que ela fora desenterrada”¹¹.

É possível acompanhar nos escritos freudianos como Roma e Pompeia serão as metáforas arqueológicas privilegiadas para se referir ao sistema inconsciente, sistema este em que os traços encontram-se de certo modo eternizados. Contudo, as referências a Pompeia contêm uma particularidade – que a citação acima já indica –, pois passam a indicar também a possibilidade de emergência e extração desse conteúdo pela análise, para que possa ser desvelado e transformado em cinzas. A analogia entre o conteúdo inconsciente e o conteúdo soterrado e entre o trabalho do analista com o trabalho do arqueólogo é bastante proveitosa no texto freudiano *Delírios e sonhos na Gradiva de Jensen* (1907[1906]) que comenta a novela *Gradiva* de Wilhem Jensen. No romance de Jensen, o personagem do jovem arqueólogo Nobert Hanold viaja para Pompeia, cidade que será cenário de seus sonhos, fantasias e delírios e onde conseguirá recuperar sua capacidade de amar através de suas pesquisas delirantes em busca da moça retratada no relevo *Gradiva* e com a ajuda de sua amiga Zoe Bertrang, que se revela ser seu verdadeiro objeto de amor. Freud aproveita o ensejo dado pelo cenário da novela de Jensen para traçar diversos paralelos e equiparações, por exemplo, entre a operação de recalçamento e o soterramento de Pompeia: “houve uma perfeita analogia entre o soterramento de Pompeia – que fez desaparecer mas ao mesmo tempo preservou o passado – e a repressão”¹².

Em 1937, a analogia entre a tarefa do analista e o trabalho do arqueólogo é novamente estudada por Freud em *Construções em análise*. Entretanto, embora mantida, a comparação ganha renovação

importante com o conceito de construção. Ainda que estivesse presente na condução das análises de Freud já na descrição de casos da primeira década dos anos 1900, a construção ganha outro estatuto ao ser mais bem definida nesse texto. Conforme as linhas desse artigo, haveria diversas formas de o conteúdo recalcado ser resgatado ou invocado, seja através dos sonhos e das associações, como também pela repetição na transferência das relações das fantasias inconscientes. No entanto, existiriam ligações entre os conteúdos recalcados que não se encontrariam recalçadas para poderem ser recuperadas, de modo que se tornaria necessário que o analista as reconstruísse para que as associações do analisante continuassem e a análise tivesse prosseguimento. Nesse momento do texto, Freud estabelece novamente então as comparações entre o trabalho do analista e do arqueólogo: “Seu trabalho de construção, ou, se se preferir, de reconstrução, assemelha-se muito à escavação, feita por um arqueólogo, de alguma morada que foi destruída e soterrada, ou de algum antigo edifício. Os dois processos são de fato idênticos, exceto pelo fato de que o analista trabalha em melhores condições e tem mais material à sua disposição para ajudá-lo, já que aquilo com que está tratando não é algo destruído, mas algo que ainda está vivo – e talvez por outra razão também. Mas assim como o arqueólogo ergue as paredes do prédio a partir dos alicerces que permaneceram de pé, determina o número e a posição das colunas pelas depressões no chão e reconstrói as decorações e as pinturas murais a partir dos restos encontrados nos escombros, assim também o analista procede quando extrai suas inferências a partir dos fragmentos de lembranças, das associações e do comportamento do sujeito da análise. Ambos possuem direito indiscutido a reconstruir por meio da suplementação e da combinação dos restos que sobreviveram.

10 S. Freud, “A interpretação dos sonhos”, p. 554.

11 S. Freud, “Notas sobre um caso de neurose obsessiva”, p. 157.

12 S. Freud, “Delírios e sonhos na *Gradiva* de Jensen”, p. 53.

13 S. Freud, “Construções em análise”, p. 277.

14 S. Freud, “Construções em análise”, p. 278.

15 S. Freud, “O inconsciente”, p. 38.

»
*haveria diversas formas
de o conteúdo recalcado
ser resgatado ou invocado*

Ambos, ademais, estão sujeitos a muitas das mesmas dificuldades e fontes de erro”¹³.

Ainda que esses novos contornos sejam adicionados à antiga comparação entre o ofício do psicanalista e a arqueologia, há um ponto no texto de 1937 em que Freud não inova absolutamente: trata-se do modo como define a composição e situação dos traços no sistema inconsciente: “Aqui, defrontamo-nos regularmente com uma situação que, com o objeto arqueológico, ocorre apenas em circunstâncias raras, tais como as de Pompeia ou da tumba de Tutancâmon. Todos os elementos essenciais estão preservados; mesmo coisas que parecem completamente esquecidas estão presentes, de alguma maneira e em algum lugar, e simplesmente foram enterradas e tornadas inacessíveis ao indivíduo. Na verdade, como sabemos, é possível duvidar de que alguma estrutura psíquica possa realmente ser vítima de destruição total”¹⁴.

Porém, ainda que os traços inconscientes sejam indestrutíveis e que nesse sistema os vestígios do passado se encontrem em simultaneidade com os traços atuais, cabe perguntar como se organizam todos esses elementos. Estariam todos eles encadeados em uma espécie de linha do tempo psíquica, responsável por organizar todas essas inscrições segundo uma ordem temporal sucessiva que obedeceria às medidas objetivas do tempo cronológico?

É aqui que uma das teses freudianas a respeito das características do inconsciente pode fazer sua aparição. A afirmação freudiana da atemporalidade inconsciente talvez seja uma das suas mais conhecidas asserções e está presente em seus escritos desde o início até o fim de sua obra. Em 1915, no texto *O inconsciente*, ele afirma: “atenhamo-nos ainda ao *Ics* e ressaltemos agora



como poderia se justificar teoricamente, nesse contexto de atemporalidade inconsciente, que ocorram os retornos às organizações anteriores?

que os processos nesse sistema são atemporais, eles não estão cronologicamente organizados, não são afetados pelo tempo decorrido e não têm nenhuma relação com o tempo”¹⁵. Em seguida, Freud esclarece que a organização temporal cronológica está referida ao sistema consciente apenas. Algumas linhas antes nesse mesmo texto, outra característica do sistema inconsciente, não menos importante, já havia sido apresentada ao leitor: “No âmbito do *Ics* não há lugar para a negação [...]”¹⁶. Se tentarmos relacioná-las, poderíamos concluir que, com efeito, para que os registros inconscientes possam ser indestrutíveis é preciso que, de algum modo, estes não estejam submetidos à ação temporal, caso contrário estariam sujeitos à mudança e à negação da identidade da primeira inscrição. Ou seja, para que os traços não sejam negados com a possibilidade de transformação, é preciso que estejam desligados do tempo. Desse modo, parece ser essa a razão para que não possa haver negação ou temporalidade cronológica nesse sistema, pois apenas isso poderia garantir que seus traços fossem, de certo modo, eternos.

Caberia perguntar como poderia se justificar teoricamente, nesse contexto de atemporalidade inconsciente, que ocorram os retornos às organizações anteriores, expressos no conceito de regressão temporal. Quanto a esse aspecto, concordamos com a posição de Monzani que destaca a presença de um paradoxo na hipótese de uma regressão no sistema inconsciente. Se pensarmos que nesse sistema os registros não estão dispostos dentro de uma lógica temporal cronologicamente organizada, parece não haver meios de postular uma regressão a formas ou a organizações psíquica que lhes são antecessoras. Se a forma anterior está constantemente presente,

simultaneamente aos traços mais recentes, nos perguntamos que tipo de regressão seria essa. Nas palavras de Monzani, para o inconsciente, “o passado não é potencial, uma possibilidade de volta, ele é, em certas esferas, atual”¹⁷.

Além da questão da possibilidade da regressão temporal, a hipótese da atemporalidade inconsciente nos coloca diante de mais uma questão teórica aparentemente de difícil articulação. Ao consultarmos o item B do capítulo VII em *A interpretação dos sonhos*, encontraremos a seguinte afirmação: “A rigor, não há necessidade da hipótese de que os sistemas psíquicos realmente se disponham numa ordem espacial. Bastaria que uma ordem fixa fosse estabelecida pelo fato de, num determinado processo psíquico, a excitação atravessar os sistemas numa dada sequência temporal”¹⁸. Como seria possível conciliar o conteúdo das duas asserções, ou seja, de que se trata de uma tópica temporal, mas de um inconsciente atemporal? A princípio, poderia parecer que estamos diante de um paradoxo teórico. Contudo, tanto Gueller¹⁹ como Gondar²⁰, em seus respectivos estudos a respeito da temporalidade em Freud, nos chamam atenção para a palavra *processo* que está presente na afirmação freudiana “os processos nesse sistema são atemporais”. De acordo com essas autoras, a ideia de processo implica a ideia de uma série de ações dispostas em temporalidade, comportando uma imagem de desenrolar de eventos. Em sua concepção, a atemporalidade inconsciente não significaria negação total da presença de uma espécie de temporalidade e desenvolvimento nesse sistema: “Pois se não houvesse uma ordenação temporal qualquer com relação a esses processos, o inconsciente seria caótico. E sabemos que não é disso que se trata: o inconsciente possui leis próprias de articulação; suas operações estão submetidas a uma determinada ordem e essa ordem deve estar referida a alguma modalidade de tempo. Não é necessário que uma tal modalidade seja de tipo linear-escoativo, na qual os eventos se sucedem regularmente. Mas é preciso que alguma

modalidade temporal esteja em jogo, pois, caso contrário [...] nem mesmo seria possível se falar em processos inconscientes”²¹.

Ou seja, segundo essa leitura da asserção freudiana, com a qual concordamos, a temporalidade não pode ser totalmente elidida. Como já havíamos destacado acima, Freud se valeu de recursos pictóricos para expressar não apenas sua concepção da vida mental como espaço de coexistência dos elementos antigos e recentes, mas também para descrever a coexistência da forma primeira de representações e pulsões com a forma que estas assumem posteriormente. Portanto, se estão presentes simultaneamente a primeira inscrição de um elemento com sua forma segunda, algum tipo de desenvolvimento deve haver no interior desse sistema atemporal.

Vejamos agora a que leis essas modificações obedecem de modo que seja possível conciliar, em um mesmo sistema, a identidade dos traços com a série de mudanças por quais esses passam.

Passagem do tempo e a metáfora da retranscrição

Como vimos no final do item anterior, a asserção de que o inconsciente é atemporal não equivale a supor a ausência de processos e desenvolvimento, já que não se trata de um sistema estático. Se essa hipótese não for assumida, seria necessário afirmar que o aparelho psíquico é inato, já está pronto e acabado ao nascer, e que não se modifica absolutamente ao longo da vida. Seria preciso ainda admitir que esse aparelho consiste em um sistema ou em uma estrutura ideal, totalmente pura e não afetável pela experiência. Isso parece ser contrário à suposição freudiana exposta, por exemplo, em *Sobre o narcisismo*, em que admite a

16 S. Freud, “O inconsciente”, p. 37.

17 L.R. Monzani, *Freud: o movimento de um pensamento*, p. 289.

18 S. Freud, “A interpretação dos sonhos”, p. 567.

19 A. Gueller, *op. cit.*

20 J. Gondar, *op. cit.*

21 J. Gondar, *op. cit.*, p. 30.

22 S. Freud, “Sobre o narcisismo”, p. 99.

na carta de 6.12.1896 a Fliess,

*Freud apresenta o modelo
de um sistema que se
reorganiza periodicamente*

necessidade de uma nova ação psíquica para que algo como o *Eu* possa ser fundado e desenvolvido: “É uma suposição necessária a de que uma unidade comparável ao *Eu* não esteja presente no indivíduo desde o início; o *Eu* precisa antes ser desenvolvido. Todavia, as pulsões autoeróticas estão presentes desde seu início, e é necessário supor que algo tem de ser acrescentado ao autoerotismo, uma nova ação psíquica, para que se constitua o narcisismo”²².

Também no conjunto de cartas que compõem a correspondência de Freud ao médico Wilhem Fliess, há uma em especial que nos interessa para compreender nossa questão e sustentar nossa hipótese da existência de algum tipo de desenvolvimento no sistema inconsciente. Escrita em 6 de dezembro de 1896, a carta que ficou conhecida entre os comentadores da obra freudiana como *Carta 52* contém um interessante modelo explicativo de Freud para as regras de movimentação e mudança na organização dos elementos na vida mental inconsciente. Longe de ser um sistema no qual os traços inscritos são estáticos e sem dinâmica, Freud apresenta um modelo de sistema que se reorganiza periodicamente. Novamente, sua descrição para a articulação entre a vida mental e a transformação temporal é sustentada por uma metáfora tão complexa quanto as já apresentadas anteriormente: “Como você sabe, estou trabalhando com a hipótese de que nosso mecanismo psíquico tenha-se formado por um processo de estratificação: o material presente sob a forma de traços mnêmicos fica sujeito, de tempos em tempos, a um rearranjo, de acordo com novas circunstâncias – a uma retranscrição. Assim, o que há de essencialmente novo em minha teoria é a tese de que a memória não se faz presente de uma





*Freud não deixa exatamente
definidos em quais momentos
esse processo ocorreria*

só vez, e sim ao longo de diversas vezes, e que é registrada em vários tipos de indicação”²³.

Pouco abaixo dessa passagem do texto, Freud apresenta um diagrama para representar, em termos topográficos, os diferentes registros neuronais e sua função específica dentro do sistema. Quase como um protótipo rudimentar do esquema do pente apresentado em *A interpretação dos sonhos*, aqui também temos a percepção como primeiro polo de entrada, polo não retentor dos traços para que seja mantida uma espécie de permeabilidade constante para a continuidade de entrada de novas percepções. A realização de inscrição dos traços será função de outro conjunto de neurônios que irá constituir a memória. Em seguida a essa camada neuronal, está o primeiro registro responsável pelas indicações de percepção como uma primeira inscrição da percepção que, segundo Freud, “se organiza de acordo com associações por simultaneidade”²⁴. O segundo registro é a inconsciência, cujos traços “talvez correspondam a lembranças conceituais”, e o terceiro registro é a pré-consciência. Freud anuncia a Fliess que ainda não sistematizou rigorosamente esse que ainda é um esboço de aparelho, de forma que não poderia fornecer, naquele momento, mais detalhes sobre a composição e relação entre os registros.

Contudo, o que restaria de novo e importante para suas pesquisas, tal como está anunciado no trecho do texto que recortamos e citamos acima, é a hipótese de que as inscrições psíquicas não se dão em um único momento e de uma só vez, mas passam por diversas marcações que ocorrem em momentos distintos e que cada uma dessas movimentações e reinscrições implicam um rearranjo do sistema como um todo. Esse modelo de sistema de memória no qual os

traços são primeiramente inscritos (*Niederschrift*) para serem posteriormente transcritos (*Umschrift*), e ainda em outro momento serem retranscritos, recebeu uma metáfora mais elaborada e aprimorada no texto *Bloco Mágico*, escrito por Freud em 1925. Se pudéssemos unir essa imagem de rearranjo periódico exposta na carta a Fliess à imagem de Roma apresentada no início do item anterior e fizermos um cruzamento entre as metáforas utilizadas por Freud para descrever o estado e funcionamento do sistema inconsciente, poderíamos imaginar, então, a cidade de Roma, com todas as construções existentes ao longo de sua história presentes no mesmo solo, virando e revirando de tempos em tempos, sem cessar.

Vejamos agora o que definiria esse intervalo de tempo e quais as consequências de seu insucesso: “Gostaria de enfatizar o fato de que os registros sucessivos representam conquistas psíquicas de fases sucessivas da vida. Na fronteira entre duas dessas fases é preciso que ocorra uma tradução do material psíquico. Explico as peculiaridades das psicose através da suposição de que essa tradução não se tenha dado no tocante a uma parte do material, o que acarreta certas consequências. E isso porque nos atermos firmemente à crença numa tendência ao ajustamento quantitativo. Cada transcrição posterior inibe sua predecessora e esgota seu processo excitatório. Quando falta uma transcrição posterior, a excitação é tratada de acordo com as leis psicológicas vigentes no período psíquico precedente e seguindo as vias abertas naquela época. Assim, persiste um anacronismo: numa determinada província, ainda vigoram os *fueros*; estamos na presença de ‘sobrevivências’”²⁵.

Ainda que esteja suposto um intervalo temporal entre as retranscrições, Freud não deixa exatamente definidos em quais momentos esse processo ocorreria ou o que exatamente poderia desencadeá-lo, como vemos na passagem acima. Freud apenas menciona que a tradução das inscrições possa ocorrer entre “fases sucessivas da vida”, não fixando exatamente uma idade, um evento ou mesmo uma etapa específica para que



é sobre as falhas que ocorrem nesse processo de tradução e retranscrição entre os registros que Freud parece se ater com mais persistência

a passagem de uma organização a outra ocorra. Como efeito desse processo de rearranjo, ter-se-ia o esgotamento e mudança no aspecto econômico que rege o funcionamento da inscrição anterior. Certamente, quando Freud afirma na passagem citada acima sua ênfase no “fato de que os registros sucessivos representam conquistas psíquicas de fases sucessivas da vida”, parece indicar um curso de desenvolvimento evolutivo para a ocorrência das traduções. Entretanto, o material da *Carta 52* não nos permite afirmar que essas conquistas possuam um *telos* que as guie rumo a um objeto ou configuração previamente estabelecida.

É sobre as falhas que ocorrem nesse processo de tradução e retranscrição entre os registros que Freud parece se ater com mais persistência e para elas tentar determinar períodos e fases da vida. A razão principal encontrada por Freud para explicar a não ocorrência das traduções está no desprazer que essa operação causaria para o aparelho. A tradução de uma inscrição cujo conteúdo poderá ser causa de desprazer é evitada pelo aparelho, afirma Freud, “é como se esse desprazer provocasse um distúrbio de pensamento que não permitisse o trabalho de tradução”²⁶. Segundo sua hipótese, seriam as experiências sexuais prematuras as origens principais causadoras de desprazer e falhas na tradução. Entretanto, Freud localiza um ponto em sua explicação que ainda não consegue elucidar: por qual razão, em algumas pessoas, o evento sexual precoce que inicialmente causa prazer, quando recordado em uma fase posterior, torna-se fonte de desprazer? Por que o evento sexual precoce geraria desprazer muito tempo depois de a experiência inscrita ter ocorrido?

De todo modo, qualquer que seja sua origem – se em experiências passadas ou atuais, ou ainda em desprazeres passados que se atualizam –,

a falha no trabalho de tradução causada pela evitação da experiência de desprazer manteria no aparelho uma espécie de sítio regido pelas leis e pela distribuição da economia excitatória que eram vigentes antes no período da primeira inscrição, criando uma espécie de anacronismo entre esses traços com os demais traços do sistema.

Assim, a hipótese da *Carta 52* e seus desdobramentos parecem indicar a existência de dois descompassos de funcionamento no aparelho. Haveria aquele que se instala com a interrupção das traduções, gerando um intervalo de inscrições reguladas por leis antigas e por um regime de excitação que não é mais vigente; como também haveria outro descompasso, não totalmente explicado na carta, que se refere ao efeito de desprazer que ocorre só muito depois da ocorrência do evento. Esse descompasso entre as novas traduções e as velhas inscrições coabitando o mesmo espaço nos remete novamente à metáfora de Roma e à presença de um jogo de alternância constante entre sucessão e simultaneidade no aparelho psíquico que Freud tentou descrever através de todas essas figurações.

Esse percurso por algumas paragens da obra freudiana que se referem ao tempo e desenvolvimento, mesmo que indiretamente ou apenas em fragmentos, nos serviu como recurso investigativo para tentar identificar quais seriam as lógicas desenvolvimentistas subjacentes a suas teorias. Foi possível extrair ao menos duas concepções presentes nas diversas metáforas temporais utilizadas pelo autor: uma que afirma a sincronicidade e permanência dos traços psíquicos e que tem na metáfora de Roma, apresentada no texto *O mal-estar na civilização*, a maior expressão; e uma segunda via que afirma a existência do desenvolvimento

23 S. Freud, “Carta 52”, in J. Masson, *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess*, p. 208.

24 S. Freud, “Carta 52”, in J. Masson, *A correspondência completa...*, p. 209.

25 S. Freud, “Carta 52”, in J. Masson, *A correspondência completa...*, p. 209.

26 S. Freud, “Carta 52”, in J. Masson, *A correspondência completa...*, p. 209.

diacrônico, apresentada pelo autor na *Carta 52*. Em nossa leitura, essas duas vias não se excluem, mas antes se articulam: ora se cruzam, ora se complementam e em alguns momentos se opõem. Desse modo, ainda que não tenhamos esgotado todas as concepções de temporalidade em Freud, esses fragmentos apresentados acima possibilitaram apresentar ao leitor, no

regimento de um mesmo sistema, desde ideias de regressão convivendo com a concepção de evolução a ideias de sucessão e simultaneidade coabitando o mesmo *topos*; tanto a indestrutibilidade dos traços como também o desenvolvimento em meio a anacronismos. Um relógio cujos ponteiros parecem indicar as composições de tempos as mais extravagantes.

Referências bibliográficas

- Freud S. (1996 [1900]) A interpretação dos sonhos. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Tradução sob direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1996 [1906-1907]). Delírios e sonhos na *Gradiva* de Jensen. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Tradução sob direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1996 [1909]). Notas sobre um caso de neurose obsessiva. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Tradução sob direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1996 [1914]) Sobre o narcisismo: uma introdução. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Tradução sob direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1996 [1924-1925]). Uma nota sobre o "Bloco Mágico". In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Tradução sob direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1996 [1927]). O futuro de uma ilusão. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Tradução sob direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1996 [1929-1930]). O mal-estar na civilização. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Tradução sob direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1996 [1937]). Construções em análise. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Tradução sob direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1996 [1937]). Análise terminável e interminável. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Tradução sob direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (2006 [1915]) O inconsciente. In: *Escritos sobre a psicologia do inconsciente, vol. II: 1915-1920*. Coordenação geral da tradução Luiz Alberto Hans. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (2006 [1915b]) Pulsões e destino da pulsão. In: *Escritos sobre a psicologia do inconsciente, vol. II: 1915-1920*. Coordenação geral da tradução Luiz Alberto Hans. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (2003 [1891]). *A interpretação das afasias*. Lisboa: Edições 70.
- Gondar J. (1995). *Os tempos de Freud*. Rio de Janeiro: Revinter.
- Gueller A. (2005). *Vestígios do tempo: paradoxos da atemporalidade no pensamento freudiano*. São Paulo: Arte & Ciência.
- Mann T. (1982). *A montanha mágica*. Rio de Janeiro: Circulo do Livro/Nova Fronteira.
- Masson J. (1986 [1887-1904]). *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess*. Rio de Janeiro: Imago.
- Mezan R. (1985). *Freud, pensador da cultura*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPQ.
- Monzani L.R. (1989). *Freud: o movimento de um pensamento*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- Spence D. (1992). *A metáfora freudiana: para uma mudança paradigmática na psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago.

Coexistence and retranscription: metaphors of development in Freud

Abstract This study sought to conduct a theoretical investigation about the figures of psychic development in Freud's work. For this, we tracked and analyzed excerpts of Freudian that were referred to these aspects of time and development, identified in both archaeological and retranscription metaphors. We conclude that the two models coexist and are articulated in the conception of the psychic apparatus in Freud.

Keywords Sigmund Freud; temporality; development.

Texto enviado: 05/2014

Aprovado: 07/2014

Freud e sua sombra

Alfred Michaelis

Resumo Dada a semelhança entre muitas construções teóricas do pensamento de Friedrich Nietzsche e de Sigmund Freud, levantam-se suspeitas de ter ocorrido influência de ideias do filósofo sobre o psicanalista. No presente artigo, procurou-se verificar o que é possível afirmar a esse respeito, apoiando-se nas informações existentes acerca do contato de Freud com a teoria nietzschiana e no que ele próprio publicou.

Palavras-chave Freud; Nietzsche, Psicanálise; eterno retorno, além-do-homem; sonhos.

Alfred Michaelis é bacharel e mestre em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Friedrich Nietzsche começa seu texto “O andarilho e sua sombra” com um inusitado diálogo. Eis que a sombra subitamente começa a falar:

A SOMBRA Como há muito tempo que não te escuto, quero te dar uma ocasião de falar.

O ANDARILHO Alguém fala – onde? quem? É como se eu escutasse a mim mesmo, mas com uma voz ainda mais fraca do que a minha.

A SOMBRA (*após um instante*) Não te alegra ter oportunidade de falar?

O ANDARILHO Por Deus e tudo o mais em que não creio, minha sombra fala; eu escuto, mas não acredito¹.

A sombra não é, para Nietzsche, tão somente uma companhia, mas também elemento inseparável do esclarecimento e inspiração para o andarilho, ao reconhecê-la, declamar suas convicções mais profundas em um profícuo discurso que durará até o lusco-fusco, momento no qual desaparecem tanto luz quanto sombra.

A sombra, todavia, nem sempre tem êxito em iniciar uma conversa. Penso em outra situação, dessa vez real, na qual a sombra, apesar de acreditada, é ignorada até o fim. Trata-se de outro diálogo, um que poderia ser bastante promissor, mas que nunca ocorreu, e chama a atenção nunca ter ocorrido. Seria tão natural uma ampla aproximação de Nietzsche e Freud que sua inexistência ensejou tentativas de estabelecê-la, seja por meio de ficção², seja por meio de obras de grande valor acadêmico como *Nietzsche und Freud*, de Reinhard Gasser³, e *Freud et Nietzsche*, de Paul-Laurent Assoun – obras essas cujos títulos reforçam a imagem de dois companheiros.

1 F. Nietzsche, “O andarilho e sua sombra”, in *Humano demasiado humano II*, p. 161.

2 O best-seller de Irvin Yalom, *Quando Nietzsche chorou*, constrói um diálogo entre Nietzsche e a nascente teoria psicanalítica servindo-se da figura de Josef Breuer.

3 Apesar da importância do livro de Gasser, ele não foi utilizado nesta pesquisa.



como Freud pouco se manifestou sobre Nietzsche, somente podemos supor o quanto ele tinha familiaridade com as ideias do filósofo

Certamente não foi ausência de assuntos comuns o motivo de Freud não ter dialogado com as ideias do filósofo alemão, que fora também um pioneiro nos estudos psicológicos. Como afirma Oswaldo Giacoia Junior, “Nietzsche atribui à psicologia uma função central no conjunto de seu pensamento: do âmago de seus escritos fala um psicólogo, como jamais houve antes”⁴, e tal psicologia não seria tão somente uma disciplina que está ao lado das demais, mas uma “grande psicologia” situada em um nível hierárquico superior, seria a “senhora de todas as outras ciências, na medida em que por ela passaria o caminho que conduz aos problemas fundamentais do espírito”⁵ – senhora inclusive da filosofia. Nietzsche possuía consciência disso, como deixa claro ao refletir sobre seus escritos em *Ecce Homo*: “Antes de mim não havia absolutamente psicologia. – Ser nisto o Primeiro pode ser uma maldição, é em todo caso um destino”⁶. Não devemos pensar, entretanto, que uma afirmação como essa decorre de ignorância concernente à existência de toda uma tradição de estudos psicológicos, bem como psiquiátricos. Nietzsche tinha conhecimento do andamento dessas disciplinas, mas, para ele, essas estavam presas a uma racionalidade empobrecedora que precisava ser superada. Decerto, essa autointitulação de pai da psicologia deve ser entendida por uma desqualificação da psicologia tradicional e pela fundação de uma nova psicologia, que desvela um mundo constituído por certas perspectivas dominantes, ou seja, um mundo humano constituído por *significados*, que, em última instância, são inteiramente dependentes da disposição das forças psíquicas.

Há, de fato, muitos pontos que permitiriam uma comunicação entre ambos, seja pela

proximidade dos fenômenos visados, seja pela semelhança de muitas elaborações teóricas. Não é, no entanto, o caso de explorá-los aqui, ainda mais porque tal tarefa já foi realizada com primazia por autores como Gasser e Assoun. O que resta em aberto é confirmar se o pai da psicanálise chegou a ter contato significativo com o pensamento nietzschiano, e se este deixou rastros. Nietzsche permaneceu acompanhando Freud como uma sombra, já que as semelhanças entre os dois levantaram, e ainda levantam, suspeitas de que houve influência do filósofo em certas construções da psicanálise, de tal forma que Freud viu-se exigido a pronunciar-se sobre o assunto, tanto privadamente para conhecidos quanto publicamente para seus leitores. Suas explicações, entretanto, não satisfizeram a todos e chegam inclusive a alimentar a crença de que Freud procurou ocultar uma fonte teórica. Para trazer, portanto, alguma luz a essa questão, é preciso seguir os passos de Freud, tentando encontrar pistas da presença nietzschiana.

Presença nietzschiana na vida de Freud

Como Freud pouco se manifestou sobre Nietzsche, somente podemos supor o quanto ele tinha familiaridade com as ideias do filósofo, mas é certo que não se tratava de algo que lhe era estranho. Apesar de poucas, essas manifestações revelam grande estima pelas teses nietzschianas, e, além disso, sabemos que Freud convivia com estudiosos do pensamento nietzschiano, o que certamente contribuía para uma aproximação, mesmo que indireta, entre ambos. Cito resumidamente os relatos sobre esse contato.

Em um interessante trabalho intitulado *Freud, lecteur de Nietzsche*⁷, Renate Schlesier aponta que os primeiros contatos com o pensamento nietzschiano teriam ocorrido quando Freud participava da “Associação de leitura dos estudantes alemães de Viena”, um grupo dedicado à leitura de textos de filosofia. Freud havia entrado no grupo bem jovem, com 17 anos, ou

seja, em 1873, permanecendo até 1878, período este das primeiras publicações de Nietzsche. É digno de nota que o grupo contava também com Victor Adler, Heinrich Braun, Siegfried Lipiner e Josef Paneth, todos marcados pelo pensamento de Nietzsche em suas vidas intelectuais posteriores. Os dois últimos chegaram inclusive a manter algum contato com o filósofo e conheceram-no pessoalmente. O contato de Lipiner foi breve, mas Paneth (um amigo bastante próximo de Freud, seu “amigo Joseph” de *A interpretação dos sonhos*) encontrou-se constantemente com Nietzsche entre dezembro de 1883 e março de 1884, e Schlesier afirma que Freud foi amplamente informado tanto por carta quanto oralmente das animadas discussões desses encontros⁸. Vale ressaltar que é justamente da época desse grupo de leitura que surge o primeiro registro do nome de Nietzsche sob a pena de Freud. Trata-se de uma carta de 13 de março 1875, quando Freud tinha então 18 anos, endereçada a seu amigo de juventude Eduard Silberstein, na qual é citada a acusação presente na *Primeira consideração extemporânea* de Nietzsche sobre o filistianismo de David Strauss.

Após esse momento de interesse claro pela filosofia, não há mais referência a Nietzsche até uma carta do início de 1900, escrita pouco tempo após a publicação de *A interpretação dos sonhos* e poucos meses antes da morte do filósofo, destinada a seu amigo Wilhelm Fliess na qual Freud confidencia: “Acabo de adquirir um Nietzsche, em quem espero encontrar palavras para muito do que permanece emudecido em mim”⁹, embora

após esse momento de interesse claro
pela filosofia, não há mais referência
a Nietzsche até uma carta
do início de 1900

afirme em seguida que ainda não o havia aberto por estar demais preguiçoso. Freud não indica nessa carta de qual livro se tratava, mas Peter Gay, biógrafo de Freud, indica que eram as obras reunidas do filósofo, que lhe haviam custado um bom montante¹⁰. Seja qual tenha sido o resultado dessa procura, e se foi realmente levada a cabo ou não, o simples fato de querer procurar no filósofo alguma inspiração não é uma afirmação qualquer.

Anos mais tarde, quando a psicanálise já era um fato cristalizado e atraía cada vez mais seguidores, Nietzsche continuava presente entre os próximos de Freud. É o que nos mostra o relato deixado por Ernest Jones, colega e também biógrafo de Freud, sobre duas reuniões da Sociedade Psicanalítica de Viena dedicadas ao pensamento de Nietzsche que ocorreram em 1º de abril e 28 de outubro de 1908¹¹, e é curiosa a diferença com que Freud trata o tema em cada reunião. Se na primeira Jones nos conta que Freud disse achar “a abstração da filosofia tão fria que desistira de estudá-la” e que “Nietzsche de modo algum influenciara suas ideias”, na segunda reunião “Freud discorreu sobre a surpreendente personalidade de Nietzsche. Aqui ele tinha várias sugestões estimulantes a fazer, [cuja publicação não anteciparei repetindo-as aqui.¹² Mas] por várias vezes ele disse que Nietzsche teve um conhecimento de si mais penetrante que o de qualquer outro homem que já tivesse vivido ou que viesse a viver”.

Posteriormente, por ocasião do Congresso de Psicanálise de 1911 realizado em Weimar, cidade onde o filósofo passou seus últimos anos, Hanns Sachs e Ernest Jones aproveitaram a oportunidade e foram ao encontro da irmã de Nietzsche para prestar homenagem ao filósofo e

4 O. Giacoia, *Nietzsche como psicólogo*, p. 7.

5 O. Giacoia, *op. cit.*, p. 9.

6 F. Nietzsche, *Ecce homo*, p. 114.

7 R. Schlesier, “Freud, Lecteur de Nietzsche”, p. 191-210.

8 R. Schlesier, *op. cit.*, p. 205.

9 J. Masson, *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess*, p. 399.

10 P. Gay, *Freud – Uma vida para nosso tempo*, p. 58.

11 E. Jones, *A vida e obra de Sigmund Freud – v. II*, p. 344.

12 Jones não deixa claro quais foram essas sugestões, mas provavelmente trata-se de um comentário feito uma trintena de páginas depois (p. 370) a respeito dos mecanismos dos criminosos por sentimento de culpa que Freud observa em *Assim falou Zaratustra*.



*outro conceito de cunho nietzschiano,
“eterno retorno do mesmo”,
aparece na obra de Freud também
sem referência ao autor*

comentaram sobre a “semelhança de algumas das ideias de Freud com as de seu famoso irmão”¹³. Esse Congresso serviu para pôr em contato Freud e Lou Andreas-Salomé, que havia sido muito próxima de Nietzsche. Lou frequentou o Congresso e chamou a atenção de Freud por sua inteligência, o que resultou em uma duradoura amizade entre ambos.

Em 1931, Freud escreve a Lothar Bickel sobre sua carência natural de talento para a filosofia, e, em oposição ao seu desejo confidenciado a Fliess três décadas antes, afirma: “... deixei de lado o estudo de Nietzsche, embora – ou melhor, porque – estivesse claro que eu encontraria nele percepções muito semelhantes às psicanalíticas”¹⁴.

A última vez que Nietzsche é noticiado na vida de Freud foi quando este, então com 82 anos, deixa Viena rumo a seu exílio em Londres. Obrigado a levar apenas parte de seus bens, entre os trinta e um títulos filosóficos que carrega consigo, vinte e três deles correspondiam a uma edição completa das obras de Nietzsche¹⁵. Indicando que a intenção de ouvir o filósofo permaneceu até o fim de sua vida.

Parece seguro dizer, portanto, que Nietzsche foi uma figura presente para Freud, quando não por vontade própria, ao menos por vontade das pessoas que lhe eram próximas. Isso levanta, evidentemente, a questão de se essa presença deixou reverberações em seu pensamento.

Presença nietzschiana na obra de Freud

Encontrar traços nietzschianos nos textos de Freud é uma tarefa realizada sobre um solo mais firme, mas, como veremos, não o suficiente para

retirar as dúvidas concernentes ao grau de conhecimento sobre as ideias do filósofo.

É digno de nota que nas primeiras referências a Nietzsche o nome dele não é evocado. Foram duas ocorrências de um conceito nuclear do pensamento nietzschiano, a “transmutação de todos os valores” (*Umwertung aller Werte*), que aparece destacado entre aspas. Freud, de acordo com Schlesier¹⁶, provavelmente julgou desnecessário citar o autor naquele momento em que as ideias dele tornavam-se mais difundidas, ao menos entre seus leitores. O conceito, em ambas as ocasiões, aparece relacionado aos mecanismos das elaborações oníricas. A primeira em *A interpretação dos sonhos*, em que Freud afirma que “entre o material do sonho e o sonho ocorre efetivamente uma total ‘transmutação de todos os valores psíquicos’ (*Umwertung aller psychischen Werte*)”¹⁷. A segunda em *Sobre os sonhos*¹⁸, em que o conceito de Nietzsche é utilizado para designar o processo de deslocamento dos elementos do sonho¹⁹.

Outro conceito de cunho nietzschiano, “eterno retorno do mesmo” (*ewigen Wiederkehr des Gleichen*), aparece na obra de Freud também sem referência ao autor. Ocorre uma vez, com uma ligeira adaptação e sem aspas, em *O inquietante* (1919), quando Freud refere-se a “o constante retorno do mesmo (*beständige Wiederkehr des Gleichen*), a repetição dos mesmos aspectos, características, vicissitudes, crimes, até dos mesmos nomes através de diversas gerações sucessivas”²⁰. Ocorre novamente, dessa vez literalmente e com aspas, em *Além do princípio do prazer*, dentro do quadro teórico envolvendo a pulsão de morte, para ajudar a descrever a ideia de “compulsão à repetição”²¹.

Há vezes, todavia, em que o nome de Nietzsche é expressamente citado. São onze ocorrências em dez textos distribuídos ao longo de toda a produção psicanalítica de Freud: *A interpretação dos sonhos* (1900), *Psicopatologia da vida cotidiana* (1901), *Observações sobre um caso de neurose obsessiva* (1909), *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia* (1911



em toda a sua obra,
Freud menciona Nietzsche
apenas onze vezes

[1910]), *Sobre a história do movimento psicanalítico* (1914), *Alguns tipos de caráter encontrados na prática psicanalítica* (1916), *Psicologia das massas e análise do eu* (1921), *O eu e o isso* (1923), *Autobiografia* (1935 [1924]), *Novas conferências introdutórias da psicanálise* (1933 [1932])²². Dados a extensão da obra de Freud e o seu hábito de sempre citar seus autores prediletos, vê-se que tal quantidade não é muito significativa, e esse número torna-se ainda menos relevante ao vermos que apenas duas citações tratam diretamente do texto nietzschiano.

Dessas duas ocorrências, a primeira está num acréscimo de 1919 a *A interpretação dos sonhos*, no qual Freud comenta sobre a “exatidão das falas de Nietzsche ao dizer que ‘nos sonhos se perpetua uma época primitiva da humanidade, que não podemos mais alcançar por uma via direta’²³; e a segunda na *Psicologia das massas e análise do*

eu, em que Freud ilustra o pai da horda primeva servindo-se da figura do “além-do-homem, que Nietzsche aguardava somente no futuro”²⁴. São apenas duas citações e em nenhuma delas há desdobramentos dos dizeres nietzschianos: trata-se tão somente de breves comentários que Freud utiliza para reforçar suas próprias ideias. De todo modo, o que chama a atenção é a ausência das referências dessas citações. No caso da primeira dessas citações, ela corresponde, conforme aponta Schlesier, aos aforismos 12 e 13 de *Humano, demasiado humano*, que procuram, justamente, apresentar o sonho como resquício de uma racionalidade criativa que foi civilizada, na sua porção desperta, pelo homem lógico. Entretanto, a citação indicada entre aspas por Freud – “ein uraltes Stück Mensch-tum fortübt, zu dem man auf direktem Wege kaum mehr gelangen kann” – não está presente nos textos de Nietzsche. Na opinião de Schlesier, isso parece indicar que Freud cita de memória e não com o livro aberto ao seu lado. Seja como for, a falta de literalidade não é algo que deve provocar controvérsias, uma vez que Freud não dava a isso muita importância, como já o mostra o método usado por ele nas traduções feitas durante sua juventude²⁵.

Em outras seis aparições do nome de Nietzsche, não é o texto do filósofo que é citado: trata-se de comentários sobre leitores de Nietzsche. É o caso, por exemplo, de seu amigo Georg Groddeck, de quem Freud toma o termo “isso” [*Es*] para descrever o comportamento das forças inconscientes e comenta, em uma nota do *O Eu e o Isso*, que Groddeck havia retirado o termo de Nietzsche²⁶. Anos mais tarde faz o mesmo esclarecimento em *Novas conferências introdutórias da psicanálise*²⁷. É também o caso do “Homem dos

13 E. Jones, *op. cit.*, p. 97.

14 P. Gay, *op. cit.*, p. 58n.

15 R. Schlesier, *op. cit.*, p. 207.

16 R. Schlesier, *op. cit.*, p. 198.

17 S. Freud, “Die Traumdeutung”, in *Studienausgabe Bd. II*, p. 327.

18 S. Freud, “Sobre os Sonhos”, in *Obras Completas*, p. 587.

19 Como aponta Renate Schlesier, o conceito de “transmutação de todos os valores” aparece também, mas de maneira ligeiramente modificada, na correspondência de Freud, especificamente na famosa carta a Fliess de 21 de setembro de 1897, na qual Freud revela não acreditar mais na sua teoria da sedução e descreve esse momento de “depressão, confusão e exaustão” como um “colapso de todos os valores”.

20 S. Freud, “Das Unheimliche”, in *Studienausgabe Bd. IV*, p. 257.

21 S. Freud, “Jenseits des Lustprinzips”, in *Studienausgabe Bd. III*, p. 232.

22 Schlesier fala de apenas dez ocorrências. Certamente não foi um lapso, mas uma desconsideração da primeira aparição em *Psicopatologia da vida cotidiana* (S. Freud, *Zur Psychopathologie des Alltagslebens*, p. 31), já que se trata nesse caso de uma referência de diferente natureza, pois o nome do filósofo alemão não surgiu trazido por Freud, mas em um dos casos de ato falho relatados, no qual uma pessoa anônima não lembra do nome de Jung, vindo-lhe à mente outros nomes, dentre os quais o de Nietzsche.

23 S. Freud, “Die Traumdeutung”, p. 524.

24 S. Freud, “Massenpsychologie und Ich-Analyse”, in *Studienausgabe Bd. IX*, p. 115.

25 “Em vez de transcrever laboriosamente, a partir da língua estrangeira, expressões e tudo o mais, lia um trecho, fechava o livro e pensava em como um escritor alemão teria dado vestimenta aos mesmos pensamentos – método não muito comum entre tradutores.” (E. Jones, *op. cit.*, v. I, p. 66-67.)

26 S. Freud, “Das Ich und das Es”, in *Studienausgabe Bd. III*, p. 292n.

27 S. Freud, “Neue Folge der Vorlesungen zur Einführung in die Psychoanalyse”, in *Studienausgabe Bd. I*, p. 509.



*curioso Freud, ao mesmo tempo
que reconhece a semelhança teórica,
querer marcar tão claramente
uma diferença*

ratos”²⁸, que em sua análise cita um trecho de Nietzsche a respeito da influência de fatores afetivos sobre a memória, mesma citação que depois Freud acrescenta em 1910 por meio de uma nota de rodapé à *Psicopatologia da vida cotidiana*, na qual diz com um grande elogio ao filósofo: “Nenhum de nós conseguiu descrever o fenômeno e sua base psicológica tão exaustivamente e também tão impressionantemente como Nietzsche em um de seus aforismos (*Além do bem e do mal*, 68): “Isso eu fiz, diz minha ‘memória’. Isso não posso ter feito, diz meu orgulho e permanece inflexível. Por fim – a memória cede”²⁹. Em *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia*, Freud, ao afirmar que o sol mencionado por Schreber seria um símbolo sublimado do pai, relembra que uma paciente já havia feito essa mesma associação por meio de um trecho de *Assim falava Zaratustra* e comenta, em nota, que Nietzsche conheceu seu pai somente quando era criança, indicando assim que o trecho em questão pode ser sido, desde sua origem, inspirado efetivamente pela busca do pai ausente³⁰. Por fim, em *Alguns tipos de caráter encontrados na prática psicanalítica*, Freud escreve que um amigo havia lhe chamado a atenção para um discurso de Zaratustra que aborda uma espécie de motivação ao crime semelhante ao que Freud descrevia sob o título de “criminoso por sentimento de culpa”³¹.

Nas outras duas referências, certamente as mais interessantes para nossa investigação, o nome do filósofo surge como se Freud precisasse dar alguma explicação. São dois momentos em que Freud expõe um pouco de sua trajetória e da psicanálise, afirmando que não era familiarizado com o pensamento de Nietzsche e que

se manteve propositadamente afastado de seus livros.

O primeiro em *Sobre a história do movimento psicanalítico*, em que ele nos diz:

Mais tarde, recusei o alto gozo que ocasionam as obras de Nietzsche me dando como motivo, em todo conhecimento de causa, que não gostaria de ser incomodado por qualquer espécie de representação de expectativa na elaboração de minhas impressões psicanalíticas. É por isso que eu devia estar disposto – e eu o estava voluntariamente – a renunciar a toda pretensão de prioridade nos numerosos casos nos quais a laboriosa pesquisa psicanalítica só pode confirmar as visões que o filósofo obteve intuitivamente³².

Depois, em sua breve autobiografia, a última vez que citou o nome do filósofo:

Quanto a Nietzsche, o outro filósofo³³ cujos pressentimentos e visões frequentemente coincidem da maneira mais espantosa com os resultados laboriosos da psicanálise, eu justamente por isso evitei por muito tempo. É que a prioridade me importava menos do que conservar um espírito não prevenido³⁴.

São onze anos que separam um texto do outro, todavia o conteúdo é praticamente o mesmo: no primeiro texto Freud diz que “recusou” (*versagt*) enquanto no segundo que “evitou” (*gemieden*) ler Nietzsche para manter a mente desimpedida; ao mesmo tempo reconhece a proximidade de pensamento ao afirmar que em muitos casos “a laboriosa pesquisa psicanalítica apenas pode confirmar as vias que o filósofo obteve intuitivamente” e que os “pressentimentos e visões [de Nietzsche] frequentemente coincidem da maneira mais espantosa com os resultados laboriosos da psicanálise”³⁵. Curioso Freud, ao mesmo tempo que reconhece a semelhança teórica, querer marcar tão claramente uma diferença: enquanto Nietzsche intuía, pressentia e tinha visões, a psicanálise é capaz de fornecer certezas por meio de árduo trabalho empírico.

Vereditos

É possível que Freud tenha sido sincero, que ele sabia das semelhanças de pensamento e que preferiu manter-se afastado, ainda mais porque provavelmente bem sabia que seria questionado sobre esse assunto. Comportamento que, é preciso frisar, seria legítimo. E é nessa direção que caminha a opinião de Gay, que nem mesmo coloca Nietzsche entre as principais referências de Freud:

Freud procurava mestres em vários séculos: gregos, Rabelais, Shakespeare, Cervantes, Molière, Lessing, Goethe, Schiller, além daquele espirituoso alemão, amante da natureza humana, do século XVIII, Georg Christoph Lichtenberg, médico, viajante e autor de memoráveis aforismos. Esses clássicos significavam mais para ele do que o intuitivo psicólogo moderno Friedrich Nietzsche³⁶.

Parece claro para Gay que não há mistério na restrita presença do filósofo. Chama a atenção, de todo modo, que ele procurou ressaltar que justamente Nietzsche não fazia parte do círculo de influências teóricas do inventor da psicanálise. Teria ele saído em defesa de Freud? Não deixa de ser revelador de um certo incômodo o fato de o biógrafo sentir a necessidade de afastar o filósofo. Ele visivelmente fia-se às explicações de Freud, embora reconheça algum

as questões que permanecem giram em torno da extensão e profundidade desse contato e se houve ecos dele na descoberta freudiana

exagero no que tange à declaração de não dar importância em não ser o precursor do desvelamento do aparelho da alma:

Freud alegou [...] que não estava disposto a ser desviado de seu trabalho sério por “um excesso de interesse”; preferia a informação clínica que poderia recolher na hora da análise às percepções explosivas de um pensador que, à sua maneira idiossincrática, havia antecipado algumas das hipóteses mais radicais de Freud. Freud insistira que nunca tivera qualquer pretensão de prioridade – uma negativa demasiado taxativa para ser totalmente exata – e apontaria os textos psicológicos do médico e filósofo alemão Gustav Theodor Fechner como os únicos que lhe pareceram úteis³⁷.

Por mais que seja legítima a motivação dada, essa recusa por parte de Freud não deixa de intrigar. Afinal, trata-se aí da renúncia feita pelo pai da psicanálise, explorador do inconsciente, à investigação dos achados deste que, segundo ele próprio, teve “um conhecimento de si mais penetrante que o de qualquer outro homem”. Recusa ainda mais enigmática devido ao fato de ele afirmar obter grande prazer em sua leitura.

Que Freud teve contato com o pensamento nietzschiano, não há nenhuma dúvida. As questões que permanecem giram em torno da extensão e profundidade desse contato e se houve ecos dele na descoberta freudiana, mas aí nada podemos fazer senão conjecturas. É preciso reconhecer, todavia, que quem deixa aberta a possibilidade para especular é o próprio Freud com afirmações de desconhecer e de evitar Nietzsche enquanto demonstra admirá-lo. Há algo de enigmático no trato que ele dá ao filósofo. Pode haver a sensação de algo escondido.

28 S. Freud, “Bemerkungen über einen Fall von Zwangsneurose”, in *Studienausgabe Bd. VII*, p. 59.

29 S. Freud, *Zur Psychopathologie...*, p. 119n. A citação feita por Freud possui diferenças de pontuação e de aspas em relação ao texto de Nietzsche, conforme a edição da *Kritische Studienausgabe*. Embora o original seja um pouco mais claro, optou-se aqui por manter a forma apresentada por Freud.

30 S. Freud, Über einen autobiographisch beschriebenen Fall von Paranoia in: *Bd. VII*, p.179

31 S. Freud, “Alguns tipos de caráter encontrados na prática psicanalítica”, in *Obras completas*, p. 229.

32 S. Freud, “Zur Geschichte der psychoanalytischen Bewegung”, in *Gesammelte Werke Bd. X*, p. 53.

33 Freud falava antes de Schopenhauer.

34 S. Freud, “Selbstdarstellung”, in *Gesammelte Werke Bd. XIV*, p. 86.

35 O paralelismo dessas formulações foi-me ressaltado por Oswaldo Giacoia Junior.

36 P. Gay, *op. cit.*, p. 58.

37 P. Gay, *op. cit.*, p.58.



Michel Onfray leva às últimas consequências a ideia nietzschiana de filosofar com um martelo, pretendendo pôr abaixo a instituição freudiana

O que tem levado a supor uma maior influência do pensamento nietzschiano do que Freud estaria disposto a admitir.

É o que Jones parece indicar ao dizer que na autoanálise de Freud, iniciada em 1896, logo após a morte de seu pai, Freud “estava aprendendo a verdade da máxima de Nietzsche: ‘O seu próprio eu estava escondido de você mesmo: de todas as minas do tesouro, a sua própria é a última a ser escavada’”³⁸. Talvez Jones tenha feito tão somente uma aproximação entre dois pensadores que são suas referências teóricas, entretanto a frase pode sinalizar sua opinião da presença de influências do pensamento do filósofo em um Freud que começava suas investigações anímicas.

Essa é claramente a opinião de Schlesier, que vê a autoanálise de Freud como “uma apropriação e uma transformação” da leitura dos textos de Nietzsche. Segundo a autora, a presença mais ou menos constante do pensamento nietzschiano teria de fato provocado certa influência não pouco significativa no caminho percorrido pelo psicanalista. Influência que o psicanalista teria preferido manter oculta, e os artificios utilizados para tanto não fechariam a questão, já que, levanta a autora, citar um autor de segunda mão não prova que ele não conheça de primeira mão, e que as declarações de Freud sobre a recusa de ler Nietzsche só podem ser afirmadas “após um conhecimento aprofundado de sua obra”. A autora, embora não se mostre convencida pelas explicações dadas por Freud, não chega propriamente a acusá-lo de má-fé de que Freud teria secretamente recorrido às ideias nietzschianas para compor sua teoria psicanalítica, ela prefere sugerir que tenham aparecido “reverberações

nietzschianas” oriundas principalmente dos tempos de juventude em que Freud teria lido Nietzsche, assim como do entorno impregnado pelas ideias do filósofo.

Nesse mesmo viés, só que de forma muito mais determinada, encontramos o filósofo hedonista Michel Onfray, que leva às últimas consequências a ideia nietzschiana de filosofar com um martelo, pretendendo pôr abaixo a instituição freudiana. Com desinibida virulência, Onfray vem escrevendo livros com tal propósito, nos quais descreve Freud “como bom nietzschiano que negava sê-lo”³⁹ e o freudismo como “um retorno singular do nietzschianismo”⁴⁰. Eis um trecho no qual o autor abre questões que, instantaneamente, já encaminham suas respostas:

Em sua vontade furiosa de querer-se sem deuses nem mestres, Freud faz de Nietzsche o homem que se deve diminuir. [...] Por que Nietzsche? Em nome de quais estranhas razões? Para proteger o que e a quem? Com a finalidade de sufocar quais segredos? Que significa, nele, essa ardente paixão por negar a filosofia e os filósofos, mais precisamente um filósofo, somente um filósofo, nada mais que um filósofo? De fato, para um homem sedento de fama, a filosofia conduz com menos facilidade do que uma descoberta científica ao reconhecimento planetário⁴¹.

Freud seria, portanto, não muito mais do que um ladrão de ideias, um plagiador que teria colocado roupagem científica nas palavras de Nietzsche com o objetivo de tornar-se famoso.

Curiosa essa convicção sustentada por dados que nada provam. Certeza que parece alimentada mais pela intenção que motivou a pesquisa do que pelos resultados desta. Tomemos o próprio Nietzsche a afirmar que nossos julgamentos sobre as coisas são, em última instância, perspectivas indissociáveis da vontade de cada um⁴². O fato é que, apesar de haver uma suspeita legítima e bem fundamentada, qualquer veredito sobre esse assunto será nada mais do que uma *doxa*, cuja intenção é inocentar ou culpar Freud.



é bem verdade que Freud dá sinais de que foi um leitor atento de Nietzsche e de que possui alguma familiaridade com seu pensamento

Mais do que acusar Freud de vaidade e querer esconder uma fonte que removeria parte do brilho de suas descobertas, parece-me mais correto ver que a relação com Nietzsche é ambígua. Admiração e recusa. Vontade de lê-lo e vontade de não ser guiado. Ambiguidade porque Freud claramente não desejava tornar-se um nietzschiano.

É bem verdade que Freud dá sinais de que foi um leitor atento de Nietzsche e de que possui alguma familiaridade com seu pensamento. Entretanto, mesmo que ele tenha procurado ocultar isso, nada significa que ele o conheça em profundidade, muito menos que a teoria nietzschiana seja a receita oculta da teoria psicanalítica. Quando Freud diz que abdicou a ler Nietzsche, não disse que o desconhecia, que nunca o lera. Lamentava não ampliar a leitura. Por mais que a ambiguidade em relação a Nietzsche levante suspeitas concernentes à influência de algumas ideias da psicanálise, parece-me um passo grande demais afirmar que Freud tivesse escondido algo, intencionalmente ou não.

Tome-se por exemplo o fato de Freud ter feito um acréscimo em *Psicopatologia da vida cotidiana*, quase dez anos após sua publicação, retomando a citação de Nietzsche feita por seu paciente, o Homem dos Ratos. Isso indicaria a preocupação em escotomizar a origem de uma

ideia ou indicaria, meramente, a descoberta de uma citação que corrobore seus próprios pensamentos? Será que servir-se da mesma citação mais de uma vez pode ser interpretado como atitude de quem deseja ocultar a fonte da ideia? Mesmo o fato de Freud ter escolhido justo os livros de Nietzsche para levar a Londres não significa necessariamente a exposição de um segredo, pode significar apenas o desejo de ler na sua velhice o que até então havia se privado – afinal, se é o caso de escolher uma quantidade pequena de livros para carregar consigo, é plausível escolher os ainda não lidos ou não explorados suficientemente. E, de modo geral, se Freud estava imerso em meios onde circulavam ideias de Nietzsche, isso pode significar realmente que não havia como evitar o contato com elas, todavia, pode também justificar que esse fosse superficial.

Seja como for, é importante notar que a opção declarada por Freud de evitar ser contaminado pelas ideias do filósofo está de acordo com as regras fundamentais da associação livre e da atenção livremente flutuante, cuja importância reside em permitir, com a mente desimpedida, à experiência clínica revelar-se.

Frente à incerteza, e mais razoável do que entrar em especulações, o que é possível afirmar é o que foi dito por Paul-Laurent Assoun: que a psicanálise “pode ser inscrita na posteridade daquele que se apresentava como o primeiro psicólogo da moralidade”⁴³. Nietzsche foi e continuará sendo uma sombra para Freud, tagarela e incômoda, mas ser sombra não é desmérito, é destino dos grandes pensadores.

38 E. Jones, *op. cit.*, v. 1, p. 325. A citação de Nietzsche é de *Assim falou Zaratustra*.

39 M. Onfray, *Le crépuscule d'une idole – L'affabulation freudienne*, p. 29.

40 M. Onfray, *op. cit.*, p. 42.

41 M. Onfray, *op. cit.*, p. 40.

42 “Supondo que nada seja ‘dado’ como real, exceto nosso mundo de desejos e paixões, e que não possamos descer ou subir a nenhuma outra ‘realidade’, exceto à realidade de nossos impulsos – pois pensar é apenas a relação desses impulsos entre si [...]. A questão é, afinal, se reconhecemos a vontade realmente como atuante, se acreditamos na causalidade da vontade: assim ocorrendo – e no fundo a crença nisso é justamente a nossa crença na causalidade mesma –, temos então que fazer a tentativa de hipoteticamente ver a causalidade da vontade como única.” (F. Nietzsche, *Além do bem e do mal*, aforismo 36).

43 P.-L. Assoun, “L’Héritage de la Psychanalyse”, *Magazine Littéraire*, n. 298, Avril 1992, p. 99, *apud* O. Giacoia Jr., “Sobre saúde mental: A natureza proteiforme das pulsões”, p.35.

Referências

- Freud S. (1997). Bemerkungen über einen Fall von Zwangsneurose. In: *Studienausgabe Bd. VII*. Frankfurt am Main: Fischer Verlag.
- _____. (1997). Das Ich und das Es. In: *Studienausgabe Bd. III*. Frankfurt am Main: Fischer Verlag.
- _____. (1989). Das Unheimliche. In: *Studienausgabe Bd. IV*. Frankfurt am Main: Fisher Verlag.
- _____. (1996). Die Traumdeutung. In: *Studienausgabe Bd. II*. Frankfurt am Main: Fisher Verlag.
- _____. (1997). Jenseits des Lustprinzips. In: *Studienausgabe Bd. III*. Frankfurt am Main: Fisher Verlag.
- _____. (1997). Massenpsychologie und Ich-Analyse. In: *Studienausgabe Bd. IX*. Frankfurt am Main: Fischer Verlag.
- _____. (1989). Neue Folge der Vorlesungen zur Einführung in die Psychoanalyse. In: *Studienausgabe Bd. I*. Frankfurt am Main: Fischer Verlag.
- _____. (1987). Sobre os sonhos. In: *Obras completas*, v. V. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1998). *Zur Psychopathologie des Alltagslebens*. Frankfurt am Main: Fischer Verlag.
- _____. (1991). Zur Geschichte der psychoanalytischen Bewegung. In: *Gesammelte Werke Bd. X*. Frankfurt am Main: Fischer Verlag.
- _____. (1991). Selbstdarstellung. In: *Gesammelte Werke Bd. XIV*. Frankfurt am Main: Fischer Verlag.
- Gay P. (2007). *Freud – Uma vida para nosso tempo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Giacioia Jr. O. (2001). *Nietzsche como psicólogo*. São Leopoldo: Unisinos.
- _____. (2006). Sobre saúde mental: A natureza proteiforme das pulsões. *Discurso*, v. 1, fac. 36, São Paulo.
- Jones E. (1989). *A vida e obra de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. I e II.
- Masson J. (org.). (1986). *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess*. Rio de Janeiro: Imago.
- Nietzsche F. (2008). *Humano demasiado humano II*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (2004). *Ecce Homo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (2004). *Além do bem e do mal*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Onfray M. (2010). *Le crépuscule d'une idole – L'affabulation freudienne*. Paris: Grasset.
- Schlesier R. (1997). Freud, lecteur de Nietzsche. *L'Inactuel*, n. 7, Paris : Calmann-Levy.

Freud and his shadow

Abstract Considering the similarity between many theoretical constructions of Friedrich Nietzsche's and Sigmund Freud's thinking, questions are raised about the occurrence of an influence of the philosopher's ideas on the psychoanalyst. This article discusses what could be sated about it based on information on the Freud's contact with Nietzsche's theory and what was published by Freud himself.

Keywords Freud; Nietzsche; Psychoanalysis; eternal comeback; "beyond-man", dreams.

Texto recebido: 06/2014

Aprovado: 08/2014

Giovanni Segantini por Karl Abraham:

O complexo materno na etiologia da depressão

Manola Vidal

Resumo Este artigo aborda a contribuição de Karl Abraham à etiologia das mudanças de humor nos estados depressivos e maníacos através de sua investigação sobre a hostilidade recalcada no menino em relação à mãe em um momento teórico que privilegiou o recalque do erotismo em relação a mesma.

Palavras-chave Giovanni Segantini; Karl Abraham; psicanálise aplicada; depressão; etiologia.

Manola Vidal é psicóloga, psicanalista, membro associado e docente da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro. Mestre e doutora em Saúde da Criança e da Mulher pelo Instituto Fernandes Figueira-FIOCRUZ, pós-doutoranda em Psicanálise e Saúde Mental pelo Instituto de Psiquiatria da UFRJ.

Este artigo aborda a contribuição de Karl Abraham à etiologia das mudanças de humor nos estados depressivos e maníacos, através de sua investigação sobre a hostilidade recalcada no menino em relação à mãe em um momento teórico que privilegiou o recalque do erotismo em relação a ela. Utilizo o trabalho “Giovanni Segantini: A Psycho-analytical Study”¹ como referência para o levantamento bibliográfico.

Para Ernest Jones², com Segantini, Abraham revela seu amor pela Suíça. Freud³ o orientou neste trabalho de psicanálise aplicada⁴ e o presenteou com a autobiografia do pintor. Para Hilda Abraham⁵, o interesse do pai ligava-se ao vínculo com a própria mãe e o irmão. Widlöcher⁶ sugere que este trabalho nos apresenta mais o próprio inconsciente de Abraham do que o de Segantini, chamando atenção à morte prematura de ambos. Segundo Machtlinger⁷ Abraham lutou contra a depressão durante toda a vida, daí seu interesse sobre a personalidade do pintor. Petersdorff⁸ e May-Tolzmann (1997) abordam semelhanças entre a vida pessoal de ambos que auxiliam na compreensão sobre a ciclotimia.

Giovanni Segantini (1858-1899) nasceu na cidade de Arco, Itália, e foi o segundo filho do terceiro casamento entre um marceneiro e uma dona de casa. Tinha um irmão mais velho, por parte de mãe, que morreu em um incêndio; a partir daí, sua mãe passou a apresentar severa depressão e doenças físicas, sendo hospitalizada diversas vezes e falecendo quando o pintor tinha cinco anos. O pai mudou-se para os Estados Unidos, entregando-o para uma meia-irmã em Milão. Segantini fugiu e passou a mendigar, sendo depois enviado para um reformatório. Anos mais tarde, outro meio-irmão reclamou sua custódia,

1 K. Abraham, “Giovanni Segantini: A Psycho-analytical Study”.

2 E. Jones, “Introdução”, in K. Abraham, *Teoria psicanalítica da libido*.

3 S. Freud e K. Abraham, *A Psychoanalytic Dialogue. The Letters of Sigmund Freud and Karl Abraham 1907-1926*.

4 Psicanálise aplicada possibilita à teoria psicanalítica expandir sua aplicação interpretando criações artísticas, históricas e biográficas (E. Roudinesco e M. Plon, *Dicionário de psicanálise*).

5 H. Abraham, “Karl Abraham: a unfinished biography”.

6 D. Widlöcher, “Un pientre et son psychanalyste. Giovanni Segantini et Karl Abraham”.

7 V. Machtlinger, “Karl Abraham and Giovanni Segantini”.

8 C. Petersdorff, “Der frühe Tod es Giovanni Segantini und des Karl Abraham”.



até 1911, inexistiu
na teoria psicanalítica
uma investigação da relação
entre o recalque dos impulsos
sádicos em relação à mãe
e a etiologia das mudanças
de humor nos estados
depressivos e maníacos

possibilitando a Segantini retornar para Milão e estudar na Academia de Artes Brera. Conheceu o movimento *Scapigliatura* influenciado pelo romantismo alemão, tornou-se amigo de Carlo Bugatti e casou-se com a irmã deste, Luigia. Premiada diversas vezes, seus trabalhos foram reconhecidos e adquiridos pela Sociedade de Belas-Artes de Milão, sendo um dos mais famosos artistas da Europa no final do século XIX, expondo com Cézanne, Gauguin e Van Gogh.

Os quadros *O Ciclo do Nirvana*, inspirados em poema escrito no século XII por um monge, ilustram como “mães más” mulheres que negligenciavam a maternidade. Para os comentadores no mundo das artes⁹, sua relação com a mãe determinou a dicotomia em relação ao tema da maternidade. Encontramos, por um lado, em sua obra, a santificação da Virgem Maria¹⁰ e, por outro, a punição de mães más com *O ciclo do Nirvana*. *O ciclo do Nirvana* aproximou Segantini do simbolismo¹¹, provocando polêmicas, e, quando comprados pela galeria Liverpool Autuumn em 1893, seu título mudou para *A punição da luxúria*. Para Servaes¹², esses quadros representam pictograficamente o castigo. Em um deles o corpo congelado e torcido da mãe amamentando seria uma expressão de

dor suicida. Nosedá e Tognola¹³ interpretam a torção e levitação dos corpos como repúdio à maternidade. Para Quinsac¹⁴, o corpo torcido da mãe foi compreendido como uma forma estática de ligação com o filho. Clair¹⁵ questiona a inspiração do pintor no poema escrito no século XII por um monge budista, pois é fácil constatar os elementos cristãos, como castigo, fé, perdão e inferno, porém a torção dos corpos se aproxima da forma como as histéricas foram retratadas por Charcot e Richer¹⁶. Para Endenbeinz¹⁷, o sexual é retratado entre a dor e o êxtase e a *A mãe má*¹⁸, oposta a Virgem Maria, associava-se à representação da histeria, cuja principal manifestação era a curvatura do arco dorsal.

O ponto em comum entre biografias e estudos sobre a arte de Segantini é o reconhecimento de um complexo emocional que se constrói a partir dos temas da maternidade e da morte.

Segantini e Abraham

Até 1911, inexistiu na teoria psicanalítica uma investigação da relação entre o recalque dos impulsos sádicos em relação à mãe e a etiologia das mudanças de humor nos estados depressivos e maníacos. Em Segantini, Abraham qualifica a relação mãe-filho pelo recalque de tais impulsos, estabelecendo uma diferenciação da percepção do pintor entre uma mãe boa e uma mãe má.

Através da sublimação, Segantini reparou o ódio recalçado pela mãe retratando a maternidade santificada, amenizando o medo da vingança. Apesar da ambivalência já ter sido discutida por Freud¹⁹ não era observada sendo dirigida primariamente à mãe. Abraham confronta a posição de Freud²⁰, na qual os desejos libidinais recalçados do filho em relação à mãe seriam puramente eróticos e de natureza sexual. Hostilidade, ansiedade, culpa e desejos de morte eram supostos²¹ como existentes somente na relação com os pais e os irmãos.

Em “Giovanni Segantini: A Psycho-analytical Study”²², o complexo materno é apresentado como

fator etiológico para as mudanças de humor, ou seja, na etiologia dos estados depressivos e maníacos. As expressões pictóricas das qualidades da maternidade espiritualizaram a natureza sublimando a hostilidade e a idealização das lembranças maternas, bem como a culpa pelo próprio nascimento que, em sua fantasia, teria causado a morte da mãe. A autobiografia do pintor²³ ofereceu a Abraham e autores no mundo das artes o sentido dessa causalidade etiológica. Assim, segundo Servaes²⁴, em *El fruto Del amor*²⁵ o bebê saudável retratado foi uma ilustração de seu próprio nascimento a partir de uma outra realidade que não a de ter sido um bebê frágil e separado da mãe, hospitalizada diversas vezes desde o seu parto.

Interpretando as reações emocionais do pintor em relação ao primeiro desenho, Abraham confirmou que não há erotismo ou ódio que possam ser completamente sublimados e observou que ao lado da santificação da maternidade existiu outro tema igualmente importante. Segantini, aos doze anos de idade, desenhou uma criança morta, mas é a reação da mãe da criança que morrera que o impressionou, pois, diante do desenho, esta teria esquecido sua dor porque a filha parecia viva. Abraham considerou que para um jovem de doze anos permanecer por



1 *O Fruto do Amor*. G. Segantini, c.1889

várias horas junto ao cadáver de uma criança com pouco mais de um ano de idade, sem experimentar sentimentos de horror, somente seria possível pela sublimação de sentimentos sádicos – satisfação em contemplar um cadáver e o pesar da mãe – em compaixão. Assim, o tema da morte ao lado da santificação da maternidade teriam sido integrados através de sua arte.

Segantini glorifica a mãe, o que poderia sugerir que o pai não teria exercido nenhum efeito em seu desenvolvimento, mas Abraham lembra que a disposição bissexual dos seres humanos faz com que os sentimentos eróticos se dirijam a ambos os pais e que em idade precoce a preferência pela mãe resulta em sentimentos de ciúmes e hostilidade em relação ao pai. Quando a mãe do pintor morreu, o pai poderia ter sido sua única fonte de afeto, mas, ao abandoná-lo, produziu um desapego em relação a figuras de autoridade. Em sua puberdade e idade adulta, a sublimação de impulsos eróticos primários

9 A. Quinsac, *Giovanni Segantini 1858-1899*.

10 *L'angelo della vita* (1894), *Ave Maria a trasbordo* (1886), *Il frutto dell'amore* (1889) e *Le due madri* (1889) exemplificam essa forma de santificação.

11 O simbolismo trabalha com a subjetividade e a transcendência.

12 F. Servaes, *Giovanni Segantini: Sein Leben Und Sein Werk*.

13 I. Nosedá e A. Tognola, *Segantini: ein verlorene paradies*.

14 A. Quinsac, *op. cit.*

15 J. Clair, "Une volée de bois mort. Les Mauvaises Mères de Segantini".

16 J.M. Charcot e P. Richer, *Les Démoniaques dans la art*.

17 C. Eidenbenz, *Expressions du déséquilibre. L'hystérie, l'artiste et le médecin 1870-1914*.

18 Figura 5 – *A mãe má*: <http://www.the-athenaeum.org/art/list.php?m=a&s=tu&aid=511>

19 S. Freud, "Notas sobre um caso de neurose obsessiva".

20 S. Freud, "A interpretação dos sonhos".

21 S. Freud, "História de uma neurose infantil".

22 K. Abraham, *op. cit.*

23 G. Segantini, *Scritti e lettere*.

24 F. Servaes, *op. cit.*

25 Figura 1- *El fruto del amor*: <http://www.the-athenaeum.org/art/list.php?m=a&s=tu&aid=511>



2 *Ave Maria a transbordo*. G. Segantini, óleo sobre tela, 1886. Segantini Museum St. Moritz, St. Moritz.

em relação ao pai se caracterizou pela oposição às dificuldades que enfrentava. Sua vida foi um constante protesto em relação à autoridade paterna, projetada nas dificuldades, e o desejo de fazer-se autossuficiente, independente e maduro revelou os traços de caráter que contribuiram em sua evolução como homem e artista. Abraham descreve a fuga, aos seis anos de idade, da casa de sua irmã, a partir do trabalho sobre mitos²⁶. O pintor mendigou pelas ruas até a noite e, cansado, dormiu em uma estrada, sendo despertado por camponeses. Contou a eles uma história fantástica de que teria sido empurrado de uma ponte para o rio, cuja água era dragada por um moinho, e foi salvo milagrosamente. Contou também que era infeliz e exposto a perigos morando com sua irmã, sensibilizando a todos que imediatamente se prontificaram a cuidar dele. Trabalhou como cuidador de porcos junto a essa família e, em determinado momento, ouviu dizerem que era parecido com um rei da França. Abraham

encontrou na biografia de Segantini elementos essenciais do mito do nascimento de um herói: a separação da casa dos pais sucedida por um milagroso resgate e as típicas fantasias de elevada ascendência. Servaes²⁷ relata aspectos da aversão do pintor por qualquer tipo de autoridade, ataque de cólera com professores na academia de artes e a evasão do serviço militar que o impediu durante toda a vida de retornar a sua terra natal. Interpreta que amar sua terra natal expressa o amor pela mãe e ao odiar o seu governo expressa o ódio pelo pai.

Ao investigar sobre os aspectos da vida psíquica do pintor que tendiam a depressão, Abraham observa primeiramente que a esposa, seu primeiro e único amor por toda a vida, foi uma substituta materna e que, após o casamento, começaram as mudanças tanto de humor quanto de domicílio. A família, constituída pelo casal e quatro filhos, sempre viveu em relativa pobreza, mudando-se frequentemente para lugares menos caros e cada vez mais altos. Para Segantini²⁸, nas mudanças de domicílio existiria uma busca pela natureza. De Milão vai para Pusiano, convertendo-se em um pintor de paisagens rurais. Suas obras apresentam um tom afetivo de bondade e, nesse período, confecciona seu primeiro trabalho com o tema da maternidade, *Ave Maria a transbordo*²⁹. Para Abraham, a grave tranquilidade e os crepúsculos em suas pinturas nessa época seriam representações da fadiga melancólica originária na submissão ao sofrimento pela perda da mãe. Após a mudança para Pusiano, ocorre uma mudança de humor e, mais produtivo, o pintor adquire uma técnica aprimorada para utilização da cor. Os impulsos agressivos que paralisaram sua criatividade e a submissão ao sofrimento deram lugar a uma postura ativa. Muda-se para Savognin, num esforço para, em um lugar mais elevado, superar suas limitações e através das cores sublimar os impulsos escopofílicos com profunda criatividade, modelando a natureza através da luz.

Entretanto, novos estados melancólicos advêm, expondo que, na vida pulsional de um



3 *A hora da tristeza*. G Segantini.

neurótico, os impulsos opostos não se combinam harmoniosamente, e quando um domina a mente consciente, o outro é recalcado mas continua ativo. Compreende-se então que, após dominar a técnica da cor, o pintor teria conseguido o objetivo pelo qual tanto lutou, atingindo a meta da sublimação pulsional. Assim, em seguida às conquistas, apareceu a depressão produzindo novamente a experiência emocional de ser mais pobre do que antes. *A hora da tristeza*³⁰ foi o primeiro quadro desse período, sendo seguido por outros dois denominados *O ciclo do Nirvana* e concebidos após nova mudança, dessa vez para Tuggen, na maior altura de Sevognin. *O ciclo do Nirvana* apresenta o tema da maternidade mediante a ideia de punição das mães. Os quadros são *O castigo das voluptuosas*³¹ e *A mãe má*³².

Foram amplamente incompreendidos na época porque retratavam a punição de mães, ao contrário de suas obras anteriores que as santificavam.

“A mãe má” flutua com o cabelo enrolado nos galhos de uma árvore e o corpo retorcido em profunda lamentação, seus braços se estendem em desespero e impotência sugerindo um padecimento suicida. O rosto mortalmente pálido, a boca torcida e os olhos submersos indicariam as torturas do remorso pelo abandono da criança que busca em vão sustento em seu peito frio e seco. Abraham afirma a diferença entre o conteúdo manifesto e latente nas formações de fantasias e se pergunta quais seriam os desejos recalcados que encontraram expressão nessas obras. Compreende então que Segantini havia reprimido determinado componente sádico de sua vida instintiva com grande intensidade e que tais impulsos cruéis e agressivos em relação à mãe foram transformados em seu oposto, a santificação. Nessas obras tais impulsos recalcados retornam através de um castigo cruel, na figura pictórica da mãe penitente, que é compreendido a partir da inevitável frustração do erotismo infantil. No inconsciente de um neurótico existiriam desejos de vingança em relação à mãe e no *Ciclo do Nirvana* Segantini os realiza.

26 K. Abraham, “Sueños y mitos: Um estudio de psicologia colectiva”.

27 F. Servaes, *op. cit.*

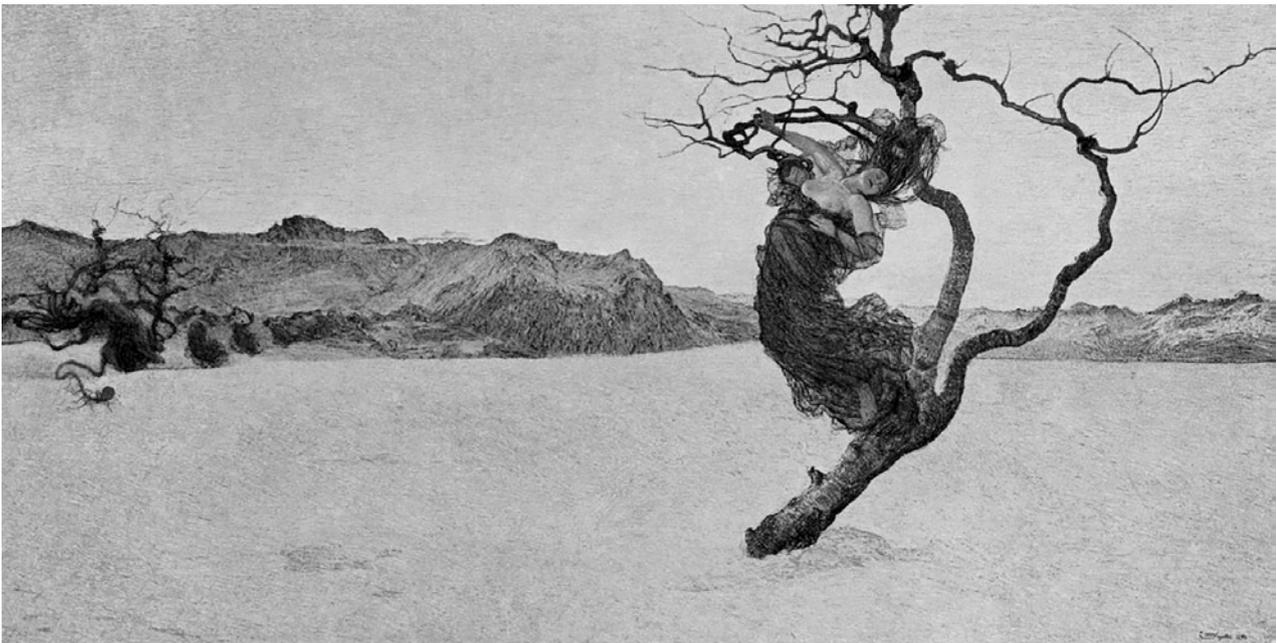
28 G. Segantini, *op. cit.*

29 Figura 2 – *Ave Maria a transbordo* : <http://www.the-athenaeum.org/art/list.php?m=a&s=tu&aid=511>

30 Figura 3 – *A hora da tristeza*: <http://www.the-athenaeum.org/art/list.php?m=a&s=tu&aid=511>

31 Figura 4 – *O castigo das voluptuosas*: <http://www.the-athenaeum.org/art/list.php?m=a&s=tu&aid=511>

32 Figura 5 – *A mãe má*: <http://www.the-athenaeum.org/art/list.php?m=a&s=tu&aid=511>



4 (no alto) *O castigo das voluptuosas*. G Segantini.

5 (embaixo) *As mães más*. G Segantini, 1894. Österreichische Galerie Belvedere, Viena.

Abraham também utiliza o quadro *Dea Pagana*³³ para compreender a relação entre a mãe penitente e seu castigo. Neste, o flutuar de uma deusa sensual simboliza prazer e tormento. Nos sonhos e brincadeiras infantis, o flutuar produziria experiências agradáveis e angustiantes, podendo ser acompanhado por uma tensão ansiosa porque o prazer e a ansiedade

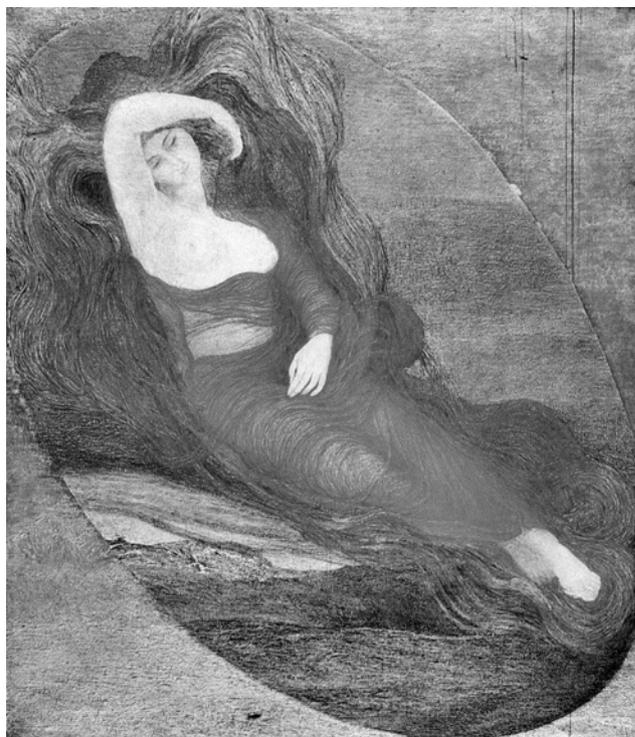
se transformariam direta e rapidamente um em outro. A relação entre *Dea Pagana* e a série *O ciclo do Nirvana* está na transformação direta do prazer em ansiedade, típica do erotismo primário.

O ciclo do Nirvana indica que a hostilidade recalcada em relação à mãe exigia expressão e, ao mesmo tempo, o afastava do convívio social. Desse período até sua morte houve uma luta

intensa contra a depressão que o impele a se retirar cada vez mais para a vida fantasiosa. Planeja criar um drama musical em que uma mulher seria queimada viva carregando um bebê morto nos braços, ou ainda construir uma comunidade artística. Ideais elevados e distantes seriam um retorno às fantasias de grandeza infantis próximas de estados melancólicos. Porém, Segantini não era um sonhador ocioso, pois, sublimando uma grande parte de seus impulsos recalcados, se entrega a um excesso de atividade que o faz novamente mudar-se, aos 36 anos, para uma altura mais elevada, a alta Engatina, em Savognin. Nessa mudança de domicílio havia, segundo Abraham, um elemento visionário, uma forma de consolação também encontrada em seu último trabalho, o tríptico *Natureza, vida e morte*. Em carta a Tolstoy define que a arte é uma atividade de consagração, glorificação e transfiguração do amor, da maternidade e da morte.

Em 1899, para iniciar o quadro *Vida*, escalou Shafberg residindo em uma estação inóspita a uma altura de 8 mil pés. Esperava obter a inspiração para o último quadro do tríptico, mas adoeceu. Abraham encontrou registro que durante uma noite, apesar da febre, Segantini levantou-se várias vezes e pouco vestido saiu da estação debaixo de neve. No dia seguinte teria trabalhado intensamente fora da cabana, desmaiando. Inicialmente recusou ajuda médica e somente depois de algum tempo um médico foi atendê-lo na estação de Shafberg. No relato de Servaes³⁴, o médico o encontra moribundo. Em determinado momento, Segantini pede para ser levado para o lado de fora da cabana e, ao olhar as montanhas, diz: *Voglio vedere Le mie montagne*³⁵, e morre.

Para Abraham, o comportamento do pintor em seus últimos dias lança luz sobre as forças psíquicas existentes dentro dele. A rejeição obstinada de auxílio médico lançaria dúvidas sobre



6 *Deusa do amor*. G. Segantini, 1894. Civica Galleria de Arte Moderna, Milão.

se sua ida para Shafberg foi devida somente à necessidade de isolamento para criar ou se era guiado por uma saudade inconsciente da morte. Porém, as mortes precoces do irmão e da mãe não bastariam para explicar o poder dos pensamentos de morte sobre Segantini. Os impulsos sádicos e os desejos de morte foram separados dos objetos para os quais tinham sido dirigidos primordialmente e se transformaram em pensamentos sobre sua própria morte, os quais, em parte, foram sublimados, produzindo suas pinturas. Mas restam os pensamentos mágicos, os sentimentos supersticiosos e um constante temor da morte característicos da neurose obsessiva. As premonições da morte nunca o abandonaram, retornando do inconsciente quando os pensamentos melancólicos o assaltavam. Estiveram presentes em sua tendência ao misticismo e na última obra, *Natureza, vida e morte*, revelariam sua luta interna para unificar a vida e a morte em harmonia. Nesse último período de sua vida, durante a confecção do tríptico, trabalhou intensa e entusiasticamente com um fervente amor pela natureza que embargou seus humores

33 Figura 6 – *Dea Pagana*: <http://www.the-athenaeum.org/art/list.php?m=a&s=tu&aid=511>

34 F. Servaes, *op. cit.*

35 Quero ver minhas montanhas.



*a vida de Segantini
no início da infância foi feliz,
mas sucedida, após a morte da mãe,
por profunda desolação
e necessidade de vingança.
A solidão autoimposta
foi uma repetição desse estado
de desolação e interpretada
como uma necessidade
de amarrar-se à tristeza*

melancólicos. Dessa forma, o estudo do inconsciente nos ensina que muitos dos incidentes triviais da vida têm um sentido mais profundo e são influenciados por complexos recalçados, acontecendo de acordo com certas regras ligadas a um fim determinado. Alguns casos de suicídio podem ser compreendidos dessa forma.

Assim, antes de escalar Shafter, Segantini se perdeu nas montanhas; muito cansado, dormiu na neve e ao despertar teve pensamentos sombrios. Teria acordado desse sono pela voz de sua mãe que o chamava. Ao terminar seu quadro *Morte*, no domingo antes de sua escalada ao Shafter, teve um devaneio em que via seu corpo sendo levado por uma liteira. Abraham extraiu dessas duas situações a irrupção na consciência do pintor de sua relação com a morte. A esposa relatou que no dia seguinte ao devaneio realizou uma quantidade sobre-humana de trabalho, que pode ser compreendida pela ânsia de viver e de resistir ao assalto dos pensamentos de morte, efetuando assim um trabalho psíquico de sublimação.

Abraham ressalta que as forças instintivas recalçadas são silenciosas e que, embora as forças de vida tenham triunfado com a capacidade psíquica do pintor em realizar o trabalho de

sublimação, quando partiu para Schafberg, as forças de morte triunfaram. Segantini nunca havia conhecido o que era estar enfermo e, quando isto acontece, o conteúdo recalçado ligado às forças de morte aproveita a oportunidade. Frequentemente são atribuídos motivos conscientes às ações que em realidade surgem de motivos inconscientes, impulsos que não são somente alheios à mente consciente, mas que se voltam totalmente contra ela. Segantini teria sucumbido a uma traiçoeira enfermidade, mas não somente por ela, forças sinistras de seu inconsciente se aliaram a favor desta. Assim, o homem que aspirou abraçar com seu amor a natureza escondia dentro de si a vontade de destruir a própria vida.

A vida de Segantini no início da infância foi feliz, mas sucedida, após a morte da mãe, por profunda desolação e necessidade de vingança. A solidão autoimposta foi uma repetição desse estado de desolação e interpretada como uma necessidade de amarrar-se à tristeza. Com o *O ciclo do Nirvana*, o castigo das mães perversas estava ligado à repetição da decepção com o objeto de amor. As pessoas deprimidas investigadas pela psicanálise frequentemente revelariam sequências de pensamento muito similares aos encontrados em Segantini e ligadas a fantasias de vingança que encobrem um desejo pela mãe em seu papel original, o de fornecer a primeira gratificação vivida com o seio. Para o pintor, os Alpes representavam a mãe, sendo o ardor com o qual contemplava a natureza sua principal força impulsora.

Abraham conclui seu trabalho mediante a compreensão de que os estados melancólicos estariam ligados com grande regularidade a algum acontecimento para o qual a constituição psíquica do indivíduo é inadequada. Geralmente perdas ligadas a um objeto que concentra a vida emocional e o amor. Tais perdas não significam necessariamente sua morte, mas o sentimento de que o amor foi completamente destruído e que a relação afetiva foi perdida. É a experiência de uma completa desolação que produz então

a depressão psíquica. A experiência psicanalítica nos diz que é sempre a mãe quem causa tal decepção na primeira etapa da infância, e, no caso de Segantini, isto se torna evidente. Os conflitos em relação à mãe eram inconscientes e, quando reativados, produziam a mudança em seus estados de humor.

A depressão em Karl Abraham

No trabalho de Abraham “Notes on the psycho-analytical investigation and treatment of manic-depressive insanity and allied conditions”, contemporâneo ao de Segantini, encontramos a afirmação de que as investigações sobre o afeto depressivo recebem pouca atenção quando comparadas àquelas sobre a ansiedade. Nas neuroses, a ansiedade estaria ligada à repressão sexual, e a depressão ao abandono do objetivo sexual. Mas pouco se investigaria em relação à depressão na esfera das psicoses. Abraham compreende que o caráter cíclico dos estados maníacos e melancólicos justificaria os poucos estudos³⁶ publicados pela psicanálise, que se referiam frequentemente a uma dessas fases por vez. Apresenta de forma surpreendente a semelhança estrutural entre a neurose obsessiva e a psicose depressiva. Na primeira, as tendências de amor e ódio interferem sempre uma na outra, diminuindo a capacidade de amar e hipertrofiando uma atitude hostil para com o mundo. São criados objetivos substitutivos aos sexuais originais e uma compulsão mental ligada a estes. Nas psicoses depressivas, não. O recalque é seguido pela projeção, porém não é a projeção como descrita por Freud³⁷ em Schreber, porque, em Abraham, a projeção nas psicoses depressivas está ligada a uma posição da libido em que o ódio predomina. Tal projeção poderia ser expressa como: não posso amar as pessoas, devo odiá-las. O conteúdo desse pensamento, não posso amar/ devo odiar, é recalcado e a ideia consciente é a de

»
*anterior ao estado de depressão,
uma energia acima do normal
indica a sublimação da libido
a fim de obscurecer o conflito
existente e desviar o estado
mental depressivo. Mas a sublimação
falha diante de qualquer situação
que exija um estabelecimento
definido da libido, provocando
o colapso da depressão*

que não se é amado, mas sim odiado. Quanto mais inconscientes os impulsos hostis, mais forte é a tendência de formar ideias delirantes de culpa. Nesses casos, um insaciável sadismo dirigido contra todas as pessoas e coisas foi recalcado e o sujeito passivamente terá prazer em seu sofrimento. Anterior ao estado de depressão, uma energia acima do normal indica a sublimação da libido a fim de obscurecer o conflito existente e desviar o estado mental depressivo. Mas a sublimação falha diante de qualquer situação que exija um estabelecimento definido da libido, provocando o colapso da depressão. A impossibilidade de utilizar de forma estabelecida sua libido faz com que o sujeito fique insulado, inibido, e será a inibição que se aliará com outras tendências inconscientes, contribuindo para o risco de um estado de negação da vida, cujo ponto máximo é o do estupor depressivo, a morte simbólica. A fase maníaca é o oposto da depressiva, apesar de ser orientada pelo mesmo complexo, mudando apenas a atitude do paciente, pois na depressão o sujeito é esmagado pelo complexo, preferindo a morte, e na mania aquele lhe é indiferente. Abraham reafirma o valor terapêutico da psicanálise nos casos de psicoses maníaco-depressivas, mas, apesar da semelhança na psicogênese entre as psicoses cíclicas e a

36 Refere-se aos de Jones (1910) e o de Maeder (2005-1910).

37 S. Freud, “Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia (*Dementia paranoides*)”.



após 1911, e com a influência de Abraham, encontramos em “Luto e melancolia” a formulação de um sentimento de culpa que se origina de uma instância crítica, observada tanto na paranoia como na melancolia

neurose obsessiva, não sabe ainda responder por que se toma um ou outro caminho.

Ao compararmos o conteúdo dos dois trabalhos de Abraham publicados em 1911³⁸ com o que até então a teoria psicanalítica produziu sobre a etiologia das mudanças de humor nos estados depressivos e maníacos, temos um panorama complexo. Freud, influenciado pela psiquiatria kraepeliniana, investigou a depressão na insanidade maníaco-depressiva³⁹ e, entre 1983 e 1900, nos apresenta a teoria somática ligada aos estudos sobre neurastenia⁴⁰ que situava o humor depressivo entre as neuroses de origem psíquica com etiologia somática sexual. Na etiologia da histeria, neurose obsessiva e psicoses esquizofrênicas encontramos fatores psíquicos, mas na depressão os fatores etiológicos foram primeiramente atribuídos a uma descarga inapropriada de excitação somática sexual. Os estados depressivos associados com a ansiedade eram descritos pelo mecanismo de conversão da excitação sexual, e na forma neurastênica estavam ligados a uma diminuição da excitabilidade sexual por masturbação excessiva. A etiologia da melancolia não ocupou outra posição, existindo uma referência parcial de fatores etiológicos ligados a mecanismos psíquicos relacionados com a

rivalidade edípica recalcada, mas sua periodicidade sempre apontava para uma causação somática. Entre 1907 e 1909 apresenta muito pouco sobre a etiologia da depressão, porém, na correspondência com Biswanger⁴¹, encontramos que a mudança de humor em um jovem homossexual possuía causas primariamente hereditárias e secundariamente psíquicas. Em 1910 acontece o debate sobre suicídio pelo grupo de Viena sem haver consenso⁴². Apesar de Freud apontar para uma possível relação entre o suicídio e a identificação com a pessoa amada e a presença de desejos incestuosos, não teve receio de admitir que nada poderia ser dito sobre sua etiologia específica. Tais afirmações datam de 1910.

Após 1911, e com a influência de Abraham, encontramos em “Luto e melancolia”⁴³ a formulação de um sentimento de culpa que se origina de uma instância crítica, observada tanto na paranoia como na melancolia. Sentimentos de culpa e identificação, conjugados à ideia de uma instância crítica, são assim relacionados à etiologia dos sentimentos depressivos. A identificação pré-edípica e característica da fase oral se dá pela identificação por incorporação. O mecanismo da identificação consolida a posição dos fatores psíquicos na etiologia da depressão. A identificação, como fator preponderante na relação com o objeto perdido, traz através da ambivalência uma compreensão sobre a forma como o ódio dirigido ao ego caracteriza os estados melancólicos. O mecanismo psíquico da identificação por incorporação, característico da fase oral, evidencia um processo fantasmático de conservação de objetos no interior do ego-corporal que se constitui como alvo passional.

Assim, entre 1911 e 1923, Freud apresenta que na melancolia o objeto perdido ou renunciado é novamente criado no ego, de modo que as autorreprovações do melancólico são ataques muito agressivos ao objeto incorporado, oriundos da ambivalência recalcada. Tal posição foi intensamente compartilhada e aprofundada por Freud em sua pesquisa clínica e teórica, aproximando-se do que foi desenvolvido por Abraham.

O pioneirismo de Abraham

A importância histórica do pioneirismo de Abraham nos permite reconhecer que seu trabalho sobre Segantini contribui de forma original para o conhecimento sobre a etiologia das mudanças de humor nos estados depressivos e maníacos. Abraham compreende essa etiologia através dos conceitos de fixação libidinal e ambivalência em relação a um objeto de amor. A depressão ou melancolia, intercambiáveis para o autor, são reações comparáveis à tristeza pela perda do objeto. A depressão é a tristeza, como a ansiedade é o medo. Assim como a ansiedade ocorre quando o indivíduo se esforça para a gratificação do impulso, mas é impedido de alcançá-la pelo recalque, a depressão ocorre quando se deve renunciar a um objeto sexual. A retirada da libido do mundo externo envolve a perda da capacidade de amar e, portanto, o sujeito se sente odiado, e a libido de objeto torna-se narcísica.

Para Abraham, a oralidade é a base tanto da incorporação como da ambivalência. A incorporação do objeto de amor perdido será uma fantasia inconsciente canibalesca que desperta a depressão.

Dessa forma, podemos compreender que a depressão de um adulto também é construída por uma depressão primária, anterior à fase fálica, sendo em si uma regressão à oralidade que por razões constitucionais é particularmente forte em determinados sujeitos. A depressão seria como uma encenação de conflitos passados entre impulsos orais receptivos e agressivos. Nesse cenário, nos são apresentados pela teoria psicanalítica contemporânea a Freud e Abraham dois modelos

»
Abraham considerou que os pacientes maníaco-depressivos exibem nos intervalos de remissão as mesmas características que os pacientes com neuroses obsessivas, e que estas são evidências de que as duas condições patológicas têm uma relação psicológica comum ligada à organização sádico-anal da libido

de depressão: ou a imagem introjetada do objeto é o destinatário da censura ou a imagem introjetada dirige censuras contra o ego. Abraham considerou que os pacientes maníaco-depressivos exibem nos intervalos de remissão as mesmas características que os pacientes com neuroses obsessivas, e que estas são evidências de que as duas condições patológicas têm uma relação psicológica comum ligada à organização sádico-anal da libido. O obsessivo regride ao estágio anal-retentivo e o depressivo para um estágio anterior, uma combinação da oralidade e expulsividade anal. Embora Abraham tenha trabalhado mais com a depressão do que com esquizofrenia, ele acreditava que a retirada da libido da realidade externa com seu retorno sobre o ego era aplicável a ambas. Tal elaboração foi a base de uma posição teórica da psicanálise sobre os processos psíquicos das psicoses. Abraham caminha da visão freudiana da depressão fundamentada no complexo paterno, edípica, para uma compreensão da relação mais precoce da ambivalência encontrada nos estágios pré-genitais da libido. Assim, podemos considerar que sua abordagem apresenta uma relação nunca antes tratada entre a etiologia da depressão e o complexo materno caracterizado pelo recalque dos sentimentos hostis do menino em relação à mãe, como apresentado por seu trabalho sobre Segantini.

38 K. Abraham, "Giovanni Segantini: A Psycho-analytical Study" e "Notes on the psycho-analytical investigation and treatment of manic-depressive insanity and allied conditions".

39 O. Coser, *Depressão: clínica, crítica e estética*.

40 S. Freud, "Rascunho A".

41 G. Fichtner, *The Sigmund Freud-Ludwig Biswanger Correspondence: 1908-1938*.

42 H. Nunberg e E. Federn, *Minutes of the Vienna Psychoanalytic Society, 1906-1908*; S. Freud, "Contribuições para uma discussão acerca do suicídio".

43 S. Freud, "Luto e melancolia".

Referências bibliográficas

- Abraham K. (1927 [1911]). Notes on the psycho-analytical investigation and treatment of manic-depressive insanity and allied conditions. In: *Selected Papers on Psychoanalysis*. London: Marefield Library, volume único, p. 137-156.
- _____. (1955 [1909]). Sueños y mitos: Um estudio de psicologia colectiva. In: *Clinical Papers and Essays on Psycho-Analysis*. London: Karnac Books, p. 153-208.
- _____. (1955 [1911]). Giovanni Segantini: A Psycho-analytical Study. In: *Clinical Papers and Essays on Psycho-Analysis*. (pp.) London: Karnac Books.
- _____. (1970). *Teoria psicanalítica da libido – Sobre o caráter e o desenvolvimento da libido*. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1974). Karl Abraham: a unfinished biography. *Int. Rev. Psycho-Anal.*, n. 1, p. 17-72.
- Charcot J.M. ; Richer P. (1887). *Les Démoniaques dans la art*. Paris: Adrien Delahaye et Emilie Lecrosnier Éditeurs.
- Clair J. (1992). Une volée de bois mort. Les Mauvaises Mères de Segantini. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, n. 42, p. 49-53.
- Coser O. (2003). *Depressão: clínica, crítica e estética*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Eidenbenz C. (2011). *Expressions du déséquilibre. L'hystérie, l'artiste et le médecin 1870-1914*. Thèse de doctorat, Université de Genève.
- Fichtner G. (1992). *The Sigmund Freud-Ludwig Biswanger Correspondence: 1908-1938*. New York: Other Press.
- Freud S. (1980 [1892]). Rascunho A. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. 1.
- _____. (1980 [1900]). A interpretação dos sonhos. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. 4.
- _____. (1980 [1909]). Notas sobre um caso de neurose obsessiva. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. 10.
- _____. (1980 [1910]). Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. 4.
- _____. (1980 [1910]). Contribuições para uma discussão acerca do suicídio. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. 11.
- _____. (1980 [1911]). Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia (*Dementia paranoides*). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. 12.
- _____. (1980 [1914]). A história do movimento psicanalítico. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. 14.
- _____. (1980 [1917]). Luto e melancolia. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. 14.
- _____. (1980 [1918]). História de uma neurose infantil. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. 17.
- Freud S.; Abraham K. (1965). *A Psychoanalytic Dialogue. The Letters of Sigmund Freud and Karl Abraham 1907-1926*. London: Hogarth.
- Grotjahn A.E. (1981). *A história da psicanálise através de seus pioneiros*. Rio de Janeiro: Imago.
- Jones E. (1970 [1927]). Introdução. In: Abraham K. *Teoria psicanalítica da libido*. Rio de Janeiro: Imago, p. 9-41.
- _____. (1979). *Vida e obra de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Machtlinger V. (1997). Karl Abraham and Giovanni Segantini. *Luzifer-Amor*, vol. 10, n. 20, p. 81-97.
- Maeder A. (2005 [1911]). Psychoanalysis bei einer melancholischen Depression. In: Fenichel O. *The Psychoanalytic Theory of Neurosis*. London: Taylor & Francis Library.
- May T. (1999). Abraham's Discovery of the "Bad Mother": A Contribution to the History of the Theory of Depression. *Luzifer-Amor*, vol. 10, n. 20, p. 98-131.
- Mezan R. (1999). O inconsciente segundo Karl Abraham. *Psicol. USP*, vol. 10, n. 1, p. 55-95.
- Noseda I.; Tognola A. (1977). *Segantini: ein verlorenes paradies*. Zurich: Insptitut für Kunstwissenschaft.
- Nunberg, H.; Federn E. (1962). *Minutes of the Vienna Psychoanalytic Society, 1906-1908*. New York: Int. Univ. Press, vol. 1. _____. (1967). *Minutes of the Vienna Psychoanalytic Society, 1908-1910*. New York: Int. Univ. Press, vol. 2.
- Petersdorff C. (1997). Der frühe Tod es Giovanni Segantini und des Karl Abraham. *Luzifer-Amor*, vol. 10, n. 20, p. 132-150.
- Quinsac A. (1990). *Giovanni Segantini 1858-1899*. Zürich: Kunsthau.
- Roazen P. (1974). *Freud e seus discípulos*. São Paulo: Cultrix.
- Rosolato G. ; Widlöcher D. (1958). Karl Abraham: lecture de son oeuvre. *La Psychanalyse*, n. 4, p. 154-78.
- Roudinesco E.; Plon M. (1998). *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Segantini G. (1910). *Scritti e lettere*. Roma: Fratelli Bocca Editore.
- Servaes F. (2010 [1908]). *Giovanni Segantini: Sein Leben Und Sein Werk*. Whitefish: Kessinger Publishing.
- Steckel W. (1908). *Nervöse Angstzustände und ihre Behandlung*. Berlin: Berlin/Wien, Urban & Schwarzenberg .
- Widlöcher, D. (1977). Un pientre et son psychanalyste. Giovanni Segantini et Karl Abraham. *Psychanalyse à l'Université*, t. 3, n. 9, p. 55-68.

Giovanni Sagantini by Karl Abraham: the mother complex in the etiology of depression

Abstract This article discusses the contribution of Karl Abraham to the etiology of mood swings in depressive and manic states through this investigation of the repressed hostility of the boy towards his mother. The context of this investigation is a theoretical phase in which Psychoanalysis privileged the repression of eroticism regarding the mother image.

Keywords Giovanni Segantini; Karl Abraham, applied psychoanalysis, depression, etiology.

Texto recebido: 07/2014
Aprovado: 08/2014

Sonho e enigma

a descoberta freudiana sob o paradigma indiciário

Ana Gebrim

Resumo Para desenvolver uma discussão epistemológica da obra freudiana *A interpretação dos sonhos*, dois textos servirão de interlocutores: “Introdução (in Binswanger)” de Michel Foucault e “Sinais, raízes de um paradigma indiciário” de Carlo Ginzburg. A partir da hipótese da psicanálise como um saber inserido na produção do paradigma indiciário (filológico), discutiremos elementos de uma perspectiva baseada na semiótica.

Palavras-chave interpretação dos sonhos; paradigma indiciário; epistemologia; enigma; Michel Foucault; Carlo Ginzburg.

Ana Gebrim é socióloga; mestre em Sociologia Clínica e Psicossociologia pela Université Paris Diderot – Paris 7; doutoranda em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo; em formação no curso de Psicanálise do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

De que lugar o teorizador fala? Quais os efeitos e desdobramentos da produção de uma teoria? Movida por essas questões disparadoras que permeiam a relação do leitor com o texto, pretendo iniciar uma reflexão epistemológica acerca da obra *A interpretação dos sonhos*, a fim de investigar alguns dos conjuntos de conhecimento que condicionaram o surgimento da teoria freudiana acerca dos sonhos.

A perspectiva arqueológica introduzida por Michel Foucault pretende historicizar as formações discursivas problematizando a teoria desde a posição de sua enunciação. Com essa postura, Foucault questiona a inscrição de teorias em práticas discursivas. Isto é, trata-se de compreender as modalidades históricas, culturais e epistemológicas nas quais surgem determinados discursos. Toda produção de verdade, em algum momento, nasceu de um período histórico imerso em um contexto epistemológico próprio. Cada época produz igualmente sobreposições de alguns discursos sobre outros, ou seja, podemos pensar que existam sempre discursos hegemônicos. Assim, teorias nascem da composição de determinadas relações de poder de um tempo histórico. Todo discurso supõe uma formação discursiva imersa em seu tempo.

Nesse sentido, podemos reformular uma vez mais, a título ilustrativo, nossas questões disparadoras. Tendo em vista uma determinada formação discursiva, quem enuncia a teoria? Para quem a teoria está enunciada? Ou, então, em outras palavras: de onde surgem os discursos?

Análises arqueológicas, assim como algumas críticas de Foucault à psicanálise, nos dão algumas pistas acerca de uma determinada inscrição epistemológica da produção freudiana da *Interpretação dos sonhos*.



para Foucault,
a perspectiva filológica
consiste no pensamento da
interpretação e da descoberta
do oculto, do escondido;
já o linguístico refere-se
à ação de estruturar e atualizar
o sistema significante

Segundo Michel Foucault, em sua obra *Les mots et les choses*, desde essa perspectiva arqueológica, é possível compreender a história das ciências humanas a partir do século XIX através de três grandes modelos epistemológicos: o biológico, o econômico e o filológico-linguístico. A psicanálise, para o filósofo, insere-se como produção discursiva no terceiro modelo epistemológico, o filológico-linguístico. É a partir dessa categoria que podemos disparar, finalmente, nossa reflexão acerca das bases epistemológicas da análise freudiana dos sonhos.

Para Foucault, a perspectiva filológica consiste no pensamento da interpretação e da descoberta do oculto, do escondido; já o linguístico refere-se à ação de estruturar e atualizar o sistema significante. Dito de outra forma, é mediante a consolidação desse modelo epistemológico que se insere na história das ciências humanas a perspectiva interpretativa de descoberta do sentido oculto e enigmático, através de um modelo estrutural de lógica significante.

Em suma, é também dessa constatação que parte nossa reflexão. O presente artigo pretende, portanto, abordar a perspectiva interpretativa da psicanálise sob o surgimento desse novo modelo epistemológico. A obra *A interpretação dos sonhos* será nosso estudo de caso para trabalharmos essa hipótese inicial. Assim, com base em uma

formulação que questione a posição do investigador¹, nossa proposição é entender quais os desdobramentos e efeitos de um discurso imerso em uma perspectiva *indiciária* (filológica), a ser elucidada a seguir.

O método morelliano e o surgimento de uma nova epistemologia

O historiador italiano Carlo Ginzburg, em seu texto “Sinais, raízes de um paradigma indiciário”, trabalha a hipótese do surgimento “silencioso” de um novo modelo epistemológico nas ciências humanas no final do século XIX. Segundo o autor, esse modelo epistemológico, que pode ser igualmente chamado de paradigma², pode ser ilustrado através do surgimento de um novo método de atribuição de quadros antigos. É, portanto, por meio do método morelliano, inaugurado pelo historiador de arte Giovanni Morelli, que foi possível visualizar traços de um paradigma indiciário que tomaria forma poucos anos mais tarde.

Para Ginzburg, assim como para Foucault, a psicanálise, como saber e formação discursiva, insere-se na produção desse novo modelo epistemológico-paradigmático. No entanto, antes do surgimento, propriamente dito, da psicanálise, podemos identificar, através de alguns exemplos, *pistas* do desenvolvimento dessa nova epistemologia.

Até a segunda metade do século XIX, diante da incerteza acerca da originalidade de um quadro, especialistas de arte esforçavam-se para indicar, pelos estilos de cada pintor, quais quadros nos museus eram originais e quais eram cópias. Em suma, tratava-se de distinguir originais de cópias. Para o italiano Giovanni Morelli, a identificação de uma obra de arte original ou falsa exigia um exame distinto do convencional, que até então procurava basear-se nos estilos estéticos de cada pintor. Isto é, até a introdução do método morelliano, os historiadores, críticos e especialistas encarregados da atribuição de quadros baseavam-se em um

método que distinguia as obras através dos estilos próprios dos pintores.

Inversamente a esse modelo de atribuição, Morelli centrava sua análise em outra perspectiva, e, portanto, seu método de atribuição representou uma ruptura em relação a tudo o que fora realizado até então nesse domínio. Para Morelli, a atribuição de obras originais ou falsas não se dava pela identificação estética do estilo próprio de cada pintor, mas nos “detalhes mais negligenciáveis e os menos influenciados pelas características próprias à escola à qual pertencia o pintor: o lóbulo das orelhas, as unhas, a forma dos dedos das mãos e dos pés”³. Era justamente observando os detalhes mais irrelevantes, discretos e ocultos das pinturas que Giovanni Morelli lograva descobrir “os traços presentes nos originais, mas ausentes nas cópias”⁴.

Tendo introduzido uma lógica interpretativa de análise das obras de arte, o método morelliano foi duramente recebido. Grande parte da crítica artística da época repreendia Morelli por seu método não se ocupar dos problemas de ordem estética dos autores, e sim de “problemas preliminares, de ordem filológica”⁵. Para contextualizar as críticas estéticas realizadas na época ao método morelliano, Ginzburg retoma um ensaio do historiador de arte Edgar Wind a propósito dessa nova invenção:

Os livros de Morelli têm um aspecto mais insólito se comparados a outros historiadores da arte. Eles são repletos de ilustrações de dedos e orelhas, registros minuciosos desses detalhes característicos que traem a presença do artista, assim como um criminoso é traído por suas impressões digitais... todos os museus de arte estudados por Morelli tomam imediatamente o aspecto de um museu do crime...⁶

1 G. Spivak, *Pode o subalterno falar?*, p. 23.

2 Em referência ao conceito proposto por Thomas Kuhn.

3 C. Ginzburg, “Traces, racines d’un paradigme indiciare”, in *Mythes, emblemes, traces*, p. 220.

4 C. Ginzburg, *op. cit.*, p. 220.

5 C. Ginzburg, *op. cit.*, p. 222.

6 C. Ginzburg, *op. cit.*, p. 222.

7 C. Ginzburg, *op. cit.*, p. 223.

»
*para Morelli, a atribuição
de obras originais ou falsas
não se dava pela identificação estética
do estilo próprio de cada pintor, mas
nos “detalhes mais negligenciáveis
e os menos influenciados pelas
características próprias à escola
à qual pertencia o pintor”*

Características desse mesmo método indiciário, segundo Ginzburg, são comparadas com a atuação do personagem literário Sherlock Holmes, de Conan Doyle, uma vez que para ambos a análise do objeto é realizada a partir de indícios negligenciáveis. Aproximando o método morelliano à conduta policial do personagem Sherlock Holmes, segundo o historiador italiano: “o conhecedor de arte é comparável ao detetive que descobre o autor do delito (do quadro) sobre a base de índices imperceptíveis para a maior parte das pessoas”⁷.

Através desses exemplos, Ginzburg ilustra o surgimento de um novo modelo de pensamento, de uma perspectiva científica baseada na semiótica. Impunha-se sobre a produção das ciências humanas o paradigma indiciário. A partir de então, segundo o autor, é possível pensar em um novo modelo epistemológico que estabelecia outra relação entre sujeito e objeto. A produção e a busca pela verdade adquirem uma nova dimensão: a do método indiciário de análise dos traços ocultos. Se antes a autoria de uma produção era questionada através dos grandes traços manifestos e de referenciais estéticos pertencentes a movimentos artísticos, o novo paradigma indiciário busca a verdade a partir do conteúdo latente, do imperceptível, do involuntário, do evitado e ocultado à sombra do enunciado.



para Foucault, a descoberta psicanalítica do inconsciente introduz uma ruptura epistemológica em que a dicotomia do normal e patológico fica substituída pela bipolaridade entre consciência e inconsciência. Toda a produção científica do século xx no campo das humanidades passa a ser atravessada pela noção de inconsciente

Ainda nesse mesmo texto, Ginzburg nos lembra que, em 1914, Freud, em *O Moisés de Michelangelo*, brilhantemente se dá conta dessa semelhança e compara a psicanálise ao método morelliano:

Foi de grande interesse para mim, então, saber que por trás do pseudônimo russo se escondia um médico italiano chamado Morelli. Quando morreu, em 1891, ele era senador do reino da Itália. Acredito que seu procedimento era bastante aparentado à técnica da psicanálise médica. Também essa costuma adivinhar coisas secretas a partir de traços menosprezados ou não notados, a partir da escória – do “refuse” (refugo) – da observação⁸.

Para Ginzburg, é, portanto, sob a égide do paradigma indiciário que se deu a produção científica da psicanálise. E não à toa, como vimos na citação acima, o próprio Freud já havia identificado a profunda semelhança entre o método morelliano e o método psicanalítico. É, então, justamente com base nessa analogia que podemos nos servir da hipótese central de Carlo Ginzburg, em seu texto, para sublinhar o surgimento da psicanálise como um saber inserido no paradigma indiciário (ou, então, em uma epistemologia filológica, como sugere Michel Foucault em *Les mots et les choses*).

A leitura de Morelli por Freud representou em sua obra a proposição de um método de interpretação que nas palavras do autor era: “baseado sobre os desvios, sobre os fatos marginais, considerados como reveladores”⁹. Uma vez que é justamente através dos traços mais negligenciáveis que se dá a possibilidade de aceder aos conteúdos íntimos ou inconscientes do objeto de análise. O método morelliano introduz a crença de que a individualidade está mais presente nos traços marginais e negligenciáveis do sujeito do que no conteúdo manifesto enunciado: “para Morelli, esses fatos marginais eram reveladores porque constituíam os momentos em que o controle do artista, ligado à tradição cultural, se relaxavam para dar lugar aos traços puramente individuais, que lhe escapam sem que ele se dê conta”¹⁰.

Por meio dos elementos de análise propostos por Carlo Ginzburg, podemos estabelecer outros paralelos entre o método morelliano e a obra freudiana. Segundo o próprio Freud, a invenção da psicanálise infringiu à humanidade sua terceira grande ferida narcísica através da descoberta do inconsciente (sendo a primeira quando Copérnico revelou que a Terra não era o centro do universo e a segunda quando Darwin provou a teoria da evolução, questionando a criação divina). Assim, pela terceira vez consecutiva, o homem deixava de ocupar o lugar central de onipotência e saber absoluto. Com o inconsciente, tudo o que era produzido como verdade até então passou a ser questionado, uma perspectiva radical havia sido revelada: a verdade do sujeito não estava mais no conteúdo manifesto, mas no latente.

Para Michel Foucault, a descoberta psicanalítica do inconsciente introduz uma ruptura epistemológica em que a dicotomia do normal e patológico fora substituída pela bipolaridade entre consciência e inconsciência. Toda a produção científica do século xx no campo das humanidades passa a ser atravessada pela noção de inconsciente: “Diremos então que não há ‘ciência humana’ em tudo o que for questionamento sobre o homem, mas em todo o lugar onde podemos analisar, na dimensão própria ao

inconsciente, as regras, os conjuntos de significantes que desvelam à consciência as condições de suas formas e de seus conteúdos”¹¹.

Segundo os psicanalistas Paulo Endo e Edson Sousa, Freud instaurou uma ruptura profunda com a tradição ocidental do pensamento racional sobre a consciência até aquele momento histórico. Nessa nova perspectiva, a psicanálise, como método, inaugura modalidades de apreensão do conteúdo subjetivo latente, dos traços ocultos que até então eram menosprezados pela observação ordinária.

Na perspectiva psicanalítica, a realidade subjetiva das experiências de conflitos e sofrimentos inconscientes na qual o sujeito está imerso se expressa através das “entrelinhas” do discurso, ou seja, muito mais em seu conteúdo latente do que no manifesto. Sobre a insistência do inconsciente na perspectiva freudiana, o filósofo esloveno Slavoj Žižek propõe a seguinte fórmula: “Se o inconsciente de Freud provocou tamanho escândalo não é porque ele pretende que o eu racional seja subordinado a um domínio infinitamente mais vasto de instintos irracionais e cegos, mas porque ele demonstra como o inconsciente mesmo obedece à sua própria gramática e à sua própria lógica: o inconsciente fala e pensa”¹².

E como sabemos do inconsciente? Através de traços e indícios. Isto é, a introdução da noção de inconsciente se faz através da perspectiva indiciária de interpretação. É por meio da interpretação de pistas e sinais que acedemos aos conteúdos inconscientes do sujeito. Sintomas, atos falhos, lapsos, sonhos são, nessa ótica, traços da presença recalcada do inconsciente.

Ainda nesse mesmo texto, Ginzburg aborda também uma outra figura bastante ilustrativa da perspectiva indiciária: o caçador. Se pensarmos no

na perspectiva psicanalítica,
a realidade subjetiva das experiências
de conflitos e sofrimentos
inconscientes na qual o sujeito
está imerso se expressa através
das “entrelinhas” do discurso, ou seja,
muito mais em seu conteúdo
latente do que no manifesto

caçador, em sua função, como aquele que é capaz de narrar uma história coerente, por meio de diversos traços mudos, ou seja, aquele que chega até sua presa através de pistas e traços silenciosos interpretados por ele, inserimos essa lógica na mesma dos exemplos anteriores. Assim sendo, é possível traçar um paralelo entre a postura do caçador e a do analista diante de um objeto na perspectiva indiciária, indutiva, de busca e produção de verdade. Segundo Ginzburg, o caçador deve possuir uma percepção minuciosa da realidade para “descobrir os traços de eventos dos quais o observador não pode ter acesso direto”¹³. O analista-caçador é, nessa perspectiva, aquele capaz de designar “coisas através das coisas”¹⁴.

E, como é possível designar coisas através das coisas? Ou, em outras palavras, como se daria a atribuição de sentido por meio de indícios/*huellas*? Através da interpretação.

“Traumdeutung” sob a ótica
do paradigma indiciário

Tendo em vista a hipótese epistemológica da psicanálise como um saber indiciário (filológico), podemos tentar situar o sonho em sua dimensão enigmática. Isto é, compreender o sonho

8 S. Freud, *O Moisés de Michelangelo*, p. 389.

9 C. Ginzburg, *op. cit.*, p. 228.

10 C. Ginzburg, *op. cit.*, p. 231.

11 M. Foucault, *Les mots et les choses*, p. 374.

12 S. Žižek, *Comment lire Lacan*, p. 9.

13 C. Ginzburg, *op. cit.*, p. 244.

14 C. Ginzburg, *op. cit.*, p. 245.



ao atribuir um sentido aos sonhos,
Freud expressa o esforço em constituir
um saber que visa transformar
o mundo imagético em discurso.
Não em um discurso qualquer,
mas em um discurso que supõe
a divisão do sujeito, um discurso
que supõe o enigma

como enigma. Ora, só pode haver obscuridade e ambiguidade em uma dimensão que se refere a uma outra que não é a manifesta. Por definição, o inconsciente alude à esfera oculta que insiste em se fazer presente através de distorções e dissimulações que reatualizam sua presença.

O sujeito da psicanálise é o sujeito dividido, é o sujeito que tem que se haver com seu duplo. E por que é que só podemos acessar o conteúdo inconsciente através de traços e indícios distorcidos? Por que o desejo inconsciente só pode ser realizado por veículos ocultos, inconscientes? Garcia-Roza sugere que o enigma central da psicanálise reside no “fato desconcertante e perturbador [...] de que somos dois sujeitos, um dos quais nos é inteiramente desconhecido”¹⁵. Pois bem, permanecem inconscientes os desejos que, “por incompetência ou por medo”¹⁶, não puderam ser efetivamente realizados. Ou então, podemos supor que torná-los inconscientes tenha sido a saída para a entrada na cultura.

Mas pensemos tudo isso através da obra freudiana *A interpretação dos sonhos*. Uma das hipóteses levantadas por Freud para compreender a formação dos sonhos é o fenômeno da *distorção onírica*. Isto é, sonho é incoerência, é loucura, no sentido de que a forma de aparecer do sonho nos é, à primeira vista, muitas vezes incompreensível.

Poderíamos supor que o trabalho de Freud, nessa obra, resume-se à tentativa de atribuir um sentido, uma lógica, uma gramática, à incoerência imagética e sensorial da realidade onírica dos sonhos tal qual ela nos aparece. Freud aposta na existência de um sentido oculto dos sonhos. Ou seja, se eles nos aparecem distorcidos, dissimulados, fragmentados, condensados e deslocados é porque também são fruto de uma instância de censura superegoica¹⁷.

“O melhor que podes saber não debes contar aos meninos.”¹⁸ Convocando Fausto, Freud ilustra algo bastante significativo do funcionamento onírico: todo o trabalho de distorção é um ato de censura. No entanto, se nos perguntarmos o porquê dessa lógica oculta que teima em censurar o conteúdo onírico através dessas distorções, obteremos, finalmente, a resposta que nos leva à tese central de Freud na *Interpretação dos sonhos*: todo sonho tem, de fato, um sentido. Todo sonho é a realização de um desejo.

Como vimos, tendo sido originalmente recalçado, o desejo só pode se manifestar em sua forma distorcida. Mas ainda assim, todo sonho realiza um desejo inconsciente. Essa é a tese sustentada por Freud ao longo de toda sua obra, e é a partir dessa hipótese que dezenas de exemplos servirão de ilustração e sustentação de um discurso que, sobretudo, visa atribuir um sentido oculto a uma realidade fragmentada.

Segundo Garcia-Roza, a psicanálise constitui-se como uma técnica da decifração. Formulação bastante coerente, se pensarmos na inscrição indiciária (filológica) do saber analítico. Ao atribuir um sentido aos sonhos, Freud expressa o esforço em constituir um saber que visa transformar o mundo imagético em discurso. Não em um discurso qualquer, mas em um discurso que supõe a divisão do sujeito, um discurso que supõe o enigma.

Para que possam ser interpretados, como vimos anteriormente, os sonhos, sob a ótica freudiana, expressam a perspectiva de uma dimensão latente. O que implica em conjecturar que, para poder interpretá-los, então, é necessário guiar-se



*as formulações de Foucault
acerca da psicanálise ao longo de
toda sua produção não são em nada
homogêneas. Ora elogiosas, ora
devastadoras, de forma geral,
todas suas proposições a respeito
da psicanálise são no mínimo
bastante provocadoras
de reflexões profundas*

através da crença de que há um pensamento por detrás da fenomenalização do sonho. Pensando na inscrição epistemológica dessa obra, e na consequente inauguração de uma nova relação paradigmática entre sujeito e objeto, podemos insinuar uma possível paronomásia de que, por detrás de um discurso que supõe a existência de uma dimensão *derrière* (por detrás), situa-se a perspectiva de que há uma verdade intrínseca ao objeto, e, nesse sentido, cabe ao caçador/analista/detetive atribuir e ordenar seu sentido secundariamente. Ou, em outras palavras, cabe a um terceiro o papel de traduzir o conteúdo onírico do material psíquico do sujeito.

Mas voltemos à tese central sustentada em *Traumdeutung*. Tendo em vista a dimensão inconsciente do desejo, Freud a reescreve a fim de elucidar de forma ainda mais precisa o funcionamento da realidade onírica: “o sonho é a realização (disfarçada) de um desejo (reprimido/recalcado)”¹⁹. Assim, também a resistência à interpretação é compreendida como um ato de censura dos sonhos. Em cada sonho sonhado, atualiza-se, então, um desejo inconsciente que deixa suas marcas e pegadas através de rastros, indícios e traços distorcidos.

Nessa perspectiva, tendo atribuído um sentido aos sonhos, Freud fundamentou suas bases metapsicológicas de uma gramática do funcionamento inconsciente. É também através do sonho que sabemos de nós mesmos. Que sabemos, no entanto, precisamente daquilo que parecemos não querer saber, mas que, sem embargo, insiste-se em se fazer saber. Mas como enigma.

Foucault e a interpretação dos sonhos

Para Foucault, é nessa obra que reside a lógica do inconsciente freudiano. É igualmente através

dessa mesma obra que o filósofo francês fundamentou sua crítica epistemológica à psicanálise.

As formulações de Foucault acerca da psicanálise ao longo de toda sua produção não são em nada homogêneas. Ora elogiosas, ora devastadoras, de forma geral, todas suas proposições a respeito da psicanálise são no mínimo bastante provocadoras de reflexões profundas. Aluno de Merleau-Ponty na École Normale Supérieure e amplamente influenciado pelo pensamento heideggeriano, muitas das críticas dirigidas à psicanálise referem-se a uma perspectiva bastante fenomenológica do sujeito.

O texto em que Foucault constrói essa crítica consiste em uma introdução escrita no ano de 1954, por ocasião da reedição francesa da obra *O sonho e a existência* de Ludwig Binswanger, um dos maiores precursores da chamada *Daseinanalyse*, a prática terapêutica da psicologia existencial. Em “Introdução (in Binswanger)”, Foucault parte da perspectiva fenomenológica fundamentada por Binswanger para fundamentar sua crítica à interpretação freudiana dos sonhos.

Segundo Michel Foucault, o ano de 1900 é profundamente marcado pelo que nomeia como um “duplo esforço do homem para reassumir suas significações e reassumir-se a si próprio em sua significação”²⁰. Nesse mesmo ano, são publicados concomitantemente as obras *Traumdeutung* de

15 L.A. Garcia-Roza, *Introdução à metapsicologia freudiana 2*, p. 11.

16 L.A. Garcia-Roza, *op. cit.*, p. 9.

17 Mesmo que nessa obra, em 1900, Freud ainda não a formule como tal.

18 S. Freud, *A interpretação dos sonhos*, p. 163.

19 S. Freud, *A interpretação dos sonhos*.

20 M. Foucault, “Introdução (in Binswanger)”, in *Dits et écrits*, p. 75.



depois da proposição de Freud, o sonho deixou de integrar somente o campo místico de suposições da realidade onírica para integrar o saber científico de significação. Assim, segundo o filósofo francês, o sonho parecia, nessa perspectiva, “desapertar e desatar finalmente o nó das significações”

Freud e *Logische Untersuchungen*²¹ de Husserl. Ou seja, pode-se dizer que aquele momento foi marcado por uma determinada busca de significação do mundo através da autossignificação na produção científica nas ciências humanas.

Para Foucault, Sigmund Freud, na *Traumdeutung*, parecia inverter a concepção do sonho como o “non-sens da consciência”, atribuindo então a esse fenômeno um sentido inconsciente. Depois da proposição de Freud, o sonho deixou de integrar somente o campo místico de suposições da realidade onírica para integrar o saber científico de significação. Assim, segundo o filósofo francês, o sonho parecia, nessa perspectiva, “desapertar e desatar finalmente o nó das significações”²².

No entanto, ainda que considere o pioneirismo da descoberta freudiana, a crítica de Foucault a essa obra é fundamentalmente em torno de um ponto que consideramos central. Segundo ele, ao interpretar e significar os sonhos como tendo um sentido inconsciente, Freud negligenciou um grande problema: ao serem interpretados, os sonhos não receberam sua linguagem própria como sonho.

Tratemos de compreender essa crítica. Segundo Foucault, Freud não concebe o sonho como objeto, mas como um meio de sentido. Isto

é, para o filósofo, a interpretação freudiana negligencia justamente a dimensão hermenêutica do sonho. Ou seja, sua crítica implica em dizer que em *Traumdeutung* os sonhos só foram analisados em sua função semântica, pois, para ele, “a análise freudiana deixa na sombra sua estrutura morfológica e sintática”²³.

Diante dessa crítica podemos nos perguntar: por que, segundo o filósofo francês, a interpretação dos sonhos freudiana não deu aos sonhos sua linguagem própria? O que significa analisar o sonho somente em sua função semântica? Por que Foucault considera que Freud ignorou a linguagem morfológica e sintática dos sonhos? Para tentarmos elucidar essas questões, alguns exemplos dados por Foucault parecem ser bastante esclarecedores:

O incêndio que significa o ardor sexual, poder-se-ia dizer que ele ali está apenas para designá-lo, ou que ele o atenua, o esconde e o obscurece através de um novo clarão? A essa pergunta há duas maneiras de responder [...] O sonho é a realização do desejo, mas, se justamente ele é o sonho e não desejo realizado, é porque ele realiza também todos os “contradesejos” que se opõem ao próprio desejo. O fogo onírico é ardente satisfação do desejo sexual, mas o que faz com que o desejo tome forma na substância sutil do fogo é tudo aquilo que recusa esse desejo, buscando sem cessar apagá-lo.²⁴

Para Foucault, a dimensão imaginária da expressão significativa dos sonhos é ignorada: há uma insuficiência do uso da imagem. Todos os signos que compõem a realidade onírica são compreendidos através de uma perspectiva interpretativa que tem em vista outro fim, que não o significado próprio aos símbolos. Assim, por ignorar a estrutura da linguagem dos sonhos, “no rigor de suas regras sintáticas e com a solidez de suas figuras morfológicas”²⁵, a interpretação freudiana não é, segundo ele, uma apreensão compreensiva de sentido próprio. Nessa perspectiva, a interpretação de Freud sobre os sonhos leva em conta apenas o modelo semiótico, semântico, de compreensão.



Ao supor, no sonho de Dora, que o incêndio é somente um indício do ardor sexual pelo Senhor K., tendo em vista sua tese central do sonho como realização de desejo, Freud deixa de compreender esse signo em sua perspectiva singular a partir de outros referenciais. Segundo Foucault, na citação anterior, por que não poderíamos conceber esse mesmo incêndio onírico em sua dimensão hermenêutica em vez de interpretativa-indutiva?

Nesse mesmo texto, Foucault também diz: “a psicanálise jamais conseguiu fazer falar as imagens”²⁶. Isto é, para o filósofo, o conteúdo da imagem não é suficientemente explorado em si mesmo e levado em conta nessa abordagem. Para ele, Freud não vê o sonho como um objeto em si, mas apenas como meio de sentido para sua análise sobre o desejo.

Vejo buracos na neve, espécies de estrelas regulares, cristais de sombra. Um caçador aí verá os rastros frescos de uma lebre. Estas são duas situações vividas; seria vão dizer que uma comporta mais verdade do que a outra; mas, no segundo esquema se manifesta a essência da indicação, no primeiro não. É para o caçador, somente, que a pequena estrela escavada na neve é um signo. Isso não quer dizer que o caçador tem mais material associativo do que eu, e que a uma percepção ele pode associar a imagem de uma lebre que me falta na mesma situação.²⁷

Por meio desses elementos, podemos pensar que, fundamentalmente, a crítica de Foucault à interpretação dos sonhos é uma crítica epistemológica e paradigmática da psicanálise como formação discursiva. Para o filósofo francês, o sonho não recebe sua linguagem própria na interpretação psicanalítica porque toda a

para Foucault, a organização própria do sonho, ou, em outras palavras, o conteúdo de sua expressão imagética é ignorado pela compreensão psicanalítica, porque Freud, baseado em uma perspectiva indiciária, não foi capaz de reconhecer a expressão dos sonhos como uma linguagem própria, detentora de sentido

expressão onírica só é compreendida através da perspectiva do desejo.

Para Foucault, a organização própria do sonho, ou, em outras palavras, o conteúdo de sua expressão imagética é ignorado pela compreensão psicanalítica, porque Freud, baseado em uma perspectiva indiciária, não foi capaz de reconhecer a expressão dos sonhos como uma linguagem própria, detentora de sentido. Toda a compreensão freudiana dos sonhos é organizada através do âmbito do desejo. O que implica em dizer que o desejo, como elemento central de análise, é o alvo principal almejado pelo/a interpretador/a, e, dessa forma, todos os elementos do sonho são apreendidos como meros *índices* que remetem ao desejo, não valendo por si mesmos. Todos os elementos presentes na realidade onírica são interpretados não em sua qualidade expressiva, mas como *traços* e *índices* do desejo:

Freud fez habitar o mundo do imaginário pelo Desejo, tal como a metafísica clássica fizera habitar o mundo da física pelo querer e pelo entendimento divinos.²⁸

Segundo Foucault, o desejo na perspectiva psicanalítica atua como um princípio ordenador central. Assim, para ele, o conceito de desejo

21 *Prolegômenos à lógica pura*, Husserl, 1900.

22 Foucault, “Introdução (in Binswanger)”, p. 75.

23 Foucault, “Introdução (in Binswanger)”, p. 76.

24 Foucault, “Introdução (in Binswanger)”, p. 76.

25 Foucault, “Introdução (in Binswanger)”, p. 77.

26 Foucault, “Introdução (in Binswanger)”, p. 80.

27 Foucault, “Introdução (in Binswanger)”, p. 82.

28 Foucault, “Introdução (in Binswanger)”, p. 88.



Foucault também compara a figura do psicanalista com a do caçador. Pois, segundo ele, no âmbito psicanalítico, cada elemento interpretado em um sonho é visto como um traço ou um indício em busca de sua presa final: o desejo. Na perspectiva da interpretação onírica, o psicanalista é o caçador de desejo

opera conseqüentemente como um entendimento quase que divino e inquestionável na interpretação onírica.

A partir dessa crítica, podemos propor novamente a aproximação da análise realizada anteriormente sobre o texto de Carlo Ginzburg e a crítica foucaultiana. Partindo de pressupostos e análises distintas, é possível considerar que, tanto o filósofo francês, quanto o historiador italiano situam o pensamento freudiano através de uma mesma perspectiva. Isto é, indiciária para Ginzburg e filológica para Foucault. De forma geral, as duas conceitualizações tratam da mesma discussão. No entanto, pode-se considerar que a crítica de Foucault à interpretação dos sonhos psicanalítica se dá, justamente, pela crítica ao método indiciário, semiótico de deciframento. Ou seja, a crítica de Foucault à interpretação onírica freudiana é uma crítica epistemológica. Enquanto as formulações de Ginzburg acerca da influência do paradigma indiciário para a psicanálise se dão através da construção histórica de uma determinada epistemologia.

A negligência freudiana na problemática dos sonhos, segundo Foucault, se dá fundamentalmente pela perspectiva indiciária, pois, segundo ele, a psicanálise “confundiu a realização das significações com a indução dos indícios”²⁹.

Portanto, podemos entender que uma vez que o desejo opera como elemento central e ordenador, a psicanálise interpreta todos os elementos oníricos como indícios, traços e pegadas para decifrar o enigma do desejo. Segundo a crítica filosófica de Foucault, toda perspectiva indiciária é indutora, uma vez que o sentido é sempre atribuído externamente e em um momento secundário.

Para Foucault, a psicanálise não se interessa propriamente pelo modo de aparecer do sonho, isto é, a fenomenalização do sonho. A interpretação freudiana do sonho, como vimos, está profundamente articulada em torno do ordenamento do desejo, e não do significado próprio de cada imagem. Quando se analisa um sonho tem-se em perspectiva as formações inconscientes e o desejo do sujeito, não sua produção imagética presente na realidade onírica.

É nesse sentido, então, que Foucault também compara a figura do psicanalista com a do caçador. Pois, segundo ele, no âmbito psicanalítico, cada elemento interpretado em um sonho é visto como um traço ou um indício em busca de sua presa final: o desejo. Na perspectiva da interpretação onírica, o psicanalista é o caçador de desejo.

Como vimos, para Foucault, o indício não tem significação em si, e todo o sentido só é adquirido secundariamente, ou seja, é um sentido atribuído exteriormente (pelo caçador/analista). A partir dos exemplos de citações, vemos que a perspectiva indiciária da interpretação dos sonhos, em contraposição à compreensão fenomenológica dos signos, opera através da objetividade de um sentido ulterior. Para Foucault, em *Traumdeutung*, Freud não explorou a hermenêutica dos símbolos, mas realizou uma interpretação exterior, semântica, de ordem indiciária do deciframento, e não morfológica e sintática.

Considerações finais

Questionar o *lugar* de onde o teorizador formula sua teoria, ou em outras palavras, problematizar

a inscrição epistemológica de um discurso é, de certa forma, também assumir um posicionamento epistêmico, ou talvez, como alguns autores dizem³⁰, apenas sustentar uma postura política. Interrogar o discurso psicanalítico, desde formulações que sugerem problematizar sua inscrição epistemológica, tem como aposta fazer com que esse saber deixe de ser reproduzido como verdades normativas, para que possa, assim, assumir-se em seu caráter genuinamente crítico. Nesse sentido, abordar determinadas críticas epistemológicas de Michel Foucault refere-se a uma tentativa de se apropriar da psicanálise menos como uma explicação e mais como um questionamento do mundo. Ter em vista a problematização epistemológica dos discursos e a investigação do lugar de enunciação é supor que: meu discurso sobre um objeto diga (talvez) até mais sobre mim do que sobre o objeto mesmo.

Lacan abordou a frase de Picasso: *Je ne cherche pas, je trouve*, para ilustrar, também, a irrupção deflagrada do inconsciente. Contudo, em relação a essa imagem, poderíamos pensar, igualmente, que só se acha/encontra o que, antes, ou em algum momento, se supôs não estar. Assim, a psicanálise, como um saber inscrito sob a produção de uma epistemologia indiciária (filológica), utiliza-se não da pesquisa (*recherche*) para produzir seu discurso, mas de um outro instrumento: a interpretação. Como vimos, interpretar é atribuir um sentido secundário ao objeto. É ordenar e apreender um sentido onde não havia previamente (necessariamente). É, portanto, encontrar (*trouver*) um sentido através de alguns sinais ou pistas. Não há atividade de interpretação possível, sem que haja a crença em uma dimensão latente ao objeto. Vimos, em uma citação de Foucault, que um buraco na neve não pode ser interpretado como uma pegada, senão por um caçador em busca de sua presa. Ou seja, a perspectiva

»

*a invenção da psicanálise,
como discurso sobre o sujeito, é
fruto de um contexto epistemológico
marcado por seu tempo. O paradigma
indiciário (filológico), que, como vimos,
dá os primeiros indícios de surgimento
no final do século XIX, representa, assim,
o balizador da
produção psicanalítica*

indiciária é aquela que supõe o conteúdo latente e que busca a verdade através dos traços tácitos do enigma.

A invenção da psicanálise, como discurso sobre o sujeito, é fruto de um contexto epistemológico marcado por seu tempo. O paradigma indiciário (filológico), que, como vimos, dá os primeiros *indícios* de surgimento no final do século XIX, representa, assim, o balizador da produção psicanalítica. Assim sendo, tratamos de abordar a obra freudiana *A interpretação dos sonhos* a partir dessa perspectiva.

Situar a inscrição epistemológica do saber analítico sob a ótica indiciária (filológica) é sustentar a crença em um sujeito do inconsciente. E é precisamente desse lugar que o analista/detetive/caçador de desejo opera através do instrumento interpretativo. Tendo em vista a noção de enigma, Freud, em *Traumdeutung*, sugere a ideia de que devemos “consultar o travesseiro” para termos acesso a essa dimensão quase oracular de nós mesmos. Considerando a perspectiva indiciária (filológica) da psicanálise, os sonhos representam aqueles *traços* decifráveis que nos dão *pistas* de nossa própria subjetividade, da verdade de nós mesmos. Sonhos são, portanto, desde esse discurso, a dimensão que nos desvela aquilo que insiste em se ocultar.

29 Foucault, “Introdução (in Binswanger)”, p. 81.

30 Refiro-me aqui ao debate travado entre autores do chamado pensamento pós-colonial, ou descolonial.

Referências

- Endo P.; Sousa E. (2012). Itinerário para uma leitura de Freud. In: Freud S. *A interpretação dos sonhos*. Porto Alegre: L&PM Pocket, v. 1.
- Garcia-Roza L.A. (2008). *Introdução à metapsicologia freudiana 2*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Ginzburg C. (2010). Traces, racines d'un paradigme indiciaire. In: *Mythes, emblemes, traces*. Paris: Verdier Poche.
- Foucault M. (1994). Introdução (in Binswanger). In: *Dits et écrits I (1954-1969)*. Paris: Gallimard.
- _____. (2012). *Les mots et les choses*. Paris: Gallimard.
- _____. (1994). *O que é um autor*. In: *Dits et écrits I (1954-1969)*. Paris: Gallimard.
- Freud S. (2012). *A interpretação dos sonhos*. Porto Alegre: L&PM Pocket, v. 1 e 2.
- _____. (2012). *O Moisés de Michelangelo*. São Paulo: Companhia das Letras, Obras Completas, v. 11.
- Spivak G. (2012). *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Zizek S. (2011). *Comment lire Lacan*. Paris: Editora NOUS.

Dream and Enigma:

Freud's discovery under the evidentiary paradigm

Abstract To develop an epistemological discussion of Freud's work *The interpretation of dreams*, two texts have been used as the main interaction: "Introduction (in Binswanger)" by Michel Foucault and "Clues, roots of an evidential paradigm" by Carlo Ginzburg. From the hypothesis of psychoanalysis as knowledge inserted in the production of an evidential paradigm (philological), we will discuss elements of a perspective based on semiotics.

Keywords interpretation of dreams, evidential paradigm, epistemology, enigma, Michel Foucault, Carlo Ginzburg.

Texto recebido: 11/2013

Aprovado: 02/2014

Benilton Bezerra Jr.

Psicanálise e Neurociências: um diálogo necessário

Realização Ana Claudia Patitucci, Bela M. Sister, Cristina Parada Franch, Danielle Melanie Breyton, Deborah Joan de Cardoso e Silvio Hotimsky

Benilton Bezerra Jr. é um psicanalista com larga experiência no campo da psicanálise, psiquiatria e saúde coletiva. Formado em direito e medicina, é atualmente professor adjunto no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisador meticoloso, trata seus temas de estudo com rigor e profundidade conceitual, mas é também abundante em ilustrações (da clínica, do cinema, da literatura e da vida cotidiana), o que torna seu pensamento vívido e palpável.

Engajado na construção de políticas e ações no campo da saúde mental, Benilton tem uma importante vinculação institucional. É membro da direção do Instituto Franco Basaglia, visando de forma contínua e renovada os princípios da reforma psiquiátrica no Brasil. Também é membro da diretoria da ONG Casa da Árvore, que tem ações voltadas à valorização da infância e atuação com crianças e famílias em favelas e creches do Rio de Janeiro.

Seus campos de interesse são muitos. Aborda questões socioculturais desdobrando temas como a exclusão, o racismo e a prevenção da violência. Para pensar os processos de subjetivação, coloca a psicanálise em diálogo com a religião e a arte, assim como com as neurociências e biotecnologias. E transita por essas diferentes linguagens propondo articulações, demarcando diferenças, mas também aproximações possíveis. Tem inúmeros artigos publicados em revistas e livros especializados, e é co-organizador de diversas coletâneas. Dentre elas, podemos destacar Pragmatismos, pragmáticas e produção de subjetividades (2008), Winnicott e seus interlocutores (2007) e Corpo, afeto linguagem: a questão do sentido hoje (2001).

No momento de eleger o nosso entrevistado desse número (em meados de 2013), estávamos às voltas com os embates acirrados entre



psicanálise e outras propostas terapêuticas na clínica do autismo, um debate tensionado e em grande medida empobrecido, como tem se tornado grande número de debates na atualidade. Implicados na discussão, procurávamos uma maneira de expandir o tema, e pensamos que Benilton Bezerra Jr. seria um bom interlocutor nessa reflexão.

A entrevista centrou-se no diálogo entre psicanálise e neurociências, tema que lhe é caro, ao qual se dedica há muitos anos como pesquisador, com diversos artigos publicados, e que resultou no seu último livro, Projeto para uma psicologia científica – Freud e as neurociências (2013), que, na ocasião da entrevista, ainda estava no prelo. Neste, através da retomada do Projeto, contextualiza a relação de Freud com as neurociências em sua trajetória e época, trazendo também essas questões para o cenário atual.

No decorrer da entrevista (realizada em dezembro de 2013), os avanços da biologia contemporânea e as novas interrogações éticas, que se abrem a partir daí, vão se desenhando como um

era o ano de 1968. Em dezembro saiu o AI-5, e fui atravessado por todo o clima estudantil daquele momento, repressão, colegas meus desaparecendo. Tudo mudou, eu não queria mais ser diplomata porque para mim, naquela época, isso significava ser representante da ditadura

desafio permanente, extremamente trabalhoso e difícil, do qual a psicanálise não deve se furtar. E, com apurada diplomacia, Benilton nos conduz a pensar que a dúvida, a incerteza são muito mais fiéis aos princípios psicanalíticos do que as defesas bélicas de territórios a que assistimos e nos vemos frequentemente convocados a aderir.

PERCURSO Você é graduado em direito e medicina, fez mestrado em medicina social e doutorado em saúde coletiva. Conte um pouco da sua trajetória e como surgiu seu interesse pela psicanálise.

BENILTON BEZERRA JR. Eu fiz direito antes de sequer imaginar que algum dia fosse estudar medicina. Fiz por motivos que se extinguiram ao longo dos anos de faculdade. Razões freudianas me levaram ao curso de direito. Meu pai queria muito ter feito carreira diplomática, e na época era necessário estar cursando uma faculdade para fazer a prova para o Itamaraty. Por ser muito pobre, ele demorou a ingressar na universidade. Quando conseguiu, optou por direito, mas quando reuniu as condições formais para prestar concurso para o Itamaraty, já não podia, por causa do limite de idade que então havia. Isso, retrospectivamente eu me dou conta, ficou como uma espécie de bastão que tomei para mim na adolescência. Eu seria o diplomata que ele não havia conseguido ser. Uma reparação, e

um triunfo também... Amor e rivalidade, como sempre.

Entre na faculdade num momento crítico. Era o ano de 1968. Em dezembro saiu o AI-5, e fui atravessado por todo o clima estudantil daquele momento, repressão, colegas meus desaparecendo. Tudo mudou, eu não queria mais ser diplomata porque para mim, naquela época, isso significava ser representante da ditadura, do regime militar. Eu já não sabia mais o que fazer, e amigos que faziam medicina sugeriram que eu também fizesse. Acabei prestando vestibular porque tinha que fazer alguma coisa, não por nenhuma vocação do tipo: “eu quero um dia ser médico”, pequenininho com o estetoscópio, nada disso.

Poderia ter feito várias coisas e, para usar uma expressão que pode parecer um pouco cabotina, mas que contém um pouco da verdade, a medicina me parecia um caminho que me permitiria ajudar pessoas. Apesar de não ter ideia do que faria como médico, essa perspectiva foi algo



Logo depois, porém, fui atormentado pela minha decisão. Eu me via olhando para microscópios, dissecando cadáveres, eu, que seis meses antes nunca tinha pensado nisso. Foi um processo de adaptação difícil. E, de novo, a situação social do país acabou me servindo de baliza

fundamental para quem tinha 19 anos. Eu tinha feito o curso clássico (na época optava-se no segundo grau pelo “clássico” ou pelo “científico”), tinha estudado latim, grego, gramática histórica (adorava!), não sabia nada de biologia, física e química. Decorei o que pude daquelas fórmulas todas. Detestava química, admirava a física à distância, e biologia era um mundo desconhecido, mas o vestibular naquela época permitia que, com bastante dedicação mnêmica, você passasse em qualquer coisa. Foi assim que entrei para a medicina. E por um tempo fiz os dois cursos, até terminar a faculdade de direito, que não era desinteressante para mim.

Logo depois, porém, fui atormentado pela minha decisão. Eu me via olhando para microscópios, dissecando cadáveres, eu, que seis meses antes nunca tinha pensado nisso. Foi um processo de adaptação difícil. E, de novo, a situação social do país acabou me servindo de baliza. Rapidamente percebi que na medicina havia alguns campos de atuação, sobretudo na saúde pública, na pediatria e na psiquiatria, em que a relação do sujeito com a sociedade, a dimensão política do cuidado, a vocação social da medicina eram mais claras. Fui atraído por essas três áreas, mais do que por outras disciplinas, embora todas me interessassem. Mas o que me capturou na psiquiatria, e o que me levaria depois para a psicanálise, foi o contato direto com o asilo e com o pavor da situação asilar nos anos 1970.

Jamais me esqueço de uma aula de psiquiatria em que o professor, falando sobre terapia por eletrochoque, juntou os alunos e nos fez entrar numa enfermaria vazia. As pacientes estavam no pátio, aquele pátio de manicômio, de cimento nu, boa parte das mulheres malvestidas, algumas inteiramente despidas. O professor, olhando distraidamente para o pátio, chamou o enfermeiro e disse: “Aquele dona fulana, pega ela lá”. Pouco depois chegou a paciente dizendo: “Não, doutor, eu não preciso, eu tô muito bem”. Começou então aquele papo, quem algum dia entrou num asilo sabe como é: “Não, a senhora pode ficar calma”, dizia o professor, os alunos estatelados. Sem nenhum tipo de cuidado, deitaram a paciente na maca, botaram um pano entre os dentes, eletrochoque, fase tônica, depois a fase clônica, e ele demonstrando aquilo como se estivesse falando de ratos. Como era possível achar que lidar com uma paciente como um objeto ou um animal de laboratório fosse considerado um tratamento? Aquele foi um evento traumático para mim e meus colegas. Acho que o psiquiatra nem se dava conta disso, já estava tão inserido naquele universo que a estupefação dos alunos era julgada como efeito da inocência e da imaturidade. Aquilo me marcou profundamente e fez com que, aos poucos, me aproximasse da psiquiatria que, naquela época, era uma das áreas da medicina em que a discussão política era mais intensa e ao mesmo tempo mais reprimida. A crítica à psiquiatria asilar se inseria numa crítica ao todo social. Buscando estágio, acabei entrando para uma enfermaria no então chamado Centro Psiquiátrico Pedro II, um complexo de vários hospitais, hoje em dia IMAS Nise da Silveira. Lá havia alguns grupos tentando criar unidades experimentais dentro do asilo, mas com certa autonomia propiciada pelo descaso oficial em relação ao que lá se fazia. Numa das unidades, o hospital Odilon Galotti, psicanalistas liderados por Oswaldo dos Santos haviam criado uma comunidade terapêutica inspirada na experiência realizada por Maxwell Jones na Inglaterra, após a II Guerra Mundial. A proposta era a de colocar os pacientes em condição de protagonistas,



incentivando tanto a autonomia individual quanto o espírito comunitário e a responsabilidade coletiva. O trabalho era organizado a partir de reuniões em que todos – pacientes e terapeutas – participavam. Isso criou um clima em que pequenos grupos, com maior ou menor influência da psicanálise, produziram experiências muito interessantes. Vistas de hoje elas precipitaram poucas mudanças em termos da estrutura asilar, mas foram fundamentais para toda uma geração de pessoas que, alguns anos depois, com a queda progressiva do regime militar, puderam dar início ao processo de transformação da assistência psiquiátrica no Brasil.

E foi nesse movimento que entrei em contato com a psicanálise. À época, as instituições psicanalíticas eram, em sua maioria, verdadeiros castelos autossuficientes. Mas os primeiros psicanalistas que conheci pessoalmente estavam às voltas com as mesmas questões que eu. A psicanálise era atraente porque a víamos como um dispositivo em que clínica e política não se opunham, e era mais rica e complexa na descrição da vida psíquica do que outras teorias a que tínhamos acesso no campo psiquiátrico.

PERCURSO Fora isso, você tinha alguma participação política?

BENILTON Enquanto estava na faculdade de direito, e nos primeiros anos de medicina, participei do movimento estudantil, diretórios acadêmicos, aquela coisa. Quando fui trabalhar no hospício já havia gente organizada lá dentro, e um dos meus grandes amigos me introduziu aos partidos políticos clandestinos na época. Acabei entrando para o Partido Comunista, do qual ele já era membro, mas não para militar na universidade ou no movimento médico, e sim nas favelas. Durante um longo tempo eu estudava na faculdade, estagiava no asilo e trabalhava nas favelas. Depois que me formei, fiz um concurso e me tornei psiquiatra do CPP II, enquanto nas favelas atendia como clínico, assistindo pacientes nas associações de moradores e nas casas das pessoas, uma maneira de justificar minha

quando comecei a residência em psiquiatria na UERJ, Jurandir Freire Costa e Joel Birman tinham acabado de chegar lá. Eles foram os meus guias na aproximação com a psicanálise. Embora o departamento não fosse de orientação psicanalítica, eles tinham uma grande influência, sobretudo junto aos alunos

presença nos movimentos políticos por lá. Em meados dos anos 70 o que fazíamos no hospício ainda não se chamava “luta antimanicomial”, mas aquilo era, para mim, uma parte pequena de um capítulo maior que era mudar o país e – com a cândida onipotência da juventude – mudar o destino da humanidade. Realmente fui embalado por esse sonho durante alguns anos. Sei como é ser tomado por uma utopia, a gente se enche de certezas e de otimismo triunfante. A primeira vez que li o *Mal-estar*, achei que Freud era politicamente reacionário... Durante algum tempo, mantive a atuação como médico clínico nas favelas. Esse foi um período muito interessante para mim. O hospício e a favela eram universos que me espantavam, meu mundinho pessoal era confrontado todos os dias. Em pouco tempo, tive que rever muitas idealizações quanto ao “proletariado”, os “revolucionários”, a “loucura libertária”.

PERCURSO Como você se aproximou mais efetivamente da psicanálise?

BENILTON Quando comecei a residência em psiquiatria na UERJ, Jurandir Freire Costa e Joel Birman tinham acabado de chegar lá. Eles foram os meus guias na aproximação com a psicanálise. Embora o departamento de psiquiatria, na época, não fosse hegemonicamente de orientação psicanalítica, eles tinham uma grande influência, sobretudo junto aos alunos. Fui atraído pela militância política deles, assim como pelo trabalho de



a origem do meu interesse por esse termo, normatividade, tem a ver com a obra de Georges Canguilhem, sobretudo as discussões de sua obra fundamental O normal e o patológico, a tese de doutorado que ele defendeu e publicou em 1943, durante a guerra

psicanalistas argentinos que, fugidos da ditadura, aqui articulavam clínica e campo social; sentia que tinha muitas coisas em comum com eles. Figuras como Hélio Pellegrino, Chaim Katz e outros eram também exemplos de psicanalistas que tornavam a psicanálise presente para além dos limites institucionais que, naquela época, eram ainda muito fortes. O caminho foi se consolidando com o estudo sistematizado, as discussões clínicas e o início de minha análise pessoal.

PERCURSO Você chegou a realizar uma formação em psicanálise?

BENILTON Sim, no Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro, instituição da qual sou membro até hoje. À época, embora fora dos quadros da IPA, era uma formação tradicional, realizada no decorrer de muitos anos. Mas me atraiu principalmente a percepção de que a instituição era aberta ao estudo das diversas orientações teórico-clínicas que compunham o campo psicanalítico. As atividades do Círculo tinham essa marca. Analistas de diversas orientações eram chamados a participar delas. Esse ambiente de livre discussão, aliado ao fato de que vários colegas e professores a quem admirava faziam parte dos seus quadros, me levou até lá.

PERCURSO Em muitos dos seus textos aparecem as noções de normatividade e de sujeito normativo. Você poderia falar um pouco delas?

BENILTON Essa é uma pergunta interessante porque esses termos se prestam a vários mal-entendidos. A origem do meu interesse por esse termo, *normatividade*, tem a ver com a obra de Georges Canguilhem, sobretudo as discussões de sua obra fundamental *O normal e o patológico*, a tese de doutorado que ele defendeu e publicou em 1943, durante a guerra. Ele era militante da Resistência Francesa, e ao mesmo tempo que militava elaborou uma tese que é uma das melhores coisas que se produziu até hoje sobre o conceito do patológico. Acho que, ainda hoje, é um livro essencial para quem se interessa pelos fundamentos filosóficos da clínica, de qualquer clínica.

A sua tese, com a qual estou inteiramente de acordo, e qualquer psicanalista, penso, também estará, é a de que a delimitação das fronteiras entre os campos da normalidade e da patologia na prática médica não pode ser feita de forma estritamente objetiva. Para ele, embora se alimente de diversas ciências, a medicina não é uma ciência, ela é fundamentalmente uma prática. E, como tal, tem uma dimensão de valor onde ele vai encontrar o que seria um critério para definir os campos da patologia e da normalidade – uma noção que ele desconstrói para chegar ao conceito de *normatividade vital*.

PERCURSO Ele era médico?

BENILTON Ele fez o curso de medicina, mas era fundamentalmente um filósofo da biologia e da medicina. Durante a guerra trabalhou na Resistência Francesa como médico, e esse foi o único período de sua vida em que clinicou. Depois da guerra, nunca mais praticou a medicina. Sequer se inscreveu no conselho de medicina.

Retomando a pergunta anterior, o conceito do qual Canguilhem se vale para tentar iluminar a distinção entre normalidade, anomalia (a mera diferença ou atipia) e patologia é a ideia da *normatividade vital*. E o que é a normatividade vital?

Para ele, o que distingue os fenômenos vitais dos processos físicos e químicos é a evidência de que no universo dos fatos físicos e químicos nada nunca está fora do lugar, nada



“dá errado”. Tudo simplesmente acontece e se transforma, passando a novas formas de existência. No reino da vida, porém, não existe essa indiferença, porque os acontecimentos, do ponto de vista do ser vivo, são avaliados como sendo favoráveis ou desfavoráveis. Cada acontecimento é, nesse sentido, valorado, carregado de um sentido positivo ou negativo, porque a preservação ou a destruição da vida está, em última análise, sempre em questão. O que significa então dizer que os seres vivos são normativos?

Eles são normativos no sentido de que sua propriedade fundamental é a de poder (ao contrário dos objetos inanimados) criar novas normas de funcionamento, sempre que as “injunções da vida” o exijam. A vida está sempre buscando preservar o que a sustenta e repelir o que a ameaça. E é justamente em relação a essa polaridade inerente à vida que um fato pode ser considerado normal ou anormal. Por isso, saúde e patologia são conceitos que só se aplicam a seres vivos. Não existe patologia dos astros ou das partículas subatômicas.

PERCURSO Mas os conceitos de normal e normalidade são, eles mesmos, polêmicos.

BENILTON Exatamente. Para Canguilhem, quando usamos a palavra *normal*, aludimos de forma implícita a dois conceitos que são muitos diversos: o normal enquanto *fato* e o normal enquanto *valor*. O normal enquanto fato é aquilo que está presente na maioria dos casos, é o mais usual. O normal enquanto valor é aquilo que *é como deve ser*. O primeiro conceito é descritivo, instrumental, é uma mera constatação estatística, enquanto o segundo é prescritivo e envolve uma apreciação. Na linguagem comum, essas duas acepções estão geralmente amalgamadas de modo que podemos facilmente nos equivocar, pensando que é possível determinar de forma estritamente objetiva, valorativamente neutra, o que é normal e o que não é. Canguilhem se opõe frontalmente a essa pretensão.

Quer nos demos conta disso ou não, quando usamos a palavra *normal* estamos sempre

a normatividade significa a capacidade, inerente a todo fenômeno vital, de não somente se autopreservar e se reproduzir, mas, fundamentalmente, de poder criar novas normas para si, de se autotransformar. Isso vale para o vírus que, por exemplo, produz maneiras de se defender dos retrovirais

operando com uma apreciação. Diante de uma pessoa com um comportamento não usual, rápida e espontaneamente nos inclinamos a situá-la dentro ou fora do campo do patológico. Mas nem tudo que é inusitado é patológico. Apesar de excêntrico, difícil de compreender, algo no comportamento de determinada pessoa nos dirá que se trata de uma atipia, de uma anomalia, mas não de uma anormalidade patológica. Outra pessoa, com uma conduta menos extravagante, poderá nos fazer pensar em patologia. Por quê? Segundo Canguilhem, para não sermos presas do imaginário cultural ou científico de uma época, o critério a ser observado é o da *normatividade* – e não o da mera normalidade objetiva, estatisticamente demonstrável.

A normatividade significa a capacidade, inerente a todo fenômeno vital, de não somente se autopreservar e se reproduzir, mas, fundamentalmente, de poder criar novas normas para si, de se autotransformar. Isso vale para o vírus que, por exemplo, produz maneiras de se defender dos retrovirais; vale para bactérias que se tornam resistentes a antibióticos, vale para toda a escala da vida. No caso dos humanos, significa mais do que isso: implica a capacidade de modificar o meio ambiente e as formas de vida coletivas.

Normal é então, no seu sentido mais forte e decisivo, tudo aquilo que, num determinado contexto, permite o exercício da capacidade normativa do ser vivo. Um traço psicológico, uma



*toda terapêutica, seja qual for,
se justifica se puder, frente ao obstáculo
com o qual a pessoa está vivendo,
frente ao sofrimento do qual ela padece,
ser instrumento de expansão de sua
capacidade normativa. Tratar, portanto,
não é eliminar da existência o pathos,
é ajudar a enfrentá-lo melhor*

forma corporal, um tipo de conduta, uma experiência subjetiva são normais se por meio deles a normatividade do organismo individual pode se expressar. Pouco importa o fato de estarem dentro ou fora dos padrões estatísticos habituais. O que importa é o valor normativo que exibem.

Isso nos permite entender a distinção que Canguilhem faz entre *anomalia* e *anormalidade*. A anomalia designa um fato, uma simples diferença em relação ao que é mais constante e comum. Trata-se de um termo apenas descritivo, sem nenhuma avaliação quanto ao seu valor vital. Ela expressa a diversidade e a plasticidade da vida. Na verdade, a variedade e a mudança é que são, muito mais do que a estabilidade e a forma fixa, a essência do fato vital. Afinal, a história da evolução das espécies é o resultado de anomalias que acabaram se impondo como normas por conta de seu valor normativo superior. Só quando uma anomalia se mostra de alguma maneira prejudicial à vida passamos a qualificá-la de modo negativo, e a chamamos então de anormalidade ou patologia.

Do ponto de vista da patologia mental, psíquica, a questão é muito mais complexa do que no plano do organismo biológico, por pelo menos dois motivos. O primeiro é a presença do ambiente simbólico, da cultura e da linguagem, que incidem de maneira intensa e profunda sobre os fenômenos biológicos nos humanos. O segundo (que Canguilhem não tematiza, mas

que um psicanalista não hesita em apontar) é que a experiência propriamente humana tem essa característica estranha e extraordinária de poder tornar-se indiferente, ou até mesmo avessa, às normas do funcionamento vital. Essa dimensão autônoma da subjetividade, transcendente à ordem vital da qual ela própria emerge pela intervenção do simbólico, complexifica e amplia as expressões da normatividade vital.

Mas o ponto a ressaltar é basicamente o de que, segundo Canguilhem, para compreender, num plano conceitual, a diferença entre normalidade, anomalia (atipia) e anormalidade (patologia), para entender bem o conceito de saúde, precisamos do conceito de normatividade. Sem ele ficamos presos àquilo que são, nos diferentes contextos históricos, os acordos cambiantes em função dos quais se delimitam fronteiras entre patologia e normalidade.

PERCURSO Qual seria o conceito de saúde para Canguilhem?

BENILTON Ter saúde para ele não é o oposto de estar doente. Ser saudável é ser normativo, ou seja, é poder adoecer e se recuperar. A patologia faz parte da vida e, nesse sentido, uma existência completamente sem doenças é simplesmente uma abstração. Toda terapêutica, seja qual for, se justifica se puder, frente ao obstáculo com o qual a pessoa está vivendo, frente ao sofrimento do qual ela padece, ser instrumento de expansão de sua capacidade normativa. Tratar, portanto, não é eliminar da existência o *pathos*, é ajudar a enfrentá-lo melhor. A potência normativa varia de indivíduo para indivíduo, de contexto para contexto, mas a tarefa de quem quer cuidar é basicamente essa. Por mais embotada ou obstruída que esteja essa potência, ela está lá e é possível criar condições para que ela se expanda um pouco mais. Isso vale para um neurótico que pode dar uma reviravolta total na vida, para um psicótico crônico que convive com diferentes limitações ou problemas, alguém com deficiências físicas ou mentais, pacientes em estado terminal, crianças pequenas em processo de formação, e assim por diante.



PERCURSO Pensando a situação do humano no mundo atual: como desenvolver a capacidade normativa considerando o desmoronamento da política, das instituições, das tradições e da família na contemporaneidade? Ou seja, se esses parâmetros sociais não são efetivos, a capacidade normativa também não perderia seus referenciais?

BENILTON A prática psicanalítica se sustenta, de certo modo, na aposta de que a normatividade existe como algo inerente à condição humana (e, por outro lado, na admissão de que a errância humana sempre pode nos surpreender e subverter a lógica normativa vital). Quando dizemos, por exemplo, que em relação ao autismo é fundamental não abdicar da aposta no sujeito, é disso que se está falando, é apostar que mesmo onde possa parecer não haver um sujeito com a mínima capacidade de exercício de autonomia, de inscrição na relação com o outro, o horizonte tem que ser esse. Até onde cada indivíduo irá, vai depender de um conjunto enorme de circunstâncias que não temos como controlar inteiramente. Mas a aposta de qualquer clínica que mereça esse nome pode ser descrita assim: a de ampliar o espectro normativo do paciente. A vida subjetiva, assim como a natureza, tem horror ao vácuo. O que presenciamos hoje não é a simples perda de valores, mas a substituição de uma pauta hegemônica de valores por outra. Por isso, precisamos não apenas identificar o que a cultura atual vem deixando para trás, mas sobretudo procurar entender que valores emergentes vêm ocupando o lugar dos que se foram. Sempre foi assim, e sempre será. Novos valores culturais, novos arranjos subjetivos, novos ideais estão sempre deslocando os que os precederam. Um dia, a religião deixou de ser onipresente, abrindo espaço para a política leiga, a hierarquia social cedeu lugar ao individualismo, as mulheres passaram a ser vistas como iguais aos homens, e assim *la nave va*.

Apesar de vivermos em tempos de conformismo generalizado e de desmoronamento de referenciais antes estáveis, é preciso lembrar

a prática psicanalítica se sustenta, de certo modo, na aposta de que a normatividade existe como algo inerente à condição humana (e, por outro lado, na admissão de que a errância humana sempre pode nos surpreender e subverter a lógica normativa vital)

que nas últimas décadas assistimos a fenômenos sociais que podem ser exemplos de exercício normativo por parte de grupos e indivíduos. Penso, por exemplo, na emergência do movimento das deficiências que vem possibilitando uma ressignificação social e pessoal da vida de cadeirantes, surdos, pessoas com paralisia cerebral, autistas, portadores da síndrome de Down etc., no fortalecimento da luta em defesa da diversidade de orientações sexuais, laços conjugais e formas de parentalidade, no aumento da sensibilidade social a formas de intolerância, e assim por diante. A progressiva difusão da ideia de que não há um modo único de ser normal, porque não existe um tipo único de corpo, e de que normalidade, na vida biológica assim como na vida cultural, é apenas uma convenção transitória, tem acontecido por conta da atuação de muita gente que vem encarando com destemor a tarefa de mudar o mundo para melhor. Para mim, são exemplos de exercício normativo.

Por outro lado, estamos no umbral de uma transformação sem precedentes da condição humana, por causa da explosão biotecnológica que vem ampliando de maneira impressionante nossa capacidade de intervir sobre a ordem vital. Quando Canguilhem escreveu seu livro, em 1943, ele ainda podia dizer que a vida era uma espécie de *nec plus ultra*, um ponto inultrapassável diante do qual só restaria se ajoelhar em assombro. Ele estava convencido de que não havia como



muitos psicanalistas ainda veem o avanço das descobertas neurocientíficas com apreensão, mas creio que essa é uma posição a ser revista. Se há algo realmente promissor na biologia contemporânea, é a progressiva superação da dicotomia que opunha o biológico ao psíquico e ao social

objetivar o fenômeno vital e, com isso, manipulá-lo em sua essência. Mas isso não é mais verdade. A partir da descoberta da dupla hélice do DNA e de todos os desenvolvimentos recentes das ciências da vida, estamos interferindo no próprio modo de organização da vida, interferimos cada vez mais naquilo que é a nossa própria natureza. De modo que a expressão “natureza humana”, entendida como algo que é dado de antemão, algo universal e permanente no tempo, é uma expressão completamente anacrônica. Por conta das biotecnologias, em pouco tempo a reprodução da espécie estará muito mais permeável às nossas fantasias idiossincráticas, às imagens narcísicas que vamos querer perpetuar na nossa descendência. O que se abre com isso é um horizonte de interrogações éticas que exigirão decisões e escolhas de consequências tremendas. Ou estamos à altura do desafio e exercitamos nossa condição de sujeitos normativos, ou os ditames do mercado e da normalização política tomarão conta de nosso futuro.

PERCURSO Esse processo parece incidir fortemente em nosso campo. O que você chama de processo de naturalização da vida mental não está relacionado a essa explosão biotecnológica?

BENILTON Sim. Sabemos cada vez mais sobre as condições biológicas, químicas e fisiológicas necessárias para qualquer tipo de experiência subjetiva. Acho difícil encontrar ainda quem

de fato imagine que vida mental, consciente ou inconsciente, seja descolada de um funcionamento biológico que a torne possível. Claro que essa é uma afirmação genérica o bastante para conter dentro dela enigmas, por exemplo, o enigma que Freud não resolveu no *Projetos*, que ninguém até hoje resolveu, que é o das passagens do plano da matéria para o plano biológico, e do plano da vida orgânica para o da consciência e seus derivados. Até hoje não sabemos o que torna possível que neurônios, moléculas químicas e impulsos elétricos produzam a experiência de beber água e sentir o gosto da água, de olhar para aquela uva e perceber a qualidade sensível do roxo. Os chamados *qualia*, os aspectos qualitativos da experiência, ainda são um mistério em busca de explicação, assim como a emergência da consciência reflexiva que a linguagem propicia.

Muitos psicanalistas ainda veem o avanço das descobertas neurocientíficas com apreensão, mas creio que essa é uma posição a ser revista. Se há algo realmente promissor nos desenvolvimentos da biologia contemporânea é a progressiva superação da dicotomia que opunha o biológico ao psíquico e ao social. Com o desenvolvimento da epigenética molecular e dos estudos sobre neuroplasticidade, não há mais lugar para um hiato separando funcionamento biológico, influências ambientais, determinantes sociais e trajetória psíquica individual. O simbólico, a cultura, a linguagem, incidem não só na constituição do psiquismo, da personalidade, ou do estilo subjetivo, mas na própria configuração anatômica e na fisiologia dos processos neurobiológicos. Pesquisas nesses campos têm recorrentemente mostrado como, por intermediação de práticas sociais, valores culturais interferem na formação de regiões cerebrais. Um exemplo simples: crianças que, por iniciativa de seus pais, se dedicam ao violino desde cedo mostram um desenvolvimento muito maior da área motora do hemisfério direito, que controla a mão esquerda, diferentemente de crianças que aprendem piano, que exige igualmente de ambas as mãos. A dicotomia que



opunha natureza, determinismo e objetividade, de um lado, e cultura, autonomia e subjetividade, de outro, está sendo deixada para trás. O biológico, o psíquico e o social, o molecular, o orgânico e o simbólico se interpenetram reciprocamente. A divisão entre ciências naturais e ciências humanas precisa ser redesenhada em outros termos, e isso já vem sendo feito.

PERCURSO Você está aludindo ao movimento no interior dos discursos e descobertas científicos. No plano social, a presença hegemônica da neurocultura não levaria ao risco de um empobrecimento do campo simbólico?

BENILTON Vamos lembrar do seguinte: a psicanálise é um campo de investigação teórica (mais do que um conjunto de teorias estáveis) sobre o psiquismo, sua emergência e suas vicissitudes, além de ser uma prática clínica e um método de investigação sobre essa experiência. Nessa investigação, três planos da vida subjetiva estão presentes e se entrelaçam, embora sejam diferentes entre si e possam ser metodologicamente separados: o plano universal, no qual situamos o papel da linguagem e da corporeidade na constituição do psiquismo; o plano da singularidade, do sujeito individual; e o plano histórico ou contextual, em que percebemos as formas subjetivas, os modos particulares de subjetivação típicos de uma determinada época. Nas últimas décadas, um conjunto de fatores (o fascínio pelas tecnologias de visualização cerebral, a explosão de descobertas neurobiológicas e a fragilização das referências simbólicas tradicionais) contribuiu para o surgimento desse fenômeno histórico que tem sido chamado de neurocultura. Esse termo tem sido usado para designar a percepção generalizada de que o cérebro é o autor de nossas ações, a parte de nós mesmos que define nossa identidade, o palco de nossos conflitos, o terreno de onde brotam nossas intenções e desejos. Hoje se encontram artigos mostrando como, por exemplo, é importante para o desenvolvimento cerebral você ter amigos. Olha que coisa louca, você tem amigos para poder desenvolver o cérebro.

a neurocultura já é uma resposta cultural ao declínio do universo tradicional de referências simbólicas, ao ocaso das figurações tradicionais do Outro. O apelo da neurocultura vem da necessidade de encontrar respostas para questões que o esvaziamento do simbólico passou a deixar em aberto

A neurocultura é um conjunto de crenças, suposições, conceitos, preconceitos e fantasias que compõem o imaginário de nossa época. Nesse sentido, é muito importante compreender como e em que medida ela afeta os processos de constituição subjetiva e de construção identitária, já que isso incide na experiência de sofrimento e, portanto, na clínica. Mas embora muito influente hoje em dia, eu hesitaria um pouco em dizer que ela já é hegemônica. Afinal, quando olhamos em volta encontramos outros conjuntos de crenças servindo de base ontológica para a experiência subjetiva. Quanto à pergunta sobre o empobrecimento do simbólico como consequência da neurocultura, talvez precisemos inverter a formulação. A neurocultura já é uma resposta cultural ao declínio do universo tradicional de referências simbólicas, ao ocaso das figurações tradicionais do Outro. O apelo da neurocultura (assim como do fanatismo religioso, em outras culturas) vem em grande parte da necessidade de encontrar respostas para questões que o esvaziamento do simbólico passou a deixar em aberto.

Mas é bom frisar que a neurocultura é um fenômeno complexo, e apresenta aspectos muito interessantes e inesperados. Um exemplo que tenho em mente é o da reivindicação de neurodiversidade por parte de portadores do diagnóstico de síndrome de Asperger. Trata-se de algo recente: um grupo de pessoas se apropria de um diagnóstico que sempre havia sido fonte



as revelações contidas nas autodescrições e narrativas biográficas na primeira pessoa feitas por autistas vêm complexificando e modificando profundamente nosso entendimento do autismo. A riqueza fenomenológica desses relatos tem contestado muito do que se dava como inquestionável

de exclusão social, e, no processo que o sociólogo canadense Ian Hacking chama de “*looping effect*”, positiva esse diagnóstico, expurga suas conotações negativas e o redefine. O argumento deles é: quem disse que ter um tipo diferente de estruturação neural ou cognitivo-afetiva (por exemplo, uma cognição mais baseada na apropriação por meio de imagens do que na leitura) é, em si, sinal de patologia? Por que isso não pode ser reconhecido como sinal de uma diferença que merece acesso a direitos, cidadania, e estatuto de normatividade diferencial? Se adotarmos o critério da normatividade, então é perfeitamente possível dizer que a condição humana é muito mais plural do que o nosso modo de pensar espontâneo nos leva a crer. Apesar das críticas que se possa fazer às políticas identitárias é inegável, nesse exemplo, a assunção de uma posição subjetiva forte por parte de indivíduos que, até pouco tempo, eram tidos majoritariamente como objeto do discurso e da ação alheios.

As revelações contidas nas autodescrições e narrativas biográficas na primeira pessoa feitas por autistas, nas últimas décadas, vêm complexificando e modificando profundamente nosso entendimento do autismo. A riqueza fenomenológica desses relatos tem contestado muito do que as teorias davam como inquestionável, e tem jogado uma luz sobre os meandros e nuances da condição autista de uma maneira que as teorias existentes simplesmente eram incapazes de

produzir. Por conta disso, sabemos hoje muito mais sobre o autismo do que sabíamos antes. Como consequência, temos sido obrigados não só a rever a facilidade com que formas atípicas de organização e funcionamento psíquicos são rotuladas como patológicas, como aprendemos que entre os modos de estruturação subjetiva tidos como típicos ou normais e aqueles considerados autistas há mais parentesco do que estávamos acostumados a pensar.

Nós psicanalistas sempre nos julgamos os paladinos do exercício da singularidade e da assunção da posição de sujeito. Ironicamente, do ponto de vista histórico, o movimento dos autistas caminhou nessa direção distanciando-se da psicanálise, no contexto americano e europeu, e em grande parte apoiados em descrições fisicalistas e neurobiológicas de sua condição. Acho que ainda não refletimos suficientemente sobre esse processo. Mas o fato é que ele pode ser tomado como um exemplo do quanto é preciso analisar com cuidado fenômenos como o da neurocultura. Todo fenômeno cultural produz efeitos complexos e mesmo contraditórios; não pode ser visto como um processo homogêneo e unidirecional. De modo geral, tendemos a ver a neurocultura como uma expressão da cultura atual, mas pelo seu lado negativo: falência da metáfora paterna, desagregação das metanarrativas, obscurecimento das referências simbólicas, adesão ao real do corpo e a simulacros imaginários como balizas substitutas. O caso dos autistas mostra como a extraordinária variedade da vida psíquica pode surpreender.

Algo parecido vem ocorrendo com outros grupos, que reinventam seu modo de presença social com base numa assunção mais decidida de uma posição subjetiva resistente a normas tradicionalmente impostas pela cultura. Um exemplo interessante é o dos chamados intersexuais. Sempre que se apresenta, essa é uma situação muito complexa e difícil de se resolver, porque, quando bebês apresentam características de genitália ambígua, imediatamente pais, pediatras, agentes jurídicos, todos entram num



diálogo muito complicado para decidir o que fazer. Os pais têm o direito de decidir se se faz ou não cirurgia para “alinhar” o corpo do bebê ao modelo masculino ou feminino. Apesar das boas intenções, esse caminho tem às vezes consequências catastróficas. Recusando esse procedimento, o movimento intersexual tem defendido que se respeite a integridade corporal da criança intersexo, permitindo que aquele sujeito possa emergir e, como tal, possa decidir sobre seu destino. Essa mudança de perspectiva tem possibilitado que muitos se definam a si próprios a partir de sua singularidade corporal: “somos intersexuais, isso não é normal (habitual) nem é patológico, é expressão da diversidade humana, e por isso nada a ser corrigido”.

PERCURSO Vamos voltar um pouco ao tema das normas. Pensando em casos como os diagnósticos de déficit de atenção e dislexia, que não são necessariamente graves, pois não implicam questões subjetivas amplas, mas afetam o campo da aprendizagem e da produtividade. Nesses casos não teríamos uma tentativa de normatização no sentido adaptativo?

BENILTON O TDAH é um dos diagnósticos mais polêmicos do DSM. Diferentemente do que ocorria com seus precursores (como a disfunção cerebral mínima dos anos 60), que eram raramente aplicados, o TDAH tem sido utilizado numa escala assustadora, mesmo para os representantes da psiquiatria oficial. Não por acaso, um dos maiores críticos de seu uso abusivo é Allen Frances, o responsável pela edição DSM IV que, num *mea culpa* recente, o incluiu entre as três “falsas epidemias” da psiquiatria atual – as outras duas são o autismo e o transtorno bipolar. É bom lembrar que esse é o quadro da psiquiatria americana. Nos EUA, cerca de 10% de crianças e adolescentes recebem esse diagnóstico – muitas são medicadas com psicoestimulantes. Na França, esse número não chega a 1%, e o tratamento não recorre necessariamente a medicamentos. O Brasil se aproxima do modelo americano, com cerca de 5% de prevalência nas estatísticas

diferentemente do que ocorria com seus precursores, o TDAH tem sido utilizado numa escala assustadora, mesmo para os representantes da psiquiatria oficial. Não por acaso, um dos maiores críticos de seu uso abusivo é Allen Frances, o responsável pela edição DSM IV

oficiais. Como entender essas disparidades? A comparação com os dados de patologias com diagnósticos de validade indiscutível (por exemplo, esquizofrenia, cerca de 1% em todo o mundo) mostra como muitos elementos entram em jogo no uso desse diagnóstico junto a crianças: o contexto cultural é decisivo: nos EUA, o TDAH é visto como uma doença neurobiológica, cujo tratamento é medicamentoso; na França, o TDAH é visto como uma condição clínica com causas predominantemente psicossociais, o que faz com que o tratamento vise ao contexto relacional em que a criança se encontra situada. No Brasil, o enfrentamento de posições é muito acirrado e, como tende a acontecer nessas situações, o debate perde muito.

Dificuldades de aprendizagem e distúrbios de comportamento na infância precisam ser examinados levando em conta a complexidade de fatores que podem estar presentes por trás dos sinais e sintomas da criança. De fato, como a pergunta sugere, o uso abusivo do diagnóstico psiquiátrico nessas condições responde mais a uma necessidade de controle imediato de perturbações no funcionamento escolar, que nem pais nem professores se sentem capazes de enfrentar, cabendo à psiquiatria – ancorada frequentemente em discursos neurocentrados – o papel de agente de controle. Não quero dizer com isso que não haja crianças (e adultos) que não possam eventualmente se beneficiar do uso de



temos uma natural necessidade de dar nomes aos bois, porque nomear é começar a saber como agir. Desse modo, é compreensível que encontremos em muitos uma inclinação a aderir ao uso de diagnósticos como esse, e aos protocolos de tratamento que vêm junto com eles

medicamentos como o metilfenidato. Eu mesmo tenho amigos psicanalistas que já fizeram bom uso dele – digo, eles próprios usam o medicamento. Mas admitir que haja situações clínicas em que o uso do medicamento se justifique e seja benéfico não é o mesmo que transformar toda criança inquieta e desatenta em portadora de uma doença neurobiológica. O fato de que a desatenção implique um certo padrão de funcionamento cerebral é algo trivial, ocorre com qualquer experiência subjetiva. Além disso, é preciso lembrar: nem todo problema que exige cuidado é necessariamente doença, e nem todo tratamento implica medicação.

PERCURSO A neurociência não teria como ajudar de outra forma que não sendo a base para esses discursos reducionistas?

BENILTON Sim, claro. Afinal, se levarmos a sério o paradigma em ascensão, nas neurociências e na biologia atual, é simplesmente equivocado analisar o funcionamento biológico de um indivíduo como um fenômeno isolado de seu contexto. Todo organismo está em constante interação com o meio, e é nessa inter-relação que devem ser buscadas as explicações para o que se passa com esse ser individual. Aquela criança é uma antena, é um ponto de entrecruzamento de diversos vetores que se expressam em sua conduta. De modo algum seu problema pode ser entendido como sendo meramente individual, muito menos

como apenas um distúrbio cerebral. O cérebro dessa criança está, como se diz em inglês, *embodied* (inscrito na totalidade orgânica do corpo) e *embedded* (situado num contexto físico e simbólico). Isolado desses contextos e das relações em que está envolvido, ele é pouco mais do que uma abstração. Nós temos uma natural necessidade de dar nomes aos bois, porque nomear é começar a saber como agir. Desse modo, é compreensível que encontremos, por parte de muitos pais, professores e profissionais psi, uma inclinação a aderir ao uso de diagnósticos como esse e aos protocolos de tratamento que vêm junto com eles. Frequentemente achamos que, pelo fato de que isso é em grande parte facilitado pelo discurso neurocientífico, deveríamos resistir a ele, quando, na verdade, precisamos do contrário. Quanto mais profundo for nosso conhecimento da biologia da vida mental, mais argumentos antirreducionistas teremos à nossa disposição, e mais facilmente poderemos demonstrar os equívocos da perspectiva cerebra lista na psicopatologia.

PERCURSO Você aponta em seu livro *Freud e as neurociências* que a psicanálise vem se colocando, em determinados debates atuais, em uma posição de “denúncia defensiva”. Qual sua crítica em relação a essa posição? Qual o diálogo possível? Você não considera que a psicanálise deva resistir a esse projeto de naturalização da vida mental e da neurocultura?

BENILTON Eu estou completamente de acordo com a frase de Žižek que citei no final do meu livro sobre o Projeto: “Se a psicanálise pretende sobreviver e manter seu importante status, temos que encontrar um lugar para ela dentro das próprias ciências do cérebro, partindo de seus silêncios e impossibilidades inerentes”. Acho que a psicanálise tem o que oferecer para o progresso das neurociências, e não só pode, como deve, engajar-se num diálogo com elas. Porque pela própria natureza do aparato conceitual biológico, pela especificidade dos experimentos na produção do conhecimento neurobiológico, há certas dimensões da experiência humana que ficam



de fora. Fundamentalmente, aquilo que, depois de Lacan, chamamos de a dimensão do sujeito, aquilo que na experiência humana se situa num plano transcendente em relação ao simples funcionamento vital.

Agora, é preciso deixar claro que uma coisa é apreciar o alcance e os limites das ciências do cérebro, tentando encontrar afinidades e dissonâncias, numa interpelação mútua que pode ser muito frutífera, entre abordagens biológicas e psicanalíticas dos fenômenos subjetivos. Outra, bem diferente, é a perspectiva a ser adotada frente à neurocultura. Essa, como vimos antes, é um fenômeno cultural complexo forjado num contexto político, econômico e social e técnico que sobredetermina o modo como os resultados de pesquisas científicas são recebidos, interpretados e assimilados. Mas mesmo nesse caso, não se trata de simplesmente “resistir”, e sim de analisar seus condicionantes e seus efeitos sobre a vida subjetiva individual e coletiva.

Quanto ao projeto científico de naturalização da vida mental, é de novo importante fazer uma distinção. “Naturalização” pode querer dizer duas coisas muito diferentes. Pode, na versão cara a cientistas como Francis Crick e filósofos da mente como o casal Paul e Patrícia Churchland, significar a adoção de um reducionismo eliminativista que resulta em afirmar, como diz Crick numa passagem famosa, que “Você nada mais é do que um pacote de neurônios”. Mas neurocientistas como Francisco Varela e Antônio Damásio, e filósofos como Adrian Johnston, por exemplo, recusam esse eliminativismo, situando-se numa posição em que o diálogo com a psicanálise flui com proveito mútuo.

Apesar de um número cada vez maior de psicanalistas interessados pelas neurociências, uma dificuldade recorrente no campo é a adoção de uma posição defensiva, que se preocupa mais em defender seu território conceitual contra as consideradas indevidas pretensões de neurobiólogos em falar da vida psíquica, do que em buscar terrenos comuns para o estabelecimento de um diálogo e um realinhamento de fronteiras.

se naturalização da vida mental é afirmar que a mente faz parte da natureza, que pode ser investigada com os métodos das ciências da vida e que é preciso adotar metodologias que reduzem a complexidade da experiência subjetiva aos elementos biológicos que a tornam possível, nenhum problema

Não estou dizendo que todo mundo faça isso, há muita gente que, ao contrário, passa por cima disso e já se engaja em discussões com os neurocientistas e psicólogos do desenvolvimento. Há muitos analistas que fazem um trabalho interessante, nesse sentido, em torno do autismo e contornam essa discussão, mas no campo social isso não tem a mesma reverberação que têm as posições mais dogmáticas.

Se naturalização da vida mental significa afirmar que a mente faz parte da natureza, que pode ser investigada com os métodos das ciências da vida e que, nessa perspectiva, é preciso adotar metodologias que reduzem a complexidade da experiência subjetiva aos elementos biológicos que a tornam possível, nenhum problema. A “naturalização” que é preciso criticar é a crença de que a vida subjetiva possa ser exaustivamente descrita, explicada e compreendida com base apenas em descrições feitas no plano neurofisiológico ou neuroanatômico, deixando de lado tudo aquilo que extrapola esse âmbito – linguagem, valores culturais, práticas sociais, trajetórias subjetivas individuais etc.

PERCURSO O debate em torno do excesso no uso de medicação e critérios para sua indicação tem nos colocado, muitas vezes, em situações delicadas na clínica diária, o que nos leva de volta à questão da adaptação e da normatividade. Como você tem visto este cenário?



para mim, haver remédios que aumentem a concentração de pessoas que têm enorme dificuldade de se concentrar é uma benção. O destino dos psicóticos mudou drasticamente a partir da introdução dos neurolépticos. Não teria havido reformas psiquiátricas sem eles

BENILTON Na clínica, cada caso é um caso. Cada vez que o uso de medicação se apresenta como pensável, a questão deve se colocar: medicar, nesse momento, significa ampliar a capacidade normativa desse sujeito ou, ao contrário, implica um amortecimento, um simples apaziguamento do mal-estar que levará de volta o sujeito para uma zona de conforto e compromisso sintomático? Não há como responder a essa pergunta a não ser analisando a situação clínica naquele momento exato, o impacto do movimento na dinâmica transferencial. Não há como decidir de antemão o que se deve fazer. A não ser para aqueles – e respeito essa opção, embora não seja a minha – que por princípio se recusam a escutar e atender pessoas que façam uso de algum medicamento. De novo vou insistir nisso, e sei que nem todo mundo concordará comigo. Para mim, haver remédios que, por exemplo, aumentem a concentração de pessoas que têm enorme dificuldade de se concentrar, é uma benção. O destino dos psicóticos mudou drasticamente a partir da introdução dos neurolépticos. Não teria havido reformas psiquiátricas sem eles. Quando houver medicamentos que efetivamente preservem ou recuperem a memória, quem será contra seu uso? Eu já estou na lista de espera! O problema não está nas biotecnologias, mas no uso que se faz delas.

Na verdade, um problema que tem crescido muito em importância, recentemente, nem é o uso

de medicamentos por parte de pessoas que efetivamente precisam deles. O que está ocorrendo é que estamos paulatinamente incorporando a ideia de que a vida (a vida, e não apenas o mal-estar) pode e deve ser biotecnologicamente regulada (coisa a que se era muito avesso nos anos 1950 e 60). Os medicamentos são apenas um capítulo desse processo. Com a noção de *risco* invadindo o cotidiano, todos os aspectos da vida passam a exigir vigilância, controle e reparação, e isso vai do tônus muscular às constantes fisiológicas, das formas de prazer às experiências de mal-estar.

Os medicamentos, hoje, estão sendo usados não apenas como remédio para sofrimento, mas também como fonte de aprimoramento, de *enhancement* das funções mentais e da experiência psíquica. Aqui temos um problema de contornos éticos complexos. Aceitamos cirurgias cosméticas como legítimas. Deveria ser diferente com a psicofarmacologia? E com a genética? Onde traçar a linha que separa o legítimo e o inaceitável? Com a explosão das biotecnologias e o crescimento da indústria da saúde e do bem-estar, esse tipo de questão nos espera daqui a pouco. De novo, ao mesmo tempo um convite à adaptação e um desafio à normatividade.

PERCURSO A psicanalista Marie Christine Laznick levanta uma questão ética que seria a de não deixar de recorrer a todos os recursos disponíveis no tratamento de autistas e casos graves. O uso da medicação seria um deles.

BENILTON Estou inteiramente de acordo com ela. A questão ética está presente a cada vez que você fica na dúvida: prescrevo ou não prescrevo? – sem ter um protocolo ou manual à disposição para dirimir sua dúvida, tendo que se engajar numa aposta, sem saber de antemão que resultados advirão de sua decisão. Eu já vivi situações opostas, ora concordando com a ideia da medicação, ora resistindo a ela. Lembro-me bem de uma paciente, típica personagem da minha geração, cabeça dos anos 60, para quem fazer análise significava evidentemente não usar medicação. Durante um período particularmente difícil da



sua vida, ela acabou entrando num processo de grave depressão que já prejudicava muito fortemente o trabalho e a vida familiar. A partir do dia em que eu sugeri, com muito cuidado, a possibilidade de uma medicação que pudesse ajudá-la, fiquei uns bons três meses ouvindo: “então a minha análise não vale nada, eu não vou conseguir nada, porque agora você está me dizendo que meu caso é de medicação”. Enfim, para ela aquilo era o signo de um fracasso subjetivo. Foram uns três meses, até que o sofrimento intolerável e a elaboração de sua posição frente a ele a fizeram começar a pensar na medicação como um recurso do qual ela podia fazer uso durante um tempo, e na decisão de tomá-la como uma recusa à posição de aniquilamento passivo em que ela se via (tentadoramente) encurralada. Foi o que ela acabou fazendo, e foi ótimo. Depois de alguns meses a análise produziu seus efeitos, ela parou de tomar medicamento e retomou sua vida.

PERCURSO Nessa situação você mesmo medicou?
BENILTON Nessa ocasião eu mesmo mediquei. É uma situação polêmica, eu sei. Na verdade, na maioria das vezes eu encaminho para colegas. Mas nesse caso, mediquei, porque remetê-la a um psiquiatra me pareceu que tornaria as coisas ainda mais difíceis para ela. Na maior parte do tempo, no entanto, eu me vejo em situação oposta, lidando com pessoas que chegam e já na primeira entrevista falam do desejo de tomarem antidepressivo, remédio para dormir, tranquilizantes. Sempre digo que não me oponho ao uso de medicamentos quando podem ajudar, mas insisto na necessidade de apreender a razão dessa urgência, as fontes e o sentido do sofrimento que a estão produzindo, assim como o alcance e, sobretudo, os limites do psicofármaco. O simples reassseguramento de que o medicamento poderá ser eventualmente acionado costuma reduzir o anseio e abrir a conversa sobre as aflições que o promovem.

PERCURSO Como você tem visto a influência do discurso da neurociência sobre outros campos do conhecimento?

sempre digo que não me oponho ao uso de medicamentos quando podem ajudar, mas insisto na necessidade de apreender a razão dessa urgência, as fontes e o sentido do sofrimento que a estão produzindo, assim como o alcance e, sobretudo, os limites do psicofármaco

BENILTON Nas últimas décadas, a fronteira que separava as ciências biológicas e as ciências humanas vem se tornando cada vez mais questionada – ao menos nos termos em que foi constituída no final do século XIX. As ciências da vida têm paulatinamente desconstruído a imagem tradicional da natureza como um reino ontológico sólido, estável, fechado, previsível etc. A imagem da natureza que resulta desses estudos é outra, marcada pela ausência de harmonia, estabilidade, unidade e completude. Ela é, como diz Adrian Johnston utilizando a fórmula lacaniana, uma natureza “não-toda”. Essa concepção da natureza abre espaço para que no interior mesmo das ciências biológicas temas caros às ciências humanas encontrem lugar: imprevisibilidade, incerteza, historicidade etc. Com isso, também a abordagem da esfera subjetiva da condição humana pode passar a ser vista de um modo que torna possível o diálogo com outros campos do conhecimento. É claro que essa aproximação da biologia com outros campos nem sempre se dá com base nessas premissas. Abordagens reducionistas e abordagens não reducionistas se mesclam e nem sempre é fácil separar o joio do trigo. Um exemplo interessante pode ser o caso da neuroteologia.

A primeira vez que ouvi a palavra *neuroteologia* achei uma coisa estranha, um ornitorrinco conceitual. Seria possível juntar *neuro* e *teologia* e a palavra resultante fazer sentido? Acabei



tecnologias de imagem cerebral mostram que na oração e na meditação reduz-se a atividade da região do lobo parietal responsável pelo sentido de orientação temporo-espacial, e pela distinção eu-não eu. Na meditação e na reza profundas essa divisão se desfaz, num borramento da fronteira entre realidade e ilusão

concordando que sim. Mas o termo descreve duas perspectivas diversas, uma interessante, outra irrelevante. A perspectiva irrelevante é a tentativa de explicar neurobiologicamente a crença e o sentimento religioso, o êxtase místico, a experiência espiritual, na linha “a biologia explica tudo”. Isso é uma bobagem, nada explica tudo. A experiência religiosa é complexa e variada o bastante para resistir a qualquer tentativa de explicá-la em termos simples. Em todas as culturas conhecidas é postulada a existência de uma dimensão transcendente à realidade imediata, seja ela vista como sobrenatural, religiosa ou espiritual, que se apresenta como fonte de sentido para a existência. Mas, desde o século XVIII, vêm sendo feitas tentativas de explicar a “ilusão”, o “delírio” ou a “alienação”, supostamente características da crença e do sentimento religioso, como resultado de mecanismos psicológicos ou biológicos que evidenciariam uma imaturidade humana a ser curada com o remédio da razão e da ciência. Mesmo a psicanálise não escapou dessa tentação. Parte do exame crítico do próprio Freud acerca do fenômeno religioso sofre desse viés cientificista, movido pelo seu racionalismo iluminista. Para ele, a religião era basicamente um mecanismo de defesa inconsciente contra o desamparo e a angústia diante da morte. Hoje, boa parte da chamada neuroteologia pretende descobrir fenômenos neurais ou áreas cerebrais que explicariam a causa e a natureza da

experiência religiosa, como o suposto “ponto de Deus” no cérebro.

Mais interessantes que isso são pesquisas que, em vez de buscarem explicar causalmente a experiência religiosa, procuram elucidar seus correlatos biológicos, ou seja, os processos que estão presentes na experiência e a tornam possível. Uma delas, conduzida por Andrew Newberg e Eugene D’Aquili, é bastante conhecida, e foi feita com monges tibetanos e freiras franciscanas durante a prática de meditação ou reza. No estudo, tecnologias de imageamento cerebral mostram que em ambos os grupos ocorre uma redução drástica da atividade da região do lobo parietal responsável pelo sentido de orientação temporo-espacial, e da distinção eu-não eu. Na meditação e na reza profundas essa divisão se desfaz, levando a um borramento da fronteira entre realidade e ilusão, entre o eu e o resto do mundo. Mas, para mim, o mais interessante é que, perguntados sobre o conteúdo da experiência, as freiras relatam ter sentido a presença de Deus, enquanto os monges experimentaram uma imersão no vazio, ou seja, uma diluição do sentimento de presença. Em outras palavras, a pesquisa demonstrou como crenças se intersectam com os mecanismos cerebrais para produzirem experiências. Esses mecanismos cerebrais são condições *necessárias* para a emergência dessas experiências, mas não são condições *suficientes*. O que transparece num exemplo como esse é que descrever o modo como mecanismos biológicos estão presentes na experiência religiosa *inclui* o cultural e o linguístico como elementos fundamentais, e não meramente acessórios ou secundários, do fato estudado.

PERCURSO A ligação entre o corpo e o psíquico sempre foi uma questão para a filosofia e a teologia. Freud estabeleceu o conceito de *pulsão* que busca preencher esta lacuna e desvela dois temas fundamentais: a sexualidade e a pulsão de morte. Esse conceito teria um lugar no debate com a neurociência?

BENILTON O impacto do conceito de pulsão pode ser percebido no modo como ele incide na

discussão acerca da relação natureza-cultura e de uma de suas variantes, a relação corpo-psi-quismo. A tendência natural do funcionamento biológico é preservar ou restaurar a homeostasia. Mas a singularidade da experiência humana se caracteriza justamente por transcender, transgredir ou desregular essa tendência natural. Ou seja, ela emerge de condições naturais, mas, ao emergir, pela incidência da linguagem, se descola delas, se desnatura, no sentido de que seu funcionamento não se submete mais aos ditames da ordem vital. Isso aparece claramente nos excessos do gozo, que ultrapassam inteiramente os mecanismos homeostáticos inerentes ao prazer. Afinal, somos fundamentalmente seres naturais ou seres de linguagem? O conceito de pulsão – sobretudo o de pulsão de morte – é a resposta original e oblíqua de Freud a essa questão. O conceito, é verdade, se presta a apropriações diversas. Ele pode ser tomado como evidência maior da desadaptação e desacoplamento do sujeito em relação ao seu ambiente, efeito da ruptura imposta pela ordem simbólica à dimensão natural do ser humano – responsável pela transcendência radical, pela heteronomia fundamental da subjetividade em relação à imanência do plano vital (que seria, como diz Lacan, inteiramente aspirado pelos efeitos da linguagem).

Mas essa desnaturalização pode ser também entendida como expressão de uma natureza inconsistente, que por suas próprias características abre caminho e engendra esse processo de autodesnatura, por assim dizer. Aqui, ao invés de ruptura radical em relação à natureza, teríamos uma ruptura que se dá de modo gradual, por um processo contínuo de diferenciação e desdobramento crescente, que resultaria numa espécie de transcendência na imanência. Essa é uma perspectiva presente nas formulações winnicottianas acerca do advento do sujeito. De um modo ou de outro, porém, o conceito de pulsão aponta para noções que estão ausentes das descrições neurocientíficas atuais – a negatividade, a errância, ou o desacoplamento gradual da vida subjetiva em relação à ordem natural. E esse é



Freud nunca abandonou o propósito de desconstruir a tradicional oposição entre cérebro e mente, corpo e psiquismo. São muito conhecidas as passagens em que fala de sua esperança de que um dia a ambição do Projeto pudesse se realizar

um dos pontos em que a aproximação e o debate com a neurociência pode ser fértil para ambos os campos. O fato é que a passagem do plano da materialidade imanente dos fatos biológicos para o plano da consciência e da vida subjetiva ainda desafia a imaginação teórica.

PERCURSO Freud estava com essa questão já no *Projeto*, justamente, e formula o conceito de pulsão como uma maneira de preencher essa lacuna que ele não conseguia pela pesquisa neurocientífica da época.

BENILTON Sim. Explicando a Fliess as razões de seu abandono do *Projeto*, Freud afirmou que não tinha a menor intenção de deixar a psicologia “suspensa no ar, sem uma base orgânica”, mas que era obrigado a reconhecer que, apesar dessa convicção, e depois de todo o esforço realizado, ele ainda “sequer havia começado a imaginar” como encaixar o orgânico e o psicológico, e que, por causa disso, iria se comportar “como se apenas o psicológico estivesse em exame” – afirmação que ele repetirá na *Interpretação dos sonhos*, pouco depois. Freud nunca abandonou o propósito de desconstruir a tradicional oposição entre cérebro e mente, corpo e psiquismo. São muito conhecidas as passagens em que fala de sua esperança de que um dia a ambição do *Projeto* pudesse se realizar. No *Narcisismo*, em 1914, ele diz que no futuro “nossas ideias provisórias na psicologia” seriam provavelmente “baseadas em substrutura



estou aludindo às fronteiras da biologia atual, nas quais a ideia de uma natureza consistente, una, idêntica a si mesma é cada vez mais uma fantasia, uma construção do olhar, a expressão de um imaginário científico datado. O que abre espaço para uma crítica aos empreendimentos reducionistas

orgânica”. No *Mais além*, de 1920, ele retorna a esse ponto no futuro, quando as “deficiências de nossas descrições” e “nossa estrutura artificial de hipóteses” seriam varridas por descrições fisiológicas ou químicas. Essas afirmações, de colorido claramente fiscalista, são redimensionadas em sua relevância quando as cotejamos com as implicações da dimensão pulsional no humano. A formulação das teorias das pulsões pode ser vista como uma intuição freudiana que antecipa uma maneira de conceber a relação entre o plano vital e o campo simbólico e cultural, que somente hoje as ciências da vida começam a poder acolher.

Claro, estou aludindo às fronteiras da biologia atual nas quais a ideia de uma natureza consistente, una, idêntica a si mesma cada vez mais se revela uma fantasia, uma construção do olhar humano, a expressão de um imaginário científico datado. Essa percepção abre espaço para uma crítica aos empreendimentos reducionistas que se julgam capazes de dar conta da complexidade da vida subjetiva. Nem tudo que existe pode ser mais bem compreendido simplesmente decompondo e analisando suas partes constituintes. Há coisas que só podem ser efetivamente apreendidas e conhecidas quando apreciadas holisticamente. Um exemplo clássico: se quero compreender como é ouvir uma sinfonia de Mozart e reduzo a música a seus componentes físicos (ondas longitudinais se propagando em meios materiais em frequências

variadas), eu simplesmente perco aquilo que queria conhecer – a magia da música. Querendo conhecer mais profundamente um fato, minhas descrições reducionistas acabam por fazê-lo desaparecer. É claro que há utilidade nas descrições reducionistas, se sou um engenheiro de som ou um estudante de física, mas não se pretendo entender melhor o que é a experiência de escutar Mozart. A mente é como a música, o cérebro é como a música, só pode ser apreciada integralmente quando os planos mais simples são integrados a uma apreensão holística – na qual a totalidade resultante é mais do que a soma de suas partes.

A tese de que a dinâmica da existência humana é, se não avessa, um tanto excêntrica em relação aos mecanismos de regulação natural já não encontra resistência automática da parte de biólogos, como ocorria há até pouco tempo. Por isso, acredito que há espaço para um debate em torno da subjetividade no qual descrições psicanalíticas e neurobiológicas se interpelem de modo fértil. Ele não está dado, mas pode seguir sendo construído.

PERCURSO O que o levou a escrever o livro *Freud e as neurociências*? Como você situaria o *Projeto para uma psicologia científica* na história da produção teórico-clínica da psicanálise, e que interesse ainda tem esse livro de Freud no século XXI?

BENILTON Foi uma feliz coincidência. O tema das relações entre psicanálise e neurociências já me interessava havia algum tempo quando Nina Saroldi, psicanalista, editora da coleção *Ler Freud*, da *Civilização Brasileira*, me convidou a escrever sobre o *Projeto*. Resolvi então situar o processo de construção da obra na trajetória pessoal de Freud e no contexto científico da época, e depois trazer suas questões para o cenário atual. Por que Freud resolveu escrever o *Projeto*? Que lugar ele de fato ocupou na passagem do Freud neurólogo para o Freud psicólogo? O que dele Freud efetivamente abandonou, e o que preservou – de maneira explícita ou implícita – na construção do edifício psicanalítico? Como,

mais de cem anos depois, a questão central do *Projeto* – as relações entre o neural e o psíquico – está sendo tematizada pelas neurociências e pela psicanálise, e em que medida as intuições presentes na elaboração desse escrito deserdado pelo autor podem ser examinadas de modo mais fértil no horizonte atual?

O *Projeto* é provavelmente, dos escritos de Freud, o mais árduo de ser lido. É preciso lembrar que se trata de um rascunho escrito num jato. Nunca foi revisto por Freud. Sem a revisão feita para publicação seria ainda mais difícil de ser lido. Mas quando iluminamos o cenário em que foi escrito, as inquietações que lhe deram origem e as ideias que ele contém, vemos o cintilar de uma mente brilhante. Intuições fulgurantes, contradições enormes – conhecimento e imaginação entrelaçados numa aposta que até hoje se mantém aberta: elucidar o processo por

meio do qual nos transformamos de seres naturais em sujeitos.

A relevância dada ao *Projeto* na história da psicanálise depende do modo como pensamos questões fundamentais para qualquer teoria da vida psíquica, em especial, o modo como descrevemos as relações entre natureza e cultura na constituição e no agenciamento da subjetividade humana. Pessoalmente acho que esse é um tema fascinante e uma das fronteiras do conhecimento humano em que a psicanálise pode ter um papel relevante. Freud jamais se deteve nos limites do conhecimento estabelecido, jamais hesitou em dialogar com outros saberes e ciências para melhor compreender a alma humana. Se assim não fosse, jamais teria criado a psicanálise. Acho que o *Projeto* é um testemunho disso. Nesse sentido, mesmo quando erra, acerta. Mesmo quando ultrapassado, é uma inspiração a ser seguida.

Oswaldo Henrique Duek Marques
 Paulo Eduardo Arantes
 Sergio Telles

Mentira

Realização Cristiane Abud Curi, Gisela Haddad, Thiago Majolo e Vera Zimmermann

Oswaldo Henrique Duek Marques é livre-docente em Direito Penal pela PUC-SP; doutorando em Psicologia Clínica pela PUC-SP, professor titular em Direito Penal da PUC-SP; coordenador do Núcleo de Direito Penal da Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito da PUC-SP; líder do Grupo de Pesquisa Criminologia e Vitimologia da PUC-SP; procurador de Justiça aposentado do Ministério Público do Estado de São Paulo; advogado.

Paulo Eduardo Arantes é filósofo; professor aposentado do Departamento de Filosofia da FFLCH-USP; autor, entre outras obras, do livro *O novo tempo do mundo*, (Boitempo, 2014); coordenador da coleção “Estado de Sítio” da editora Boitempo.

Sérgio Telles é psicanalista; escritor; membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae; autor de *Visita às casas de Freud e outras viagens* (Casa do Psicólogo), entre outros.

90% do que escrevo é invenção.

Só 10% é mentira

[Manoel de Barros]

A eleição da mentira como debate nos leva automaticamente às searas de cunho moral e ético, tendo como pano de fundo o binômio mentira versus verdade. O que dizer do uso social da mentira a favor das convenções que mantêm o laço social? Ou das mentiras sociopolíticas utilizadas por governantes para favorecer suas ações interesseiras? Ainda que a “banalidade” do tema possa incluir diversos campos do saber, como a Literatura, a História, a Filosofia ou o Direito, analisar a mentira em suas raízes motivacionais ou constitucionais pode ser uma tarefa bastante complexa. Derrida, em seu ensaio “História da mentira: prolegômenos”, brinca com o título de seu texto ao questionar-se sobre a tarefa de escrever a história da mentira. Como contá-la sem mentir? Como prometer uma história verdadeira? É possível imaginar milhares de histórias fictícias da mentira, ou discursos inventivos fadados ao simulacro, à fábula, à produção de formas novas referentes à mentira, mas que não seriam necessariamente histórias mentirosas. Suas digressões fazem parte do contexto amplo em que ele irá discorrer sobre a mentira, uma contingência humana indissociável das práticas sociais, como diria Hannah Arendt, e muito distante do erro e da ignorância, segundo Nietzsche. Já o poeta Fernando Pessoa, ao contrário de Kant, afirma ser a mentira uma condição necessária do espaço social, a moeda neutra de todas as emoções.

Em seu estudo sobre o papel organizador social da mentira, Paulo Ceccarelli afirma que as mentiras e as ilusões sempre caminharam

juntas ao longo da história da humanidade, nas inúmeras tentativas, infrutíferas, mas constantemente renovadas, para lidar com nosso desamparo constitucional. A psicanálise comprova a complexidade e mesmo a diversidade de razões do uso da mentira em sintomas que vão desde a negação total de seu uso pelo sujeito, sob pena de este mergulhar em intensa angústia, até seu uso compulsivo, muitas vezes a serviço de silenciamentos protetores de vivências traumáticas que revelariam sentimentos dolorosos de humilhação ou vergonha. Por outro lado, a psicanálise também situa o processo do “nascimento” da mentira em nossa constituição psíquica ao reconhecer as etapas da representação do processo primário, quando a psique, sem poder traçar um limite entre a fantasia e as circunstâncias reais da experiência, e sem poder se dobrar ainda às exigências da realidade, desenvolve uma atividade fantasmática para manter a certeza (ilusão) da existência e do poder do desejo como acesso ao Outro e à realidade. A mentira, diferentemente da ilusão, só surge a partir do momento em que se é capaz de reconhecer uma cena exterior, de manifestar-se por meio de um discurso portador de sentido, o que já pertence ao processo secundário do psiquismo e à possibilidade de compartilhar um mundo simbólico. Para a psicanálise, a dimensão psicopatológica da mentira assume um valor de “verdade” sobre o sujeito. Seguindo uma lógica

OSWALDO HENRIQUE DUEK MARQUES

As Faces da Mentira

Introdução

Um dos primeiros relatos míticos sobre a mentira é encontrado no mito de Hermes, filho de Zeus e um dos deuses do Olimpo. Segundo o mito, Hermes, ainda criança, subtraiu parte do rebanho guardado por Apolo, também filho de Zeus. Na sequência, Hermes sacrificou aos deuses duas das novilhas subtraídas. Apolo, contudo, conseguiu descobrir o paradeiro de Hermes e localizou as peles das novilhas



a psicanálise comprova a diversidade e a complexidade razões do uso da mentira em sintomas que vão desde a negação total de seu uso pelo sujeito, sob pena de este mergulhar em intensa angústia, até seu uso compulsivo, muitas vezes a serviço de silenciamentos protetores de vivências traumáticas

semelhante, em *Vigiar e punir*, ao sublinhar as mudanças ocorridas na maneira de se analisar e punir o crime na passagem entre os séculos XVIII e XIX, Foucault aponta a substituição da punição física (corpo) pela correção ou pela suspensão de direitos, de liberdade e do direito de existir. Passa-se a julgar também a alma dos criminosos, se desejaram ou não cometer o crime, se são perversos, mentirosos ou psicóticos, ou seja, o que naquele autor origina e explica seu crime: instinto, hereditariedade, ambiente social ou loucura?

A seção “Debates” da revista *Percurso* convida alguns interlocutores a enriquecer o debate sobre este tema a partir do texto acima.

sacrificadas. Inicialmente, Hermes negou o furto; no entanto, em face das provas contra ele, confessou perante Zeus. Prometeu, então, não tornar a mentir, embora não se sentisse obrigado a dizer a verdade por inteiro¹. Esse relato nos mostra a mentira e a condição de não falar a verdade por inteiro como realidades primordiais, inerentes à condição humana. O importante é investigar as várias contextualizações do ato de mentir e os prejuízos ou benefícios por ele causados às relações sociais. Dessa



para Kaës, existe um pacto entre os sujeitos implicados a respeito daquilo que precisa ser reprimido ou posto fora de qualquer representação. Esse pacto possibilita a manutenção da estabilidade das condições estruturantes ou de defesas psíquicas e sociais na relação

ótica, analisaremos brevemente algumas faces da mentira e a busca da verdade pelo juiz.

A mentira social

Seria realmente cômico, se não trágico, se tivéssemos de falar sempre a verdade ou de externar sempre nossos pensamentos. Sobre o assunto, o filme americano *The Invention of Lying* (2009), dirigido por Richey Gervais e Matthew Robinson, lançado no Brasil com o título *O primeiro mentiroso*, retrata um mundo onde não existia a ideia de mentira, nem espaço para a ficção ou para o processo criativo. Nesse mundo imaginário, a mentira não representava violação de um preceito moral, porque ninguém possuía aptidão para mentir, até que Mark, o personagem principal, aprende a mentir e todos passam a crer cegamente em suas assertivas.

Em inúmeras situações, há a necessidade de os sujeitos renunciarem a se expressar segundo seus desejos, em nome do processo civilizatório, para não comprometer o vínculo social. Nesses casos, poderíamos pensar nas chamadas desculpas ou mentiras sociais, cujas práticas são acordadas implicitamente entre os envolvidos. Para René Kaës², em todo relacio-

namento, seja de um casal, seja na vida familiar ou comunitária, existe um pacto entre os sujeitos implicados a respeito daquilo que precisa ser reprimido ou posto fora de qualquer representação. Esse pacto possibilita a manutenção da estabilidade das condições estruturantes ou de defesas psíquicas e sociais na relação. Em nome do consenso, esse pacto faz calar as diferenças no interior do grupo, motivo pelo qual seu enunciado não deve ser pronunciado.

As mentiras coletivas

Kaës exemplifica as negações – ou mentiras – coletivas como mecanismos de defesa contra consequências insuportáveis ou não toleráveis de uma desgraça social, ou ainda para não se admitir o motivo ou a responsabilidade do fato. Segundo o autor, “essas negações estão a todo vapor nos genocídios, nos massacres, nas guerras, nos atos bárbaros como a tortura ou mesmo nos casos de catástrofes naturais. Eles assumem a forma social e política do negacionismo”³. Aquilo que é recalcado e rejeitado retorna por meio de transferências e em forma de sintomas compartilhados. A esse respeito, podemos mencionar, a título de ilustração, o filme alemão *Uma cidade sem passado* (*Das Schreckliche Mädchen*), de 1990, dirigido por Michael Verhoeven, que conta a história da estudante alemã Sonia Wegmus, interessada em desenvolver uma pesquisa sobre sua cidade natal, na Baviera, durante o Terceiro Reich. Em seus estudos, interessou-se pela história de um padre executado por ter se manifestado contra as leis racistas do regime nazista. Sonia não conseguia documentos ou informações sobre os fatos e somente mediante autorização judicial pôde colher provas da responsabilidade de autoridades locais pela execução do padre. Essas provas se referiam a acontecimentos silenciados, com o objetivo de preservar pessoas renomadas da sua cidade que haviam colaborado com o nacional-socialismo. O filme retrata o silêncio coletivo dos habitantes da cidade em prol de uma história oficial construída pelas autoridades.

1 J.S. Brandão, *Mitologia grega*, Petrópolis, RJ, Vozes, vol. II, 1987.

2 R. Kaës, *As alianças inconscientes*, São Paulo, Ideias & Letras, 2014.

3 R. Kaës, *op. cit.*, p. 130.



No âmbito jurídico, o ato de mentir pode até configurar um direito. Pela nossa Constituição em vigor, o réu ou o indiciado têm o direito de permanecer calados, em qualquer fase do procedimento criminal (art. 5º, LXIII). Em decorrência desse preceito constitucional, vários doutrinadores sustentam, acertadamente, existir um direito de mentir, pois, não estando o réu obrigado a se autoacusar, lhe é permitido mentir, com o intuito de afastar sua culpa⁴. O mesmo já não ocorre com a testemunha, que presta o compromisso de dizer a verdade. O falso testemunho constitui crime previsto na legislação penal brasileira. O falso também pode ser elemento integrante de vários outros crimes, como calúnia, estelionato e falsidade material ou ideológica.

A busca da verdade pelo juiz

O processo judicial visa à realização da justiça, por meio da apuração de uma verdade levada ao conhecimento do juiz. Por esse motivo, esperamos que a partir dos depoimentos, baseados em uma realidade subjetiva, o juiz alcance uma verdade objetiva. Todavia, não podemos afastar das decisões judiciais o aspecto subjetivo do magistrado. Como conclui Lídia

*há mais de uma década
todo mundo podia mentir,
mas ninguém se enganava quanto
ao fato de que toda uma época
estava chegando ao fim
e não um fim qualquer
de uma época entre outras*

Reis de Almeida Prado⁵, o magistrado pode ser influenciado, inconscientemente, por suas experiências e por fatores emocionais de simpatia ou antipatia, projetados sobre as partes, seus representantes e testemunhas. Na visão da autora, almejamos a segurança do que é justo ou injusto, por meio da decisão proferida pelo juiz, considerado infalível e substituto do pai. Essa segurança, entretanto, é uma ilusão, pois não pode ser afastada a realidade psíquica do magistrado no momento da formação de seu conhecimento. Por isso, nas decisões judiciais, devemos nos contentar com uma *verdade possível* e construída, em vez da verdade objetiva, muitas vezes inalcançável.

PAULO EDUARDO ARANTES

Verás que tudo é mentira*

CHRISTINE *Pendant trois ans, mon existence a été basée sur le mensonge. Cette pensée ne me quitte pas depuis que je les ai vus ensemble.*

OCTAVE *Écoute, Christine, ça aussi, c'est un truc de notre époque! On est à une époque où tout le monde ment : les prospectus des pharmaciens, les gouvernements, la radio, le cinéma, les journaux... Alors pourquoi veux-tu qu'on nous autres, les simples particuliers, on ne mente pas aussi?*

[Jean Renoir, *La règle du jeu* (1939)]

É verdade. Àquela altura, só mesmo Hitler podia se dar ao luxo de dizer abertamente a que vinha, seja na forma maldisfarçada da ameaça ou na insinuação de que muitos seriam chamados para a pilhagem. Há mais de uma década todo mundo podia mentir, mas ninguém se enganava quanto ao fato de que toda uma época estava chegando ao fim e não um fim qualquer de uma época entre outras. Talvez por isso mesmo. Enquanto se esperava a guerra, representava-se o “drama divertido” da mentira, cujo palco era uma nação



pelo menos em sua sequência francesa, aquele milagre cinematográfico operado por Jean Renoir deixava claro que tanto a queda do Antigo Regime como a débâcle da República que o sucedeu deviam também ser encaradas como capítulos de uma peculiar crise histórica da mentira

desmoralizada por vinte anos de crise. Em meio à incompreensão da esquerda e à indignação da direita, o filme de Renoir estreou em julho de 1939. Em agosto do ano seguinte, o país estava no chão. Depois é o que se sabe, o desespero e a vergonha da Ocupação. E, no entanto, seguiram-se os anos essenciais da Resistência, nas palavras de René Char, redescobertas por Hannah Arendt como “o tesouro perdido das revoluções”. Naquelas circunstâncias, passar para a clandestinidade, tornar-se um cidadão livre da República do Silêncio e da Noite, uma república sem instituições, sem exército e sem polícia, como a descreveria mais tarde Sartre, era simplesmente passar a viver na verdade, “sans fard et sans voile”. A mascarada à beira do vulcão chegara à sua hora final. Graças à obra-prima de Renoir, impregnada até à medula de Marivaux, Beaumarchais e Cia., não escapou a ninguém desde então o sistema de vasos comunicantes aproximando o outono do Antigo Regime e sua farândula de espíritos desabusados brincando com fogo, do

naufrágio europeu da civilização liberal. Num e noutro caso, a mentira socialmente exercida por virtuosos da dissimulação, mais do que a regra do jogo, teria sido também a senha do seu fim, sinal precursor do desastre a caminho. Pelo menos em sua sequência francesa, aquele milagre cinematográfico operado por Jean Renoir deixava claro que tanto a queda do Antigo Regime como a *débâcle* da República que o sucedeu deviam também ser encaradas como capítulos de uma peculiar crise histórica da mentira. Tanto deve ter sido assim que, nas duas crises, a hora decisiva e dramática de sua resolução tomou a forma de uma mesma vontade de verdade, ambas inegociáveis, seja na escalada do Terror, ou da Resistência sem trégua ao ocupante e seus colaboradores.

Acontece que a mentira voltou a ser novamente, e em dimensões ciclópicas, *un truc de notre époque!* Por assim dizer, mas também literalmente, no atual sistema de poder e dinheiro a mentira vaza por todos os lados. Uma outra época de crise e decadência da mentira. Foi o que se viu, para citar logo a evidência mais escandalosa em escala mega, inclusive no sofrimento social, na crise de 2008, dita dos *subprime*. O que se viu afinal, por exemplo, no documentário de Charles Ferguson, *Inside Job*, é que de fato tudo é mesmo mentira, que naquele mundo da ficção financeira “*nada le importa*”, tal qual se ouve no tango de Discépolo. Como se há de recordar, o colapso de 2008 e seu quadro de patologias foi apenas o mais recente numa série de abalos sísmicos do sistema, iniciada em meados dos anos 1970, quando ficou claro que a trégua social assegurada pelos anos de crescimento do pós-guerra se encerrara para valer. Não será preciso enumerá-los, apenas observar que quatro décadas depois a crise a rigor é uma só, e, na opinião do sociólogo Wolfgang Streeck, desta vez terminal, porém na forma de uma lenta agonia, um processo e não um acontecimento espetacular. E estaria morrendo por falência de seu sistema imunológico, pelo enfraquecimento do conjunto de restrições ao seu avanço desimpedido, a começar pelas outrora poderosas organizações do mundo do trabalho. Sem oposição,

4 Nesse sentido, G.S. Nucci, *Código de Processo Penal Comentado*, 13ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2014.

5 L.R.A. Prado, *O juiz e a emoção: aspectos da lógica da decisão judicial*, 6ª ed., São Paulo, LTr, 2013.

* Não é versículo bíblico saído do Eclesiastes, mas letra de tango, a primeira linha do refrão de *Yira... Yira*, de Enrique Santos Discépolo. Em 1995, aquela “visão” deu o título a um espetáculo do grupo teatral Foliás d’Arte, uma adaptação livre do *Capitaine Fracasse*, de Théophile Gautier, que por sua vez poucos anos antes dera no filme de Ettore Scola, *A viagem do capitão Tornado*.

o sistema morrerá por overdose de si mesmo, na conclusão do autor.

Não direi que não, pois estou acrescentando a compulsão sistêmica à mentira ao conjunto de “doenças” que o estariam levando ao fim, juntamente com a estagnação secular enquanto nova normalidade, a redistribuição oligárquica da renda e da riqueza, a pilhagem do setor público etc. Não se trata apenas do declínio moral do capitalismo, que Weber concebera como a ética de uma vocação para a organização racional da vida, tampouco se reduz à soma dos efeitos colaterais da atual dominância financeira no regime de acumulação, graças à qual, como é sabido, ficou cada vez mais difícil distinguir inovação acelerada nos produtos financeiros da distorção ou violação das normas – não por acaso estamos lidando com variações do capital fictício. Refiro-me à observação da recorrência de denegações que, embora corriqueiras, não são menos desastrosas. Do tipo “o aquecimento global é ainda objeto de controvérsias científicas”, como noutros tempos se dizia haver dúvidas igualmente baseadas em pesquisas científicas a respeito dos riscos do cigarro para a saúde pública, até que se “revelou” que tais “mercadores da dúvida”, no geral cientistas de renome, pesquisavam sob contrato para as indústrias interessadas em alimentar indefinidamente um suposto contraditório, no caso, indústrias de energia fóssil ou de tabaco. Até que alguma fonte revele o embuste. Como ocorreu com as maquinações que levaram a bolha dos *subprime* até o seu estouro: governos, bancos, agências de *rating*, consultores acadêmicos, colunistas etc., todos mentiam como respiravam ou se autoenganavam por dever de um ofício movido pelo fetiche do dinheiro que rende dinheiro.

Meu ponto comporta assim uma dupla entrada no diagnóstico desse sintoma de época por excelência, tanto a fabricação da mentira, e se estatal, uma indústria, a do segredo e similares, que se perde na noite dos tempos, mas cuja operação contemporânea comporta uma novidade de alcance ainda mal avaliada, e esta



estou acrescentando a compulsão sistêmica à mentira ao conjunto de “doenças” que o sistema estaria levando ao fim, juntamente com a estagnação secular enquanto nova normalidade, a redistribuição oligárquica da renda e da riqueza, a pilhagem do setor público etc.

é minha segunda entrada, o vazamento, hoje em escala igualmente industrial, dessa mesma mentira fabricada nos altos escalões da engrenagem dominante. Observo de passagem que me expresse deliberadamente num tom próximo do conspiratório. Não é mera coincidência que uma palavra poderá um dia vir a resumir este novo tempo do mundo, *leak*. Que começa exatamente no marco zero da crise que estamos atravessando há quatro décadas como uma segunda natureza, com o grande vazamento dos Papéis do Pentágono, documentando o envolvimento norte-americano na Indochina de 1945 a 1968. Naquele momento, 1971, a coragem de dizer a verdade de uma analista da CIA (Daniel Ellsberg) provocaria o maior vazamento da história política americana de que se tinha notícia: 7 mil páginas de evidência documentária de que durante 23 anos quatro administrações presidenciais mentiram descaradamente para o público e o Congresso. Em junho de 2013, Edward Snowden repetiria a façanha numa escala inimaginável, tanto pela coragem extrema demonstrada novamente, como pouco antes, pelo soldado Bradley Manning, quanto pelo alcance global dos poderes ilimitados do Estado de Vigilância que governa o mundo.

No presente estado crítico em que se encontra um sistema de poder e dinheiro por assim dizer de fachada e organizado como uma vasta ação entre amigos e cupinchas (*crony*



em princípio, o efeito da mentira vazada deveria ser tão tóxico como o lixo atômico, que por sua vez revela o fundo falso sobre o qual assenta todo o aparato high tech contemporâneo, como é o caso das centenas de programas de espionagem, violação e conspiração da NSA

capitalism), segredos e mentiras vazados assim em proporções descomunais revelam uma outra paisagem histórica, entrevista pela segunda porta de entrada mencionada acima. Refiro-me à atual prevalência do Acidente sobre a Substância, nos termos em que Virílio a concebeu, a ponto de imaginar um Museu do Acidente: a seu ver, cada tecnologia por assim dizer programa um acidente específico, que ao fim e ao cabo foi se tornando mais necessário que a substância cada vez mais contingente, conforme a humanidade, progredindo de desastre em desastre, se encaminha para o acidente absoluto que todos imaginam. Na sociedade securitária de risco, na qual passamos a viver desde o Big Bang dos anos 1970, a grande mentira política vazada tornou-se um desses acidentes catastróficos. Sem tirar nem pôr, como um acidente numa usina nuclear. Em princípio, o efeito da mentira vazada deveria ser tão tóxico como o lixo atômico, que por sua vez revela o fundo falso sobre o qual assenta todo o aparato *high tech* contemporâneo, como é o caso das centenas de programas de espionagem, violação e conspiração da NSA. Digo deveria porque seu efeito político, salvo a volta a mais no parafuso punitivo da segurança, e descontado o alvoroço midiático inicial, cedo ou tarde acaba caindo na

vala comum da indiferença, inércia diversionista própria dos estados terminais. A coragem da verdade está girando em falso, seus heróis solitários apodrecem na prisão ou no exílio.

E, no entanto, os *hackers* são legião. Como disse, o sistema vaza por todos os lados, a bem dizer tornando indiscerníveis crise da mentira e crise da verdade. O que torna impossível qualquer gestão racional da sociedade. Quando a falsificação se torna estrutural, é possível contrabandear qualquer narrativa. Esse o fim de linha à sombra do qual prospera uma floração tardia de todo tipo de teorias da conspiração. Como estamos às voltas com uma situação de caos sistêmico que está desorganizando até mesmo qualquer agente que lhe pudesse impor algum limite, o que mais se vê (?) num horizonte em que ninguém enxerga mais nada são conspirações a favor da desordem existente, uma anomalia entrevista nos anos 80 do século passado pelo profeta Guy Debord ao se deparar com o espetáculo do terrorismo ainda nos seus primórdios, a seu ver montado para que o Estado pudesse aparecer como um mal menor, como, aliás, ultimamente Anselm Jappe costuma lembrar toda vez que a chapa esquenta.

Se pudesse avançar até o coração da matéria, descobriríamos que a revolução gerencial que transformou o capitalismo num gigantesco dispositivo de sofrimento social, a começar pelo do trabalho, multiplica por todos os ambientes que vai colonizando – do meio ambiente propriamente dito às instituições de pesquisa infectadas pela fraude, passando pela mentira inerente à nova cultura corporativa, cujo caráter farsesco Von Trier mostrou na comédia do Poderoso Chefe –, uma constelação de mentiras conexas, que se tornaram o acidente específico de cada um desses âmbitos sociais. Este o truque em torno do qual gira toda a nossa época, agora em regime de fim de jogo – para falar como o personagem de Jean Renoir, interpretado, aliás, pelo próprio.

SÉRGIO TELLES

Mentiras – políticas ou não

A universalidade da mentira é afirmada por Koyré quando diz: “Certamente, o homem é definido por sua capacidade de falar, da qual decorre a possibilidade de mentir; e – com licença de Porfírio – é a mentira, muito mais do que o riso, o que caracteriza o homem”.

Um tipo especial de mentira salta aos olhos de qualquer um no Brasil de hoje, a mentira política. Desmandos do governo e escândalos comprovados se sucedem de forma vertiginosa, suscitando do poder respostas que nos fazem recorrer novamente a Koyré, quando dizia: “Nunca houve tanta mentira como em nossos dias. Nunca a mentira foi tão desavergonhada, tão sistemática, tão ininterrupta”.

Koyré escreveu seu livro *The Political Function of the Modern Lie*⁶, fonte das citações acima, no início dos anos 1940, quando a manipulação da linguagem e os mecanismos da propaganda política realizada por nazistas estavam no auge.

Nessa mesma linha é o livro *A violação das massas pela propaganda política* de Serguei Tchakhotine⁷, um dos maiores estudiosos das técnicas de controle de massa usadas pelos nazistas. Seu livro foi censurado na URSS, que assim tacitamente admitia fazer uso dos mesmos métodos. No livro, Tchakhotine descreve os discursos repetitivos, simplistas, uniformes e maniqueístas (“nós” contra “eles”, “bons” e “maus”, “pais” e “filhos”), que apelam ora para a persuasão, ora para a emoção, manipulando afetos básicos, como a agressividade, a sexualidade, as ligações grupais e familiares. Difundidos amplamente, tais discursos desinformam a população ao negar os fatos e criar ficções que substituem a incômoda realidade. No nazismo, o uso de signos, hinos e insígnias estabelecia identificações coletivas. Provocando fascinação, as grandes encenações teatrais das multidões, os cenários e a retórica eram instrumentos para excitar a violência das massas ou deixá-las submissas, sob controle.

no nazismo, o uso de signos, hinos e insígnias estabelecia identificações coletivas. Provocando fascinação, as grandes encenações teatrais das multidões, os cenários e a retórica eram instrumentos para excitar a violência das massas ou deixá-las submissas, sob controle

Pode parecer exagero comparar a propaganda do governo com os procedimentos de controle de massa totalitário, mas o discurso de ambos tem semelhanças marcantes. Não é à toa que João Santana, o marqueteiro-mor do PT, declarou em entrevista que Serguei Tchakhotine era “um de seus autores prediletos no marketing político”⁸.

Quem sabe a incongruente aplicação de técnicas de controle totalitário de massa numa democracia, ainda que jovem e titubeante como a nossa, talvez explique o impasse atual do PT, a dissociação desastrosa de sua comunicação com a sociedade, a rejeição que provoca em crescentes parcelas da população.

Mas é preciso lembrar que a mentira política, exacerbada ao máximo nos regimes totalitários, é parte inalienável do discurso político em geral, como diz Hannah Arendt⁹: “As mentiras sempre foram consideradas instrumentos necessários e legítimos, não somente do ofício do político ou do demagogo, mas também do estadista. Por que será assim? O que isso significa quanto à natureza e dignidade do campo político por um lado, quanto à natureza e dignidade da verdade e da boa-fé por outro lado?”.

Arendt acredita que na modernidade teria havido uma mutação na história da mentira, pois ela tornou-se “completa e definitiva” no campo político, tendo chegado a um extremo que transforma a própria história em mentira absoluta: “A





essa defesa do direito à mentira recebe um reforço significativo com Schopenhauer, que, baseando-se no pessimismo antropológico de Hobbes, mostra que o estado natural entre os homens não é o desejo de paz e harmonia e sim a guerra de todos contra todos

possibilidade da mentira completa e definitiva, que era desconhecida em épocas anteriores, é o perigo que nasce da manipulação moderna dos fatos. [...] A tradicional mentira política, tão proeminente na história da diplomacia e dos negócios de Estado, costumava dizer respeito ou a verdadeiros segredos – dados que nunca haviam sido expostos ao público – ou intenções [...] Ao contrário, as mentiras políticas modernas lidam eficientemente com coisas que definitivamente não são segredos e sim conhecidas praticamente por todos. Isso é óbvio no caso em que se reescreve a história contemporânea na frente daqueles que a testemunharam”.

Os acontecimentos políticos atuais ilustram à perfeição essa afirmação.

A mentira política tem um equivalente no campo da economia, que é a propaganda comercial, como diz Koyré. Usando conhecimentos da

psicologia comportamental e da psicanálise, ela faz promessas irrealísticas para estimular o consumo. Com ela convivemos cotidianamente sem lhe oferecer nenhuma oposição efetiva. Todos sabemos que quase sempre ela é abusiva e enganosa. “Mesmo assim” seguimos seus apelos, como diz Manoni¹⁰.

Derrida, em “História da mentira: prolegômenos”¹¹, entende a mentira como uma contingência humana, indissociável das práticas sociais. Discriminando-a do erro e da ignorância, afirma que o contrário da mentira não é a verdade e sim a veracidade, o querer falar a verdade, o não querer enganar. Mentir, então, se caracteriza pelo deliberado empenho de enganar o outro.

Derrida dá continuidade a um fundamental debate filosófico sobre a mentira, cujos protagonistas foram Kant, Benjamin Constant e Schopenhauer¹². Enquanto Kant, a partir de seu imperativo categórico, afirmava que não se deve mentir em nenhuma circunstância, pois isso abalaria o contrato social, Benjamin Constant retrucava, afirmando que esse princípio geral abstrato, apesar de correto, não podia ser aplicado sem levar em conta as inúmeras situações que autorizam o uso da mentira, especialmente nos casos em que a ameaça concreta exercida pela coerção, a força e o poder do outro não dão alternativas ao sujeito. Para salvar sua vida, o sujeito tem o direito, senão o dever, de mentir. Essa defesa do direito à mentira recebe um reforço significativo com Schopenhauer, que, baseando-se no pessimismo antropológico de Hobbes, mostra que o estado natural entre os homens não é o desejo de paz e harmonia e sim a guerra de todos contra todos. Sendo assim, diante das ameaças sempre iminentes que os outros representam, o sujeito deve usar de todas as armas para se defender, entre elas a astúcia e a mentira.

Numa chave menor, não se pode negar que a chamada “mentira piedosa” é um lubrificante nas emperradas engrenagens do relacionamento pessoal, facilitando o contato entre nós, eternos porcos-espinhos, que nos ferimos tanto em nossa busca da tão almejada intimidade e proximidade com o outro.

6 A. Koyre, “The Political Function of the Modern Lie”, Contemporary Jewish Record, vol. VIII, 1945, The American Jewish Committee, New York. Disponível em: <https://nasepblog.files.wordpress.com/2012/08/koyre-the-political-function-of-the-modern-lie-1945.pdf>

7 Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/violacao.html>

8 Disponível em: <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2013/10/bjoao-santanab-o-homem-que-eleveu-seis-presidentes.html>

9 H. Arendt, “Verdade e política”, in *Entre o passado e o futuro*, 7ª ed., São Paulo, Perspectiva, 2011, 352p.

10 O. Manoni, *Chaves para o imaginário*, Petrópolis, Vozes, 1973, p. 9-34.

11 Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8934>

12 F.R. Puente (org.), *Os filósofos e a mentira*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002, 85 p.

A questão da mentira adquire uma maior complexidade quando se introduz a dimensão do inconsciente. Levando-se em conta as distinções propostas por Derrida, não se pode dizer que o sujeito mente para si mesmo. Seria mais apropriado afirmar que o sujeito vive em estado de erro e ignorância, em permanente engano, por estar estruturalmente impossibilitado de conhecer uma importante dimensão de seu próprio psiquismo.

Na clínica, mentira e verdade são categorias que o analista deixa em suspenso, pois procura interpretar os conteúdos inconscientes que emergem no discurso do analisando. O analista sabe que a “verdade” e a “realidade” trazidas pelo analisando estarão sempre distorcidas por seus desejos e fantasias, embora seja decisivo para o andamento da análise que ele possa aferir o nível dessas distorções, se neurótico ou psicótico.

Ao explicar para o analisando a regra básica da livre associação, Freud estabelecia a dimensão ética do contrato analítico. Cabe ao analisando dizer tudo aquilo que lhe ocorra na mente no correr da sessão, sem impedimentos. Ou seja, não deve mentir, deve falar a verdade. Compete ao analista ouvir sem desaprovação ou censura moral e procurar interpretar¹³.

Sabemos que, ao tentar seguir tal orientação, o analisando se depara com a impossibilidade de cumpri-la à risca, pois é justamente então que se erguem todas as barreiras resistenciais, especialmente as transferenciais. Essa dificuldade não é um empecilho ao trabalho analítico, é parte importante do próprio trabalho – a análise dos mecanismos de defesa. Paradoxalmente, no momento em que o paciente pode finalmente cumprir plenamente com a regra fundamental da associação livre, ele está em condições de alta, pois foram integradas todas as partes reprimidas, cindidas, negadas, e ele pode agora transitar internamente sem maiores obstáculos, sem precisar produzir e alimentar sintomas para dar vazão a seus conflitos internos.

Ao analista interessa a verdade do desejo do analisando e que ele (analisando) a reconheça como tal. Isso significa que o analisando saiba lidar com seus próprios desejos sexuais e agressivos, sem mais necessitar projetá-los no outro, nem se submeter aos mandatos sádicos do superego e do ideal do ego.

O reconhecimento da onipresença multifacetada da mentira nas relações humanas não anula sua conotação perversa e menos ainda a necessidade de contrapor-lhe a verdade.

13 M.G. Thompson, “The Ethics of Psychoanalysis: an introduction”, *Psychoanalytic Review*, 86 (4), August 1999.

O caso Antônio

David Leo Levisky é analista didata da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, com especialização em psicanálise de crianças e de adolescentes; autor de artigos científicos e livros, entre eles *Adolescência – reflexões psicanalíticas* (Zagodoni Editora, 2013).

Christian Ingo Lenz Dunker é analista membro de Escola (A.M.E.) do Fórum do Campo Lacaniano, professor titular do Instituto de Psicologia da USP, autor de *Mal-estar, sofrimento e sintoma* (Boitempo, 2015) e *Estrutura e constituição da clínica psicanalítica* (Anablume, 2012).

Flávio Carvalho Ferraz é membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e livre-docente pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo; diretor da coleção “Clínica Psicanalítica” da Casa do Psicólogo e autor de vários livros.

DAVID LEO LEVISKY

Material de sessões com Antônio, de outubro a setembro do ano seguinte.

*

Fui procurado pelos pais de Antônio, rapaz de 15 anos, em 2013, com a queixa de que ele havia mudado abruptamente de comportamento: desinteressara-se pela comida e teve perda significativa de peso, apresentava agressividade e retraimento social. Contrariado, descontrolava-se emocionalmente, ficando agitado, impulsivo, furioso, falando compulsivamente e arrancando os cabelos.

Contara para a mãe que era homossexual, segredo que ela conservara a pedido dele. Diante de seus comportamentos atuais ela resolveu revelar o segredo para o marido. Após ter sido preterido pelo namorado, Antônio se mutilara, fazendo cortes nos braços. Numa discussão com o pai agrediu-o violentamente, entrando em forte luta corporal. Seu humor tem estado muito oscilante. Usa roupas surradas dos pais e avós. Antônio tem o mesmo nome do pai e é por eles chamado no diminutivo. Nega-se a assinar o sobrenome paterno. Preenche documentos escolares com o sobrenome da mãe.

Procuraram psiquiatra que diagnosticou uma depressão e sugeriu psicoterapia. Antônio melhorou com a medicação, mas agora se recusa a tomá-la.

O pai expõe o histórico do rapaz. A mãe ouve passivamente. Segundo o pai, os problemas começaram na escola quando o filho se recusou a acatar as normas do colégio ao ter suas expectativas



frustradas numa das atividades curriculares de que mais gostava, atitude que motivou seu desligamento desse grupo de trabalho. Ficou inconformado, o que levou o pai a intervir junto à direção da escola. A situação foi contornada e Antônio pôde reintegrar o grupo com certas restrições, não mais com o papel de destaque que ocupara anteriormente. A produção escolar de Antônio é excelente. Está entre os melhores da escola e foi agraciado com uma bolsa de estudos.

A mãe relata que Antônio assina os documentos escolares com o sobrenome estrangeiro da bisavó materna, pessoa com quem ele teve contato na infância e da qual guarda muitas recordações. Carinhosa com ele, a velha senhora mostrava-lhe objetos e roupas que guardava como relíquias de família. Ele gostava de ver e de ouvir as histórias que ela contava.

O pai acha que são problemas da adolescência, sem entrar na gênese desses processos. Com relação à homossexualidade, a mãe se coloca receptiva. Desde pequeno ele gostava de brinquedos femininos; sabia que essa era a tendência dele. O pai só foi se dar conta da situação recentemente, após a mãe quebrar o segredo.

ANALISTA Como o senhor recebeu a notícia?

PAI Tudo bem. Se ele é assim, está bem. É meu filho. Gosto dele desse jeito mesmo. Acho que tudo não passa de questões da adolescência. Se ele for homossexual não me causará nenhum problema. Ele é meu filho. Gosto dele.

ANALISTA Isto não lhe causa nenhum sentimento?

PAI Não. Para mim está tudo bem. (Curto e seco.)

ANALISTA Tomaram alguma iniciativa frente ao fato de sua preferência por brinquedos de menina?

PAI Não.

ANALISTA Há uma dinâmica nitidamente distinta na relação entre mãe e filho e dele com o pai.

Eles nada acrescentam a este meu comentário.

A mãe diz que no início da vida escolar houve um período em que ele se negou a ir à escola. Consideraram que isso não tinha

tivemos mais dois encontros descritivos do comportamento de Antônio: chegado à mãe, com liberdade para conversarem.

Eram muito amigos. Ela procurava atendê-lo na medida do possível

importância. Ele permaneceu meses sem retornar. Ficava aos cuidados dos avós maternos, com quem tinha e tem muita afinidade.

MÃE É com eles que Toninho está morando. Ele se recusa a morar conosco. A situação se agravou após a briga. Vou visitá-lo com frequência e os encontros são muito afetivos. Ele se coloca bastante à vontade comigo. Nos últimos tempos, nos fins de semana, tem aceitado almoçar ou jantar conosco fora de casa e tudo corre bem.

Pareceu-me conveniente ver os pais novamente. Também havia dúvida se o rapaz, que não sabia que eles haviam me procurado, aceitaria vir falar comigo. Os pais ficaram de pensar. Ligaram para marcar novas entrevistas.

Tivemos mais dois encontros descritivos do comportamento de Antônio: chegado à mãe, com confiança e liberdade para conversarem. Eram muito amigos. Ela procurava atendê-lo na medida do possível. Desde pequeno ele tinha dificuldades para se relacionar com o pai, que tentava se aproximar dele sem êxito. As brincadeiras preferidas de Antônio eram com bonecas e a mãe não via problema algum em satisfazê-lo. Ficava horas brincando.

Nada é mencionado quanto aos sentimentos, medos, frustrações e desejos em relação ao filho.

Filho único do casal. O pai tem uma filha dez anos mais velha do primeiro casamento. Ela vivia com a mãe e só recentemente veio morar com eles. Não observaram mudanças de comportamento em Antônio com a chegada da meia-irmã. Os irmãos não têm muita convivência, fato atribuído às diferenças de idade e de agenda.



a postura do casal me fez pensar numa fachada politicamente correta. Polidos, educados, formais e elegantes, socialmente adequados, mas sem emoção, uma postura falso-self.

Não notaram interferências na dinâmica familiar, apenas do ponto de vista pragmático na distribuição dos quartos.

Sinalizo que tudo parece sempre correr bem, mas que não se consegue perceber o que estão sentindo. Sorriem e não comentam.

Terminado o encontro, indago como gostariam de dar os próximos passos.

– Vamos pensar e ligaremos – respondem.

Ligam marcando novo encontro próximo das férias de final de ano.

Novamente predominaram as descrições do comportamento de Antônio. O melhor que eu podia fazer naquela circunstância era ser continente e acolhedor. Estávamos às vésperas das férias. Um dado novo surgiu: a mãe relatou ter tido depressão pós-parto. Lembrou-se de que ao engravidar achava tudo lindo e maravilhoso. Esteve muito contente durante a gestação. Logo após o parto passou a chorar muito ao se dar conta de que o bebê da barriga e da sua imaginação não correspondia ao bebê real. Era difícil amamentar e cuidar da rotina diária. Só voltou a se recuperar quando retornou ao trabalho. O bebê ficava aos cuidados de sua mãe, a avó com quem Antônio está morando.

Marcamos retorno para depois das férias. Como não me telefonaram, resolvi ligar. O pai, sempre muito formal, educado e gentil, agradeceu meu telefonema dizendo que a situação estava mais calma e que me procuraria se houvesse necessidade.

Nessa ocasião levantei algumas hipóteses ligadas a falhas do investimento afetivo precoce,

falhas de discriminação e de identificação, elementos histriônicos da personalidade, quadro depressivo em um jovem enfrentando a crise da adolescência. Elementos de superproteção materna e conflitos com a figura masculina pareciam estar presentes. Todos esses elementos foram extraídos da história sem que eu tivesse tido qualquer contato com o paciente.

A postura do casal me fez pensar numa fachada politicamente correta. Tudo estava bem. Os problemas eram momentâneos e ligados exclusivamente a Antônio. Polidos, educados, formais e elegantes, socialmente adequados, mas sem emoção, uma postura falso-self.

Passados seis meses do último contato telefônico, o pai me liga dizendo que Antônio se dispôs a vir à consulta. Estávamos próximos das férias de meio de ano. A consulta só poderia ser marcada após o término das provas escolares. Resolvi aceitar. Informei que seria apenas um contato para nos conhecermos. Combinamos um encontro com todos – pai, mãe e Antônio.

Primeira sessão com Antônio

No dia marcado, abro a porta e vejo Antônio e um senhor muito idoso e de aparência simples, que entendi ser seu avô. Ele me cumprimenta e, em tom de brincadeira, diz para Antônio:

– Fale tudo para ele. O senhor sabe, ele só quer fazer o que dá na cabeça dele. Bem, não sei quanto tempo vou ficar aqui. Veja o que tem de fazer com ele.

– Está bem. Vocês querem entrar?

– Você quer entrar, vô?

– O senhor é quem sabe – diz o avô dirigindo-se a mim.

Antônio fica parado em frente à porta, aguardando para ver o que vamos resolver.

– Se o senhor preferir, pode aguardar aqui na sala de espera. Pegue uma revista, leia um pouquinho. Dentro de cinquenta minutos a uma hora terminaremos nosso encontro.

– Está bem, doutor. Eu estava só brincando.



– As coisas ficam mais leves quando a gente pode brincar – digo.

Antônio senta-se de frente para mim e aguarda que eu tome a iniciativa. Vejo um rapaz de estatura e desenvolvimento adequados para a idade. Cabelos muito longos e movimentos delicados, diria femininos, não afeminados. Apresentamo-nos e digo a ele:

ANALISTA* Você sabe por que está aqui?

- P. Vim porque meus pais pediram.
 A. Você veio só porque eles pediram ou será que tem também algum desejo seu?
 P. Eu também quis vir. Meus pais me disseram que falaram com você.
 A. É verdade. Eles me contaram o que está acontecendo com você. Estiveram aqui no final do ano passado e agora me ligaram, dizendo que você estava interessado em falar comigo. Gostaria de ouvir de você o que está se passando.

Antônio põe-se a falar com uma intimidade e fluidez incomuns em um primeiro encontro e tratando-se de um adolescente. Está muito excitado.

P. Você sabe que sou homossexual. Desde pequeno eu sabia que era assim, diferente. Eu queria muito ter uma Barbie e só sosseguei quando minha mãe me comprou. Eu gostava de ter a coleção de roupas dela. Achava maravilhoso brincar com ela. Sempre me achei diferente dos outros meninos. Meu pai tentava brincar comigo de jogar bola, mas eu não gostava, não tinha nenhum interesse em fazer as coisas que ele queria fazer comigo. Com minha mãe era diferente. Eu sempre falo com ela. Ela me ouve, me orienta. Meu pai vem de uma família pobre, mas ele se desenvolveu. Temos pensamentos muito diferentes. Ele é pragmático, cartesiano. Tem que fazer uma coisa, ele faz. Mas não pensa que a vida pode ser vivida de outra forma. Ou é do jeito que ele pensa ou não é. Com minha mãe é diferente, mas ela é submissa a ele. Se ele fala para fazer de um jeito, ela faz. Ela não se impõe. Parece que eles se dão bem, mas é desse jeito. Ela não defende suas ideias. Quando ele vem impor as ideias dele para mim, eu só faço se

*gosto porque é meu pai,
 mas não é o pai que eu queria ter.
 Com minha mãe é completamente
 diferente. Ela me ouve e me aceita*

concordar, mas em geral temos uma visão filosófica da vida muito diferente. Ele só pensa em lucro e que a hierarquia deve ser obedecida. Para ele o empregado tem que se submeter ao patrão. Eu acho que eu devo fazer o que eu penso e sinto.

- A. Mas, se é desse jeito, porque você revelou seu segredo para sua mãe e não conversou diretamente com ele?
 P. Ela é mais compreensiva, mais acolhedora e tolerante. É com ela que eu costumo conversar. Ele é um machista. Falar para ele é entrar em conflito, pois ele quer que as coisas sejam do jeito dele. Minha mãe se submete. Foi por isso que eu briguei com ele. A teimosia dele me leva à loucura, me faz perder a cabeça.
 A. Deve ser insuportável conviver desse jeito.
 P. Ele é muito formal, conservador, cheio de aparências, politicamente correto. (Fala sobre o pai com desprezo.) É tudo o que eu não quero ser na vida. Briguei com ele e me descontroléi. Joguei um vaso na cabeça dele. Acho que eu queria matá-lo, depois me arrependi. Ele é falso. Irritei-me com o sermão que ele estava me dando e fiz o que fiz. Reconheço que me excedi. Eu não gosto dele. Gosto porque é meu pai, mas não é o pai que eu queria ter. Com minha mãe é completamente diferente. Ela me ouve e me aceita. Dá pra conversar. Ele só impõe. É um cara conservador. Converso com ele coisas formais, práticas.

O paciente se revela pessoa muito sensível. Capta nuances das relações humanas. Sua linguagem é profunda, de teor filosófico, utiliza palavras sofisticadas e busca precisão conceitual. Tem um ar pernóstico e intelectual. Gesticula muito ao falar, como se estivesse em cena.



Antônio para surpreso e retoma o discurso da traição, abordando o tema da fidelidade, da amizade. Fala de forma intensa e profusa. Só me resta ouvir

- A. Há muita coisa para conversarmos. Tudo é muito intenso e uma ideia puxa outra. Se você estiver de acordo, como falei no início, estou às vésperas de sair de férias, mas poderemos combinar um novo encontro no início de agosto. O que você acha?
- P. Acho que pode ser bom. Podemos marcar.

Combinamos novo encontro para o início de agosto.

Fiquei com a impressão, neste primeiro encontro, de que suas ideias, afetos e sentimentos emergiam com grande intensidade e profusão, sem espaço e tempo suficientes para a elaboração e discriminação do que estava sentindo, apesar dos detalhes de seu relato. Como se fosse um vulcão prestes a explodir que, ao encontrar uma oportunidade, dá vazão a seus conteúdos, mais voltado em aliviar as tensões do que em se deter num processos de elaboração. Suas conclusões são radicais e de intensidade teatral.

Primeira sessão de agosto

Antônio entra na sala e senta-se de pernas cruzadas sobre o sofá após ter tirado os sapatos. Espontâneo, conta sobre as férias:

- P. Não viajei. Encontrei-me com alguns amigos. Saí alguns dias apenas, num final de semana. Fiquei estudando. Estou me preparando para uma maratona escolar de física, química e matemática. Adoro essas matérias e também psicologia e teatro. Quero participar de tudo e intensamente.

Meus professores e colegas gostam muito de mim. Especialmente a professora de química, com quem tenho muita amizade.

- A. Tem muita coisa boa e atraente na vida. A vontade é de pegar tudo.
- P. É. Tudo que eu faço é muito intenso, até no amor. Entrei de cabeça no relacionamento com X. Eu o adorava. Era uma questão de pele. Foi uma decepção quando eu soube que ele estava me traindo, ainda mais quando ele passou a se interessar por uma das minhas melhores amigas. Agora não quero saber de ter nada com ninguém. Foi aí que eu me cortei, tamanha a raiva que senti.
- A. A traição atingiu você violentamente. Aparenta ser pelo que seu amigo fez com você, mas pode envolver outros tipos de traição. Quando se entra de cabeça em qualquer relação, pode-se ficar cego e não perceber o que se passa ao redor ou no próprio íntimo.

Antônio para surpreso e retoma o discurso da traição abordando o tema da fidelidade, da amizade. Fala de forma intensa e profusa. Só me resta ouvir. Sinto-me cansado pela intensidade de sua fala e pela necessidade dele em ter um recipiente onde despejar tanto conteúdo, sem que eu tenha possibilidade de processar.

- A. Tudo é muito intenso. Passa-se de um assunto para outro rapidamente, vai de um extremo a outro. Não deve estar sendo fácil manter o controle diante de tantas coisas que estão aparecendo. O cansaço ao qual você se refere é compreensível tanto por ter de segurar tudo isso dentro de você, quanto por colocar para fora e ter de lidar com tanta coisa. Sugiro nos encontrarmos algumas vezes, caso haja disposição para vir. Creio que poderá ser útil e interessante.

Ele concorda.

Segunda sessão

Senta como se estivesse sobrecarregado por grande peso. Fala e gesticula muito, em aparente estado de total confiança, estado que desperta em

* Daqui em diante, "A." designa o analista e "P", o paciente (Antônio).



mim um sinal de alerta, pois suspeito de intensa atividade pulsional e fragilidade egoica para se proteger de si e do mundo que o cerca.

- P. Estou muito cansado, com dificuldades para dormir, sem dar conta de tudo que tenho para fazer. São tantas as oportunidades que se apresentam. Tenho vontade de fazer tudo.
- A. É difícil querer se sentir importante. Dá muito trabalho. Ainda mais quando não se seleciona o que é e o que não é prioritário.
- P. Mas tudo é importante para mim.
- A. Tudo é importante, mas é preciso descobrir se dá para se carregar tudo o que se quer, sem selecionar o que é prioritário e o que não é.
- P. Acho que vou cortar o cabelo. Ele está me atrapalhando.
- A. É, tem coisa que a gente precisa perder para ganhar outras. Isso pode ser em relação ao corte de cabelo, mas também com quem se quer ficar, e o que se quer ser, menino ou menina.
- P. Fiquei com uma colega e senti coisas estranhas. Fiquei excitado e senti profundo amor. Isso me deixou muito confuso.
- A. É, pode-se sentir excitação e atração por homem e por mulher. Quando o que se sente é muito intenso e se é radical, fica difícil perceber e avaliar o que se quer, o que se está sentindo. Às vezes é preciso tomar distância de si mesmo para se descobrir o que se quer e como se quer. Caso contrário, fica-se confuso. Carregar a dúvida, aguentar uma dose de incerteza pode ajudar a encontrar os caminhos. Você já pensou que pode ter dúvidas se é ou não homossexual? A cabeça da gente é cheia de mistérios a serem desvendados. Se cada ideia for tomada como uma verdade absoluta, não há espaço para dúvidas nem para se experimentar nem para se apreender o que se sente, o que se gosta e o que não se gosta. O amor é complexo e pode se apresentar de várias formas.

Falo isto, mas fico temeroso de estar indo rápido e profundo demais, algo me sinaliza perigo. Digo-lhe que gostaria de poder ter sessões regulares para que pudéssemos conversar, mas que para isso precisaria ter a anuência de seus pais.

imagine que conheci um cara num barzinho e fiquei com ele. É um cara bem mais velho. Tem 42 anos. Nosso relacionamento durou alguns dias e me dei conta que havia entrado numa fria

- P. Acho que ainda não. Prefiro vir ainda mais algumas vezes antes de conversar com meus pais.
- A. Está bem. Então vamos marcar nosso próximo encontro.

Terceira sessão

Chega aflito e atribulado. Diz que passou um fim de semana péssimo.

- A. Você sabe que seu pai me telefonou novamente. Ele falou com você?
- P. Não, não falou.
- A. Precisamos falar com eles, pois esta é a terceira vez que ele me liga, e todas as vezes sem avisá-lo. Precisamos conversar com ele sobre o que é o seu espaço e entender o que ele quer falar comigo que não participa a você. Parece-me que há uma questão ligada ao pagamento.
- P. Eu já resolvi isso com ele. Ou ele manda pelo meu avô ou eu trago. Mas preciso contar para você o que me aconteceu. Imagine que conheci um cara num barzinho e fiquei com ele. É um cara bem mais velho. Tem 42 anos. Nosso relacionamento durou alguns dias e me dei conta que havia entrado numa fria. O cara é um louco obsessivo. Fica me fazendo chantagem. Ameaçou que iria se matar se eu o deixasse. Num desses dias ele veio comigo de táxi até a casa da minha avó. Eu não permiti que ele entrasse. Era de madrugada. Ele insistiu dizendo que queria pegar as coisas que ele havia deixado comigo. Acreditei que ele entraria, pegaria suas coisas e iria embora. No meu quarto ele quis me pegar à força, prometendo depois que ficaria quietinho ao meu lado. Eu queria que ele fosse embora. Houve uma grande discussão. Consegui



para mim a terapia é a prioridade.

Da maneira como você está usando sua cabeça, é preciso dedicar atenção a ela. O bom funcionamento dela é que é prioritário para o seu desenvolvimento

- colocá-lo para fora de casa, mas ele pulou o portão. A discussão ocorreu na rua e meus avós ouviram e vieram conversar com calma, fazendo com que ele fosse embora. Tem gente muito louca.
- A. É mais fácil perceber a loucura dos outros. Difícil é perceber a própria. Ter a noção dos limites, o que é realidade e o que é imaginação. O que se sente e o que se quer e o que se pode fazer.
- P. Eu sou muito burro mesmo.
- A. Não sei se é questão de ser burro. Você não me parece nada burro do ponto de vista intelectual, mas imaturo na maneira de lidar com os desejos e com as consequências dos desejos e das coisas que faz. Em parte porque é um jovem que está passando para a vida adulta e em parte por falhas que devem ter ocorrido em fases iniciais da sua vida. É por esse conjunto de razões que estou sugerindo nos vermos pelo menos duas vezes por semana regularmente. Mas, para isso, preciso da concordância dos seus pais.
- P. Tenho muitas atividades. Isso vai atrapalhar minha vida. Não tenho como vir duas vezes por semana, e meus pais não vão poder pagar.
- A. Será necessário eleger o que é prioritário para você.
- P. A prioridade para mim é a escola, meus amigos, preciso continuar recebendo a bolsa. Tenho aulas à tarde. Não vai dar e minha mãe disse que só pode ser uma vez na semana.
- A. Para mim a terapia é a prioridade. Da maneira como você está usando sua cabeça, é preciso dedicar atenção a ela. O bom funcionamento dela é que é prioritário para o seu desenvolvimento. Quanto ao pagamento, esta é uma questão que precisarei conversar com seus pais. Vejo você como um cavalo de corrida, cheio de energia, e que você está tendo

dificuldades para segurar as rédeas e conduzir o animal que existe em você, em cada um de nós.

- P. Mas que animal é esse?
- A. Todos nós temos esse lado. Na adolescência os hormônios agem intensamente. O corpo está passando por intensas transformações. Novos desejos surgem sem se preocupar se será bom ou mal para você. Quando você passa a se perceber melhor e a adquirir experiência a partir dos erros e dos acertos, como no caso que você contou, fica mais viável controlar o seu lado animal, as forças que vêm de dentro de você.
- P. Quer dizer que estou sendo dominado por minhas vontades e não sei conduzir meu cavalo.
- A. Sim. É por isso que precisamos falar com seus pais. Fica difícil conversarmos sem definirmos como vamos trabalhar. Há rédeas e regras que ajudam a dar as condições desse trabalho, como horários, férias, faltas e ajudar seus pais a entenderem a sua privacidade. Você sabe que seus pais estão querendo vir falar comigo. Inclusive tem a questão do pagamento que precisa ser combinada.
- P. Ainda não. Ainda não quero que eles venham. Concordo em vir duas vezes por semana.

Havia em mim um sentimento de urgência em não perder o contato com ele. Assim como ele vinha de forma intensa para as sessões, também poderia rompê-las sem avaliar as consequências. Fiquei apreensivo com a impulsividade de seus atos, o que me provocou fantasias de que ele pudesse ter atitudes autodestrutivas. Respeitei sua posição de postergar o encontro com os pais, mas seria imprescindível conversar com eles para dar continuidade ao trabalho, o que me parecia problemático, pois havia discordância entre a proposta de trabalharmos duas vezes por semana e o desejo dos pais de que fosse apenas uma vez.

Quarta sessão

Antônio vem de cabelo cortado.

- P. Fiquei pensando no que você me falou da imagem do cavalo. Fiquei incomodado com essa ideia e com

o fato de ter ficado excitado com minha amiga. Não podia imaginar que ao ficar com ela fosse sentir o que senti. Estou gostando muito dela. Estou atrapalhado e não paro de pensar nisso.

- A. Você está atrapalhado também pelo fato de nossa conversa estar mexendo com a sua cabeça. Tudo estava tão definido e eu venho com alguma ideia diferente que faz sentido para você e isto atrapalha. Gera dúvidas. Faz pensar. (Silêncio.)
- A. Quando se tem muita curiosidade e se vive uma experiência, pode-se descobrir coisas novas tanto no outro quanto em você mesmo. Isto leva a ter dúvidas e a pensar. Também pode passar de uma coisa para outra, de uma pessoa para outra, só para se excitar e não precisar pensar, não precisar sentir. Uma forma de se esconder da tomada de decisão.

Em minhas reflexões, pensei que no início de vida de Antônio pudesse ter havido um misto de superproteção e de carências em termos de discriminação afetiva. Suas vivências parecem ser intensas, superficiais e mal elaboradas. Uma voracidade sem tempo e espaço para a elaboração. Um aspecto onipotente também se fazia presente.

Lembrei-me que ele havia dito algo assim a respeito de seu pai e que nisso eles poderiam ser parecidos. Havia nele muitas questões: quem era ele, no que se assemelhava e diferia de seu pai. Lembrei-lhe também da questão do nome próprio, que ele queria ter nome diferente de seu pai. Provavelmente queria ser ele mesmo, mas o que era isso? A ligação com a bisavó materna e o conjunto de significantes que ela representava era outro ponto a ser investigado. O grau de ansiedade era tal que mesmo duas vezes por semana poderiam ser insuficientes, mas, para mim, era o que tornaria o trabalho viável. Tínhamos muito a conversar.

- P. É verdade. Mas não preciso vir duas vezes por semana. Tenho muitas coisas para fazer. Estou com a agenda cheia.
- A. Compreendo sua dificuldade. Você já passou por outras terapias uma vez por semana. Preciso que me dê um voto de confiança, já que veio e está aceitando minha colaboração.



em minhas reflexões, pensei que no início de vida de Antônio pudesse ter havido um misto de superproteção e de carências em termos de discriminação afetiva

- P. Está bem, mas se meus pais não puderem pagar?
- A. Sua preocupação é louvável, mas cabe a eles tomar essa decisão e a mim de propor algo que a viabilize. Pode ser que se consiga ou não viabilizar o processo. Dependemos, você e eu, da aceitação de seus pais para a realização deste trabalho, pois você é menor de idade. É cedo para você ter recursos e autoridade plena para decidir sobre isso. Porém, depende de você querer ou não realizá-lo. Para isto você tem autonomia, tanto que só foi marcada a primeira entrevista quando você concordou.

Houve um período de silêncio, raro por sinal, que foi quebrado por mim:

- A. Você tem ideia das condições econômicas de sua família?
- P. Eles vivem bem. Têm tudo de que necessitam, saem, viajam, vão a restaurante. Nada chique, mas eles estão bem. Acho que não falta dinheiro, mas eles precisam se controlar.
- A. Bem, quanto a essa questão do pagamento, não sei se você está sabendo, se você e seus pais conversaram sobre isso. Na ocasião da primeira consulta, eles me perguntaram o preço. Disse a eles, também, que conversassem com você a esse respeito. Eles preferiam que o pagamento fosse feito por um portador. Disse-lhes que poderia ser feito por meio da sua pessoa. Iríamos conversar e definir a forma de pagamento com a sua participação. Seu pai alegou que preferia pagar as sessões de julho e de agosto por meio de um portador, fora do horário da sessão. Voltei a afirmar que conversaríamos a esse respeito.
- P. Eu não sei que acerto vocês fizeram, mas só trarei o dinheiro se eu estiver de acordo.



é por esse descontrole e autopunição que precisamos definir o nosso trabalho: número de sessões, preço, forma de pagamento, faltas e férias

- A. Está bem. Mas não posso abrir mão das duas sessões.
- P. Está bem. Então eu venho ainda esta semana.

Quinta sessão

O paciente inicia a sessão retomando a questão do pagamento.

- P. Não vou me submeter a qualquer acordo que me violente. Não quero ser pombo-correio do que não concordo – diz referindo-se à questão do pagamento.
- A. Sua posição é nobre. Tem quem a valorize, mas pode haver questões que não dependem só do desejo, mas das possibilidades de realização de um projeto. Falaremos disso futuramente, quando seus pais vierem conversar conosco. Teremos de pensar juntos como construir caminhos viáveis. Isto implica saber o que cada um está disposto a fazer.

Antônio estava muito excitado. Deixa o sofá, onde habitualmente tem sentado, para se recostar no espaldar do divã colocado junto à parede. Aproximo a cadeira e fico à sua frente, no intuito de criar uma condição mais acolhedora.

Antônio enterra a cabeça entre suas mãos e com os dedos revoluciona os cabelos como se quisesse tirar algo da cabeça. Observo e digo:

- A. Você deve estar sofrendo muito.
- P. Sabe a menina que falei pra você? Ela ficou com X, o meu ex-namorado.

Ela é uma louca, promíscua. Fica com um, com outro, comigo e agora com X. Não é possível ela fazer isso. Não estou aguentando.

- A. Pelo visto você deve ter sentido muita raiva, ficando com ciúmes por ter sido traído. Acho que você está gostando dela, e agora está com muita raiva de ter sido passado para trás.

Com um movimento dramático, Antônio arregança a manga comprida da camisa (estava um dia muito quente e ele vestia uma camisa de flanela) e me mostra uma queimadura de uns sete centímetros que ele fez com isqueiro em seu braço esquerdo. Preocupado, me pergunta:

- P. Você acha que isso vai se curar?

Olho a lesão, que me parece superficial, e lhe digo:

- A. Penso que sim, que vai se curar. Mas você não pensou nisso no momento em que estava se queimando?
- P. Eu estava com muita raiva dela. O pior é que, apesar de ter ficado com o X, no final da festa ela veio me dar um beijo, sabendo da história que eu tive com ele. O que estou sentindo é muito estranho.
- A. Deve ser estranho, para quem se coloca como tendo certeza de que é homossexual, sentir atração, excitação e desejo por uma moça. Quantas coisas seu corpo e sua mente estão descobrindo. Quantas dúvidas e indefinições estão aí guardadas e que agora, nesse relacionamento, estão sendo postas para fora em busca de um sentido.
- P. Estou muito confuso com tudo isso.
- A. Parece ser mais fácil enxergar o que se passa com sua amiga e com X. Descrever o que ela e X estão fazendo. Julgá-los. Mais difícil perceber e dar nomes às coisas que estão se passando com você. Quem sabe você gostaria de poder controlar sua amiga e X para não sentir o que está sentindo: traição, ciúmes, raiva, dúvidas sobre você mesmo. Até porque o ato de você se queimar, uma das finalidades, é se castigar por alguma razão. É por esse descontrole e autopunição que precisamos definir o nosso trabalho: número de sessões, preço, forma de pagamento, faltas e férias. Podemos conversar entre nós dois, mas há detalhes, como já falei para você, que dependem da concordância e autorização dos pais.

- P. Vou pedir para meu pai ligar para você. Mas, acho que ele não vai querer que eu venha. Já falei sobre marcar um encontro, e ele me avisou que vai tratar de coisas que não pertencem a mim, como o pagamento.
- A. Por que será? O pagamento não envolve você? Não é você quem paga, nem seria possível para um jovem da sua idade. Mas envolve a sua pessoa saber quanto custa, qual o peso que o trabalho gera para a família, tanto econômico quanto emocional. Afinal você não é uma criança pequena.
- P. Não sei. Ele é esquisito.
- A. E você não perguntou o porquê, já que você está disposto a vir.
- P. Vai dar briga.
- A. Bem, de minha parte, a possibilidade de vir fica aberta.

Termino a sessão e, com a porta da sala aberta, ele para e me pergunta:

- A. Posso tomar sol? Será que não vai formar uma cicatriz feia como ficou quando me cortei?

Faço-o entrar novamente. Encosto a porta e digo:

- A. Você pode me ouvir como um conselheiro amigo. É bom sentir que tem quem cuida de você que está preocupado em cuidar do seu corpo. Não tem com quem possa conversar?
- P. Eu não quero preocupar meus avós. Você sabe o que posso passar?
- A. Alguma pomada para queimadura (paraqueimol; picrato de butezin).
- P. Irei a uma farmácia para me orientar.

Na segunda-feira pela manhã, o pai me telefona para saber o número de sessões. Digo a ele que, conforme já havíamos conversado, o filho deve estar sabendo o número de sessões. Seria uma oportunidade para eles conversarem. Ele concorda e diz que enviará o pagamento, provavelmente por um portador.



fomos jantar numa pizzaria e, como sempre, tudo se passou bem.

Falamos de tudo sem aprofundar nada. É tudo formal.

Sexta Sessão

Antônio entra e senta-se no sofá. Aparentemente mais calmo. Tomo a iniciativa de falar.

- A. Você sabe que seu pai me telefonou hoje pela manhã?
- P. Não. Ele não me falou nada.
- A. Conversamos rapidamente. Ele queria saber o número de sessões. Disse a ele que este poderia ser um tema para ele e você conversarem. Ele me disse que mandaria o pagamento por um portador.
- P. Não. Ele não me falou nada. Eles vão viajar amanhã ou depois de amanhã por quinze dias, e eu não estou sabendo de nada.
- A. Há lacunas na comunicação entre vocês. Temas que poderiam aproximar pai e filho não são tocados. Entretanto, aqui estamos conseguindo conversar até mesmo de coisas mais íntimas como as que você tem trazido para cá.
- P. Eu já falei com eles sobre a consulta que você quer ter conosco. Isto só poderá acontecer quando eles voltarem. Fomos jantar numa pizzaria e, como sempre, tudo se passou bem. Falamos de tudo sem aprofundar nada. É tudo formal.
- A. Você desaprova essa forma de ser. Você se sente melhor quando se é espontâneo. A relação de confiança fica mais forte.
- P. Você vai ver, ele não vai querer que eu venha na entrevista. Não sei por que ele faz assim. Com minha mãe é diferente, mas ela não se manifesta.

Antônio tinha razão, quando os pais voltaram, pediram que a entrevista fosse em um horário de final de semana, fora do meu habitual. Alegaram que não seria possível vir durante a semana, mesmo sendo à noite. Perguntado na



pretendo pensar o caso respeitando a sua lógica interna, reconstruindo suas razões e aqui e ali ponderando variantes e variâncias

entrevista a causa de não ter permitido a vinda do filho, o pai educadamente justificou que não cabia a presença dele, pois iríamos tratar do pagamento. Ele não precisa participar de questões que não lhe dizem respeito. Disse-lhe que entendia que havia a questão do pagamento, mas havia outra questão como o lugar de Antônio na família.

O pai argumentou que havia na vida de seu filho questões das quais ele (filho) não necessita participar. Citou como exemplo o pagamento da viagem de férias organizada pela escola. Caberia a ele, pai, discutir e decidir a forma de pagamento, não precisando incluir o filho nessa conversa.

CHRISTIAN INGO LENZ DUNKER

1. Considerações Preliminares

Cumprimento a equipe da revista *Percurso* por esta iniciativa inédita, necessária e atualíssima em nossa cultura psicanalítica. Um comentário de um caso clínico feito “às cegas”, mas não “às surdas”, por um psicanalista, guardando certa contingência quanto à diversidade de caminhos formativos dos envolvidos, é um experimento que reintroduz um pouco do espírito de ciência que há algum tempo estamos desdenhando. Um experimento que desafia a nossa capacidade de contar uma piada fora de nossa “paróquia” (para retomar o termo de Freud com relação às condições de eficiência de um chiste). Fácil é pregar para conversos, difícil é falar a língua franca da clínica para além de nosso condomínio.

Gostaria de explicitar como entendo as regras desse experimento. Não se trata de julgar

Questionei se essa posição não representava uma forma de proteção e de exclusão para um rapaz desejoso de se desenvolver e de expandir seus universos. Seriam conflitos que estariam perturbando o desenvolvimento emocional do filho, pois do ponto de vista intelectual não havia dúvida de sua excepcionalidade. A reação do pai foi o silêncio total. Retornei ao tema inicial a respeito do valor da sessão duas vezes por semana dentro de condições que me pareceram acessíveis. Assegurei-me que não poderia arcar com duas sessões semanais, mas que iria pensar. Sugeri que diante de qualquer dúvida eu estaria disposto a conversar.

Na manhã que antecedeu a próxima sessão de Antônio, o pai me telefonou para avisar que o filho não viria mais. Queria saber quanto devia. Sugeri que conversássemos, mas ele disse que não era necessário. Que o trabalho estava interrompido. Indaguei se diante dessa realidade eu poderia me despedir de Antônio, respondeu que eu não deveria falar com o filho em hipótese alguma.

os procedimentos e atitudes de um colega em sua estilística e sua maneira própria de conduzir o tratamento. Também não vejo que estejamos em um registro redutível ao da supervisão, uma vez que não nos escolhemos mutuamente para escrever o caso ou produzir o comentário. Pretendo pensar o caso respeitando a sua lógica interna, reconstruindo suas razões e aqui e ali ponderando variantes e variâncias. Freud aproximou a psicanálise de um jogo de xadrez, no qual é mais fácil examinar as situações de abertura e encerramento do que o “meio de jogo”, onde as variantes e contingências são muito mais imponderáveis e onde as regularidades reduzem-se, muitas vezes, a aspectos locais do tabuleiro. Pois então, no xadrez existe a figura do comentarista, ou do “analista”, que decifra os grandes jogos isolando principalmente seus

pontos críticos e as soluções mais inusitadas. É nela que gostaria de me inspirar.

O relato começa pela apresentação de uma grande transformação (“[Antônio havia] *mudado abruptamente*”) que culmina na sua confidência, para a mãe, de que ele era homossexual. Isso parece coordenar-se com duas séries de sintomas ligados respectivamente ao impulso: arrancar cabelos, cortar braços, agitação, fala compulsiva, briga corporal com o pai, e ao registro das identificações: usar roupas velhas, modificar a assinatura para a ascendência materna. Ele conta o “segredo” para a mãe não sem algum conflito. Teria ele esperado que ela criasse um espaço de aliança com ele (mantendo o segredo entre os dois), ou que ela repassasse o fato ao pai (como aconteceu)? A ausência de indícios textuais de que ele tenha ficado contrariado ou indisposto com a mãe sugere que se tratava realmente de uma carta que chegou ao seu destinatário, pelas vias maternas.

A causa indutora dessa revelação não parece estar coordenada com a descoberta da homossexualidade, mas com uma decepção no primeiro amor. Primeiro amor que entrou *em atividade* com um colega de escola. A ligação entre esse fracasso e o apelo ao pai, ainda que marcado por uma atitude opositiva iniciada pela recusa, torna-se assim a função gerativa da narrativa. Não surpreende que a sequência repita essa oposição: O psiquiatra diagnostica depressão, “Antonio melhora com a medicação, mas agora recusa-se a tomá-la”.

O pai traz uma leitura do caso que replica essa modalização do conflito. Os problemas começaram quando o filho “recusa-se a acatar as normas” diante de “expectativas frustradas” em uma atividade escolar. Mas, nessa versão do mito, o pai intervém realmente “junto à direção da escola”, o que propiciou a reintegração de Antônio, ainda que não como protagonista. Ele parece estar correto ao dizer que “são problemas de adolescência”, ainda que não saiba muito bem o que diz. Isso é congruente com a primeira entrada do psicanalista no enunciado do caso,



ou seja, mais uma vez somos convidados a ler que, diante da indiferença do pai, Antônio responde com uma negação

interessando-se pela reação do pai à homossexualidade, já anunciada no gosto preferencial por “brinquedos femininos” na infância. A escolha de transcrição do diálogo, em vez da paráfrase, neste ponto, cumpre a função de acentuar a atitude de indiferença do pai quanto à questão: *gosto dele igual, não é um problema, tudo bem* (curto e seco). Imediatamente na sequência, o texto retoma a posição da mãe lembrando que na infância ele negou-se a ir para a escola, permanecendo com os avós maternos durante “meses”. Ou seja, mais uma vez somos convidados a ler que, diante da indiferença do pai, Antônio responde com uma negação. Recusa e oposição que atingem aquilo que parece ser essencial ao desejo do pai, em termos da lógica do desempenho e do trabalho. Recusa-se a “comer”, recusa-se a “acatar as normas”, recusa-se a “tomar medicação”, recusa-se a ir “à escola” (onde era, por outro lado, excepcional aluno recompensado com bolsa), recusa-se a “morar conosco”. O caráter explícito, reiterado e reforçado dessa recusa, sugere que há algo a ser reconhecido nessa declaração sobre seu desejo, e talvez não seja a mera orientação homossexual.

Aqui está a quarta questão recorrente na narrativa: o segredo. Os pais conversam com o psicanalista, mas o rapaz “*não sabia que eles haviam me procurado*”. Nos dois encontros “descritivos” que se seguiram, a oposição de atitudes com relação à mãe e ao pai se aprofunda. Desde que Antônio era pequeno, o pai “*tentava se aproximar dele sem êxito*”. Ficava horas brincando de bonecas com a mãe. A meia-irmã é recebida com indiferença. Mesma indiferença diante do comentário do analista de que não se consegue dirimir bem o que eles estão sentindo. Essa



como na primeira cena, construída com os pais, na qual o psicanalista percebe a ausência de uma “leitura” dos fatos por parte do pai, aqui está ausente a leitura que Antônio fez do acontecido

sequência narrativa formada por alternância de alinhamento pai-mãe, recusa ou oposição e indiferença é suplementada pela posição do tratamento. A inclusão de mais um elemento nessa sequência torna-se assim o pivô para a reatualização dessa série: “voltaremos a ligar” – dizem os pais após terminadas as primeiras entrevistas.

De fato a mãe liga, e faz o relato da depressão pós-parto que fez Antônio ficar com a avó. Depois a suspensão de encontros e o psicanalista liga, recebendo do pai a notícia de que a “situação estava mais calma” e uma nova versão do “voltaremos a ligar”. Depois da terceira pausa, novo telefonema, agora do pai, dizendo que Antônio viria. Mas mesmo tendo combinando uma sessão conjunta, pai, mãe e Antônio, o que temos é a visita do simpático avô materno, trazendo o paciente. Tal descontinuidade não é tematizada, nem no relato, nem na sessão. Em vez disso, aparece a descrição detalhada do pequeno impasse na porta do consultório, com o avô perguntando o que fazer: entrar, esperar fora, esperar na sala de espera. Qual a sua função deste “erro de continuidade”?

Começam os encontros com Toninho: “*mais feminino que efeminado*”, observação que parece querer deflacionar a hipótese da homossexualidade mostrada como confrontação ao pai ou como mostração ao outro. Mais uma vez há o repique implicativo: “*você veio porque eles pediram ou há algum desejo seu?*”.

O paciente abre a primeira sessão com um relato íntimo, “você sabe que sou homossexual”, e com lembranças confirmativas. Depois vem a divisão, “*não tinha interesse pelas coisas do pai*”, “*com minha mãe é diferente, sempre falo com ela*”.

Vem então um enunciado novo: “*ela se submete a ele*”, “*ele só pensa em lucro e hierarquia*” e “*eu acho que devo fazer o que penso e sinto*”. A pergunta do psicanalista, “*por que não fala com ele?*”, traz uma cascata de significantes; o pai é: *machista, formal, conservador, politicamente correto*. Ele é “*tudo o que eu não quero ser*”. Portanto... “*ele é tudo*”.

O analista parece intuir que há um trabalho de dialetização dessa diferença ao ele mesmo acompanhar o movimento adjetivador, qualificando Antônio como *teatral*, contido como um “*vulcão prestes a explodir*”, *pernóstico e intelectual*. Sua enunciação bem poderia ser: “*... como seu pai*”. Com uma diferença substancial: o filho é intenso e disperso, o pai é seco e controlado.

Nova pausa. Nova sessão. Nela Antônio traz sua decepção com X que era uma “questão de pele”, mas que agora está saindo com uma de suas “*melhores amigas*”. Aqui temos com clareza o tempo de articulação desse ato. Ele se corta em resposta a isso. A intervenção do analista não enfatiza a estrutura desse ato. O que *quer dizer e a quem* ele se destina. Em vez disso propõe uma metáfora: “*quando se entra de cabeça se pode ficar cego*”. Este seria um momento em que se esperaria o aprofundamento da semiologia do ato: o que teria havido de errado com o namoro? O que faltou? O que sobrou? O que ele tentou fazer para conquistar ou reconquistar seu amor? Que papel exato teve a sua amiga na história? Exatamente como na primeira cena, construída com os pais, na qual o psicanalista percebe a ausência de uma “leitura” dos fatos por parte do pai, aqui está ausente a leitura que Antônio fez do acontecido. Não se sabe, por exemplo, se esta é a primeira vez que ele se corta. De onde vem a escolha do corte no braço. Falta um capítulo. Assim como falta o capítulo onde se saberia o que o pai diz ou fez para levar um vaso na cabeça como resposta.

A terceira sessão se abre com o psicanalista dizendo que o pai liga insistentemente para resolver o assunto do pagamento. Aparentemente, o psicanalista quer usar o contexto de fixação dos termos do pagamento para criar uma situação coletiva de negociação e consenso.

Contudo, já se anuncia aqui que essa solução é justamente o impossível em torno do qual o caso se organiza. Em outras palavras, se eles estivessem em condições de conversar e acertar um procedimento consensualmente estabelecido, as coisas não estariam como estão. Talvez apostando na força da incipiente transferência, o psicanalista parece depositar grande esperança de que um análogo do problema que os trouxe (“*ele só se interessa por dinheiro e hierarquia*”, “*não fazemos nada juntos*”, “*só falo com minha mãe*”) pudesse se resolvido “em ato” e “em miniatura” no contexto do tratamento. Nada faz supor que o tratamento seria uma exceção a esse funcionamento. Para Antônio esse tema já haveria de ser resolvido com auxílio do avô paterno. Ele tinha coisas mais importantes a tratar: o encontro com o cara mais velho que depois se torna uma espécie de invasor em sua casa, a discussão subsequente na rua, a intervenção dos avós. Ele acusa o fugaz namorado (louco) e se autorrecrimina (*burro*). Mas em vez de entrar no assunto e fazer a anatomia do sucedido – como ele se envolveu com o tal sujeito? o que ele havia pensado ou sentido na situação? –, o psicanalista retoma o tema do contrato, insistindo em duas sessões por semana. Junto com isso ele vai para uma posição mais recuada, na qual oferece a imagem do “*cavalo de corrida*” e da “*intensidade dos hormônios*” que é recebida como: “*Quer dizer que estou sendo dominado por minhas vontades e não sei conduzir meu cavalo*”. O termo “dominado” parece articulado ao conflito com o pai: ser *dominado* por ele (como minha mãe), *dominar* a mim mesmo (como no ato de contenção), ser *dominado* por mim mesmo como outro (minhas vontades). Mas novamente o psicanalista quer trazer esse avanço subjetivo para a esfera do contrato: “*há regras e rédeas*” por aqui também. Essa estratégia começa a cobrar seus efeitos: ao se colocar de forma sincrônica com o pai, ele desperta a mesma atitude de recusa, contra a qual fomos advertidos desde o início. Mas agora há um avanço. Antônio concorda com as duas vezes por semana, mas recusa ceder ao encontro



havia aqui a possibilidade de, ao aceitar apenas a “metade do pacote”, Antônio alinhar-se com o analista contra os pais que, juntos, queriam uma vez por semana

coletivo com os pais. Havia aqui a possibilidade de, ao aceitar apenas a “metade do pacote”, Antônio alinhar-se com o analista contra os pais que, juntos, queriam uma vez por semana.

A quarta sessão começa como um assentimento à intervenção da sessão anterior. Seu “cavalo” se manifesta inesperadamente com uma amiga, em relação à qual surgem sentimentos amorosos “indomináveis”. Contudo, a observação de que Antônio está passando de um objeto a outro de excitação como forma de evitar decisões, bem como eventuais ligações dessa tendência com experiências infantis (superproteção, carência e indiscriminação), parece deixar no ar a questão mesma do sujeito: como é possível envolver-se com uma garota? Como na sessão anterior, a abertura de uma questão é vertida para o tema das duas sessões e do pagamento: “*you are younger. I give up for you to have resources and full authority to decide on this*”. Em meio a essa demanda, ele responde: “*I don't lack money, but they need to control*”. Devolvendo assim um significante “*controlar*” que se aplica a si, ao pai e ao cavalo, e ainda indiretamente ao amante por quem fora preterido, e por negação à jovem por quem começa a se apaixonar. Por outro lado, o recurso à minoridade e à dependência dos pais, em uma cena estruturada em torno da derrogação desse ponto, parece uma manobra transferencial de grande risco.

Isso continua na quinta sessão, por meio da declaração veemente e opositiva: nem acordo violento, nem pombo-correio. Nada melhor do que essa dupla negativa para situar a posição desse sujeito entre seus pais. O fato de que a jovem dama tenha se envolvido com seu ex-prestendente



portanto, o que temos é a aparição de Antônio como sujeito bem delimitado, logo em seu primeiro encontro. Ele renuncia à sua posição suposta de recusa de algo que vem dos pais

desencadeia uma segunda resposta traumática: dessa vez ele não se corta, mas se queima. E a raiva é dela, porque depois de ficar com “X” veio dar um beijo em Antônio, “sabendo da história que tive com ele”. Mais uma vez se perfila a combinação: recusa (ao contrato), divisão entre (pai e mãe, agora desdobrados em “X” e a menina) e segredo violado. Mais uma vez temos a emergência de um ato que responde a tais condições de produção, mas cujo sentido como mensagem para o outro permanece opaco: *você acha que isso vai se curar?* Diante dessa pergunta o analista volta em “controlar sua amiga”, “castigar-se e punir-se”, concluindo que “*É por este descontrole e autopunição que precisamos definir nosso trabalho: número de sessões, preço, forma de pagamento, faltas e férias*”. A resposta é uma síntese da mesma repetição: *vai dar briga (divisão), ele não vai querer que eu venha (recusa) e... será que meus avós vão descobrir (a queimadura), não quero preocupá-los (o segredo)*.

Na sexta e última sessão, o tema resume-se ao pagamento e à reunião deliberatória esperada pelo psicanalista como uma espécie de condição para começar o trabalho. “*Há lacunas na comunicação entre vocês. Temas que poderiam aproximar pai e filho não são tocados*.” Verdade, contudo uma verdade que aplica à própria transferência. Verdade que se reapresenta no triunfo repetitivo do Real: o pai exclui o filho da entrevista e do tema do pagamento, ele não poderia pagar por duas sessões, e depois que o trabalho estava encerrado e que o analista “*não deveria falar com o filho em hipótese alguma*”.

Portanto, o que temos é a aparição de Antônio como sujeito bem delimitado, logo em seu

primeiro encontro. Ele renuncia à sua posição suposta de recusa de algo que vem dos pais. Isso tem como correlato, do lado do pai, a derrogação do combinado em torno da sessão conjunta. Esse pequeno erro de continuidade poderia ter sido melhor ponderado. Ele simplesmente reafirma a lógica da situação, que dá nome ao sintoma: *ali onde o filho aparece em oposição, o pai recusa-se a reconhecê-lo*. E isso tem uma versão imaginária explícita em Antônio: *ele é tudo o que eu não quero ser*. Uma alienação problemática e inversiva, em relação ao desejo do Outro, que se espria em atos denegatórios: assinar o nome dos bisavós, apresentar-se em uma imagem inadequada, vestir *roupas velhas* (uma boa metáfora para simbolizar sua crise de identificações), mas que se denunciavam também como resposta de assentimento, ainda que inconsciente, à demanda do pai: ser um aluno esforçado e trabalhador que merece uma bolsa (como seu pai talvez tenha sido). Há um emparceiramento neurótico: o que o pai espera aparece como desejo recalcado no filho, e o que é desejo recalcado no filho aparece como desejo no pai.

O desentranhamento das fantasias acarreta efeitos imaginários de grandes proporções em termos de indução de angústia: até que ponto a assunção de seu desejo por outros homens será percebida como um desejo opositivo dirigido ao pai. Tanto do ponto de vista da leitura dos pais quanto das intervenções do analista, percebe-se que a problemática da homossexualidade cai mais do lado da identidade e das reformulações na relação com a imagem, do que do lado da série simbólica de seus objetos para o desejo, sejam eles “x”, o menino que o decepcionou, seja “y”, o louco invasor de 42 anos, seja “z”, a menina que causa inesperadamente seu desejo e seu amor. O analista parece ter escutado essa diferença quando comenta que Antônio tem uma apresentação mais *feminina* (como traço de identidade) do que *efeminada* (como traço de endereçamento de desejo ao Outro).

A recorrência de *actings outs*, como queimar-se, cortar-se, a passagem ao ato da agressão

ao pai, sugere duas coisas: (a) dificuldade de tramitação da angústia e (b) há algo da ordem do desejo que se vê apartado ou excluído da captação na transferência, logo da possibilidade de interpretação. Por isso Antônio não consegue articular propriamente seus sintomas ao tratamento. A emergência do real não é examinada em detalhe, mas não deixa de ser intuída pelo analista. Talvez seja por ter percebido a ausência de circulação da palavra entre pai e filho que ele insiste na realização de uma sessão coletiva, no assentimento do pai das duas sessões e assim por diante. Contudo, este deveria ser o horizonte inicial de realização da cura e não o seu pressuposto.

A aposta de que esse pai seria demovido, pela transferência assim postada, a compartilhar a circulação do falo com seu filho, reconhecendo-o mais como um sujeito do que como um *infans*, parece uma aposta demasiado forte para o contexto. E ela se enfraquece ainda mais quando o analista faz parceria com a demanda do pai e

Flávio Carvalho Ferraz

Como primeira observação, eu gostaria de destacar que o material clínico apresentado traz à tona a questão da própria complexidade do significado de um *material clínico*. O que vem a ser isto? Certamente um amálgama que contém o paciente com sua história e sua família, o paciente em transferência com o analista, a escuta do analista – condicionada por sua contratransferência e por suas crenças teóricas – e o seu manejo clínico.

Até aí nada de novo. Esta observação pode ter validade universal tratando-se de apresentação de materiais clínicos em psicanálise, mas no presente caso a decomposição fatorial do conjunto se insinua de maneira tão visível que quase chega a ser didática. Vejamos.

Há uma peculiaridade importante no material apresentado: mais do que o fragmento de uma análise ou um historial clínico sintético,



o cerne do material trazido pelo analista é a história da impossibilidade do estabelecimento de um contrato analítico e o conseqüente aborto de um tratamento

posiciona Antônio como um “menor de idade” que não pode resolver as “coisas de adulto sozinho”. Lembremos que sexo e dinheiro andam juntos. Aqui havia a variante mais simples e menos arriscada de aceitar o funcionamento atualmente em curso, deixá-lo entrar na transferência, para depois disso agir sobre ele, ou seja, receber o dinheiro pelo portador, suportar uma vez por semana (quicá como um acordo provisório) e criar as condições para que Antônio continuasse vindo e falando. O próprio paciente abre essa possibilidade ao dizer: “*prefiro continuar vindo algumas vezes antes de falar com meus pais*”.

trata-se, primordialmente, do relato de uma série de entrevistas preliminares que não evoluíram rumo a um processo analítico. Este é, para mim, o cerne do material trazido pelo analista: a história da impossibilidade do estabelecimento de um contrato analítico e o conseqüente aborto de um tratamento. Quando, conforme as evidências, a necessidade de uma análise era indiscutível.

Antes de entrar no tema da frustração do projeto de análise, tanto para o paciente como para o analista – ao que me pareceu, mais para o segundo –, gostaria de assinalar alguns pontos sobre o paciente. Ele se apega a sua definição como homossexual com um vigor sintomático, fato que não passa despercebido ao analista. Parece que *definir-se* assim é mais importante do que *ser* assim. Independentemente de qual seja sua orientação sexual predominante, definir-se como homossexual e fazer disso um tema



A crise vivida por Antônio pareceu-me com o que C. Bollas chama de colapso normótico, que pode ocorrer quando o adolescente não consegue mais suportar a normopatía familiar

compartilhado na intimidade com a mãe, com a exclusão inicial do pai, é uma operação que fala da economia das identificações e afetos na família. O paciente procura, aparentemente, eliminar as marcas da paternidade e da linhagem paterna. Passa a assinar apenas o sobrenome da bisavó materna e a relacionar-se predominantemente com os avós maternos, com quem inclusive vai morar. Portanto, ser homossexual, nesse caso, é algo para além de uma escolha objetual: é uma espécie de fidelidade à mãe e de recusa ao pai, ao que parece, “exigida” inconscientemente pela mãe durante a formação subjetiva de Antônio.

Tudo isso denota um funcionamento familiar bastante perturbado. A mãe entra em depressão, logo após o nascimento do filho, ao constatar que o bebê real era diferente do seu bebê imaginado, que nada mais seria do que uma extensão narcísica de si própria. A partir daí ela vai engendrando para seu rebento uma identidade próxima da sua, ou seja, feminina. O pai, alijado do desenvolvimento do filho, segue “sem perceber” a operação que ia sendo tramada. Comporta-se de um modo normótico, seja ao não ver o que vai acontecendo com o filho e com a relação deste com a mãe, seja ao eliminar qualquer ressonância afetiva que isso poderia lhe trazer, aí incluída sua decepção com o desfecho da identificação sexual do filho. Antônio vai crescendo embalado eroticamente pela identificação com a mãe e pelo rechaço da figura paterna.

1 P. Marty e M. M'uzan, “La pensée opératoire”, *Revue Française de Psychanalyse*, 27, número especial, 1962, p. 345-356.

2 C. Bollas, “Usos expressivos da contratransferência: notas para o paciente de si próprio”, in *A sombra do objeto: psicanálise do conhecido não pensado*, Rio de Janeiro, Imago, 1992, p. 244-286.

A crise que se assiste no momento anterior à procura do analista é um fenômeno de explosão da ordem instalada, que em algum momento, certamente, não mais poderia seguir o curso de pseudo adaptação que até então parecia prevalecer. Evidência do funcionamento normótico do pai (que apresenta um genuíno *pensamento operatório*¹) é, por exemplo, a falta de percepção de qualquer alteração da dinâmica afetiva da família quando a filha de seu primeiro casamento vem morar com sua nova família. A mudança descrita se restringe à distribuição dos quartos! Apenas a realidade material é percebida e investida, numa defesa ferrenha contra qualquer emergência de aspectos subjetivos. Outra evidência disso é a postura, agora do casal, que age, em plena crise, como se tudo estivesse bem na família, o que leva o analista a pensar em uma “fachada politicamente correta”.

A crise vivida por Antônio pareceu-me, portanto, com o que Christopher Bollas² chama de *colapso normótico*, que pode ocorrer quando o adolescente não consegue mais suportar a normopatía familiar. Surgem então fenômenos similares à irrupção de uma psicose ou crises em que severos *acting-outs* ganham a cena, exatamente como no caso de Antônio. Curiosamente é o momento em que o pai é instado a quebrar sua recusa em relação à homossexualidade do filho. Mas ele o faz também de maneira normótica, uma vez que prossegue afirmando que, para ele, isso não constituía problema algum. É um modo de tentar manter a mesma postura de recusa, se não mais do fato, agora do afeto a ele associado. E à mãe é permitido continuar partilhando eroticamente da intimidade do filho, mantendo o pai afastado daquela relação gozosa.

Sei que tudo isso soa muito óbvio. Mas há algo para além dessa obviedade que vai repercutir na resistência à análise e no fracasso do contrato analítico. Sabemos à exaustão que as famílias têm lá sua falsa harmonia em meio a todos os modos patológicos de funcionamento. Da mesma forma, sabemos que cada um de seus membros ocupa, nessa dinâmica, um lugar que



vai sendo cristalizado, o que torna difícil o movimento de qualquer um deles dentro da estrutura, uma vez que a mudança de uma peça afeta toda a engrenagem construída.

No momento do susto com a crise psíquica de Antônio, abre-se uma brecha para o analista, ou seja, abre-se uma fenda na estrutura fechada que até então seguia seu curso patológico com o gozo de todos os envolvidos, numa verdadeira *comunidade da recusa*, como Denise Braunschweig e Michel Fain³ denominam o mecanismo que resulta nesse tipo arranjo familiar. É então que se dá a primeira entrevista dos pais com o analista, em que este já se impressiona com a diferença abissal entre as dinâmicas do relacionamento de Antônio com o pai e com a mãe. E também com a forte recusa dos pais sobre as frustrações das expectativas que a crise do filho poderia fazer emergirem.

Há claros indícios da resistência que a partir daí se estabelece. Além do fato de terem marcado a entrevista para uma data próxima ao início das férias, o contato subsequente com o analista, que fica combinado ao fim da entrevista, não é feito. É o analista que se preocupa em telefonar para o pai de Antônio, que, muito educado e formal, conta-lhe que tudo estava “mais calmo”. Passam-se então longos seis meses até que o pai retoma o contato com o analista, dizendo-lhe que o filho se dispusera a vê-lo. É aí que começa a outra parte da história de uma resistência.

Antônio critica severamente seu pai para o analista. Reitera o que este já sabia sobre sua forte ligação com a mãe, com quem era possível conversar, e seu solene horror ao pai, com quem nada podia falar sobre sua subjetividade, uma vez que ele, pai, só sabia tratar objetivamente os fatos: descreve-o como “pragmático, cartesiano”. No meu entender é aí que certos mecanismos inconscientes mais sutis vão entrando em cena e determinando, silenciosamente, o curso do trabalho e seu desfecho desfavorável à análise. É fácil cairmos nas deduções a que podem nos conduzir um “estudo de caso” baseado nas teorias psicanalíticas do desenvolvimento mais lineares. Mas essa forma

quando se diz ao paciente que não dá para fazer de tudo na vida, e que é necessário fazer escolhas, perde-se, no meu entender, a oportunidade de dar maior vazão ao universo fantasmático

tão óbvia tomada pelo arranjo discursivo do caso, no seio da própria família, contém armadilhas transferenciais que frequentemente nos driblam e dão vitória aos fenômenos resistenciais.

Antônio revela suas intimidades ao analista de modo imediato. Parece não apresentar resistência. Toma o analista por uma espécie de pai oposto ao real, que tudo pode ouvir, tal qual a mãe. O paciente abre o tema da sua homossexualidade, seus sentimentos em relação aos pais, seus namoros, o problema que encontrou no relacionamento com um homem mais velho etc. O analista, obviamente, encara os fatos com a natural e inelutável contratransferência e com sua teoria de suporte, que, ao que podemos deduzir, inspira-se fortemente na ideia bioniana do “aprender com a experiência”. Sua tentativa de enquadrar o caos trazido pelo paciente, buscando ajudá-lo a obter um mínimo de organização mental e de contato com sua experiência emocional, rumo à formulação de um pensamento, é patente e louvável.

Mas há risco de que essa forma de proceder adquira um tom adaptativo, que faça com que Antônio, inconscientemente, entre em contato com o desejo também inconsciente do pai sobre si. Quando se diz ao paciente que não dá para fazer de tudo na vida, e que é necessário fazer escolhas, perde-se, no meu entender, a oportunidade de dar maior vazão ao universo fantasmático. É como se a castração viesse antes da afirmação plena do desejo. Isso se torna mais patente quando se propõe ao paciente que pense mais profundamente sobre sua escolha homossexual, colocando-a em questão. Sem dúvida que toda escolha de objeto pode ser pensada numa análise, mas no contexto das entrevistas



agindo assim, o analista acaba estreitando a sua via de contato também com o pai de Antônio, delegando ao paciente o trabalho de intermediação

preliminares isso pode assumir uma certa tonalidade ortopédica. Antônio, de fato, dá então relevo à atração que sente por uma certa garota. Mas não seria o caso de pensar se não se trataria, aí, de um afago transferencial ao analista? Analista que, assim, seria investido pela imago paterna, a despeito do discurso consciente de condenação intelectual do pai real. Tal como o pai, o analista “sabe”, fato que pode impedir sua aproximação mais profunda com o paciente.

O que assistimos a partir de então, como elemento central do encontro entre paciente e analista, é o embate em torno do contrato e a insistência, por parte do segundo, sobre as duas sessões semanais, quando pai e filho se acham unidos – e, portanto, identificados – no finca-pé em torno da defesa de apenas uma sessão. Isso aparece na terceira sessão, em que o paciente alega ter outras prioridades que não a análise. E se repete na quarta, quando Antônio diz que não precisa de duas sessões semanais. Aliás, nessa mesma sessão, o analista tem uma percepção importante, que é a da possível identificação entre pai e filho em torno da onipotência e da “voracidade sem tempo e sem espaço para a elaboração”.

O analista segue regamente os preceitos da técnica analítica, mantendo-se numa linha de ação que privilegia a autonomia do paciente em torno do estabelecimento do contrato. Todavia, sabe que, tratando-se de um menor de idade, os pais são os responsáveis pelos termos do contrato. Mas confia na ideia de que o filho deve lidar com seu pai a respeito desse tema; alega que “há

lacunas na comunicação” entre pai e filho, o que funciona como uma insinuação de que o filho deveria procurar ampliar o espaço de contato e de diálogo com o pai, o que não era possível, em absoluto, naquela família perturbada. Agindo assim, o analista acaba estreitando a sua via de contato também com o pai de Antônio, delegando ao paciente o trabalho de intermediação. Mas o que me parece é que a possibilidade de um eventual diálogo com o pai – que fosse uma conversa verdadeira, em que ambos os lados se escutam, e não as brigas correntes com as agressões verbais e físicas – estava exatamente na dependência dos progressos iniciais de uma análise, não podendo ser, assim, uma exigência prévia a esta, o que seria uma espécie de *petitio principii*.

O encaminhamento dado à difícil situação seria perfeita se não se tratasse de uma família tão doente. Essa linha de ação psicanalítica assumida parece ter sufocado precocemente a análise incipiente que se esboçava. Lançou o filho na identificação com o pai em torno da resistência. Esse é um fenômeno insidioso que se descortina no horizonte de uma análise: a desmentida, em ato, do discurso convencional e consciente sobre a dinâmica familiar, em torno das modalidades das relações afetivas e das próprias identificações. Pergunto-me: por que a insistência sobre as duas sessões semanais? Claro que seria melhor se houvesse mais sessões. Não é isso que quero pôr em discussão. Mas este se tornou o assunto predominante das sessões e uma condição *sine qua non* imposta pelo analista para que ocorresse a análise, à guisa de um saber indiscutível.

Claro é também que a ingerência do pai sobre a análise do filho não deve ser acolhida, e nem tampouco estimulada. O pai insistia em alijar o filho dos termos do contrato, sobretudo de seus aspectos financeiros. Mas nas análises de crianças e de adolescentes, quando sua própria condição de possibilidade reside na assunção parental da responsabilidade financeira, há que se ter um pouco mais de tato ou de flexibilidade. Penso que o desejo do analista de analisar, já exposto no telefonema que dera aos pais de

3 D. Braunschweig e M. Fain, *La nuit, le jour: essai sur le fonctionnement mental*, Paris, PUF, 1975.

Antônio depois das férias, tomando a iniciativa que deveria ser da família, se sobrepôs à necessidade de análise, apenas fragilmente sentida por Antônio e por seus pais. Na terceira sessão, algo assim se repete: ante a afirmação do paciente de que a prioridade em sua vida eram a escola e os amigos, o analista se contrapõe asseverando que, para ele, a análise era a prioridade. Isso não impediu que a força resistencial da inércia familiar viesse a prevalecer. O pai encerra o processo sem deixar nenhuma chance para conversa. Mas estaria Antônio à parte de tal processo resistencial? Creio que não, e este é o ponto insidioso que pode nos desnortear se “acreditarmos” nas juras conscientes do paciente quando afirma ser tão diferente do pai, ou até mesmo oposto a ele...

Constitui parte do processo analítico desvendar os laços inconscientes que unem o paciente a seus familiares, inclusive fazendo com que este tome consciência de seu papel nessa engrenagem. E de levá-lo a pensar sobre a ambiguidade de seu desejo entre a ruptura e a manutenção dos mesmos. Mas nos pacientes mais frágeis ou com um funcionamento mais precário, esse processo é mais difícil e merece muito cuidado. Muitas vezes eles são vítimas de uma simbiose instalada pela mãe, como é patente em Antônio. Nesses casos, como na criança e no psicótico, confiar na ideia de que os *insights* obtidos na análise são suficientes para fazer com que o paciente altere sua posição diante de seus objetos é um procedimento temerário. Lembro-me de um paciente psicótico que às vezes tinha, durante a sessão, verdadeiros *insights* sobre o jogo perverso que sua mãe lhe impunha e com o qual o controlava. Após “jurar” que não

mais toleraria aquilo, saía da sessão pronto a “conversar” com ela, disposição que abandonava assim que a via e recebia de suas mãos um pequeno maço de notas de cem reais...

Penso que em casos como o de Antônio, em que é indiscutível a necessidade de análise, podemos jogar com uma margem de folga maior em torno do contrato, sobretudo quando está em cena um pai com as características que vimos. Este se sentiu ameaçado pelo eventual pacto entre filho e analista, do qual ele seria excluído, tal como excluído fora do pacto entre seu filho e sua mulher. Uma sessão semanal, por mais que representasse um limite significativo para o trabalho, seria melhor do que nenhuma. A análise das simbioses poderia ser feita ao longo do tempo, inclusive com a inclusão dos pais no tratamento. Ao menos assim teríamos tido uma chance.

Reconheço os benefícios de um maior número de sessões, evidentemente. Mas às vezes me pergunto se o fechamento de questão em torno disso é sempre um procedimento em benefício da análise ou se não pode ser, eventualmente, expressão de um “superego” técnico, agindo mais como guardião da “instituição” da psicanálise do que propriamente como elemento de preservação do método psicanalítico. Tenho tido muitos casos de verdadeiras análises com a frequência de uma sessão semanal, em que os benefícios para os pacientes são inequívocos. Sei que estou em desacordo com muitos e bons colegas sobre este ponto, cujo posicionamento respeito. Mas, cada vez mais, julgo que a essência da análise passa ao largo de sua formalização. Não do enquadre, claro.

A Saga de Sabina Spielrein e o resgate de sua obra

Camila Salles Gonçalves

Resenha de Renata Udler Cromberg (org.), *Sabina Spielrein – uma pioneira da psicanálise*, São Paulo, Livros da Matriz, 2014, 400 p. (Obras completas – volume I)

Renata Cromberg é muito mais do que organizadora do primeiro volume das obras completas de Sabina Spielrein, apesar dos dizeres da capa. Trata-se de um livro seu, que contém textos de Sabina Spielrein, e que resulta de pesquisa extensa e profunda. Na publicação, há, pois, um livro dentro de outro. Cada um deles é composto por diversos escritos confluentes, de uma e de outra psicanalista. Os de Sabina Spielrein, neste volume, são: *Sobre o conteúdo psicológico de um caso de esquizofrenia precoce* (1911), *A destruição como origem do devir* (1911), *A sogra* (1913) e a *Carta a Jung de 20 de dezembro de 1917*. Se hoje estão à nossa disposição, para serem lidos

1 A. Carotenuto, *Senso e contenuto della psicologia analítica*, Turim, Boringhieri, 1977, em citação da autora, p. 19.

2 *Jornada da alma* (2002), de Roberto Faenza, e *Um método perigoso* (2011), de David Cronenberg. Na Bibliografia, Renata Cromberg lista outros filmes, menos comerciais: *Apocalypse*, Documentário francês, dirigido por Isabelle Clark, com texto e narração de Daniel Kostel, 2009 e *Ich hiess Sabina Spielrein*. Direção: Elisabeth Márton; intérpretes: Eva Osterberg, Lasse Almeback; Suécia, 2002, (90 min) DVD – Fran 7 ar, Cined 8120” (p.393).

Camila Salles Gonçalves é psicóloga; psicanalista; membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e do cetec (Centro de Estudos de Teoria dos Campos); professora de filosofia, com graduação e doutorado pela FFLCH da USP; autora de *Desilusão e história na psicanálise de Jean-Paul Sartre* e de vários artigos publicados em jornais, revistas e coletâneas.

e estudados, cumpre lembrar as vicissitudes que encontraram antes de chegarem a nossas mãos.

Na “Introdução – O pioneirismo de Sabina Spielrein” (p.19), Renata Cromberg relata a incrível história dos documentos, que começa com o professor e psicólogo analítico junguiano, Aldo Carotenuto, autor de *Senso e contenuto della psicologia analítica*¹. Neste livro, ele revela sua suspeita de que Sabina Spielrein tinha desempenhado um papel importante na formação intelectual de Jung, para além do que havia ocorrido entre ambos na vida pessoal. Um outro professor, Carlo Trombetta, que também já encontrara o nome de Sabina Spielrein em suas próprias pesquisas, leu a obra e comentou a respeito com outro colega, o professor Georges de Morsier, de Genebra. Este, por sua vez, não se esqueceu da conversa e, em outubro de 1977, comunicou a Trombetta uma descoberta recente: haviam sido encontrados, nos porões do Palais Wilson, antiga sede do Instituto de Psicologia, em Genebra, alguns documentos que tinham relação com Jung, Freud e Sabina Spielrein. O desfecho dessa sucessão de acontecimentos é que, depois de uma semana, “Aldo Carotenuto estava de posse dos papéis que fundamentavam suas conjecturas” (p.19).

O uso ficcional da personagem Sabina, por exemplo, nos roteiros de dois filmes bastante conhecidos², passam ao largo de circunstâncias de sua vida e obra, que Cromberg registra com precisão: em *Jornada da alma*, “sua obra escrita é totalmente ignorada” (p. 217-218) e, em *Um método perigoso*, “ignora-se também sua importância clínica e teórica” (p. 218). Não obstante, ambos contêm suposições a respeito daquilo que teria causado um esquecimento proposital de sua obra, obra esta decisiva, na história da psicanálise, e icônica, na história da revolução comunista e na da Segunda Guerra Mundial. Uma abordagem que também se pergunta a respeito do sentido de algumas versões da biografia da autora exige mais do que apenas contar uma história. Cromberg realiza uma investigação fundamentada e rigorosa, *sem perder a ternura*, ou seja, tornando presentes situações que nos tocam

e intrigam, diante dos traços ímpares de Spielrein, uma mulher russa na Suíça, nos tempos de Freud e de Jung.

O Livro de Sabina Spielrein

Nos dois primeiros escritos, o estilo, às vezes, para mim, soa ingênuo, às vezes obsessivo. No início, algumas afirmações parecem submetidas apenas à necessidade de mostrar um pensamento apoiado nas ideias junguianas. Seria extemporâneo levar a sério essas impressões, sem a profundidade das leituras bem apercebidas que encontramos no trabalho de Cromberg. Mas, de imediato, proponho mínimos exemplos, para que o leitor tenha contato com a escrita de Spielrein. Trago, para iniciar, um, extraído de "Sobre o conteúdo psicológico de um caso de esquizofrenia" (p. 127). Quero frisar que, nessa tese de psicanálise, seguimos um relato, seguido por comentários, no qual todas as teorias fantasiosas ou delirantes da paciente, escutadas em minúcias, foram anotadas por Spielrein. Muitas delas apareceram em resposta a suas perguntas. Ela escreveu, a respeito da paciente, que costumava alterar sentidos dos próprios *conceitos* que inventava: "É curioso o fato de a paciente nem sempre utilizar os conceitos com o mesmo sentido. Assim, por exemplo 'histologia' para ela, às vezes é uma doença dos tecidos, às vezes, a melancolia associada à mesma" (p. 161). Comentou:

"Algumas vezes temos a impressão de que ela busca formas de expressão adequadas, ou seja, símbolos. 'Ela procura confundir o outro', me disse o médico que a tratava. Ela transforma todas as coisas possíveis e adequadas em símbolos do mesmo pensamento, exatamente como no sonho" (p. 161).

A concepção de símbolo adotada por Spielrein faz parte de uma teoria, desenvolvida ao longo de sua obra, que merece ser retomada seguindo os comentários de Cromberg.

Agora, um exemplo, que extraio de *A destruição como origem do devir*, do modo de escrever

daquela que estava *vindo a ser* psicanalista: "A partir de minhas experiências com moças, posso dizer que o afeto de angústia é normal, o qual passa ao primeiro plano dos afetos de recalca-mento quando a possibilidade de realização do desejo surge pela primeira vez" (p. 250).

A afirmação sobre sua experiência é feita no contexto de um parágrafo em que ela justifica ter, acima, apresentado palavras de Jung que aludiriam a "um perigo desconhecido presente no ato erótico" (p. 250).

Se esperávamos que apenas confirmasse as palavras do mestre, não é o que encontramos. Podem-se constatar os traços de uma autora assertiva, capaz de enunciar uma teoria sobre a angústia, que ela domina, como verificaremos mais adiante. No texto transparecem também sua erudição e a criatividade de seu pensamento associativo, sobretudo na elaboração de referências mitológicas, que percorre passagens não só do mito de Siegfried, mas também de vários outros, e interpreta textos de Nietzsche. Mas, acima de tudo, quero indicar o modo pelo qual faz suas ideias próprias, relacionadas com a minuciosa apresentação do caso clínico, articularem-se com as de Freud e de Jung. Ela reafirma a existência de um parentesco entre o mecanismo do sonho e o pensamento arcaico e, após recorrer ao postulado segundo o qual Freud e Jung *inicialmente* mostraram haver paralelismo "entre os fenômenos neuróticos e oníricos e manifestações da esquizofrenia" (p. 213), enuncia mais um dos temas a que se dedica: "então eu acredito poder acrescentar dados relevantes ao conceito Freud-Junguiano com uma visão filogenética" (p. 213).

Leitores de Freud, reconhecemos o quão importante a visão filogenética se tornou em sua obra, que Cromberg esquadrinha ao relacioná-la com a de Spielrein.

Ainda, algumas observações sobre o pequeno ensaio *A sogra*. Spielrein parece alinhar lugares-comuns, mas creio que, se o faz, não é sem motivo. Já inspirada pelo artigo de Freud, "O horror ao incesto em selvagens e neuróticos"³, ela declara estar procurando, "a partir dos

conhecimentos da psicologia feminina” (p. 353), responder a uma pergunta à qual, desprevenidos, poderíamos dar pouca importância: “Acima de tudo: por que ouvimos sempre tantas coisas sobre sogras maldosas e, comparativamente, tão pouco sobre os sogros maldosos?” (p. 353).

O texto faz referência às fantasias inconscientes das mães em relação aos filhos, aos sentimentos que podem surgir nos filhos, de estarem traindo a primeira família amada, quando passam a pertencer a uma segunda, aos processos anímicos, da infância à *adolescência* (termo que não é utilizado): “vem a fase da libertação do poder parental, a qual se inicia com uma intensa oposição e crítica a todas as ações dos pais” (p. 357).

Penso que as várias generalizações feitas por Spielrein se justificam enquanto primeira tentativa de esboçar uma teoria. Sem nos esquecermos de que esta escrita é de 1913 e se arrisca a abordar as relações familiares permeadas por uma “vida fantasmática inconsciente” (p. 156) e a relacionar com estas a psicologia feminina.

A respeito da carta da correspondência com Jung, quero chamar a atenção para o fato de Spielrein iniciá-la com uma declaração: “Quero tentar lhe explicar a construção de meu pensamento” (p. 369).

Objetividade cortante. Não existe introito afetoso, nem íntimo, nem convencional. Quase em seguida, por meio da referência a uma pergunta do professor Bleuler (que também foi seu médico em Burghölzi), a autora retoma a questão do símbolo. Informa que o professor lhe perguntara se atribuía o surgimento do símbolo à censura e relata sua resposta: “Respondi categoricamente que ‘não’, pois a simbólica está na essência de pensamentos inconscientes (sublimar)” (p. 369).

A partir desta, expõe sem interrupção sua teoria, que não se baseia apenas em Freud, e, desde o início, cita Herbert Silberer⁴,

psicanalista vienense que teria sido o primeiro a descrever os fenômenos hipnagógicos. Depois de mencionar sua resposta categórica, ela continua: “Tão logo o pensamento ‘dirigido’ é enfraquecido pelo cansaço, pela narcose ou por qualquer outra intoxicação, o pensamento ‘simbólico’ se inicia” (p. 369).

A teoria do símbolo da autora merece uma apresentação e, sem dúvida, desperta muitas questões e comentários. O leitor vai encontrá-los no livro de Cromberg.

O livro de Renata Cromberg

São dez capítulos, além da Introdução. Para nos contar a história de Sabina Spielrein e de sua obra, Renata Cromberg criou um método, que lhe possibilitou estruturar camadas, cada uma delas proveniente de uma das perspectivas adotadas segundo sua “concepção *geoarqueológica* da história” (p. 21). É claro que nesse nome há uma referência à arqueologia foucaultiana do saber, mas notamos que os termos em que nos é apresentada trazem uma noção psicanalítica de história. Com efeito, segundo esta, o movimento da história dá-se como uma “pulsção” (p. 21) de um “magma singular e coletivo” (p. 21). Dessa pulsção irromperiam “novas configurações do desejo” (p. 21). Entendo que *desejo* tem aqui conotações lacanianas integradas com a perspectiva histórica, uma vez que é erupção que vem à tona e nos move, sob as mais diversas formas, que, por sua vez, dão, *a posteriori*, significados novos a “fragmentos, documentos ou materiais teóricos ou conceituais” (p. 21) preexistentes.

Os esclarecimentos metodológicos permitem-nos compreender de que modo Cromberg adota vários “eixos organizadores” (p. 21) para os resultados de suas pesquisas. O *arqueológico* fundamenta uma visão, segundo a qual passado e presente se relacionam por meio de ligações, que se transformam à medida que surgem “novas camadas de épocas passadas” (p. 21), com o poder de abalar o tido como historicamente estabelecido.

3 Em rodapé também, na edição do livro: *Imago*, ano I, 1. ed. (p. 353).

4 Ver longa Nota de Tradução, na p. 369.

Sua leitura estrutura-se em sete camadas, cujas dimensões posso apenas sugerir. A primeira aborda a complexa relação, tanto histórica quanto conceitual, entre *A destruição como origem do devir* (1911) e *Além do princípio do prazer* (1919), que “confirma a antecipação por Sabina Spielrein de ideias que Freud estava apresentando – embora, na época, não inteiramente inteligível para ele” (p. 22). Nesse campo, tem origem o conceito de *pulsão de morte*, instaurado em primeiro plano pelas inquietações clínicas de Freud, pela ressonância das experiências analíticas de Ferenczi, a partir de neuroses de guerra na Primeira Guerra Mundial, e pelas ideias de Spielrein, cujo texto revela “as múltiplas facetas do componente destrutivo da sexualidade” (p. 23). Acompanhamos a maneira pela qual essas ideias contribuem para que a psicanálise explore os desdobramentos do paradoxo de uma pulsão que se move em direção à morte, antes da cunhagem do conceito freudiano. O foco no elemento destrutivo permite então que se vislumbrem “múltiplas possibilidades psíquicas tanto em suas manifestações clínicas como em sua conceituação” (p. 23).

A análise do contexto, em que *A destruição como origem do devir* é produzido e divulgado, constitui uma segunda camada, que só pode “emergir através do acaso da descoberta em dos documentos em 1977” (p. 23), em Genebra. Entre a biografia e a apresentação do surgimento da técnica, um assinalamento: “Os textos sobre técnica decorreram diretamente do período em que o analista Jung e a paciente Spielrein se tornaram amantes e do papel assumido por Freud como terceiro interventor” (p. 24).

Destaco considerações de Cromberg, a meu ver, situadas em perspectivas que provêm da primeira e da segunda camadas metodológicas por ela adotadas, no seu capítulo denominado “A implantação da psicanálise no coração da psiquiatria” (p. 109), que se refere à data 1911, em que *A destruição como princípio do devir* foi apresentado como um “momento de quiasma frutífero entre a psicanálise e a psiquiatria. Se ampliarmos o quadro, como que usando uma lente grande

angular, entenderemos ainda mais a importância desse momento na novidade da criação da psiquiatria e da psicanálise como campos de saber e de cura” (p. 115).

Somos lembrados, na linha de *História da loucura* de Foucault, de que só a partir da Revolução Francesa pôde a internação dos considerados loucos “adquirir o sentido de intervenção médica” (p. 115).

A autora nos informa, com amplo material e descrições, que a Clínica Psiquiátrica do Hospital Burghölzi, ao qual Sabina Spielrein chegou como paciente e foi atendida por Jung, já tinha uma história de inovações na psiquiatria, desde sua fundação, por volta de 1860, e favoreceu as relações entre psiquiatria e psicanálise, “que marcaram toda a concepção de doença mental no século xx” (p. 116). É também em Burghölzi que, como psiquiatra e psicanalista, Spielrein atende a seu primeiro caso, uma mulher diagnosticada como esquizofrênica, cuja fala ela descreve com minúcias. Esta é “sua primeira publicação⁵ e é a primeira tese de psicanálise na universidade” (p. 114). Em nota, Cromberg informa que ela agradece a Bleuler, por permitir a publicação, e a Jung, seu orientador.

A jornada de Spielrein, de paciente a psiquiatra, merece um capítulo à parte, e nós o encontramos entre os dez escritos por Cromberg: “Uma história clínica – de paciente a médica” (p. 61-107). O circuito dos diagnósticos começa com *histérica*, feito por Jung e confirmado por Freud, modificado por Jung para *psicose histérica*, depois transformado, em circunvoluções póstumas, por estudiosos e comentadores, dentre eles Carotenuto e Bettelheim, que, “querendo diagnosticá-la melhor ainda que Jung, classificam-na erroneamente como esquizofrênica, ambas as visões impossíveis de se sustentar” (p. 102).

Para a autora, “a questão do diagnóstico de Sabina Spielrein é também uma questão do recalque de sua importância na história da psicanálise, sobrecarregando-a com um diagnóstico retrospectivo severo e uma quebra psicótica com a realidade” (p. 107).

Embora o relacionamento amoroso entre Spielrein e Jung seja indissociável da história das descobertas psicanalíticas de ambos e tenha determinado, tanto o atraso da publicação de *A destruição como origem do devir* (até o segundo semestre de 1912), quanto restrições em relação à obra, posso agora apenas extrair algo dos extensos e pertinentes comentários de Cromberg: teria havido, por parte de Jung, uma *recepção fria* ao trabalho que Spielrein lhe enviou, chamando-o “produto de nosso amor, trabalho que lhe pertence, de seu filhinho, Siegfried” (p. 288). A partir de então, apesar de suas ideias serem documentadas desde o final de 1910, época em que ainda mantinha relações amorosas com Jung, Spielrein teve que enfrentar “uma separação de corpos e de cabeças e encarar a política das publicações a partir do plágio, do roubo etc.” (p. 289).

O livro de Cromberg inclui um ensaio dividido em vinte e um comentários sobre *A destruição como origem do devir*. Destaco, de alguns, aquilo que me parece incidir sobre citações dos textos de Spielrein, que fiz acima. Início pela teoria da angústia, que ela continuou a desenvolver, a partir de sua tese: aprendemos com Cromberg que, se ela concorda ainda com Jung a respeito de a atividade erótica abrigar um “perigo desconhecido” (p. 292), não concorda com ele a respeito de existir uma antítese entre representações sexuais e representações de morte, que seriam irreduzíveis umas às outras.

A autora detém-se na teoria spielreiniana, segundo a qual o campo da angústia seria constituído pelo feminino e pelo gozo sexual, tendo como fonte a própria pulsão sexual, que é traumática e diante da qual se instaura o desamparo: “a febre amorosa, a paixão, naquilo que o instante supremo do gozo sexual traz de contato com a evanescência, com a finitude, da qual o eu quer se proteger, se esconder e não consegue, angustiando-se quando está diante da potência da sexualidade” (p. 292-293).

Cromberg realiza um cotejamento cuidadoso e preciso entre os textos de Freud e a obra de Spielrein, que nos permite uma aproximação impressionante de seu pensamento psicanalítico e de sua “metapsicologia singular” (p. 382). Esta é composta por uma teoria pulsional, uma teoria dinâmica da angústia e do conflito e uma teoria tópica, na qual as instâncias e áreas psíquicas de pensamento não são as de Freud. Além dessas teorias, ficamos conhecendo outras, em ensaios escritos entre 1920 e 1923, dentre as quais destaco a teoria sobre a origem da linguagem, cujos primórdios o leitor pode ter entrevisto comigo na tese de 1911, sobre esquizofrenia. Entendo que ela é inseparável dos estudos sobre o símbolo, que, como vamos aprendendo, levaram Spielrein, *em parte, a afastar-se de Jung e, em parte, a antecipar Freud*.

O livro *Sabina Spielrein – uma pioneira da psicanálise* tem, para mim, o efeito de sugerir que voltemos ao conceito de pulsão de morte e tomemos conhecimento de uma concepção anterior, que se origina no mesmo campo, com outra formulação e com outra visão da sexualidade. Freud fez referência às ideias de Spielrein em uma nota, a respeito da qual Renata Cromberg nos diz: “A minha hipótese é de que no momento mesmo em que Freud reconhece a precedência e a importância do escrito de Sabina Spielrein *A destruição como origem do devir*, numa nota de rodapé de *Além do princípio do prazer*, inicia-se uma operação de desconhecimento e de recalque” (p. 218).

E, mais adiante, nos deixa entregues a esta imagem: “A nota tem o efeito de colocar Sabina numa redoma de vidro, forrada de veludo, com um foco de luz sobre ela, congelada sob a neve russa, à espera de um príncipe encantado para despertá-la (o qual certamente foi Carotenuto)” (p. 220).

Em pensamento, ao final deste livro duplo, encontro de novo a palavra *ícone*, que, em arte, refere-se a belas imagens de figuras edificantes, frequentes em igrejas russas. Hoje, em tempos informatizados, nós a usamos para designar símbolos a partir dos quais encontramos caminhos.

5 Publicada em 1911 como ensaio, no número III dos Anais de pesquisas psicanalíticas, “outro achado arqueológico” (p. 274).

Em busca da Sublimação

Danielle Melanie Breyton

Resenha de Mara Caffé, *Crítica à Normalização da Psicanálise*, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2014 – (Coleção Clínica Psicanalítica / dirigida por Flavio Carvalho Ferraz), 264 p.

Por algum motivo que me escapa à razão, à medida que lia o livro de Mara Caffé, imaginava outros títulos para ele. Não que tenha alguma reticência àquele escolhido pela autora, *Crítica à normalização da psicanálise*, título forte e fiel ao livro constituído como um conjunto de trabalhos em que Caffé, atenta e crítica às práticas normalizadoras, reflete por diferentes caminhos sobre as condições atuais da psicanálise. Colocando-a em diálogo com autores de outras áreas do conhecimento, como história, filosofia, direito, deslocando-a de seu território clínico clássico (consultório) para pensá-la em contextos institucionais compostos, pondo seus conceitos à prova frente às novas formas de subjetivação, Caffé força reiteradamente os limites de uma determinada zona de conforto em que percebe assentar-se uma psicanálise que se considera acabada e universalmente coerente. Poderia também dizer acabada ou universalmente coerente.

A cada linha de seu texto, com firme e meticulosa argumentação, Caffé nos incita a perceber e conceber uma psicanálise que não é (bem) acabada, coerente, universalmente válida, neutra, tampouco caduca. Defende a potência da psicanálise pela possibilidade de interrogação

que ela porta em si e da qual não deve se furtar. Assim, convoca cada nova geração de analistas a refundá-la em diálogo com o seu próprio tempo e sustentá-la pulsante.

Mas vamos aos outros títulos possíveis. Permito-me a intromissão e apresento o livro também através dos meus títulos.

Panorâmicas de Mara Caffé. Tomando a teoria freudiana como eixo, Mara compõe retratos amplos, densos, com muitos elementos em jogo. Cada texto exige do leitor um tempo de elaboração daquele quadro que apresenta, em um mesmo plano, mais estímulos do que cabem em uma mirada. Sentar-se confortavelmente, lápis para grifar e não se acanhar em voltar algumas páginas são condições para a trabalhosa leitura.

A título de exemplo, descreverei uma dessas panorâmicas: “As produções coletivas sobre a histeria”. Aqui a autora parte das diferentes perspectivas através das quais Freud aborda o tema da histeria (clínica, produções artísticas, experiências coletivas) apontando para a estreita relação que o fundador da psicanálise fez e necessitou fazer entre o contexto histórico e a constituição subjetiva. O propósito é claro, convocar o leitor psicanalista a atentar para o entrelaçamento entre a teoria e o contexto em que ela se inscreve, desde a sua origem, criando uma trama conceitual que não pode ser tomada como estática e atemporal, mas como uma cartografia sempre provisória.

A partir desse ponto apresenta algumas leituras atuais sobre o tema da histeria. Coloca-se em diálogo crítico com o trabalho de Eliane Showalter, no qual, através da perspectiva histórica, mapeia as máquinas discursivas em ação na sociedade ocidental contemporânea, promotoras e propagadoras da histeria na forma de movimentos de massa, epidemias, sustentadas pela reprodução midiática.

Utiliza-se de autoras como Juliet Mitchell e Regina Neri para indagar o conceito de Édipo que ocupa posição central na abordagem da histeria. Da primeira toma seu questionamento

quanto ao enfoque vertical do conceito de Édipo, que deixa à sombra os relacionamentos laterais entre irmãos, colegas, cônjuges, amigos. Na verticalidade apontada está a diferença geracional (pais e filhos), mas também a relação entre mulheres e homens regulada pela supremacia masculina.

Com Regina Néri, Mara acentua uma posição política que pensa os efeitos criadores e não obrigatoriamente patológicos da histeria. Essa leitura propõe a histeria como o despertar de outros destinos para o erotismo da mulher, em que o feminino emerge como uma nova referência no espaço social e abre caminho para uma cultura da diferença.

E para engrossar o coro do Édipo na berlinda se utiliza ainda de Judith Butler que o denuncia como matriz da heterossexualidade compulsória no Ocidente. Por meio dos avanços da autora sobre o tema, o gênero é tomado como uma *performance* social e não como a expressão de uma identidade com contornos precisos e fixos, assim não se estabiliza de forma definitiva.

Com todas essas referências bem desenvolvidas no texto, o impasse se transforma em uma maneira de situar-se. A argumentação nos conduz a compreender que o Édipo não se sustenta como universal, entretanto ganha flexibilidade e versatilidade se contextualizado em sua origem e reinterpretado em outros termos, favorecendo o reconhecimento de novas formas de subjetivação.

Em meio a tanta teoria, Mara traz ainda um caso clínico, não para abordar alguma questão mais específica, mas como exemplo para pensar outras maneiras de abordar a sexualidade no âmbito das análises.

O fato de Caffé eleger e sublinhar a produção intelectual de tantas mulheres para abordar o tema da histeria certamente não se deve ao acaso.

Como se vê, a apreciação desta, assim como das outras panorâmicas, demanda fôlego!

Um segundo título possível: *Por uma psicanálise mais transgressiva*

Certamente já reconheceram traços dessa posição aqueles que olham o livro na prateleira da livraria. Mara é explicitamente crítica à normalização da psicanálise. Defende a necessidade de a psicanálise transgredir seus limites, romper uma impermeabilidade mortífera que a confina em um reduto de conservadorismo. O principal autor de referência aqui é Foucault, e o transgressivo não está referido a um campo regulado pela lei da castração, como costuma ser tomado na perspectiva psicanalítica. Para Foucault o transgressivo é aquilo que surge na suspensão da lei e que, no jogo de forças entre dominação e resistência, permite o estabelecimento de outros limites. É dentro dessa perspectiva de transgressivo que o título caberia.

Os recursos de que Caffé se utiliza aqui são muitos. Convida a olhar as contradições e dualidades que marcam o campo e a prática psicanalítica contemporânea, não como problemas a serem eliminados, mas, ao contrário, como aquilo que é mais próprio ao campo. Se há uma essência psicanalítica, Caffé defende ser a própria tensão, com contradições e impasses que são convites ao pensamento, conflito de forças e criação da experiência reflexiva. É pela tensão que o texto freudiano permanece vivo e pode ganhar novas significações.

A autora conta com sua bagagem como perita judicial e como orientadora educacional para refletir sobre a especificidade de diferentes contextos (escola, fórum judicial, hospital, consultório). Trabalha a complexa diferenciação entre o método e a técnica psicanalítica para encontrar rigor e movimento e assim incluir no campo de ação do psicanalista outros *settings* além da clássica clínica.

Como condição para o trabalho clínico, chama a atenção para a necessária compreensão das relações institucionais em jogo e dos efeitos produzidos pelos entrecruzamentos de diferentes dispositivos.

Agrupar essas práticas dentro da clínica psicanalítica é um ato político. Mais do que possível,

Mara reitera que isso é necessário à psicanálise, como aquilo que permite que ela cresça e se desenvolva (intra e extramuros), que ela se questione e se enriqueça conceitualmente, que possa refundar suas práticas levando em conta as estruturas de poder e as condições políticas atuais.

Nomeado o ato político, Caffé nos apresenta, de forma bastante clara, a perspectiva genealógica, como uma instigante maneira de fazer trabalhar a psicanálise, convocando-a a comprometer-se com o campo de forças presente em sua história, da qual emerge e que também propaga. Genealogia que se opõe também à ideia de origem como reduto da verdade e que vem aqui a serviço da autora para incitar-nos a nos livrarmos mais e mais da miragem da psicanálise como teoria universal, isenta de ideologia, imparcial e assim eterna.

O último título que me ocorreu, *Nas trilhas da sublimação*, advém do texto de forma mais sutil. Pergunto-me se ele não seria o título de um próximo trabalho da autora, aqui despontando.

O tema da sublimação ocupa, de forma direta, poucas linhas do livro, como uma lacuna do pensamento psicanalítico, um ponto em que a teoria carece de consistência. Porém, a inquieta procura da autora por esse conceito atravessa as entrelinhas de todos os textos que compõem a coletânea. Conceito que favoreceria o alargamento do campo psicanalítico; a possibilidade

de acolher, e mesmo facilitar, a emergência de diferentes modos de subjetivação; a diminuição do sofrimento; a construção de um mundo mais inclusivo e de uma psicanálise permanentemente inovadora.

Caffé se refere e se diferencia, por exemplo, de certo coro psicanalítico que recolhe as formas de subjetivação emergentes na atualidade como um avanço desenfreado da perversão, um declínio das instâncias interditoras, uma patologização indubitavelmente crescente dos modos de viver, uma ameaça ao simbólico. É nessa postura que a autora localiza o perigo de a clínica psicanalítica se tornar um asilo de conservadorismo das reconhecidas formas de subjetivação, evitando o risco de não saber, que implica pensar o novo como possível diferente. Lembra-nos de que a psicanálise não teria sido inventada se Freud não tivesse escutado aquilo que não cabia nas teorias vigentes.

Mas a procura do conceito de sublimação aponta mais adiante, para além da necessidade de atualizarmos a escuta do mal-estar do sujeito presente e dar crédito à interrogação que os sintomas portam. Para a autora, ainda temos mais recursos para pensar aquilo que consideramos sintomático e classificável, mas ainda permanecemos pouco respaldados conceitualmente para acolher e fomentar soluções singulares que demandam lugar na cultura.

É pelas trilhas da sublimação que Caffé espera, ativamente, avançar a psicanálise.

“Cuidado, obras”

Ines Loureiro

Resenha de Luís Claudio Figueiredo,
Cuidado, saúde e cultura.

*Trabalhos psíquicos e criatividade
na situação analisante*, São Paulo,
Escuta, 2014, 167 p.

A interjeição “cuidado” costuma ser usada como advertência – perigo à vista! Mas nem de longe o alerta se aplica ao novo livro de Luís Claudio Figueiredo: a placa “Cuidado, obras” convida à visita de suas inspiradas reflexões sobre o tema do cuidado – reflexões ainda em curso e agora estendidas às produções culturais. Cuidado, obras: vejam como pode ser belo, o pensamento...

Ao contrário da sinalização eficaz, nossa placa é repleta de ambiguidades. Poderia, por exemplo, ser a abreviação de um título alternativo para o livro – “O cuidado, os trabalhos e as obras”, entre tantas possíveis denominações sugeridas pelas expressões que constam da capa: “Trabalhos psíquicos e saúde: o cuidado na situação analisante e na cultura”, “Cuidado e trabalhos psíquicos: busca da saúde, na situação analisante e na cultura”, e assim por diante.

O livro é composto por cinco ensaios escritos entre 2010 e 2014, dois dos quais inéditos. Mal o abrimos e já nos damos conta de que há muito... trabalho pela frente. Trabalho *do leitor*, convocado a adentrar numa espessa rede de referências teóricas e a se deparar com complexas

articulações entre esferas habitualmente tratadas como contrárias – corpo/mente, saúde/adoecimento, individual/coletivo, intra/interpsíquico, clínica/metapsicologia, tratamento psicanalítico/outras práticas de cuidados. Trabalho, também, *da obra sobre o leitor*; conforme veremos adiante, é bastante possível que, devido a certas qualidades que lhe são inerentes, o livro venha a exercer efeitos psíquicos “terapêuticos” sobre quem se entregar a sua leitura. Além, é claro, do trabalho *do autor*, fruto de uma longa trajetória teórico-clínica particularmente consistente, refinada e criativa.

I

Começemos por este último aspecto. Pode-se organizar as mais recentes publicações de Luís Claudio Figueiredo (LCF) em duas linhas paralelas. Por um lado, a vertente que reúne os estudos monográficos, na forma de livros ou artigos, sobre alguns grandes nomes que elegeram como interlocutores, tais como Klein, Winnicott, Bion, Balint, Fairbairn e Green. Na outra vertente estariam os ensaios temáticos que mobilizam esses e outros autores contemporâneos – a exemplo de Bollas, Ogden, Pontalis e Roussillon – para pensar sobre questões clínicas, metapsicológicas ou histórico-culturais. Aos poucos e cada vez mais explicitamente, tais ensaios vêm convergindo para a configuração de uma *teoria geral do cuidado*. O livro que ora temos em mãos representa um marco decisivo nesse trajeto também cuidado(so), pois que lentamente amadurecido e burilado em cada um de seus componentes, ao longo de extensas discussões com os pares.

Os primeiros esboços dessa teoria geral do cuidado despontam por volta do ano 2000, em *Ética e técnica em psicanálise*, volume em coautoria com Nelson Coelho Jr., quando surgem as noções de presença, implicação e reserva. Em *Elementos para a clínica contemporânea* (2003) e *As diversas faces do cuidar* (2009) prossegue a investigação multitemática a partir de um mesmo

ângulo: o interesse pelos chamados casos-limite. A prática com esses pacientes impõe à *clínica* contemporânea a necessidade de repensar o enquadre psicanalítico, as diferentes posições do analista em suas tarefas de escuta, manejo e interpretação. Os não neuróticos exigem também o crescente aperfeiçoamento dos instrumentos teóricos e a formulação de uma *metapsicologia* mais “rente” à clínica – paradoxo apenas aparente, na medida em que o analista/agente cuidador é concebido como um objeto secundário, insituído segundo os moldes das relações com os objetos primários. Daí a ênfase na exploração dos momentos precoces, dos primeiros movimentos de (in)diferenciação e troca com o ambiente, das contingências iniciais que podem conduzir a esta ou aquela trilha no desenvolvimento, ao uso preferencial de tal ou qual mecanismo, a um funcionamento mental mais amadurecido ou patológico. Os casos difíceis requerem ainda outra *lógica* para serem pensados e tratados, mais afeita ao paradoxo e ao suplemento, capaz de suportar a tensa coexistência de contrários, a inerência entre processos vitais e mortíferos, e assim por diante. Quanto ao posicionamento no *campo psicanalítico*, a complexidade dos fenômenos *borderlines* impele os analistas a transitar de modo não dogmático por entre os paradigmas disponíveis em nossa era pós-escolas. Por fim, mas não menos importante, a mim parece que esses escritos deixam transparecer uma certa *disposição afetivo-intelectual* de natureza, digamos, “benigna”. Penso aqui na própria centralidade conferida à noção de cuidado, na tematização da esperança e da reciprocidade, no chamado a uma postura de reserva entendida como “aposta no ‘objeto’ de cuidados, uma espécie de confiança que o cuidador deposita de antemão nas capacidades do outro” (p. 15). Uma propensão que seria desejável encontrar nos objetos primordiais e na relação analítica: benfazeja, propiciadora, convicta do potencial humano para a criatividade e a mudança. Creio que este é um ingrediente ético dos mais importantes e que tem conferido ao trabalho de LCF uma tonalidade peculiar. Talvez

tenha algo a ver com o clima evocado pela bela capa de Ana Maria Magalhães, inspirada em Matisse: traços livres, contornos pouco nítidos, cores esmaecidas e nuançadas – do *bonheur de vivre* parece emanar, longínqua e sutilmente, um discreto otimismo...

Pois bem, a exploração de tão engenhoso conjunto de ideias vai exigir algum esforço por parte do leitor, mas seu empenho será recompensado. As linhas-mestras da teoria geral do cuidado encontram-se condensadas em dois artigos da coletânea de 2009 (“A questão do sentido, a intersubjetividade e as teorias das relações de objeto” e “A metapsicologia do cuidado”). Embora elas sejam didaticamente retomadas ao longo deste *Cuidado, saúde e cultura*, tentarei esquematizá-las para que fique mais fácil localizar os avanços aqui realizados. Em que pese a extrema simplificação:

a) a atividade psíquica visa à produção de sentido; diferentes vocabulários se prestam para descrever este que é um processo contínuo de *transformar o não sentido* (intensidades, elementos beta, real não simbolizado, traumático) em *sentido* (qualidades, elementos alfa, articulação e simbolização da experiência, representável). A ênfase nas transformações e no modelo “digestivo” de psiquismo tem em Bion uma referência fundamental; b) tal processo requer operações de separação/desligamento bem como de reunião/ligação (operações de “corte e costura”) que implicam custos e sofrimentos. Para torná-los toleráveis, é preciso lançar mão de objetos e fenômenos mediadores; c) a instalação e desenvolvimento das capacidades necessárias para o funcionamento psíquico dependem do recebimento de cuidados adequados por parte do ambiente; nos inícios da constituição do psiquismo, tais cuidados são dispensados pelos objetos primários; d) no objeto primário coexistem várias funções e posições; nesse livro, conforme veremos adiante, o objeto primário será redescrito como primeiro “objeto transformacional”, na medida em que favorece “as transformações necessárias ao self precoce para que este se desenvolva de forma

relativamente integrada e funcional” (p. 13). Ao longo da vida do sujeito, o objeto primário encontrará substitutos (objetos derivados) internalizados e/ou externos; e) a clínica psicanalítica pretende restaurar (instaurar, quando for o caso), manter ou otimizar as condições para que se dê o trabalho de elaboração psíquica; para tanto, o analista, como um objeto derivado, assume e maneja as funções outrora a cargo dos primeiros objetos cuidadores; f) formas do cuidado: presença implicada (fazeres) e presença reservada (ser e deixar ser); g) fazeres do agente cuidador: sustentar/conter; reconhecer/espelhar; interpelar/convocar; h) cuidados bem-sucedidos tendem a produzir psiquismos aptos a se manterem vitalizados; geram também aumento da capacidade de tolerar dor e sofrimentos (depressividade fundamental), bem como desenvolvem habilidades cuidadoras naquele que foi alvo de cuidado; assim, este passa a poder integrar uma rede mais ampla de cuidados recíprocos.

II

O ensaio que abre o volume, “Cuidado e saúde: uma visão integrada”, apresenta várias dessas diretrizes e, apoiado em reflexões sobre a natureza do organismo vivo, acaba por formular uma concepção ampla e funcional de saúde. Ou seja, já de início deparamo-nos com dois “ganhos” significativos: a teoria do cuidado expande seus fundamentos filosóficos (chegando à soleira de uma ontologia?) e a concepção de saúde como cuidado aumenta a base conceitual compartilhável entre psicanálise e outras práticas cuidadoras. O ponto de partida naturalista-pragmático recorre aqui às ideias do físico Erwin Schrödinger: os seres vivos, incluindo os humanos, tendem a metabolizar *ordem* nas trocas contínuas que efetuam com o ambiente físico e social. Dos níveis mais concretos aos mais simbólicos, nós também temos que nos haver com a autorregulação dos processos vitais e a “metabolização” de ordem. Note-se: estamos falando de ordem vital

e, portanto, de equilíbrio de diferenças, e não de supressão delas. No caso dos seres humanos, o ambiente implica necessariamente a dimensão cultural como fonte de estímulos e excessos a serem “digeridos”, mas também como manancial de recursos para mediar o processo “digestivo”, favorecendo a tarefa de simbolização. LCF percorre os limites sempre imprecisos entre saúde e não saúde, soma e psique, indivíduo e sociedade, até chegar à ideia de saúde como aparelho para cuidar de si e dos outros, do ambiente natural e social; “cuidar, deixar-se cuidar e ser cuidado fazem parte do ‘saudável’ no indivíduo e, por extensão, nas coletividades” (p. 27). Ou seja, a saúde exige ser pensada necessariamente em três dimensões: interpessoal, pessoal e cultural. Cada uma dessas dimensões nos servirá como “trampolim” para visitar os demais ensaios do livro.

A dimensão intersubjetiva nos remete aos capítulos 3 e 4, de natureza clínica, embora a clínica se faça presente da primeira à última página. Afinal, a psicanálise é uma das práticas de cuidado, cujo dispositivo específico é a situação analisante. LCF acredita que esse termo, sugerido por Donnet, acentua o caráter dinâmico e operante do arranjo analítico, tomando-o como “uma espécie de entidade viva e continuamente em processo de ajuste, auto-organização e conquista” (p. 109). Vivacidade do processo, vitalidade dos efeitos em ambos participantes: na esteira de autores como Winnicott e Ogden, considera-se que a “capacidade da situação analisante atrair para si vida e abrir possibilidades de vida psíquica e psicossomática para seus habitantes” (p. 112) é uma condição necessária para a eficácia do tratamento. Lembremos que também a saúde fora pensada como possibilidade de sustentar as capacidades vitais em sua máxima potência (p. 23) e teremos a impressão de vislumbrar os rastos de Nietzsche por entre a poltrona e o divã...

Como o contexto terapêutico é concebido nos moldes do contexto constitutivo, não é de se estranhar que ensaios clínicos contenham relevantes aprofundamentos teóricos. Funcionamento onírico compartilhado, regressão

narcisista, processos terciários (Green) e sua função de mediação, além de uma excelente apresentação do pensamento de Bion, estão dentre esses tópicos. Algumas noções apresentadas no primeiro capítulo, a propósito da mutualidade e reciprocidade, e a exposição detalhada do conceito de objeto transformacional (Bollas) tornam ainda mais evidente: o terreno da metapsicologia mobilizada por LCF recebeu numerosos e valiosos acréscimos.

Também na teorização sobre a clínica assistimos a um importante adensamento da articulação com a teoria do cuidado. Por exemplo, a figura do analista “adormecedor” é associada à função de sustentação/continência, enquanto o analista “despertador” exerceria as funções de interpelação/corte e reconhecimento/integração. O capítulo 4 amplia em muito o escopo dessa articulação ao organizar o campo das grandes clínicas psicanalíticas em torno de três vértices: a clínica da continência (Klein, elaboração/simbolização, interpretação compreensiva, transferência materna) e a clínica do confronto (Freud, colocação de limites, interpretação desalojadora, transferência paterna) requereriam do analista uma presença implicada; já a clínica da ausência (Bion), vértice que tem precedência sobre os demais, exigiria a presença em reserva do analista, com vistas a favorecer a instalação de vazios e a experiência com o nada. A noção de suplementaridade permanece como a chave lógica para pensar a relação entre as múltiplas variáveis da situação analisante, inclusive entre os efeitos e os riscos de cada clínica: dispositivo delicado, requer uma sempre fina e constante calibragem. E não importa qual o tipo de paciente em questão, neuróticos ou não neuróticos: o que está em jogo é a formulação de um “pensamento clínico complexo a serviço da liberação, potencialização ou instalação das capacidades de trabalho psíquico inconsciente” (p. 125).

A noção de trabalho psíquico encontra-se no cerne da dimensão pessoal de saúde e nos é apresentada no inédito capítulo 5. Freud já se referira aos vários tipos de *Arbeit* realizados no/pelo

psiquismo: o sonho, o luto, o chiste e o humor (os dois últimos, por implicarem a presença do outro e a importância da forma, avizinham-se da criação artística e do brincar infantil). Pode-se dizer que os trabalhos psíquicos são *meios para* a transformação de não sentido em sentido e, simultaneamente, *produtos de* tal transformação. O luto nos lembra que não existe trabalho sem dor e dispêndio de energia, bem como que o processo é sempre passível de entraves e inibições. Se a impossibilidade de sonhar ou de brincar sinaliza algum tipo de adoecimento, a capacidade de “sonhar, brincar, rir e fazer rir, perder e fazer o luto do perdido” (p. 154) seria, em contrapartida, um bom indicador de saúde mental.

LCF aponta que há especificidades em cada um desses trabalhos, mas muito resta a explorar nessa rica direção. No que se refere à escala temporal, por exemplo, eles podem durar de poucos instantes (chistes e sonhos) a anos sem fim (luto); também variam no grau de impacto que exercem sobre o corpo, na qualidade da presença do outro, e assim por diante. Há mesmo quem sugira outras modalidades de trabalho psíquico, como faz Michel de M’Uzan ao aventar um certo “trabalho do trespasse” (!) (aff, nem na hora da morte a gente tem uma folguinha...).

A capacidade de trabalho psíquico pode sofrer disfunções, ou sequer chegar a se instalar, em decorrência de uma situação traumática; como tal se entende a desproporção entre forças que impactam o psiquismo (pulsões, fantasias, realidade) e os recursos elaborativos de que dispõe o sujeito, insuficientes para processá-las. Nessas ocasiões, o conjunto do funcionamento psíquico fica prejudicado, cabendo à análise restabelecer e propiciar o bom fluxo dos trabalhos inconscientes.

Ora, também a criação artística advém de uma experiência traumática e da necessidade de simbolizá-la. Não é de hoje que se discute as relações entre arte e sofrimento, mas os caminhos pelos quais LCF irá percorrê-las são novos e instigantes. Com base nos estudos de Didier Anzieu sobre o processo criativo, seus motores

e suas fases, o autor vê uma relação de suplementação entre trabalhos psíquicos e trabalhos de criação: ambos se fundam, se requerem e se ativam mutuamente. Há uma dimensão criativa nas produções psíquicas, e a criação incrementa os trabalhos inconscientes dos quais depende para existir. Ainda mais importante: tais processos se passam no criador mas também naqueles que usufruem da criação. Para quem cria, a obra materializa seu processo de superação da experiência traumática e para o público, serve ao mesmo propósito de auxiliar na elaboração do trauma. Isto é, o trabalho de criação é importantíssimo coadjuvante nas tarefas de simbolização que se impõem a indivíduos e a sociedades; não apenas auxiliam na metabolização de traumatismos coletivos, como o fazem em uma dimensão histórica e transgeracional.

Chegamos enfim à principal e mais estimulante tese do livro: a ideia de que as obras de criação possuem funções cuidadoras para os que as criam e para os que delas desfrutam. Explicitamente enunciada desde a “Apresentação”, receberá seu pleno desenvolvimento em “A interpretação psicanalítica: clínica e formações da cultura”. Nesse (inédito) segundo capítulo, LCF amplia em muito o alcance e a consistência da teoria geral do cuidado ao propor a noção de objeto transformacional como seu pilar metapsicológico, o que nos conduz à seguinte formulação: *os fenômenos, instituições e produtos culturais podem exercer funções cuidadoras na medida em que são criados e utilizados como objetos transformacionais*.

Rápida pausa para recobrar o fôlego. Parece que estamos prestes a testemunhar o “pulo do gato” (ou melhor, os pulos) com o qual LCF acede a um novo patamar teórico. Primeiro pulo: consolidação teórica da noção de cuidado, agora sustentada pelo conceito de objeto transformacional. Segundo: possibilidade de conceber e interpretar as formações da cultura em termos de cuidado. Terceiro: assim “vitaminada”, a noção de cuidado assume o papel de articulador central entre clínica, metapsicologia e cultura, além de servir de interface com outros saberes/práticas adjacentes

à psicanálise. Fazemos uma breve decupagem dos principais movimentos efetuados nesse ensaio para que o leitor possa nos acompanhar, ou não, em nosso juízo.

LCF se coloca no campo dos fenômenos culturais, dispondo-se a analisá-los de um ângulo bastante preciso, qual seja, o da eficácia transformadora das experiências suscitadas por obras da cultura. Por isso, começa por retomar a *noção de experiência* desenvolvida pelo filósofo americano John Dewey, bem como a ênfase que ele coloca na dimensão estética que se faz presente em qualquer experiência digna desse nome – as que chegam a se constituir como unidade discriminada do *continuum*, que possuem organização e articulação internas, que se concluem em algum tipo de acabamento ou consumação, dentre outras características. A dimensão estética da experiência e/ou a experiência estética ocorrem na vida cotidiana, e não apenas ou necessariamente com obras de arte; uma jogada esportiva, um prato saboroso, uma paisagem, um trecho de conversa, um gesto moral também são ocasiões para despertá-la(s). Esse primeiro movimento sublinha o caráter transformador da experiência estética; ela é uma afetação diferenciada e diferenciadora, que deixa algum tipo de “marca” naquele que experimenta. Foucault assinaria embaixo quando diz que “uma experiência é algo de que se sai transformado”.

Segundo movimento: LCF retoma a tradição psicanalítica de *interpretação dos objetos culturais*. Localiza em Freud a matriz da tão disseminada “psicanálise aplicada”, que vê no conteúdo das obras uma boa ocasião para (re)confirmar, ilustrar e difundir seus conceitos; por isso se diz que esse tipo de interpretação, em geral tão redutora, está a serviço da psicanálise, e não da obra. Mas seria possível conceber a interpretação psicanalítica de textos literários e obras de arte em outras bases? O autor aposta que sim. No próprio Freud já se divisa o esboço de uma outra matriz interpretativa – um pensamento psicanalítico que vai se construindo com base nas inquietações produzidas pelos elementos

formais de uma obra, a exemplo do que acontece em “O ‘Moisés’, de Michelangelo” (1914). A forma instaura um campo no qual o intérprete é intensivamente afetado, mobilizando-o a buscar sentidos que impregnam tal experiência. Em vez de decifrar uma verdade encoberta, a interpretação irá *configurar* algo que só pôde emergir nesse encontro afetivo-ideativo entre intérprete e obra. A ênfase na dimensão do encontro e da afetação não é casual: trata-se de um mesmo raciocínio psicanalítico que opera dentro ou fora da clínica, emergindo do campo dinâmico das experiências compartilhadas.

Nem sempre a psicanálise pós-freudiana enveredou pelas melhores sendas interpretativas. LCF critica as posições de André Green, assim como destaca algumas análises de Didier Anzieu (o quarto do artista pintado por Van Gogh) como exemplos disso que chama interpretação em favor ou a serviço da obra.

Em um terceiro movimento, LCF apresenta as *noções metapsicológicas* que lhe parecem úteis para compreender os mecanismos de (re)constituição narcísica e integração/transformação do self. Começa pelo conceito de sublimação, tal como trabalhado por autores como Loewald e Luquet, que nele acentuam as facetas narcísica (desenvolvimento das capacidades egoicas) e erótica (ligação com objetos a serem fruídos e preservados). Também sublinha as importantes reflexões de Anzieu a respeito do processo de criação: resposta a uma crise, a obra que dele resulta seria um modo de enfrentamento das angústias e de reparação/restauração do self.

Criação de objetos que auxiliam na formação do self e na contenção da angústia – eis que o raciocínio deságua no conceito de objeto transicional, o qual é apontado pelo próprio Winnicott como paradigma para pensar os objetos da cultura. Porém, à diferença daqueles “trapinhos malcheirosos” que os adultos toleram com dificuldade e descartam assim que possível, os objetos estéticos (aqui tomados como representativos do universo cultural) possuem um caráter perene e marcadamente intersubjetivo. Este é o ponto central no

qual LCF discorda de Winnicott: embora o objeto transicional tenha uma dimensão intersubjetiva, não é primordialmente endereçado ao outro e nem compartilhado com outros; não é usado, valorizado ou conservado coletivamente, e tampouco transmitido a gerações seguintes. Por isso, LCF entende que a noção de objeto transformacional, forjada por Bollas na esteira de Winnicott e Bion, é muito mais adequada para a compreensão dos objetos da cultura.

As atividades da mãe, o objeto primário por excelência, fornecem sustentação, continência e reconhecimento ao bebê, proporcionando-lhe gratificações prazerosas (no eixo pulsional) e, sobretudo, propiciando o desenvolvimento das funções egoicas (no eixo narcísico). O bebê experimenta tais atividades maternas como “processos que alteram a experiência do self”, nas palavras de Bollas citadas por LCF (p. 78). Ora, na qualidade de objeto que forma e transforma, a mãe-ambiente é o protótipo do objeto transformacional e de seus sucedâneos. As mesmas tarefas que LCF já descrevera como sendo dos objetos primários (sustentar/conter/integrar, reconhecer/espelhar e interpelar/convocar) são agora atribuídas aos objetos transformacionais. A mudança na nomenclatura corresponde, penso eu, a um ligeiro deslocamento no ponto de vista em que se coloca o observador: de uma posição externa, de onde enfoca as *relações* entre quem exerce e quem recebe os cuidados, para uma visada que privilegia os *efeitos* de transformação ocorridos em cada um dos polos envolvidos no processo.

Pois bem, toda nossa possibilidade de vida social é constituída sob a égide dos objetos transformacionais; por isso, ao longo da existência, continuamos a buscá-los e a (re)criá-los em versões simbólicas. Isto equivale a dizer que, quando adultos, procuramos não apenas objetos de prazer a serem possuídos e consumidos, mas também objetos transformacionais aos quais nos entregamos para deles receber cuidados (cf. p. 78). Nessa acepção ampla, todo espaço e todo objeto são, potencialmente, espaços e

objetos cuidadores. Porém, para que os efeitos de cuidado de fato aconteçam, há uma condição indispensável: tal como o bebê em relação à mãe-ambiente, é preciso que o sujeito se deixe cuidar, que se entregue a tais objetos, que seja capaz de neles se instalar, de habitá-los. A ocorrência de transformações requer intimidade na experiência com o objeto, a afetação só se efetiva no contexto de um genuíno encontro.

Com isso, LCF tem em mãos os elementos necessários para propor aquilo que seria uma prototeoria da cultura: “rede relativamente organizada e estável de objetos transformacionais capazes de oferecer cuidados a todos capazes de habitá-los, e no bojo dos quais nos formamos e nos reconstituímos, e a partir dos quais nossas experiências do mundo e de nós mesmos se constituem” (p. 82). Em resumo, a cultura seria um “sistema de objetos transformacionais capazes de propiciar cuidados básicos aos humanos” (p. 101).

Chegamos enfim a um quarto e último movimento desse ensaio, no qual LCF retorna ao tema da *interpretação* psicanalítica, agora dispondo da noção de objeto transformacional. Abre parêntese: no decorrer dos (dois) movimentos dedicados à questão da interpretação, encontramos formulações interessantíssimas sobre aspectos onipresentes nas reflexões psicanalíticas sobre o assunto. Dentre elas, sugestões de como discutir as especificidades relativas ao âmbito da interpretação (dentro ou fora da clínica?), ao seu foco (o que se interpreta?), sua efetividade (o que a torna eficaz?), sua verdade e verificabilidade, sua natureza última (descoberta ou criação?). Merecem destaque as indicações sobre os procedimentos interpretativos (como interpretar?) – o ponto de partida, a relação entre detalhe e totalidade, a extrema importância dos aspectos formais, e assim por diante. Por essa razão não me parece descabido afirmar que, a exemplo da cultura, LCF fornece muitos dos subsídios necessários para o esboço de uma “proto-hermenêutica” psicanalítica. Fecha parêntese.

A discussão sobre quais seriam os critérios para uma “boa interpretação” – aquela capaz de

deixar falar o objeto e de realçar suas dinâmicas próprias – é aqui retomada em outro nível. “Uma interpretação ‘a serviço da obra’ não se sobrepõe e obscurece seu objeto, mas amplia sua capacidade de operar como objeto transformacional” (p. 83). Isto é, uma boa interpretação é aquela que vitaliza a obra, incrementando sua capacidade de gerar efeitos estéticos.

Bem, se admitimos que a interpretação, em alguma medida, “cuida” do objeto e o modifica, estamos prontos para assumir que também ela pode ser considerada um objeto transformacional (só que “de segunda ordem”, isto é, um objeto que cuida do objeto). Nas palavras de LCF, “a boa interpretação aumenta nosso prazer de ver, de ler e de ouvir, nosso prazer de pensar, e portanto, de cuidar bem do objeto que cuida de nós e ao qual somos gratos. A interpretação adquire assim um sentido de gratidão, pois é nossa resposta ‘devolutiva’ a uma obra realmente significativa, ao menos em termos pessoais, para o intérprete” (p. 95). A interpretação como gratidão: eis uma boa amostra, mas não a única, da dimensão estética desse texto. E pode ser belo, o pensamento...

III

Findo o percurso pelo conjunto dos ensaios, tocamos, por fim, a vertente mais delicada da leitura – a do trabalho da *obra sobre o leitor*. Creio ser difícil sair incólume de um livro como esse. Para além ou aquém dos vínculos que mantemos com a psicanálise, o texto de LCF nos leva a revisar os meandros mais sutis das experiências cotidianas, promovendo abalos em nossa maneira de percebê-las. Particularmente, asseguro que provei de seus efeitos tônicos; é uma leitura que estimula o pensamento, revigora interesses, desperta sentimentos estéticos – que ativa, em suma, os chamados “trabalhos psíquicos”. Porém, minha experiência como leitora interessa apenas na medida em que dá origem a uma hipótese mais ampla, qual seja, a de que *Cuidado, saúde e cultura* possui, por suas características intrínsecas,

um fortíssimo potencial de afetação. Em outras palavras, suspeito que estamos perante uma obra com grandes chances de operar, para parte significativa de seu público, como um competente objeto transformacional. Claro que leitores dispersos, apressados ou compulsórios dificilmente colherão esse tipo de benefício; o fato é que esses escritos detêm qualidades que favorecem suas funções cuidadoras.

Atenção: estamos dirigindo ao trabalho de LCF uma questão crucial que percorre todo o livro. A capacidade cuidadora de um objeto transformacional (seja ele um quadro, um bichinho de estimação, um psicanalista) está associada a suas características formais? Haveria algo específico na *forma* de um objeto que o torna mais ou menos apto a exercer funções cuidadoras?

Sim, sugere o autor, certas obras possuem características que as tornam mais “habitáveis” do que outras, o que facilita a entrega por parte do público. Grandes ficcionistas, como Proust ou Guimarães Rosa, são capazes de criar verdadeiras “instalações” – constroem mundos completos e complexos, com espaços-tempos próprios, onde nos instalamos e dentro dos quais experimentamos seus efeitos de cuidados básicos (cf. p. 80 e 81). Ora, em outra escala e outro terreno (o da não ficção), a teoria geral do cuidado também vem constituindo um universo teórico rico e multifacetado, que se abre ao leitor como uma atraente e convidativa morada. Embora desprovido de qualquer intenção sistemática, LCF acaba por compor um panorama

bastante completo. Em termos de psicanálise, as vertentes da clínica-metapsicologia-cultura vêm sendo intensivamente exploradas e interligadas. Na perspectiva filosófica, encontramos elementos para pensar muitos de seus grandes temas (conhecimento, verdade, linguagem etc.), além de “prototeorias” no campo da ontologia, antropologia, lógica, hermenêutica e teoria da cultura. Isso sem contar, claro, as contribuições mais densas nas áreas em cuja confluência esse livro se situa: a ética e a estética. Por fim, como vimos, a noção de cuidado estabelece fronteiras com outras áreas do conhecimento, com práticas profissionais diversificadas e com a experiência da vida cotidiana.

A essa natureza “instaladora”, por assim dizer, soma-se outra importante característica formal. Tão sofisticado pensamento acaba por se plasmar em uma prosa direta, clara e fluente; embora às voltas com questões intrincadas e tateando a linguagem em busca do melhor dizer, LCF passa ao largo do hermetismo e do rebuscamento. Desse modo, a própria escrita presentifica uma tensão instigante, ao conjugar o despojamento da forma com os requintes da reflexão. Esse aspecto potencializa os efeitos estéticos do livro – dos quais, estou certa, outros leitores irão desfrutar.

Trabalho do autor, do leitor, sobre o leitor. Ao cabo de nosso trajeto, espero que essa resenha possa ser de alguma valia para a leitura-experiência de *Cuidado, saúde e cultura*, e também que consiga retribuir à obra ao menos parte dos cuidados recebidos.

Entre autorias angustiadas e influências (des)autorizantes

Rafael Alves Lima

Resenha de Wilson Franco, *Autorização e Angústia de Influência em Winnicott*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014, 152 p.

O que teria um não winnicotiano a dizer sobre *Autorização e angústia de influência em Winnicott*, título do recém-lançado livro de Wilson Franco? Bem, só posso responder que é possível se reconhecer nele. Trata-se de uma pergunta um tanto extravagante – e resposta também – para se iniciar uma resenha, mas não há como não convocar a primeira pessoa quando se é provocado prontamente nas primeiras páginas pela seguinte afirmação: “a maioria dos psicanalistas lê majoritariamente trabalhos de uma determinada ‘inclinação’: ou lê textos ‘lacanianos’ ou ‘winnicottianos’ e por aí vai” (p. 36). É bem verdade que, em psicanálise, os escritos têm sobrenomes, geralmente acompanhados dos seus respectivos *anos*. Como então convidar à leitura do livro declinando o convite à inclinação diante do sobrenome que o título aponta – e a que(m) ele possivelmente aspira? Ou mais – e já entrando

Rafael Alves Lima é psicanalista e professor universitário; graduado em Psicologia pelo IPUSP; mestre em Psicologia Clínica pelo IPUSP; membro do Laboratório de Teoria Social, Filosofia e Psicanálise da USP (LATESFIP/USP) e da Rede Clínica do Laboratório Jacques Lacan (IPUSP); membro do Margens Clínicas, que oferece atendimento psicanalítico a vítimas de violência policial; autor do livro *Por uma historiografia foucaultiana para a psicanálise: o poder como método* (São Paulo: Via Lettera, no prelo) e organizador da série “Clinicidade: a psicanálise entre gerações” (Curitiba: Juruá, no prelo).

no texto: não seria o próprio ato de se inclinar uma questão fundamental em psicanálise?

Se o leitor estiver à procura de uma inclinação para chamar de sua, cabe uma primeira advertência: *Autorização e angústia de influência em Winnicott* não é um livro winnicottiano. Diria que este livro não é sobre Winnicott, mas ele o é por meio de Winnicott. Compreende-se por livro sobre Winnicott aquele que se inscreve na tradição do comentário: voltado à determinação exegética de interpretação, destinada a definições de conceitos de acordo com a regularidade de suas aparições e a proposição de cruzamentos entre eles na obra. Ou seja, o comentário sobre o texto é aquele que problematiza o alcance e a extensão de conceitos (por exemplo, o objeto transicional, o espaço potencial e outros) em um esforço de elucidação, agrupando-os e ordenando-os.

Nessa linhagem, há tantos bons livros dedicados a constituir mapas de conceitos em disposições apostilares de referências – e é a eles que se deve recorrer quando é isso o que se quer.

Já aquilo que pode ser chamado de texto produzido *por meio* do autor deve dispor de uma abordagem distinta de interpretação da obra que não a de *se inclinar sobre* o autor desde o conceito enquanto matéria bruta. No caso de *Autorização e angústia de influência em Winnicott*, isso se dá precisamente porque toda a tese é desenvolvida desde o dado primário de que *autorização e angústia de influência* não são, de antemão, conceitos winnicottianos.

Recusar-se a se recolher na costumeira economia interna dos conceitos, uma vez posta a questão seminal “por que Winnicott escrevia como escrevia?” (p. 34), abre a perspectiva para a apreensão da obra de um autor *por meio* de suas influências, diretas ou indiretas, assumidas ou recusadas. Essa perspectiva, em minha leitura, pode ser condensada na preposição *em* do título – localizada não por acaso entre os dois temas e o nome do autor Winnicott. *Em* Winnicott indica não um lugar (dentro da obra), mas uma situação (desde a obra) – logo, trata-se

menos de um destino (rumo à obra) do que de um motivo apropriado (por causa da obra).

O objetivo do livro é compreender como Winnicott pleiteou posição de enunciador no campo psicanalítico, como seus textos se instalam e circulam nesse campo e as condições de sua recepção. Para tal, Wilson Franco mobiliza três definições operacionais. Primeiramente, a de autor, “o organizador sempre provisório para o conjunto de influências e determinações a partir das quais um texto encontra pertinência dentro de uma disciplina discursiva específica” (p. 38). Inspirado em Foucault, ele propõe que o autor seja não apenas aquele que assina o texto; para além da concretude material de quem escreve, o autor é uma espécie de reservatório discursivo, responsabilizado ao mesmo tempo pelos efeitos que gera no discurso que o contempla, no mesmo movimento em que reivindica ser nele contemplado. Contígua à definição de autor, a de obra aparece como “uma organização ficcional da imaginária superfície plena constituída por um autor” (p. 38). Sublinha-se, assim, o caráter provisório da integralidade de uma obra, esvaziada de intencionalidade e disjunta até mesmo da agenda programática do autor. Sujeita às vicissitudes da história – reveladora do texto rejeitado, do documento extraviado, da carta roubada –, a obra deixa de ser a mera soma das partes escritas e assinadas para ser a fábula do todo. Logo, sendo o autor, o organizador e a obra, a organização, Franco oferece as definições de influência e de angústia de influência:

A influência diz respeito à forma como o campo de destinação do texto age sobre o autor na configuração do texto como afirmação; angústia de influência, por sua vez, diz respeito a duas coisas: por um lado representa a relação do autor com o campo em que se inscreve e, por outro, é a concretização no texto das construções do autor em face da destinação que deseja para seu texto. (p. 48)

Ora, só será possível comentar tal noção de influência ao lado do tema da criação que é especialmente caro a Winnicott. Um dos maiores méritos de *Autorização e angústia de influência em*

Winnicott é confrontar influência com criação a partir da avaliação rigorosa de uma declaração emblemática do psicanalista inglês:

o que ocorre é que eu junto isso e aquilo, aqui e ali, volto-me para a experiência clínica, formo minhas próprias teorias e então, em último lugar, passo a ter interesse em descobrir de onde roubei o quê. Talvez esse seja um método tão bom quanto qualquer outro¹.

De certo modo, a tese de Franco orbita em torno de possibilidades de exame dessa afirmação de Winnicott – sem, contudo, ficar estacionada nela. Franco nos lembra de estarmos sempre advertidos, como estava o próprio Winnicott, de que o autor não deve ser considerado por petição de princípio o melhor árbitro de “sua” obra. Assim sendo, da confrontação entre o metabolismo psíquico da criação e a angústia da influência, ele advoga que o psicanalista inglês *precisou* não prestar contas para escrever e pensar, ou seja, *precisou* não seguir o tradicional referencialismo psicanalítico de prestar contas ao pai credor para escrever e pensar. Não será por outro motivo que Winnicott, em meio às Grandes Controvérsias na Sociedade Britânica de Psicanálise que dividiu kleinianos e annafreudianos em Londres entre o fim dos anos 1930 e meados dos anos 1940, assume uma posição independente no chamado *Middlegroup*.

Nem mesmo o verbo *roubei* em primeira pessoa do parágrafo emblemático passa desapercibido: Franco dedica seu segundo capítulo a um exame crítico da moeda psicanalítica à luz das ideias de filiação e de dívida para com o pai da psicanálise. Essa rica análise, por sua vez, traz à tona o tema da paternidade em Winnicott a ser abordado ao longo dos capítulos três e quatro. Nesses capítulos, o curso de administração das influências no processo criativo é trabalhado junto à perspectiva winnicottiana do *uso de objeto*, capaz de imbricar “a tradição na criação, e a criação na tradição” (p. 92). A rede de sustentação e de garantias de que o psicanalista inglês seria lido e escutado pelo campo psicanalítico passava por uma complexa mediação no itinerário da autorização

rumo à autoria, na qual “a influência obstrui, mas também impulsiona; angustia, mas também instiga; desafia, mas também acolhe” (p. 94).

O livro avança do quarto para o quinto capítulo no sentido de contemplar o expediente conceitual da transicionalidade, ou ainda, das zonas intermediárias ou potenciais. O autor destaca o papel central do paradoxo para a constituição da experiência intelectual de Winnicott – um notável crítico das polarizações, oposições e dicotomias insustentáveis e um entusiasta da dimensão intersubjetiva e compartilhada da experiência –; seria possível explicar, segundo uma mesma lógica, por que “a angústia de influência não precisa ser entendida como algo que ou esmaga ou é esmagado pelo autor em processo de autorização: há espaços intermediários e cruzamentos paradoxais entre os opostos” (p. 100). Trata-se de um momento-chave da premissa de Franco, porque nela se faz notar com precisão como se retroalimentam mutuamente transicionalidade e angústia de influência: ambos não dissolvem o paradoxo, mas sim se sustentam nele.

Já do quinto até o fim do sexto capítulo, Franco não se priva de arriscar cruzamentos biográficos para propor uma ancoragem protestante do pensamento winnicottiano. Um inusitado Max Weber de *A ética protestante e do espírito do capitalismo* comparece então para que Franco ressalte as intencionalidades da obra winnicottiana, instalando um legado tardiamente admitido como tal, ao mesmo tempo retórico, ético e político. Ele afirma que

a dimensão defensiva do estilo winnicottiano levou-o a *criar um novo mundo para morar*: o mesmo Winnicott que tinha dificuldade para se deter no texto freudiano, que recusava o formalismo, que não conseguia fazer referências explícitas às influências em seu pensamento favoreceu a criação de uma forma de circulação em psicanálise em que as filiações perdem sua ascendência autoritária, em que as separações entre os edifícios metapsicológicos são desconstruídas com uma pitada de paradoxalidade e surrealismo. (p. 138)

É desse modo que Winnicott se revela pensador autêntico, clínico genuíno e agente de um regime de verdade em psicanálise. Nesse sentido, *Autorização e angústia de influência em Winnicott* é livro obrigatório a todos os que, respeitadas as afinidades plausíveis com o autor, não se inclinam à obediência doutrinária, fiel e irrestrita a ele, mas sim que problematizam, interpelam e questionam de onde *nascem* as ideias de seus referentes. Trata-se de uma verdadeira lição de método a ser lida e relida a cada momento em que o analista se sentir colado imaginariamente com o *seu* autor. Se no início apontei para uma tendência geral a *uma inclinação para chamar de sua* desde os anos (lacanianos, winnicottianos), acrescentaria ainda que, como resultado geral, o livro cumpre também a função de questionar o *ês* e o *ismo*. Sabe-se o quão deletéria e insalubre é a monolíngua empenhada pelos fiéis seguidores de autores canônicos²: quem fala winnicottês não entende o lacanês, quem está excessivamente comprometido com o *kleinismo* não pode acompanhar o desenvolvimento do *bionismo* etc. Ora, nessa visão, tanto o *ês* quanto o *ismo* incitam o tamponamento da angústia – que, como vimos, promove igualmente, e paradoxalmente, criação.

Temos, ao fim, uma conclusão repleta de inquietações: não seria o esforço de tornar fechado um sistema de pensamento um esforço de constrição da potencialidade de um pensamento? Não seriam justamente esses, os sintomas afásicos e anacrônicos, dos quais os analistas se servem confortavelmente para evitar conflitos, em meio aos entulhos da arruinada “era das escolas”³?

1 D.W. Winnicott, “Desenvolvimento Emocional Primitivo”, in *Da pediatria à psicanálise*, Rio de Janeiro, Imago, 2000, p. 248.

2 A expressão “autor canônico” é do próprio Wilson Franco. Cf. também W.A.C. Franco e L.C. Figueiredo, “A influência dos autores canônicos na autorização do psicanalista”, *Psicologia USP*, v. 24, n. 3, São Paulo, 2013.

3 A respeito da extinção da “era das escolas”, Figueiredo afirma: “cultivar o *psicanalítico* não se confunde com a prática de uma linguagem, de um dialeto, menos ainda, com a adesão a um sistema doutrinário. Trata-se de acolher o desproporcional, o atemporal, o irredutível, o trágico e o *paradoxal* como aspecto decisivo dos nossos objetos, para assim pensá-los e elaborá-los. Deste modo, o caráter paradoxal dos objetos se transfere para nossas teorias e para nossas práticas” (L.C. Figueiredo, *As diversas faces do cuidar*, São Paulo, Escuta, 2009, p. 18).

O Winnicott que Franco oferta é justamente aquele que, em seu propósito descontinuísta, “sobreviveu a isso tudo, associado a um pouco de bom-senso e uma ou outra teorização oportuna” (p. 26). Dessa forma, *Autorização e angústia de influência em Winnicott* revela a força criativa desse grande autor em um tempo e em um lugar no qual os interesses institucionais para retirá-lo ou da história que lhe dá ensejo, ou da experiência analítica que o fomenta, ou do solo discursivo que o torna possível, estão fadados a mais um fracasso.

Talvez o único ponto não declarado do livro, ao menos em minha leitura, é um possível segundo eixo metodológico do livro. Sendo o centro o próprio Winnicott, chamo de primeiro eixo metodológico a mais profícua tradição da história da psicanálise: é devidamente declarada no livro a recorrência a Henri Ellenberger, Eli Zaretsky, Phyllis Grosskurth e ao notável John Forrester – grande historiador da psicanálise de língua inglesa, inexplicavelmente pouco traduzido e usado como objeto em terras tupiniquins –, que não só dão o tom das teses presentes no livro, mas que atravessam-nas ao longo do texto. O segundo eixo metodológico, no meu modo de lê-lo, seria a desconstrução de Derrida. Dada a presença de *Mal de arquivo* nas citações, é interessante acompanhar nas entrelinhas do

texto o quanto Franco leu o pensador francês e se permitiu ser influenciado (com ou sem angústia) por ele.

Graças a uma profunda reverência à tensão entre *texto* e *contexto*, foi possível assumir uma condição hermenêutica clara, lá onde Franco afirma logo no início que não se sentia pessoalmente impelido a destruir ou idealizar Winnicott. Com isso, ele designa o regime no qual a tarefa da interpretação é sobretudo ética e política em relação ao texto. No entanto, também eu não saberia decifrar se é o caso de o próprio texto declarar esse cruzamento metodológico que lhe subjaz. Ora, nada mais inadequado do que esperar que o texto declare sua autocompletude lá onde ele sublinha a impossibilidade desta. Por isso mesmo, não parece razoável demandar do autor que declare o indeclarável, ou que se revele desconstrucionista sem sê-lo. Ao fim, fica o desafio: “O leitor que fecha o livro”. Que o fechemos nós leitores, buscando problematizar a autorização e a angústia de influência em Lacan, Klein, Bion e em todo autor, canônico ou não, que se preze. Que o fechemos, nós leitores, buscando os rastros da experiência intelectual de Wilson Franco neste e nos próximos livros que seguramente virão deste que já é um dos mais perspicazes autores da geração de psicanalistas à qual eu pertença.

Rumo ao impensado

Renato Tardivo

Resenha de Tales Ab'Sáber, *Ensaio, fragmento – 205 apontamentos de um ano*, São Paulo, Editora 34, 2014, 144 p.

Ensaio, fragmento – 205 apontamentos de um ano apresenta um modo inusitado de pensar a cultura. Conforme indicação do título, a obra extrapola as fronteiras de gênero, e é justamente esse o seu mérito: reunir forma ousada e conteúdo polêmico.

Para começo de conversa, é bom alertar, não se trata da aplicação de conceitos da psicanálise a questões culturais ou históricas. Com efeito, trata-se de ideias pensadas por um psicanalista, mas o interesse do autor aqui não é a teoria psicanalítica. Qual o interesse então? Poderia dizer: a influência de José de Alencar cronista no Machado de Assis ficcionista, o pensamento crítico de Roberto Schwarz, a obra de Caetano Veloso, o lulismo, o mundo contemporâneo, a clínica psicanalítica... E é isso tudo, mas não só. Por meio de argumentações originais, constatações sensíveis e erudição histórica, o invisível do livro alude aos mecanismos de construção de suas próprias teses.

Os 205 apontamentos são separados por espaçamentos entre os parágrafos – não há

divisão em capítulos. Há temas que retornam, sendo construídos, portanto, em alternância uns com os outros e consigo mesmos. Tudo se entrelaça. Algo próximo à espinha dorsal do livro (não se pode falar propriamente em espinha dorsal, por conta da fragmentação) talvez seja a tese de que a obra madura de Machado de Assis, a partir das *Memórias póstumas de Brás Cubas*, foi influenciada pelas crônicas de José de Alencar, mais exatamente as reunidas no livro *Ao correr da pena* (Ab'Sáber analisa uma delas, incluída como anexo deste *Ensaio, fragmento*):

Machado de Assis pode ter lido *Ao correr da pena* e ter sido influenciado conscientemente pela forma de apresentação e ocupação do espaço literário e público do jovem José de Alencar, que tem vínculos íntimos com a sua obra-prima [*Memórias póstumas de Brás Cubas*]. (p. 112)

Nesse caso, embora Machado de Assis jamais tenha explicitado essa influência, Tales Ab'Sáber argumenta convincentemente que se trata de uma possibilidade não pouco provável. Mas o autor vai além:

Ou [Machado de Assis] pode ter chegado sozinho, de modo inconsciente, pela pesquisa, observação e avaliação do tempo, àquela mesma forma, que para além de todo o radical talento e habilidade do escritor, também existia concretamente lá, em seu mundo. Este segundo caso é ainda mais interessante. (p. 112)

E este segundo caso é ainda mais interessante, uma vez que corroboraria o próprio movimento empreendido pelo livro: é a combinação entre fragmentos diversos que compõem a história. Com efeito, o mergulho na obra desses dois escritores – e na de outros – que viveram e pensaram o Brasil em diferentes períodos vai desordenadamente – como é próprio aos processos históricos – preparando terreno para a reconstrução de elementos da história do país, desconstruindo o discurso hegemônico. Nessa medida, por exemplo, a leitura da poética de

Renato Tardivo é psicanalista e escritor; autor dos livros de contos *Do avesso* (USP/Com-Arte) e *Silente* (7 Letras) e de *Porvir que vem antes de tudo – literatura e cinema em Lavoura Arcaica* (Ateliê Editorial/Fapesp).

Caetano Veloso (*nosso Goethe?*), tomada em seu *lirismo dialético*, é extremamente inventiva.

Mas, além das argumentações mais extensas, que se aproximam da forma ensaio, os 205 apontamentos incluem observações incisivas, condensadas e poéticas: aforismos, micro-crônicas, fragmentos do cotidiano, *flashes* de pensamento, relatos de pacientes. Conquanto presentes ao longo de todo o livro, é no início e no fim que os parágrafos curtos mais aparecem. Alguns casos: “Se concentra no seu silêncio. Intensifica a vergonha de ser humano. E anda pela rua” (p. 18); “E a felicidade explícita dos pobres?” (p. 18); “De um paciente: ‘Dá para ver nos seus olhos o quanto eu estou triste’” (p. 21); “E a felicidade obscena dos ricos?” (p. 32); “Um psicanalista não decodifica e nomeia um passado, que pode ser pensado. Ele permite que o sentido *do que não aconteceu* aconteça, o que é muito mais difícil do que as palavras sabem alcançar” (p. 33); “Viajamos para lembrar o que de melhor se chegou a realizar em algum outro mundo e que na experiência histórica do nosso foi esquecido” (p. 114).

A viagem, nesse último fragmento citado, talvez diga algo a respeito da viagem a que o livro se lança: parte do instante, investiga o passado (histórico, cultural, social) e retorna ao instante: instante do Facebook, da música de Criolo, da possibilidade sempre próxima de colapso econômico e político, das mesmas novidades...

As marcas e inscrições do livro desvelam, ainda que indiretamente, o processo de sua própria construção: os pensamentos já estão lá, à espera de serem pensados, como afirmava Bion. E, assim, sublinham a importância da tomada de consideração, para o ofício do psicanalista, de sua humanidade.

Ao debruçar-se sobre si mesmo, é o impensado do livro que, em toda a sua potencialidade, emerge, ao encontro, talvez, do “estranho afeto, o *duplo* encontrado” (p. 112). Afinal, “na hora da perda de si mesmo no morto surgem palavras que nunca foram ditas. Elas são anteriores à consolidação e à escolha da rede de palavras fundamentais de cada um e lembram aspectos de nós mesmos que nunca se realizaram, que nunca chegamos a viver” (p. 61). Mas que já estavam lá.

Destinos da pulsão de morte e as trezentas vozes de Maria Callas

Elisa Maria de Ulhôa Cintra

Resenha de Alfredo Naffah Neto, *Casta Diva – Callas e a pulsão de morte*, São Paulo, Eduel e Escuta, 2011, 135 p.

Nos dois ensaios que compõem este livro, Alfredo Naffah discorrerá sobre o aspecto trágico do amor romântico, através de duas figuras femininas do mundo da ópera e de seus intérpretes. No primeiro ensaio, dedica-se a pensar a heroína da ópera *Norma*, personagem principal da obra de Bellini e Romani. No segundo, trata da cantora lírica Maria Callas, uma das maiores intérpretes de *Norma*, que, além de seu talento como cantora, é lembrada pela qualidade de sua presença no palco e de sua interpretação das emoções.

A origem do livro de Naffah foi um seminário por ele ministrado no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP, no qual decidiu pesquisar os destinos da pulsão de morte, quando acontece o rompimento de um vínculo amoroso romântico. Seu grande conhecimento de óperas e, por outro lado, a teoria da pulsão de morte que ele estava começando a criticar, ao estudar Winnicott, levaram à curiosidade de descobrir e revelar a potência teórica da noção de pulsão de morte na análise de crimes

passionais, suicídios e assassinatos, cometidos de forma descontrolada em reação à dor de separações amorosas.

Desde o princípio o autor admite algo que nos leva a pensar nos limites de um projeto como este: “considerar que nós, psicanalistas, possamos interpretar obras de arte talvez seja pura pretensão; seria mais verdadeiro dizer que são elas, as obras, que nos interpretam e nos interpelam, deixando em nós as marcas do seu impacto fulgurante” (p. 15).

Naffah não se contenta então, de modo algum, com a simples aplicação da metapsicologia a uma obra de arte, mas deixa-se tocar profundamente pela obra e busca, com ajuda da psicanálise, alguma forma de descrever o impacto dramático da obra, as ressonâncias transferenciais que nele foram despertadas, que convocam o campo de sua passionalidade vivida. Trata-se de um autor da psicanálise pensando seus conceitos de forma crítica, um ser apaixonado pela ópera e pelo talento da cantora Maria Callas, conhecedor de música e cantor, ele próprio; e alguém consciente dos riscos desse seu empreendimento. Ao colocar-se em busca dos traços da pulsão de morte na personagem da ópera e na história de vida de Maria Callas, Naffah alerta-nos para uma questão decisiva: “A função interpretativa do psicanalista só pode se realizar, no sentido mais rigoroso do termo, quando se debruça sobre um discurso vivo, a partir das associações livres que brotam dele, coisa que a obra de arte não pode nos oferecer” (p. 15-16).

Ele considera, na verdade, que a *sua* interpretação de uma obra de arte seria a transposição para o campo da narração das marcas do impacto *fulgurante* deixado pela obra. O que resulta desse trabalho em campos tão heterogêneos é uma leitura pessoal da obra de arte, que comporta a dimensão estética original na qual o autor foi capturado e que se entrelaça com seus conhecimentos de metapsicologia, com a sua prática psicanalítica singular e com a sua paixão pela ópera e seus conhecimentos teóricos e práticos de música que transparecem em todo o livro e

Elisa Maria de Ulhôa Cintra é psicanalista; professora da faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da PUC-SP e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP; autora de *Melanie Klein: estilo e pensamento*, em coautoria com L.C. Figueiredo e do artigo “André Green e o trabalho do negativo” na *Percurso Revista de Psicanálise*, ano XXV, n. 49/50, p. 65-76, jun. 2013.

no glossário de termos musicais que ele nos apresenta ao final do livro.

Temos então dois âmbitos de continência e trocas frutíferas: a teoria psicanalítica abre um espaço de continência para a obra de arte e para o vivido, dando-lhe novos nomes, figuras e ressonâncias. O vivido através da obra de arte, no entanto, não cabe de forma justa na teoria, por ser mais vasto que aquela: por um lado, essa relação permite que a teoria desaloje sentidos cristalizados no vivido, e, por outro, a articulação com a obra de arte obriga a teoria a expandir-se, a respirar, a assumir uma forma vivente. André Green¹ já apontou que toda interpretação de uma obra de arte comporta o campo do impacto transferencial que tivemos com ela.

Do outro lado, a captura estética que tem lugar na fruição da obra de arte funciona como um ninho, abrindo um lugar de continência para o vivido pessoal do autor e para o que foi aprendido em sua experiência teórica e clínica. A ideia é que a teoria, aninhada assim nesse campo mais vasto e universal da experiência estética, possa se nutrir, se vitalizar ou vir a revelar suas contradições e se deixar eventualmente negar. Ao lado de outros autores, considero que um exercício de psicanálise aplicada como este que Naffah realiza em seu livro ajuda a aprender e ensinar psicanálise:

... enredos e personagens são “deitados no divã” para que neles o analista encontre e reencontre as verdades já acessadas e elaboradas pela psicanálise, com prejuízo evidente para a experiência estética ela mesma com as obras em exame. É um custo calculado: o que se perde no campo da experiência estética, ganha-se no campo da clínica e da difusão do pensamento psicanalítico².

Desde o primeiro ensaio, Naffah adverte-nos que vai apoiar-se na interpretação da pulsão de morte feita por André Green, ou seja, a pulsão de morte em termos de sua função desobjetalizante, pois para Green³ é preciso pensar a pulsão no campo das relações de objeto; para esse autor, o *objeto é o revelador das pulsões*: “Ele (objeto) não as cria (as pulsões) – e, sem dúvida,

podemos dizer que (o objeto) é criado por elas, pelo menos em parte – mas é a condição de seu vir a existir”.

Por outro lado, é a função objetalizante da pulsão de vida que pode transformar em objeto tudo que recebe o investimento libidinal, a atenção, o desejo, o interesse de alguém. No limite, o próprio eu e ainda o próprio amor, ou o investimento de amor, podem se tornar objetos de investimento. É possível apaixonarmos-nos pelo estado de paixão.

Para Green, a manifestação mais característica da pulsão de morte é sua potencialidade contrária: a de desinvestir o amor, o que provoca a sua transformação em ódio e destrutividade. Na vigência da relação amorosa, a pulsão de vida absorve em si uma parcela da pulsão de morte. Depois da separação, entretanto, se não for possível encontrar um novo objeto da pulsão amorosa, ou quando deixa de existir *tout court* a possibilidade de um investimento significativo, aí acontece o processo de desobjetalização e a pulsão de morte deixa de ser absorvida pela pulsão de vida e tende a ser liberada em termos de forças destrutivas.

No primeiro ensaio, “Casta Diva: destinos da pulsão de morte na Norma de Bellini”, a descrição de “uma relação amorosa vivida como complementariedade totalitária e aspirando à completude absoluta” (Naffah, 2011) corresponde à ideia de amor romântico, ao mesmo tempo *idílico* e *infernal*, na medida em que a plenitude é tão absoluta que tende a quebrar-se com facilidade e o único destino possível para essa forma de amor parece ser a morte conjunta dos amantes, pois as demandas de união e de envolvimento absoluto transformam-se em opressão e aprisionamento. O autor descreve de que modo os componentes negativos das emoções são apagados e o objeto idealizado é construído *por cima* do ódio recalcado, em uma espécie de sofreguidão que visa manter a hegemonia das forças de objetalização e o apagamento das forças que levariam à separação, momento no qual a pulsão de morte tornar-se-ia pulsão destrutiva.

Mantém-se um alto grau de tensão trágica, ao longo desse primeiro ensaio, especialmente no item “Pulsão de morte: o ódio destrutivo eclode”, em que Naffah relata a história de *Norma*, a grande sacerdotisa druida, no momento em que descobre a traição do amante, através da confissão de Adalgisa, seduzida pelo mesmo homem e que vinha pedir ajuda à sua superiora, a própria *Norma*, com o intuito de abandonar os seus votos de sacerdotisa e fugir com Pollione. Nas páginas seguintes, até o fim do ensaio, o leitor se vê capturado, sem fôlego, na escalada de sadismo, ciúme e desejo de vingança de *Norma*, até o momento em que, precisando apontar, diante de toda a comunidade reunida, quem seria a sacerdotisa perjura, que infringiu os votos sagrados, atraçou a pátria e ofendeu os deuses, *Norma* surpreende a todos com a reviravolta impressionante e belíssima que acontece ao final da história.

O segundo ensaio: Maria Callas e a sombra de *Norma*

Nesse ensaio, a vida pessoal e profissional de Maria Callas é pensada à luz de uma insistente presença da pulsão de morte. Trata-se ainda da questão do amor romântico, mas agora os personagens fazem parte da vida real. Naffah relata o processo de construção da cantora lírica La Callas que acaba assumindo uma realidade humana ficcional, como se a vida se transformasse em ópera. Antes, porém, relata a história de vida da menina Maria, nascida em 1923, logo depois da morte de um irmão muito desejado pela mãe e da irmã mais velha, que era preferida a ela; teve em sua infância pouca atenção dos pais, e ocupava um lugar de certa invisibilidade. A descoberta do seu talento musical torna-a visível para a mãe

severa e leva ao desenvolvimento de uma artista que trabalhava de forma intensa e concentrada, o que é algo bem diferente da imagem de uma artista caprichosa e extravagante que muitos têm dela. Tudo isto vai sendo narrado paralelamente aos encontros e desencontros afetivos de Maria Callas, desde o primeiro casamento até o encontro com Onassis e a separação dele.

Ao mesmo tempo, o autor reúne muitas informações e opiniões de peritos a respeito do talento vocal de Maria Callas. Sua voz abarcava quase três oitavas, e não era considerada por alguns uma bela voz no sentido clássico. Entretanto, a capacidade dramática de exprimir emoções, por exemplo, como acontecia com o ódio em *Norma* e em *Medeia*, tornou suas interpretações singulares e inimitáveis.

Uma cantora lírica do século xx, Lilli Lehmann, afirmava que era mais fácil cantar três *Isoldas* em seguida do que uma única *Norma*. Cantar *Norma* exigia precisão e agilidade nos trinados e arpejos e um excepcional talento dramático, e esse desafio foi enfrentado por Callas, nas suas oitenta e quatro apresentações dessa ópera, ao longo da vida. Entre muitos conhecedores de ópera, “quando Tullio Serafin ouviu Callas executando – com absoluta perfeição – *coloratura* e ornamentos, com seu belo timbre de soprano dramático, teve certeza de que havia encontrado a *Norma* que procurava” (p. 98).

Ao mesmo tempo, o autor levanta a hipótese de que por trás da força e da majestade de Callas escondia-se uma mulher frágil, angustiada e insegura. Quando perdeu sua voz, em 1976, perguntou à irmã: “Sem minha voz, quem sou eu?” (p. 122). Ela viria a morrer um ano depois.

Podemos reafirmar que em momento algum Alfredo Naffah pretende que a leitura psicanalítica possa revelar a verdade seja da obra de arte, do personagem romântico *Norma* ou de Maria Callas, “mas simplesmente extrair uma nova luz dos mesmos”. Considera que o amor romântico e seus impasses, a vivência de paixões que levam duas pessoas a sentirem-se completamente fundidas uma na outra,

2 A. Green (1992), *O desligamento. Psicanálise, antropologia e literatura*, Rio de Janeiro, Imago, 1994.

3 L.C. Figueiredo, *Cuidado, saúde e cultura*, São Paulo, Escuta, 2014, p. 9-10.

4 A. Green, “Pulsão de morte, narcisismo negativo, função desobjetivante”, in *A pulsão de morte*, São Paulo, Escuta, 1986, p. 58-59.

conduzindo a um estado de aprisionamento e submissão, é uma realidade da vida cotidiana e que pode levar a crimes passionais, a filicídios cometidos para se vingar do parceiro, em razão de ter sido abandonado.

Mas, acima de tudo, os ingredientes da história de *Norma* e aspectos trágicos da vida de Maria Callas introduzem-nos ao tema da violência pulsional e passional que precisa ser compreendida e transformada, fazendo um apelo a que a psicanálise ofereça recursos para compreender e favorecer tais transformações. A pesquisa das teorias psicanalíticas pode ajudar a conter e dar forma ao campo do vivido, reconhecendo-se que a função das teorias psicanalíticas é dar nome, figura e memória às experiências emocionais, ao mesmo tempo em que servem para desalojar o já sabido e para aproximar-se, sem jamais ter acesso àquela realidade última do vivido, que Bion denominou de O, que permanece para sempre inacessível e irrepresentável.

Considero que a leitura desse livro de Alfredo Naffah ajuda-nos a dar corpo vivo a uma noção abstrata como a de pulsão de morte, a pensar a psicopatologia do amor romântico, e oferece-nos dois ensaios que nos apresentam às *trezentas vozes*⁴ de Maria Callas, à densidade trágica da ópera *Norma* e da vida de sua cantora, além de realizar uma grande pesquisa bibliográfica no campo da psicanálise, das biografias de Callas e da arte da ópera. Podemos ainda enviar o leitor a um outro texto de Naffah Neto, publicado no décimo oitavo número da *Percurso*⁵, no qual trabalha a transformação da dor em ódio, quando, diz-nos o autor, falta uma envergadura interna capaz de acolher a dor. Essa transformação da dor em ódio acontece no amor romântico, nas separações passionais, e é muito nítida nas óperas *Norma* e *Medeia*. E se o leitor desejar mais, poderá também consultar a leitura winnicottiana da vida e carreira de Maria Callas⁶ realizada por Alfredo Naffah. Precisa de mais alguma coisa?

5 Artigo de A. Naffah Neto, in *Outr'em-mim – Ensaios, crônicas, entrevistas*, São Paulo, Plexus, 1988.

6 A. Naffah Neto, “Para além da morte, o amor”, *Percurso – Revista de Psicanálise*, São Paulo, ano IX, n. 18, p. 33-38, 1º semestre 1997.

7 “A função do falso self na produção de uma diva: o caso de Maria Callas”, *Natureza Humana*, São Paulo, v. 9, p. 9-26, 2007.

Teoria do Eu, mundo interno e campo social segundo Piera Aulagnier

Marilsa Taffarel

Resenha de Maria Lucia Vieira Violante (org.), *Desejo e identificação*, São Paulo, Annablume, 2010, 184 p.

Maria Lucia Violante tem, entre outros, o mérito de ter mantido viva a presença de Piera Aulagnier (1923-1990) em suas aulas e em seu laboratório na PUC-São Paulo, por quase duas décadas, ministrando aulas, orientando pesquisas que deram origem a dissertações e teses de doutorado.

É ela, Maria Lucia, que organiza o livro *Desejo e identificação*, escreve o prefácio, um texto inédito com base em sua tese, e reúne várias autoras que apresentam uma importante contribuição. O livro ainda nos brinda com dois textos importantes de Piera Aulagnier, um histórico diálogo com ela realizado por Luis Hornstein, e um texto de Maurice Dayan. Todos cuidadosamente traduzidos pela autora-organizadora.

Piera Aulagnier esteve pela primeira vez no Brasil em agosto de 1980. Era então uma psicanalista madura, autora de prestígio que criara

sua própria metapsicologia, coisa que poucos psicanalistas fazem com suficiente consistência e, muito menos, com verdadeira originalidade e uma necessária relação dialógica com a clínica e as teorias vigentes. Aulagnier já havia publicado em 1975, na França, seu livro que se tornaria famoso: *A violência da interpretação*. E já tinha fundado o chamado Quarto Grupo havia mais de uma década. Esse grupo originou-se de uma dissidência da École Freudienne de Paris (EPF), cujo chefe era Jacques Lacan. Aulagnier rompe com Lacan, juntamente com outros analistas, em função de discordâncias importantes quanto à formação psicanalítica. Discípula de Lacan, fundadora com o mestre a EPF, em 1963, fiel a seu costume de estar em excelentes companhias. Foi casada com ninguém menos que Cornelius Castoriadis, filósofo, escritor e psicanalista de origem grega. Castoriadis também foi uma presença marcante na formação de nosso pensamento psicanalítico, com seus livros e sua presença entre nós.

Não foi essa a única vez que Aulagnier esteve entre nós. Era bem-vinda pelas suas ideias – a violência da interpretação, o originário, a relação alienante-alienado, o regime de terror, as paixões e, sobretudo, sua teoria da formação do Eu e sua diferenciação com o ego freudiano. Por que sobretudo sua teoria do Eu? Porque esta resgata a possibilidade de uma intervenção interpretativa dirigida ao Eu e relativiza um tanto a concepção da interpretação como pontuação, como corte, como interceptação. Falar ao Eu não é falar ao ego, para Aulagnier.

Sua postura ética em relação à transmissão da psicanálise mantém toda atualidade em uma São Paulo ainda intensamente envolvida com os problemas locais da formação psicanalítica.

Por isso e porque a influência de Piera Aulagnier ficou velada, vimos com alegria um novo livro com textos dessa autora e outros baseados em sua obra.

Aulagnier e Castoriadis, psicanalistas e pensadores, mereceriam ser revisitados por todos nós, em especial pelas gerações de psicanalistas

Marilsa Taffarel é psicanalista pela SBPSP; membro do CETEC (Centro de estudos de Teoria dos Campos); mestre em filosofia pela PUC-SP; doutora pelo Núcleo de Psicanálise da PUC-SP; coautora do livro *Isaías Melsohn, a psicanálise e a vida*, e autora de inúmeros artigos publicados em revistas especializadas e em jornais.

mais jovens. Gerações que, muitas vezes, não têm em sua formação um contraponto com as fortes correntes dominantes na psicanálise local e mundial: Melanie Klein, Bion, Lacan.

Quero destacar, do artigo de Piera Aulagnier “Nascimento de um corpo, origem de uma história”, algumas questões relativas à relação do homem “com o seu corpo” (p. 22).

A autora examina o modo pelo qual o discurso – científico, mítico, discurso religioso – faz sua construção da realidade do corpo. O discurso científico põe em dúvida a apreensão de nosso corpo fundada em nossos órgãos dos sentidos. As fantasias corporais que correspondem a essa apreensão, que se dá no plano do visível, plano familiar e dizível em “*metáforas compatíveis com suas construções fantasmáticas*” (p. 22), possibilitam formar imagens de um *eu interior*. Essas construções precisam se conservar como uma reserva de corpo fantasiável e investido pela psique.

A autora aborda também o campo do sofrimento físico e sofrimento relacional. Um sofrimento físico, dependendo da resposta da mãe, pode se transformar num sofrimento relacional. Se a mãe calar, num silêncio pleno de sentidos, ou se falar, o que disser será crucial para o padecimento ganhar metáforas que *digam* esse corpo singular desse sujeito singular e não o sobrevoem. Aí reside a *colocação em história* da vida somática. Para ser, o sujeito, ao qual aconteceram sofrimentos somáticos, que portanto é distinto

desses acontecimentos, necessita de um interlocutor. Só nessas condições se dá a passagem de um corpo sensorial para um corpo relacional.

Um pouco sobre os outros artigos que compõem esse livro. Nesses, oriundos de teses de doutorado e dissertações de mestrado orientadas por Maria Lúcia Violante, o pensamento de Aulagnier foi posto a trabalhar e, por intermédio dele, geraram-se importantes contribuições que nomeio para os leitores: o papel fundamental da voz materna, ou sua falta – em crianças surdas –, na constituição do sujeito, texto de Maria Cristina P. Solé. Já Edna L. Garcia volta-se para o papel e a função do desejo e do discurso paterno na produção da *potencialidade polimorfa*, categoria psicopatológica proposta por Piera Aulagnier, que corresponde descritivamente aos quadros fronteiriços. Por sua vez, Vera B. Zimmermann investiga a dificuldade na historicização do passado em adolescentes fronteiriços.

Ivone Carmen D. Gomes nos oferece uma revisão conceitual da contribuição de Aulagnier no que diz respeito ao pensamento da criança pequena. Finalmente, Maria Pompéia F. Carneiro, que comparece nesse livro na qualidade de coordenadora do Núcleo de Piera Aulagnier da Sociedade Psicanalítica da Cidade do Rio de Janeiro, revisita as reflexões de Aulagnier sobre a função de prótese do psiquismo materno na produção da vida psíquica da criança e suas repercussões, tanto na mãe quanto na criança.

A realidade e a criação nos pacientes ditos difíceis

Bárbara de Souza Conte

Resenha de Sérgio de Gouvêa Franco, Manoel Tosta Berlinck e Karin Hellen Kepler Wondracek, *Mandrágoras, clínica psicanalítica: Freud e Winnicott*, São Paulo, Primavera Editorial, 2014, 176 p.

Apreeiei muitas coisas – a companhia de minha mulher, de meus filhos, o pôr do sol. Observei as plantas crescerem na primavera. De vez em quando tive uma mão amiga para apertar. Vez ou outra encontrei um ser humano que quase me compreendeu. Que mais posso querer?

[S. Freud]

Mandrágoras, clínica psicanalítica: Freud e Winnicott, desde seu título, já nos remete às origens. O nome *mandrágoras* tem a dupla inscrição de propriedades de uma planta e da Gênese, do afrodisíaco e da fertilidade. O afrodisíaco é o que inspira o apetite sexual. A fertilidade é a reprodução colocada na perspectiva da criação do ser. Sexualidade e criação, campo oportuno para se pensar a psicanálise e a clínica psicanalítica. Os autores Freud e Winnicott. O primeiro, fundador da psicanálise e da concepção de sexualidade como eixo fundante do sujeito; o segundo, em outro tempo, agrega a criatividade ao campo da clínica e da teoria psicanalítica. Temos no título a referência à origem da psicanálise com Freud e

de seu desdobramento criativo a partir de Winnicott. Já os autores do livro, Sérgio de Gouvêa Franco, Manoel Tosta Berlinck e Karin Hellen Kepler Wondracek, vão como que passando a limpo o percurso de suas trajetórias como psicanalistas: seus amores teóricos, os temas da clínica contemporânea, as parcerias de interlocução com a filosofia, tudo aquilo que é fundamental para que um psicanalista continue se interrogando com base na escuta de seus pacientes, na troca com seus pares, que dá origem a novas articulações entre teoria e prática.

O livro, que desde seu título faz referência à sexualidade e à criação, tem como fio condutor a realidade. Realidade que em Freud se centra na perda do objeto quando ele considera duas alternativas: a aceitação da realidade quando da perda do objeto e a da falta do objeto para que novo objeto seja investido. Freud marca isto muito claramente nos textos *Introdução ao narcisismo* (1914) e *Luto e melancolia* (1915): há escolhas de objetos que se fazem por um modelo do idêntico/idealizado e outras que se realizam mediante a aceitação do limite que a perda impõe: a falta. O *critério de realidade* impõe uma transformação no sistema de ideais (o sujeito não é perfeito; o objeto não é idealizado) e possibilita a *substituição do objeto* desejado como uma saída psíquica, uma via simbólica que marca o reinvestimento em algum outro objeto possível. A falta sempre vai instaurar o limite do não ter e a possibilidade de substituição do objeto, de objetos substitutos. Esta também organiza a dialética do desejo, uma vez que o objeto de desejo (da completude ideal) nunca é alcançado, o objeto será um substituto e o reencontro um novo encontro. Os caminhos da aceitação da realidade, das possibilidades criativas de substituição do objeto ou de cisão do psiquismo constituem o eixo de *Mandrágoras, clínica psicanalítica: Freud e Winnicott*.

O livro começa com “Freud e o caso AB: entre a esperança e a ruína”. Wondracek e Gouvêa Franco, ao bom estilo freudiano, trocaram cartas e dessa correspondência surge a discussão

Bárbara de Souza Conte é psicanalista; membro pleno da Sigmund Freud Associação Psicanalítica; coordenadora do Projeto SIG/Clínicas do Testemunho da Comissão de Anistia/Ministério da Justiça membro da Comissão de Direitos Humanos e do Coletivo ampliado do Conselho Federal de Psicologia.

do caso AB, paciente americano que Freud tratou e discutiu com Pfister¹. Questionava Freud a fronteira entre a neurose e a demência paranoide (a psicose, diríamos hoje) introduzindo o fetiche como o elemento clínico/teórico que o fazia pensar na resistência à renúncia pulsional. A obturação da falta e do reconhecimento da diferença sexual que introduzem a cisão. Tema fundante para os diagnósticos que estão na fronteira da neurose e da psicose, bem como do método.

Freud relutava em tomar AB como seu paciente, talvez porque o tema o tocasse em cheio: a morte. Já estava com câncer e havia perdido seu neto, mas também porque temia a dificuldade que estava por vir frente ao atendimento que iniciava. Desde 1924, conceitos como a pulsão de morte, a cisão e o fetiche já rondavam a cena psicanalítica e propiciavam uma abertura para pensar a respeito dos pacientes difíceis (mesmo sabendo que todos o são), inclusive quanto ao método. O livro traz um caminho de investigação atual de nossa clínica: o desamparo, a dilaceração, a cisão de um psiquismo que não apresenta recursos simbólicos, e as repercussões na clínica da atualidade.

A partir da discussão do caso AB, Gouvêa Franco desenvolve cinco artigos que entretecem a sexualidade, o corpo, a realidade e a transferência. Em “Erotismo, sexualidade e religião: um enfoque psicanalítico”, o autor mostra, com base na tese de Feuerbach, que a religião é uma construção humana que pode conduzir à neurose tal como descrito no texto freudiano, de 1907, “Atos obsessivos e práticas religiosas”. O autor discorre, de forma cuidadosa na leitura do texto, a respeito de o humano tanto ser capaz de religião como de neurose, e que os fatores de mobilidade e fixação da sexualidade e das fantasias e, conseqüentemente, a culpa e a punição se instalam e que os atos obsessivos passam a ser um correlato patológico da formação de uma religião e de sua prática. Em contrapartida, a construção de uma erótica passa a ser o encontro da condição sublimatória e da vivência do

prazer. A partir desse ponto o autor discute a cisão como interdição e como transgressão ao mesmo tempo. Com esse capítulo, também faz a ponte com os trabalhos de Winnicott, quando diz que Freud associou a religião à neurose obsessiva e que o futuro poderia ser pensado em termos de atos criativos.

Ainda nos quatro capítulos seguintes da primeira parte, destaco o belo “Caso Nancy: a dor saindo pela pele”, em que Gouvêa Franco coloca novamente o embate do método – cadeira ou divã – como expressão da *angústia da paciente*, angústia calada de estar perdida. O grito silencioso que aparece no corpo – com a psoríase – e no *setting*, por meio do silêncio e de uma demanda de ilusão/desilusão amorosa em relação ao analista, evoca as falhas de estruturação do eu. O autor vale-se do conceito de eu-pele de Anzieu e de Fedida quando aborda a especificidade da transferência, em que o esvaziamento do paciente o faz grudar no analista.

Nos próximos capítulos: “A realidade na neurose, na perversão e na psicose: uma leitura de Freud”, “A transferência na histeria: um estudo no caso Dora em Freud” e “Uma leitura de recordar, repetir e elaborar”, o tema da realidade é discutido. Gouvêa Franco parte de eixos referentes ao processo primário, ao princípio de realidade, à escolha de objeto e ao problema econômico de intensidade para explorar o tema da cisão do ego, como forma de resolver o conflito e como alternativa do psiquismo frente ao fracasso do recalque. O autor evoca Ricouer quando diz que a realidade reside na relação com o outro, não somente com um outro corpo como fonte exterior de prazer, mas como um outro desejo e destino da espécie. Assim também introduz a criação, como uma realidade que faça o sujeito sofrer menos: “o melhor é ao mesmo tempo aceitar e rejeitar a realidade, acolhê-la e transformá-la (p.91)... trata-se de engajamento real, em que os dois polos se transformam – sujeito e realidade [...] a realidade conforma-se parcialmente ao desejo. O sujeito conforma-se parcialmente à realidade” (p.92).

Nos dois últimos textos da primeira parte, aborda a questão da transferência como repetição e elaboração, e, com base no caso Dora, utiliza-se dos conceitos teóricos desenvolvidos para revisitar a clínica e o método.

Na parte dois, dedicada aos textos de Winnicott, o de abertura é de Gouvêa Franco em conjunto com Berlinck e trata da “Psicopatologia e o viver criativo”. Os autores inicialmente estabelecem o conceito de falha como planos de clivagem que coloca o humano na condição de desamparo, de fragilidade e dependência constitutiva, uma psicopatologia fundamental. Destacam dessa premissa a vida criativa, conceito de Winnicott, como uma forma de superação da condição de desamparo e dependência, associando a criatividade à noção de existência e a uma forma de desfrutar a experiência de estar vivo e estar só. A essas noções se contrapõe a submissão, entendida como um eu falso, o falso self. Os autores delimitam os planos de clivagem entre o verdadeiro e o falso self, marcando a psicopatologia que decorre desse *splitting* e o distanciamento da capacidade criativa, que fica substituída por ilusões onipotentes, alucinações e a construção de uma realidade não compartilhada socialmente.

Assim se introduz o segundo capítulo dessa segunda parte que trata justamente de “O brincar e a experiência analítica”. O espaço criativo, tanto do lado da mãe que brinca, como do analista que permite a experiência da criação, pode produzir um encontro analista–paciente, que proporciona ao paciente a fundação de si, o encontro de si mesmo – o self verdadeiro.

Nessa perspectiva do espaço criativo winnicottiano, Gouvêa Franco desenvolve o capítulo “A criatividade na clínica psicanalítica”, abordando ponto e contraponto da criação e da clivagem que buscam no fazer criativo da clínica “um esforço paciente, frequentemente silencioso do analista

para recuperar ao menos em parte essa capacidade de o paciente impregnar sua vida com um toque próprio” (p.159). Abordagem importante de Gouvêa Franco ao reafirmar o lugar do analista como aquele que se coloca em abstinência, que é capaz de se pôr em um lugar de escuta para que a imaginação e a capacidade simbólica se estabeleçam na fenda da clivagem.

E assim chegamos ao final do livro, com o capítulo “O atendimento de pacientes difíceis”, em que a experiência de Winnicott e de Gouvêa Franco com pacientes graves enfatiza a relação entre o falso self e pacientes difíceis como uma forma de proteção do paciente diante de seu aniquilamento, decorrência do desamparo.

Assim, ao longo do livro vamos percorrendo um texto também freudiano que representa uma abertura para pensar nossa clínica contemporânea: a inter-relação da cisão, da falha, e do fetiche com a produção da psicopatologia de nossa cultura marcada pela (re)negação do desamparo, da diferença, e da fundamental prioridade do outro. A contribuição de Winnicott se evidencia quando o outro é colocado como aquele que, por sua presença e sexualidade, instaura a possibilidade de um espaço criativo, verdadeiro: o campo do transicional.

Este é um ponto a destacar do pensamento de Winnicott, que se recusa a fechar a questão do interno e do externo como polos excludentes entre si e marca o limite não como uma linha que separa dois campos (o interno e o externo), mas entende o limite como o próprio território – espaço onde se produzem fenômenos transicionais, ou seja, fenômenos de criação. O espaço em questão é um espaço de compromisso que combina característica do interno e do externo, como produção de símbolo: espaço possível de criação e de invenção que leva em conta o objeto faltante.

Assim é o trabalho desse criativo livro que traz como marca dos autores os seus *amores* teóricos da psicanálise e da filosofia; nele articulam com consistência os argumentos de cada capítulo e percorrem os textos na busca de aberturas

1 Karin Wondracek e Ditmar Junge traduziram o livro organizado por Ernst Freud e Heinrich Meng, *Cartas entre Freud e Físter (1909-1939): um diálogo entre a psicanálise e a fé cristã*, Viçosa, Ultimato, 1998.

para a clínica, assim como uma análise busca nas bordas do corpo, no silêncio da fala e na ruptura com a realidade o acesso ao simbólico. Retribuo, já na posição do outro que recebe, as palavras de

Gouvêa Franco que diz entregar esse livro com o encantamento que a paixão instiga e com o rigor que a inteligência demanda, afirmando o prazer das descobertas que ele provoca.

O humor e seus múltiplos avessos

Edson Luiz André de Sousa

Resenha de Abrão Slavutzky, *Humor é coisa séria*, Porto Alegre, Arquipélago Editorial, 2014, 344 p.

No filme *A pedra da paciência* do diretor e escritor afegão Atiq Rahimi, a vida revela sua face de horror ao vermos o imponderável da guerra, da crueldade, do sofrimento, do desespero. Contudo, no meio desse caos de um Afeganistão ferido, uma mulher resiste com as armas que tem: sua esperança e o valor que dá à vida. Ela tem que se dividir entre o cuidado com duas filhas pequenas e o marido, em estado vegetativo, com um tiro no pescoço. É para ele que a mulher narra sua vida, suas dores, seus pequenos sonhos e segredos. Em determinado momento sua casa é invadida por dois soldados e, para se proteger de ser violentada, ela diz ser prostituta, o que desencoraja um dos soldados. Contudo, o outro volta no dia seguinte com dinheiro para pagar por sexo. Ele é muito jovem, e com uma gagueira significativa. A mulher vive a situação de violência em silêncio, contudo, ao narrar ao marido em coma o que está acontecendo, solta uma gargalhada ao lembrar de

uma conversa com uma amiga. Contara a ela que o soldado tremia e que ejaculava muito rápido. A amiga disse: “Devias dizer a ele para falar com a língua de baixo e fazer sexo com a de cima”. Aquela gargalhada tinha um ar de triunfo. É o único momento de riso nesse cenário de horror, e temos a sensação de que a cena de humor lhe restitui sua dignidade, sua força e até mesmo sua esperança. O humor foi a sua arma. Esta cena sintoniza com o que escreve Viktor Frankl, psiquiatra que sobreviveu a Auschwitz. “O humor foi uma arma usada na luta contra o desespero” (p. 244) e que Slavutzky refere no capítulo 14 intitulado “O humor no holocausto”.

Humor é coisa séria nos apresenta, passo a passo, uma espécie de anatomia do humor, desdobrando inúmeras interfaces, algumas delas surpreendentes: do humor infantil ao humor no holocausto, do humor na literatura ao humor na vida cotidiana, do humor na clínica psicanalítica ao humor como princípio ético do viver. A beleza desse livro, contudo, se deve ao fato de que essa rica pesquisa sobre o humor é narrada com a destreza de um exímio contador de histórias. Slavutzky investiga esse tema há muitos anos, já publicou e organizou outros livros sobre humor, mas nessa obra, em particular, consegue associar a reflexão teórica com uma série de histórias sobre sua vida, sua infância, suas netas, seu trabalho clínico, sua experiência como paciente e tantas outras situações. O humor se desvela, portanto, não só como um objeto empírico sobre o qual o estudioso se debruça, mas como pulsação da própria vida do autor. O que nos faz lembrar, por meio de seu estilo de escrever, algo que sempre foi muito importante para Sigmund Freud, ou seja, transformar a própria experiência de vida como fonte de reflexão e material de estudo. Graças a isto sabemos muito de Freud lendo *A interpretação dos sonhos*, *A psicopatologia da vida quotidiana*, *A piada e sua relação com o inconsciente*, *Moisés e a religião monoteísta* e tantos outros.

Um dos fios centrais de argumentação do autor é a ideia de que o humor nos revela nossa fragilidade, nossas incertezas, nosso desamparo, de

Edson Luiz André de Sousa é psicanalista; professor associado do Instituto de Psicologia UFRGS; professor do PPG Psicanálise: Clínica e Cultura, PPG de Psicologia Social e PPG Artes Visuais – UFRGS; analista membro da APPOA; pesquisador do CNPq; professor visitante na Deakin University (Melbourne), Instituto de Estudos Críticos (Cidade do México), DePaul University (Chicago).

tal forma que podemos rir do que vemos. Rimos, portanto, de uma imagem em queda e esse riso não deixa de ser uma espécie de perdão endereçado a si mesmo, como sublinha Slavutzky. Aí está a rebeldia do humor: ele nos mostra os avessos que nos constituem, nossas zonas de recalque que podem ser compartilhadas quando conseguimos dizer de forma sutil e disfarçada o que efetivamente nos move. Esta foi uma das chaves de leitura de Sigmund Freud para pensar o estatuto do inconsciente no aparelho psíquico. Freud dedicou, sobretudo, dois importantes textos a essa questão: *A piada e sua relação com o inconsciente*, de 1905, e um pequeno artigo de 1927, "O humor". É nesse último texto que Slavutzky destaca a importância que Freud deu ao tema quando diz que o "humor é um dom precioso e raro".

O livro nos ajuda a percorrer grande parte de alguns clássicos da história do pensamento e da literatura que fizeram menção à função do humor. Isto indica a obstinação de pesquisa do autor que foi beber em inúmeras fontes, trazendo ao leitor paisagens literárias que nos ajudam a entender o humor em sua dimensão psíquica, política, histórica e artística. Vemos que já em Cícero, há dois mil anos, o humor é abordado efetivamente como uma coisa séria: "nenhum tipo de piada há, da qual não se extraíam matérias sérias e importantes", escreve Cícero na *Arte Oratória* (p. 93). O humor se faz, portanto, presente na história como um mecanismo potente de reflexão, entendimento do mundo e principalmente de ação. Como escreve Slavutzky na abertura do seu livro, uma forma de ver o mundo e de se posicionar diante dos caminhos que a vida nos confronta. Portanto, não deixa de ser uma estratégia de luta. Nesse sentido, o humor é necessariamente crítico, inconformado, provocador, inquieto. Também vemos nessa obra inúmeras definições de humor não só do ponto de vista psicanalítico, mas também em suas reverberações na história das ideias, na filosofia, na política e na arte.

Uma das imagens emblemáticas do autor que conduz algumas de suas reflexões é a de Charles Chaplin. Acompanhamos de forma

comovente a infância de Slavutzky quando evoca a figura de Chaplin. Este último como um personagem crucial que o ajudou a sair de um período de silêncio, pois até os 4 anos não falava. De acordo com Slavutzky,

Chaplin fazia sonhar, a felicidade era possível, uma esperança de superar os obstáculos. Nem quando o Vagabundo ia por uma estrada sem fim vinha a tristeza, pois logo entendi que voltaria a vê-lo. O amor pelo humor nasceu vendo o rei dos desamparados e, agora, ao escrever, revivo a visão daquele menino em cima da cadeira, com a cabeça sonhadora. Sonho com as cenas da infância, o sonho do cinema que aliviou um pesadelo infantil, e só num distante divã comecei a juntar as peças de um complexo quebra-cabeça. (p. 215)

Através de Chaplin, o autor nos mostra a íntima relação entre humor e luto. Luto como trabalho psíquico que tenta dar conta daquilo que perdemos. Charles Chaplin, por exemplo, vai filmar *O garoto* dez dias depois de ter perdido seu filho recém-nascido. A arte surge como uma forma de sublimação e de curativo desse vazio. O humor pode ser pensado aí como uma potente compensação que o sujeito instaura em seu psiquismo como forma de abrir novos espaços de vida. Assim, parece ser muito precisa a afirmação de Francis Bacon quando lembra que "a imaginação foi dada ao homem para compensar o que ele não é, e um senso de humor para compensá-lo pelo que é" (p. 38).

Com esse livro podemos também acompanhar uma parte da história do humor no Brasil, pois são inúmeras as referências a alguns autores e personagens clássicos do humor em nosso país. Slavutzky se detém, entre outros, nos personagens Fradim (Henfil), Analista de Bagé (Luis Fernando Verissimo) e Amigo da Onça (Péricles). Comovente a reflexão que faz sobre o suicídio de Péricles, reproduzindo trechos de sua mensagem final e evidenciando, assim, a face de tristeza que é um dos componentes do humor. O autor evoca em outro trecho Mark Twain ao dizer que a fonte secreta do humor não é a alegria, mas a tristeza

(p. 140). Contudo, trata-se de uma tristeza que é desarmada pelo humor, de uma tristeza diante da qual podemos rir. Poder rir de sua miséria como uma singela e poderosa libertação.

O humor produz muitos deslocamentos que permitem ao sujeito ver o mundo desde outra posição, abrindo, assim, outras possibilidades de vida. Portanto, o humor está muito próximo do ato de criação como aquele que produz brechas no discurso, abre pausas no tempo, nos permite navegar por desvios onde outros sentidos podem surgir. Fundamentalmente o humor se inscreve como um convite à surpresa, ao inesperado. Slavutzky se interroga sobre a função do humor na clínica psicanalítica. Se o ato analítico é fundamentalmente uma operação de abrir para o sujeito outras significações, seria possível pensar uma clínica sem a ferramenta do humor? Ao ler o livro de Abrão Slavutzky ficamos convencidos que não. O humor se apresenta como um potente instrumento de interpretação. Rimos fundamentalmente daquilo que, em nós, é frágil, inconsistente, ridículo, contraditório, recalcado. O riso, portanto, nos faz entrar em contato com essas imagens desde uma posição que não seria de subserviência, de paralisia, de padecimento. Tais imagens surgem como algo que nos constitui, mas que ao rirmos de nossa condição podemos, imaginariamente, produzir uma posição outra. Encontramos na vida de Freud inúmeros relatos de seu apurado senso de humor. Slavutzky traz alguns deles para seu livro, entre os quais a surpreendente saída que Freud encontrou no momento em que tinha que assinar um documento onde constava que a Gestapo sempre o tratara muito bem. Freud precisava assinar essa declaração como moeda de troca para poder deixar Viena. É bem conhecida a sutil estratégia do pai da psicanálise que assinou o papel, mas pediu ao oficial nazista para agregar um outro elemento. Assim, com a concordância do soldado nazista, Freud acrescentou à carta: “fui tão bem

tratado que recomendo a Gestapo para todos”¹. Aqui outro sentido se desvela, e o humor que advém dali é triunfante. Outra leitura se faz possível do texto que fora obrigado a assinar.

Abrão Slavutzky nos apresenta um livro que é ao mesmo tempo uma metapsicologia do humor, um tratado da história do humor no mundo das ideias, um fragmento de sua biografia com belos exemplos de superação e ampla indicação bibliográfica com dezenas de outras referências que certamente serão úteis para todos aqueles que quiserem levar adiante uma reflexão sobre esse tema. Como não poderia deixar de ser, ele escreve um livro que se propõe a ser ao mesmo tempo denso, analítico, mas também, e sobretudo, bem-humorado. Há passagens memoráveis, experiências de vida comoventes. Leia, por exemplo, o capítulo “O dia em que conquistei minha analista” e entenderão, em parte, o espírito desse livro.

Trata-se de uma obra que deixa muitas perguntas para o leitor. Como uma espécie de espelho, vamos tendo a chance durante a leitura de pensar quais seriam as histórias de humor que conseguimos produzir na vida e que estariam a nossa disposição para compartilhar com nossos amigos. É nessas histórias que a vida se mostra bem mais plural do que imaginávamos, pois revela nossas fragilidades, nossos versos e reversos, nossos avessos. O humor nos aproxima da verdade que nos constitui, mas por caminhos inusitados, surpreendentes, e, contrariamente ao que muitos pensam, assume um olhar de responsabilidade para com a vida. Chegar mais perto dessa verdade implica, é claro, alguns riscos. Slavutzky, com sua obra ímpar, que certamente será a partir de agora um livro de referência nessa questão, nos abre caminho para que possamos fazer essa aposta. Como ele nos lembra, “a dignidade conferida pelo humor é a coragem diante de riscos, e gozar tanto de si mesmo como das pretensões vaidosas. Enfim, é perceber o caráter cômico da trágica condição humana” (p. 30).

1 P. Gay, *Freud – uma vida para o nosso tempo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 257.

Colaboradores deste número

Alessandra Monachesi Ribeiro

40, Rue Caulaincourt
75018 Paris França
Tel.: 33 6 20 46 72 17
alemonachesi@gmail.com

Alfred Michaelis

R. Conselheiro Pena, 46
06709-030 Cotia SP
Tel.: (11) 4551-5150/9 8154-4848
alfred.michaelis@gmail.com

Ana Claudia Patitucci

R. Prof. João Arruda, 53
05016-110 São Paulo SP
Tel.: (11) 3873-3457
anapatitucci@hotmail.com

Ana Gebrin

Alameda Olga, 400 – ap. 103A
01155-040 São Paulo SP
Tel.: (11) 96414-5054/3825-3750
acgebrim@gmail.com

Bárbara de Souza Conte

R. Tobias da Silva, 99/505
90570-020 Porto Alegre RS
Tel.: (51) 3222-9307
e-mail: barbara.conte@globo.com

Bela M. Sister

R. Maranhão, 584/ 42
01240-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3666-6443
E-mail: belasister@terra.com.br

Benilton Bezerra Jr.

R. Jardim Botânico, 700/ 323
22470-50 Rio de Janeiro RJ
beniltonjr@gmail.com

Camila Salles Gonçalves

R. Dr. Flávio Américo Maurano 810
05656-020 São Paulo SP
Tel.: (11) 3739-4464/3742-7185
camila_salles@uol.com.br

Cristina Parada Franch

R. João Moura, 647/103
05412-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 3081-4386
crisfranch@uol.com.br

Christian Ingo Lenz Dunker

R. Abílio Soares, 932
04005-003 São Paulo SP
Tel.: (11) 3887-0781
chrisdunker@usp.br

Daniel Lírio

R. Jorge Tibiriça 199 ap 133.
04126-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 9 8752-4666
rodrigueslirio@gmail.com

Danielle Melanie Breyton

R. Prof. João Arruda, 53
05016-110 São Paulo SP
Tel.: (11) 3873-3457
danibreyton@gmail.com

David Leo Levisky

05578-020 São Paulo SP
Tel.: (11) 3722-1654
davidlevisky@terra.com.br

Deborah Joan Cardoso

R. Prof. João Arruda, 53
05016-110 São Paulo SP
Tel.: (11) 3873-3457
deborah@santacruz.g12.br

Elisa Maria de Ulhôa Cintra

R. Vargem do Cedro, 201, ap. 112
01252-050 São Paulo SP
Tel.: (11) 9 7152-1119/3086-4016.
elcintra01@gmail.com

Edson Luiz André de Sousa

R. Joao Telles, 542/702
90035-120 Porto Alegre RS
Tel.: (51) 3311-6647
edsonlasousa@uol.com.br

Flávio Carvalho Ferraz

R. João Moura, 647 conj. 121
05412-911 São Paulo SP
Tel.: (11) 3088-9606
ferrazfc@uol.com.br

Ines Loureiro

R. Itacolomi, 576/111
01239-020 São Paulo SP
Tel.: (11) 3259.7187
irblou@netpoint.com.br

Manola Vidal

R. Sacopã, 587
22471-180 Lagoa Rio de Janeiro RJ
Tel.: (21) 3239-1715/2266-5995
manolavidal@gmail.com

Mara Selaibe

R. Maranhão, 554, cj 36
01240-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3662-4640
selaibe@terra.com.br

Marion Vera Dayan

R. Itacolomi, 601, cj. 44
01239-020 São Paulo SP
Tel.: (11) 3219-1033
marionve@uol.com.br

Marilsa Taffarel

R. Dr. Albuquerque Lins 566
01230-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 30814071
mtaffare@terra.com.br

Oswaldo Henrique Duek Marques

Av. Min. Gabriel de Rezende Passos, 74,
ap. 11
04521-020 São Paulo SP
Tel.: (11) 9 9951-2311/(11) 5051-3356.
ohduek@terra.com.br

Paulo Eduardo Arantes

R. Oscar Freire, 1667, ap.52
05409-011 São Paulo SP

Rafael Alves Lima

R. Alves Guimarães, 736
05410-001 São Paulo SP
rafael.alves.lima@usp.br
rafaelnego@gmail.com

Renata Bazo

R. Paraopeba, 80
05429-020 São Paulo SP
Tel.: (11) 9 8205-3839
rfbazzo@uol.com.br

Renato Mezan

R. Amália de Noronha, 198
05410-010 São Paulo SP
Tel.: (11) 3081-4851
rmezan@uol.com.br

Renato Tardivo

R. André Ampère, 153, cj. 63
04562-080 São Paulo SP
rctardivo@uol.com.br

Sergio Telles

R. Maestro Cardim, 560, cj. 194
01323-000 São Paulo SP
(11) 3283 5767
setelles@uol.com.br

Silvio Hotimsky

R. Ilhéus, 135
01251-030 São Paulo SP
Tel.: (11) 3862-7743
silviohotimsky@hotmail.com

Tatiana Inglez-Mazzarella

R. João Moura, 1096
05412-002 São Paulo SP
Tel.: (11) 38910837
timazza@uol.com.br

Tiago Novaes Lima

R. Gal. Gurjão, 151
04113-070 São Paulo SP
Tel.: (11) 5572-8028/9 5132-6660
tiagonolima@yahoo.com.br
tiagonovaeslima@gmail.com

Teo Weingrill Araujo

R. Galeno de Almeida, 196
05410-030 São Paulo SP
Tel.: (11) 9 9538-0412
teoaraujo@hotmail.com

Normas para envio de artigos e resenhas

A apresentação de trabalhos para publicação na Revista *Percurso* pressupõe o conhecimento prévio e a aceitação, por parte do articulista, das seguintes normas:

1. Os artigos enviados para publicação, sempre originais e inéditos, deverão ser antecedidos por duas páginas contendo, separadamente, os seguintes dados:

♦ **PÁGINA 1:**

Título e nome do autor, sua qualificação (como deseja ser apresentado ao leitor), endereço (incluir CEP), telefones (incluir DDD) e e-mail.

♦ **PÁGINA 2** (não se aplica a resenhas):

Resumo do artigo enviado, com até cinco linhas, em português, e traduzido para o inglês, com redação ou revisão feita por um profissional da área. Enviar igualmente até seis palavras-chave, em português e inglês.

♦ **NA ÚLTIMA PÁGINA**

Deve figurar o número exato de caracteres do texto, inclusive espaços (limite de 35.000 caracteres+espaços para artigos; 20.000 caracteres+espaços para resenhas), e a data de envio do artigo ou da resenha para a revista.

♦ **TODAS AS PÁGINAS**

Devem incluir número de página no canto superior direito, e, no cabeçalho, o título do trabalho.

2. A página de rosto é destacada quando o artigo é remetido para avaliação, de modo a preservar, durante todo o processo, o sigilo quanto à identidade do autor. Portanto, para identificar de qual artigo se trata, o título deverá ser repetido no cabeçalho de todas as páginas do artigo.

3. Os artigos deverão ser entregues em nove cópias impressas, pessoalmente ou por correio (não é necessário ser via Sedex), à Secretaria do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, aos cuidados de Claudia Dametta, Rua Ministro Godoy, 1484, CEP 05015-900, São Paulo SP, Brasil. Não serão aceitos trabalhos enviados por e-mail.

4. As resenhas devem ser encaminhadas, via email, ao Conselho Editorial de Resenhas:

Camila Salles – camila_salles@uol.com.br;
Sergio Telles – setelles@uol.com.br;
Susan Markuszower – susanmark@uol.com.br;
Elisa Maria de Ulhoa Cintra – elcintra01@gmail.com;
Renata Cromberg – renatauc@uol.com.br;
Janaina Namba – janaina.namba@yahoo.com.br;
Pedro Mascarenhas – Pedro.mascarenhas@gmail.com.

5. Todos os textos serão analisados em detalhe pelo ple-nário do Conselho Editorial de Artigos ou do Conselho

Editorial de Resenhas. O Conselho Editorial de Artigos poderá, eventualmente, solicitar ao Conselho Científico Externo um ou mais pareceres. Uma vez aceito o trabalho, um membro destes Conselhos Editoriais transmitirá ao autor do artigo ou resenha eventuais recomendações para mudanças na forma ou no conteúdo, a fim de adequá-lo aos padrões da revista.

6. Os artigos enviados devem ter até 35 mil caracteres (com espaços), incluídas as notas de rodapé e não incluídas as referências bibliográficas do final. As resenhas devem ter até 20 mil caracteres (com espaços). Trabalhos que excedam esses limites poderão ser devolvidos aos autores para que possam adequá-los às normas de publicação, antes de qualquer avaliação.

7. É indispensável seguir os padrões gráficos utilizados por *Percurso*:

♦ **DESTAQUES:**

O que merecer destaque deve vir em itálico; não utilizar sublinhado nem negrito.

♦ **INTERTÍTULOS:**

Colocar intertítulos para facilitar a leitura.

♦ **PALAVRAS ESTRANGEIRAS E TÍTULOS DE LIVROS:**

Devem vir em itálico, sem aspas, quando mencionados no texto.

♦ **TÍTULOS DE ARTIGOS :**

Devem vir entre aspas, em estilo normal, sem destaque;

♦ **CITAÇÕES:**

Devem vir entre aspas, com chamada de nota de rodapé contendo a respectiva referência bibliográfica. As citações de até três linhas devem ser incluídas no corpo do texto; citações de quatro linhas ou mais devem ser destacadas do texto, em parágrafo escrito em fonte menor.

8. As notas deverão vir no rodapé da página em que figura a respectiva chamada, e ser numeradas consecutivamente em algarismos arábicos. Podem ser explicativas ou bibliográficas; neste caso, seguir o formato europeu, como indicado abaixo:

♦ **NOME DO AUTOR:**

Em ordem direta, com maiúsculas somente nas iniciais do nome e do sobrenome. Exemplos: S. Freud; M. Klein; D. W. Winnicott.

♦ **CAPÍTULOS DE LIVROS:**

Título entre aspas, seguido do nome do livro em que aparecem, cidade, editora, ano de publicação e página citada precedida apenas da letra “p.” Exemplo: N. Bleichmar e C. Bleichmar, “Os pós-kleinianos: discussão e comentário”, in *A Psicanálise depois de Freud*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1994, p. 286. Para livros sem menção a capítulo, apenas o título do livro em itálico, cidade, editora, ano de publicação e página.

♦ **ARTIGOS DE REVISTAS OU PERIÓDICOS:**

Título entre aspas, seguido do nome da revista em itálico, indicando número ou volume, local de publicação, ano e página citada. Exemplo: R. Zygouris, "O olhar selvagem", *Percurso* n. 11, São Paulo, 1993, p. 12. (Não se usa *in* antes do nome de um periódico).

♦ **TEXTOS CITADOS MAIS DE UMA VEZ:**

A partir da segunda vez inclusive, colocar apenas nome do autor, a expressão *op. cit.* em itálico, e a página citada. Exemplos: R. Zygouris, *op. cit.*, p. 73; Bleichmar e Bleichmar, *op. cit.*, p. 289. Se entre a primeira e a segunda citação for citada OUTRA obra do mesmo autor, escolher uma forma simples de distinguir entre ambas. Exemplo: primeira citação, Marcia Neder, *A arte de formar*, Petrópolis, Vozes, 2002, p. 45; segunda citação, Marcia Neder, *Psicanálise e educação: laços refeitos*, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2009; p.70; terceira citação, Bacha, *Laços...*, p. 90; quarta citação, Bacha, *A arte...*, p. 134; e assim sucessivamente.

♦ **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

Ao final do trabalho, deverão constar as referências bibliográficas em ordem de sobrenome dos autores, seguidas pelos dados da obra. Exemplos: Levisky, D. *Um monge no divã*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007; Mezan, R. *Interfaces da Psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

♦ **PARA RESENHAS:**

Título da resenha, seguido da expressão "Resenha de", nome do autor, título da obra em itálico, cidade, editora, ano de publicação e número de páginas. Exemplo: Freud, o fio e o pavio – Resenha de Chaim Samuel Katz, *Freud e as psicosses: primeiros estudos*. Rio de Janeiro: Xenon, 1994, 274 p. O nome, qualificação, endereço, telefone e e-mail do resenhador devem vir no final do texto, seguindo o solicitado no item 1 destas Normas. Colocar na página de rosto as palavras-chave da resenha: não é necessário apresentar resumo ou abstract.

9. Procedimentos finais:

♦ **PARA ARTIGOS:**

Uma vez atendidas as recomendações do Conselho Editorial de Artigos, o artigo finalizado deve ser enviado, via e-mail, para o seguinte endereço virtual: artigos.percurso@gmail.com. O próprio Conselho Editorial se encarregará de encaminhar o arquivo definitivo do artigo para a Coordenação Editorial. Uma cópia impressa deve ser entregue/encaminhada pelo autor à Coordenação Editorial, aos cuidados de Renato Mezan - Rua Amália de Noronha, 198, CEP 05410-010, São Paulo, SP. Se o envio for via correio, pede-se que não seja Sedex, e sim correspondência simples.

♦ **PARA RESENHAS:**

Uma vez atendidas as recomendações do Conselho Editorial de Resenhas, o texto finalizado deverá ser enviado, via email, para:

Camila Salles – camila_salles@uol.com.br;

Sergio Telles – setelles@uol.com.br;

Susan Markuszower – susanmark@uol.com.br;

Elisa Ulhoa Cintra – elcintra01@gmail.com;

Renata Cromberg – renatauc@uol.com.br;

Janaina Namba – janaina.namba@yahoo.com.br;

Pedro Mascarenhas – Pedro.mascarenhas@gmail.com;

que se encarregará de encaminhar o arquivo definitivo da resenha para a Coordenação Editorial.

10. Uma vez publicado o número, cada autor receberá cinco separatas do seu trabalho, além de um exemplar do número em que ele figura. Os trabalhos recusados não são devolvidos.

11. O *copyright* dos textos publicados em *Percurso* pertence aos seus autores. Caso venham a ser publicados em coletâneas ou outros periódicos, inclusive eletrônicos, solicite-se mencionar que a primeira publicação se deu na Revista *Percurso*, número tal, ano tal, páginas x-y. Os autores declaram aceitar a divulgação de seus trabalhos no site da revista: <<http://revistapercurso.uol.com.br>>.

Onde encontrar *Percurso*

Belo Horizonte

Livraria do Psicólogo
Av. do Contorno, 1390
Floresta
Tel.: (31) 3303-1013 / 3428-5000
livrariadopsicologo@livrariadopsico
logo.net

Fortaleza

Livraria Lua Nova
Av. Treze de Maio, 2861
Benfica
Tel.: (85) 3214-5488

Goiânia

Dimensão
R. 1121, nº 249 – setor Marisa
Tel.: (62) 3281.4135
dimens@terra.com.br

Porto Alegre

Livraria Cultura
Av. Túlio de Rose, 85 loja 302
Tel.: (51) 3028-4033 / 3170-4033
dqmanzano@livrariacultura.com.br

Ribeirão Preto

Núcleo Tavola – Instituto de Formação e Pesquisa em Psicanálise, Psicologia e Ciências Humanas
R. Visconde de Abaeté, 210
Tel.: (16) 3623-5780
contato@nucleotavola.com.br

São Paulo

FNAC Brasil – Pinheiros
Praça Omaguás, 34
Telefax: (11) 3815.1099 r. 271
revistaria@fnac.com.br

Livraria APG
R. Monte Alegre, 948
Perdizes
Tel.: (11) 3871-2023 / 3862-9065
livrariaapg@terra.com.br

Livraria Cultura – Villa Lobos
Av. das Nações Unidas, 4777 loja 245
Tel.: (11) 3024-3599 / 3024-3570
rodrigoh@livrariacultura.com.br

Livraria Cultura – Market Place
Av. Dr. Chucri Zaidan, 902 loja 222
Tel.: (11) 3474-4033
gaalmeida@livrariacultura.com.br

Livraria Cultura – Paulista
Av. Paulista, 2073 loja 153
Conjunto Nacional
Tel.: (11) 3474-4033
cgtorres@livrariacultura.com.br

Livraria da Vila
R. Fradique Coutinho, 915
Vila Madalena
Tel.: (11) 3814-5811

Livraria Pulsional
R. Min. Gastão Mesquita, 132
Perdizes
Tel.: (11) 3865.8950 / 3675.1190
pulsional@uol.com.br

Maura Book's
Vila Guilherme
R. José Gonçalves Gomide, 545
Tel.: (11) 2909.1959 / 3865-1232
mbooks@uol.com.br

Sorocaba

Psicologia no Cotidiano
Av. Presidente Kennedy, 316
Jardim Paulistano
Tel.: (15) 3327-2104
contato@psicologianocotidiano.com.br
www.psicologianocotidiano.com.br

Salvador

Colégio de Psicanálise da Bahia
Urania Tourinho
R. Alfredo Magalhães, 96, 1º andar
Barra
Tel.: (71) 3264-3202

Uberaba

Ilcéa Borba Marquez
R. Alfen Paixão, 599
Mercês
Tel.: (34) 3312.7761



A Dr. Contábil consiste na prestação de serviços contábeis, tributários, trabalhistas e societários e é composta de profissionais qualificados em constante atualização com o objetivo de atender com segurança nossos clientes.

Nosso objetivo é fornecer serviços de qualidade, com postura ética, diferenciada, competência e eficácia.



Acesse nosso site:

www.contabil.net

Avenida Caxingui 94 Butantã
CEP 05579 000 São Paulo Capital
Telefone (11) 3724 9440
menossi@contabil.net

Um produto desenvolvido por:

MEN0551
CONSULTORIA CONTÁBIL

Para assinar *Percurso*

- **Assinatura anual:** R\$ 160,00* (dois números).
- Por telefone:** ligue para (011) 3081-4851, das 9:00 às 16:30, de segunda a sexta-feira. Você receberá uma ficha de compensação, que poderá ser paga em qualquer agência bancária.
- Por cartão:** ligue para (011) 3081-4851, nos mesmos horários. Tenha em mãos o número de seu cartão. Aceitamos Mastercard, Visa e American Express.
- Por cheque:** envie seus dados pessoais e cheque nominal para
Sociedade Civil Percurso
a/c Setor de Assinaturas
R. Amália de Noronha, 198
05410-010 São Paulo SP

Autorização para assinar *Percurso* por cartão de crédito

NOME: _____	DATA: ____/____/____
ENDEREÇO: _____	
CEP: _____	CIDADE: _____ ESTADO: _____
TELEFONE RES.: () _____	COM.: () _____
CIC: _____	RG: _____
E-MAIL: _____	
Mastercard: nº <input type="text"/>	val.: /
Visa: nº <input type="text"/>	val.: /
AmEx: nº <input type="text"/>	val.: /
Quantidade de Parcelas: <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 5	

Remeta este cupom por fax ou ligue, informando seus dados, para:

REVISTA PERCURSO – SETOR DE ASSINATURAS
R. Amália de Noronha, 198
05410-010 São Paulo SP
Tel/Fax: (11) 3081-4851

Você também pode nos enviar um e-mail (percurso@uol.com.br) autorizando-nos a debitar em seu cartão o valor da assinatura. Neste caso, seu cadastro será feito pelo telefone. Por favor, tenha em mãos os documentos necessários.

* Alunos dos cursos do Instituto Sedes Sapientiae têm desconto de 25% (R\$ 120,00).

Impresso em São Paulo SP, em julho de 2015,
no parque gráfico da Graphium Gráfica e Editora,
para o Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae